



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

VICTOR GUILHERME CORDEIRO SALGADO

A PROA É VARANDA, O RIO É QUINTAL

Projeto Estação Chão d'Água e Proposta de Desenvolvimento Local
com Turismo Comunitário na Vila Elesbão (AP)



Orientadora: Profa. Dra. Bianca Moro de Carvalho

VILA ELESBÃO
VILA ELESBÃO

MACAPÁ / AP
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

VICTOR GUILHERME CORDEIRO SALGADO

A PROA É VARANDA, O RIO É QUINTAL

Projeto Estação Chão d'Água e Proposta de Desenvolvimento
Local com Turismo Comunitário na Vila Elesbão (AP)

MACAPÁ

2019

VICTOR GUILHERME CORDEIRO SALGADO

A PROA É VARANDA, O RIO É QUINTAL

Projeto Estação Chão d'Água e Proposta de Desenvolvimento
Local com Turismo Comunitário na Vila Elesbão (AP)

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado
ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal do Amapá, como requisito
para obtenção do título de bacharel.

Orientadora: Profa. Dra. Bianca Moro de Carvalho

MACAPÁ

2019

VICTOR GUILHERME CORDEIRO SALGADO

A PROA É VARANDA, O RIO É QUINTAL

Projeto Estação Chão d'Água e Proposta de Desenvolvimento

Local com Turismo Comunitário na Vila Elesbão (AP)

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, aprovado com nota ____, como requisito para obtenção do título de Bacharel.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Bianca Moro de Carvalho
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
Orientadora

Profa. Msc. Géssica Nogueira dos Santos
Faculdade de Macapá - FAMA
Examinadora convidada

Prof. Humberto Mauro Andrade Cruz
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP
Examinador convidado

MACAPÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborado por Cristina Fernandes - CRB2/1569

Salgado, Victor Guilherme Cordeiro.

A proa é varanda, o rio é quintal: projeto estação d'Água e proposta de desenvolvimento local com turismo comunitário na Vila Elesbão (AP) / Victor Guilherme Cordeiro Salgado; Orientadora, Bianca Moro de Carvalho. – Macapá, 2019.

183 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

1. Elesbão (AP) 2. Espaço urbano. 3. Urbanização. 4. Espaço geográfico. I. Carvalho, Bianca Moro de, orientadora. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

910.130 S164p
CDD. 22 ed.

DEDICATÓRIA

Ao avô homenageado em mim por nome,

A handwritten signature in cursive script that reads "Guilherme". The letters are fluid and connected, with a prominent initial 'G'.

(Guilherme)

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa nunca teria sido concluída se eu estivesse sozinho e se não fossem as diversas pessoas que fazem parte da minha vida e que me apoiaram na graduação, do início ao fim, e durante as dúvidas e percalços que surgiram ao longo do caminho. A todas elas, agradeço imensamente e dedico o esforço de meu trabalho.

Ao meu avô, Guilherme Salgado, pela energia com que me educou e por ter me ensinado a levar a vida com alegria e responsabilidade, leveza e coragem. A Lúcia Salgado, por ter me feito entender que estudar é algo transformador, e pela incansável e dura batalha de ser mãe de corpo e alma, com dedicação e amor, enquanto também trilhava sua admirável caminhada, sem nunca se importar em parar tudo o que estivesse fazendo se eu precisasse de apoio. A minha família, por ser o porto seguro a quem sempre vou recorrer e com quem quero prosseguir traçando trilhas, guiando passos e construindo sonhos. Obrigado pela dedicação e pelo amor.

À UNIFAP, por todos os benefícios e oportunidades que me possibilitou. Aos meus mestres, queridos professores do colegiado de Arquitetura e Urbanismo, que me transmitiram seu conhecimento e que me estimularam no desejo de prosseguir na experiência acadêmica.

A professora Bianca Moro, insubstituível orientadora, pela parceria e dedicação nos anos de pesquisa e monitoria, por toda a atenção e cuidado durante as orientações e pela compreensão ao longo do caminho, por ter me apresentado ao ambiente das palafitas na Amazônia e pela confiança em me estimular a seguir na pesquisa. Ao professor Mauricio Ribeiro pelos valiosos e atentos comentários que fizeram parte da primeira tentativa de monografia de conclusão de curso. Aos professores Humberto Mauro e Géssica dos Santos pelas excelentes contribuições e orientações durante todo o processo de qualificação do TCC. A professora Louise Pontes pela participação na banca de TCC1 e pelas contribuições detalhadas sobre o trabalho.

Aos amigos, compreensivos das eventuais ausências durante o período de graduação. A Valdelicer Silva e Luana Vieira pela parceria na empreitada da pesquisa e pelo auxílio na coleta dos materiais e fotografias a respeito da Vila Elesbão em

Santana. A Jéssica Martel e Gabriela Ávila, pela compreensão e esforço de ter revisado o texto em inúmeros momentos. A Hanna Picanço por ter me acompanhado em pesquisa de campo mesmo no fim-de-semana. A Luana Rocha, pelo apoio nas pesquisas, conselhos e referências, você foi incrível. A Gabriela Santiago pela valiosa ajuda com os dados a respeito do município de Santana. Ao Vinícius Anjos pela leitura e tradução de textos. Ao Victor Chuma pelo brilhante apoio com as cartografias. Aos amigos do grupo de apoio de todos os dias em inúmeras madrugadas de trabalho: Adriane Azevedo, Kevin Cordeiro, Letícia Kuwahara, Lucas Bitencourt, Andressa Moreira e Douglas Machado.

Aos amigos e amigas que encontrei durante a graduação, de todos esses anos, pelas conversas sobre futuro e possibilidades e por todos os momentos de descontração e alegria. E pelo apoio nos momentos de angústias, preocupações, reflexões e conquistas que compartilhamos durante este período de muito aprendizado. Sintam-se muito amados e gloriosos, obrigado pela amizade, e suporte a monografia mesmo que indiretamente.

A todas as pessoas que me ajudaram durante a monografia com a coleta de informações, durante a realização de entrevistas, em especial ao Sr. Raimundo Moraes pelas incontáveis e sempre agradáveis visitas em sua casa e sede da AMOBEL. A toda comunidade da Vila Elesbão, pela disponibilidade em me atender prontamente, pela confiança em dividir comigo tantas lembranças e permitir fotos. E aos amigos, alunos e aprendizes que colaboraram com as atividades do Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade.

A todos os servidores de acervos, arquivos e institutos que consultamos ao longo da pesquisa e que não mediram esforços em ajudar a localizar materiais raros, em especial aos servidores da Biblioteca Pública Elcyr Lacerda, Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A todos sou demasiadamente agradecido.

RESUMO

Este estudo foi realizado na Vila Elesbão, localizada em Santana, no estado do Amapá. Evidencia a palafita como principal técnica construtiva presente na comunidade além de resgatar a sua relevância e aplicação em territórios outros. A investigação aborda o contexto dos processos que levaram a população da vila à situação de pobreza urbana e graves problemas de infraestrutura, apesar do grande valor cultural que representa. Neste sentido, as palafitas ocorrem em território ambientalmente mais frágil ao habitat urbano. Particular ao caso da cidade de Santana, o acesso direto ao Oceano Atlântico por meio da foz do rio Amazonas determinou a vocação portuária da região, atraindo investidores e interesse estatal com a finalidade de instalar infraestruturas de acostagem. As populações mais vulneráveis fixaram residência na Zona Portuária, onde fica a Vila Elesbão, em circunstância de ocupação irregular. A pesquisa executada é de caráter qualitativo e quantitativo, os quais utilizaram recursos metodológicos diversos, dentre eles aplicação de formulários e entrevista por pautas. Verificou-se que o espaço construído pelos moradores, sem apoio da gestão pública, transformou as dificuldades em conquistas. Embora a intenção seja fazer deste estudo uma ferramenta de suporte aos moradores é necessário criar mais alternativas de aproximação entre os saberes científicos e os saberes tradicionais/populares. Por objetivo, o trabalho realiza o projeto Estação Chão d'Água, a fim de favorecer a autogestão e organização da comunidade, e complementar a essa estratégia apresenta-se a proposta de desenvolvimento a partir do turismo comunitário, um modelo de gestão favorável a valorização do modo de vida singular que há por mais de 60 anos naquela orla do rio Amazonas.

Palavras-chave: Amazônia; Palafitas; Vila Elesbão; Estação Chão d'Água.

ABSTRACT

This study was accomplished in Elesbão Village, located in Santana, state of Amapá. Emphasize the stilt as main construction technique existent in the community besides redeem its relevance and application in other territories. The investigation approaches the context processes that resulted the population from the village in situation of urban poverty and serious problems related with infrastructure, besides the big cultural value that it represents. In this regard, the stilts occurred in environmentally fragile territory to the urban habitat. Particularly to Santana city's situation, the direct access to the Atlantic ocean through the mouth of the Amazon river determined the port vocation of the region, attracting investors and government attention with the aim of install berthing infrastructure. The most vulnerable people took up residence in the harbour area, where Elesbão village is located, due to the illegal occupation. A research performed is qualitative and quantitative, which are the various methodological resources, including formulation applications and interviews by guidelines. It was found that the space built by the residents, without the support of public management, becomes difficulties in achievements. Although the intention is to make this study, a support tool for the residents is necessary to create more alternatives of approximation between the scientific knowledge and the traditional/popular knowledge. By objective, the work carried out the Chão d'Água Station project, to finalize a request for self-management and community organization, and to complement this strategy. appreciation of the unique way of life that is over 60 years old on that edge of the Amazon River.

Key words: Amazon; Pile Dwellings; Vila Elesbão; Estação Chão d'Água.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01:	Localização da Vila Elesbão, Santana, AP	18
Figura 02:	Assentamentos palafíticos no mundo (faixa intertropical em destaque)	24
Figura 03:	Descoberta, estudo e valorização das vilas palafíticas nos Alpes da Suíça.....	25
Figura 04:	Formas e modelos de ocupação das vilas palafíticas nos Alpes da Suíça.....	25
Figura 05:	Passo a passo da construção da palafita	26
Figura 06:	Edificações palafíticas da tribo Batak, Simalugum, Indonésia	27
Figura 07:	Povoado Ganvie sob o Lago Nokoué, Benin	28
Figura 08:	Palafitas da América do Sul.....	29
Figura 09:	Assentamento palafítico em Manabí, Equador	31
Figura 10:	Evolução do complexo da Maré 1940-1990, Rio de Janeiro.....	32
Figura 11:	Evolução arquitetônica do Parque Maré, Rio de Janeiro	33
Figura 12:	Morfologia do processo de ocupação da Maré, São Luís, MA.....	35
Figura 13:	Morfologia da ocupação da Maré, São Luís, MA	36
Figura 14:	Palafitas da Maré, São Luís, MA.....	37
Figura 15:	Ocupações palafíticas em Macapá, AP	39
Figura 16:	Características recorrentes das palafitas em Macapá, AP.....	40
Figura 17:	Regime de construção de palafitas em Macapá, AP	41
Figura 18:	Fragilidade da transição entre áreas secas e áreas úmidas, Macapá, AP	42
Figura 19:	Localização da cidade de Santana, no Amapá.....	45
Figura 20:	Evolução urbana de Santana, AP	48
Figura 21:	Distâncias de Santana, AP	49
Figura 22:	Mapas de bairros de Santana, AP	50
Figura 23:	Orla fluvial e portos de Santana, AP	51
Figura 24:	Entorno do bairro Elesbão, Santana, AP	53
Figura 25:	Dinâmica de acesso à Vila Elesbão, Santana, AP	54
Figura 26:	Área de estudo, Vila Elesbão, Santana, AP.....	55
Figura 27:	Orla habitada, Vila Elesbão, Santana, AP.....	55
Figura 28:	Mapa de Zoneamento Urbano de Santana, AP	58
Figura 29:	Varal de roupas em habitação no Elesbão, Santana, AP	62
Figura 30:	Paisagem urbana na Vila Elesbão, Santana, AP	64
Figura 31:	Orla fluvial e portuária na déc. de 1990 em Santana, AP	65
Figura 32:	Orla fluvial da Vila Elesbão, Santana, AP	68
Figura 33:	Instalações da carpintaria naval na Vila Elesbão, Santana, AP.....	70
Figura 34:	Localização dos estaleiros na Vila Elesbão, Santana, AP	71
Figura 35:	Evolução urbana da Vila Elesbão, Santana, AP	72

Figura 36:	Predominância de tipologias habitacionais na Vila Elesbão, Santana, AP	73
Figura 37:	Dinâmica de interação entre embarcações e habitações na Vila Elesbão, Santana, AP	74
Figura 38:	Detalhes de habitações palafíticas na Vila Elesbão, Santana, AP ...	75
Figura 39:	Edificações na Vila Elesbão, Santana, AP	75
Figura 40:	Áreas exploratórias da área de estudo no Elesbão, Santana, AP ...	76
Figura 41:	Equipe de pesquisadores da investigação	77
Figura 42:	Equipe de pesquisadores na área de estudo	78
Figura 43:	Sede provisória da AMOBEL – Exterior	95
Figura 44:	Layout sede provisória AMOBEL – Interior	96
Figura 45:	Poligonal de implantação do projeto	98
Figura 46:	Topografia da região costeira de Santana, AP	99
Figura 47:	Ventos e trajetória solar na poligonal	100
Figura 48:	Cobertura vegetal e arborização	101
Figura 49:	Mapeamentos de uso, ocupação e gabaritos	101
Figura 50:	Cortes da poligonal de implantação	102
Figura 51:	Produção de maquete de estudo	104
Figura 52:	Dois projetos de Zanine	105
Figura 53:	Elementos da residência Bettiol	105
Figura 54:	Elementos da Residência Laurence	106
Figura 55:	Dois projetos de Órtuzar + Gebauer	107
Figura 56:	Elementos do Hotel Palafito Del Mar	107
Figura 57:	Elementos do Hotel e Cafeteria Patio Palafito	108
Figura 58:	Funcionograma Geral	110
Figura 59:	Disposição dos Setores	113
Figura 60:	Caderno de Ideias	114
Figura 61:	Implantação geral Estação Chão d'Água	115
Figura 62:	Disposição em plano horizontal Bloco A	116
Figura 63:	Disposição em plano vertical Bloco A	117
Figura 64:	Disposição em plano horizontal Bloco B	118
Figura 65:	Disposição em plano vertical Bloco B	118
Figura 66:	Composição volumétrica Estação Chão d'Água	119
Figura 67:	Composição volumétrica Bloco A	120
Figura 68:	Composição volumétrica a Leste	120
Figura 69:	Composição volumétrica a Sul	121
Figura 70:	Intervenção e integração	121
Figura 71:	Passeios e Atividades do Projeto VEM	124
Figura 72:	Participantes da I Reunião sobre TBC na FLONA	125
Figura 73:	Produto da metodologia coletiva do TBC	126
Figura 74:	Site Elesbão Turismo	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	Padrões de incomodidades admissíveis em Santana, AP	59
Quadro 02:	Parâmetros urbanísticos para ocupação do solo na macrozona urbana de Santana, AP	59
Quadro 03:	Quadro de índices, recuos e demais restrições para o uso residencial multifamiliar na macrozona urbana de Santana, AP	60
Quadro 04:	Famílias por habitação e incentivos para viver na área	79
Quadro 05:	Faixa de renda por família, portadores de deficiência e meio de transporte utilizados	80
Quadro 06:	Tempo de moradia na vila Elesbão e o tipo de terreno onde a casa de localiza	81
Quadro 07:	Elementos para segurança privada, tipos de casa e o estado de conservação da casa	82
Quadro 08:	Finalidade do imóvel, regime de construção da casa e posse do imóvel	83
Quadro 09:	Percepção sobre a paisagem urbana e o transporte público local...	84
Quadro 10:	Satisfação com o bairro e acesso à casa ou terreno	85
Quadro 11:	Associação/organização na comunidade e atuação da associação/organização na comunidade	86
Quadro 12:	Alimentos essenciais nas refeições diárias e estabelecimentos para compra de alimentos.....	87
Quadro 13:	Atividades relacionados a produção de alimentos, comercialização de alimentos e produção de alimentos pela comunidade	88
Quadro 14:	Programa arquitetônico.....	109
Quadro 15:	Funções e medidas.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
AMOBEL	Associação de Moradores do Bairro Elesbão
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CDSA	Companhia Docas de Santana
FLONA	Floresta Nacional do Amapá
GEA	Governo do Estado do Amapá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMI	Industria de Comércio e Minério
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PDPS	Plano Diretor Participativo de Santana
PEPCAC	Projeto de Extensão Planejando Com a Comunidade
TBC	Turismo de Base Comunitária
SEINF	Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amapá
VEM	Viagem Encontrando Marajó
UC	Unidades de Conservação
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	Metodologia de investigação.....	19
2	ENTRE AS ÁGUAS E O MEIO URBANO: PALAFITAS	22
2.1	O contexto internacional de ocupações palafíticas	23
2.2	Palafitas no Brasil.....	31
3	DINÂMICAS DA URBANIZAÇÃO EM SANTANA.....	44
3.1	Localização e contextualização da área de estudo	49
3.1.1	Legislação pertinente à área de estudo.....	56
4	VILA ELESBÃO	61
4.1	Historicidade	62
4.1.1	Egresso e consolidação.....	63
4.2	Cultura ribeirinha.....	66
4.3	Heranças construtivas	69
4.3.1	Carpintaria naval.....	69
4.3.2	Habitar sobre pilotis	71
4.4	Execução da pesquisa	75
4.4.1	Resultados da pesquisa	77
5	PROJETO E PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	89
5.1	Estação Chão d'Água.....	93
5.1.1	Sede Provisória AMOBEL	94
5.1.2	Estudo técnico preliminar ao projeto	96
5.1.3	Influências projetuais	102
5.1.4	Projeto Arquitetônico	108
5.1	Turismo Comunitário	119
5.1.1	Projetos de TBC na Amazônia	121
5.1.2	Simulação da proposta de TBC.....	122
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
	REFERÊNCIAS	128
	APÊNDICE A – OUTROS GRÁFICOS DA PESQUISA.....	133
	APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA.....	147
	APÊNDICE C – DESENHOS TÉCNICOS	153

APÊNDICE D – MEMORIAL DESCRITIVO.....	154
ANEXO A – FORMULÁRIO DA INVESTIGAÇÃO	167
ANEXO B – ACESSO AO ACERVO DOCUMENTAL.....	177
ANEXO C – ACESSO AO DOCUMENTÁRIO “O ELESBÃO”	179
ANEXO D – ACESSO AO ACERVO FOTOGRÁFICO	182

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta parte dos resultados obtidos na execução da pesquisa elaborada no âmbito das atividades do projeto de extensão “Planejando com a Comunidade” (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP) sob coordenação da Profa. Dra. Bianca Moro de Carvalho, do qual os autores são integrantes. Este projeto objetiva investigar as áreas de ocupações populares de Macapá e Santana, a fim de criar possibilidades de novos estudos acadêmicos nestes municípios. Os alunos participantes são inclusos nas atividades através das disciplinas de projeto urbano, planejamento urbano e gestão e políticas públicas, para criarem projetos em áreas favelizadas atendendo aos anseios da população local.

Apesar da Amazônia concentrar grande reserva de recursos naturais, sendo o maior conjunto de florestas tropicais do planeta, existem cenários de pobreza e exclusão nas grandes cidades. Particular ao caso da cidade de Santana, o acesso direto ao Oceano Atlântico por meio da foz do Rio Amazonas viabilizou a instalação do Complexo Portuário de Santana, inaugurando suas primeiras obras como píeres, silos, pátios e armazéns para dar suporte a atividade de mineração que acontecia no interior do estado a partir da década de 1980.

Doze anos mais tarde, em 1992 a inauguração da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana potencializou o contexto migratório de transferências de populações em busca de oportunidades. As populações fixaram residência próximo a tal eixo industrial, isto é, na Zona Portuária de Santana, onde fica a Vila Elesbão em circunstância de assentamento popular.

O conteúdo deste trabalho está estruturado em seis capítulos: Capítulo 1 trata-se desta Introdução e por seguinte das metodologias de investigação do trabalho, Capítulo 2 Entre as águas e o meio urbano: palafitas, Capítulo 3 Dinâmicas de urbanização em Santana, Capítulo 4 Vila Elesbão, Capítulo 5 Projeto e Proposta de Desenvolvimento Local e por fim o Capítulo 6 Considerações finais.

A segunda parte, Capítulo 2, aborda em duas interfaces o contexto das palafitas: internacional e o brasileiro. O capítulo trata a priori das ocorrências de palafitas ao redor do mundo, abordando de início as pesquisas pioneiras nos Alpes

Suíços e por diante passando por casos na Indonésia (Ásia), Benin (África) e no Equador (América do Sul), a fim de mostrar a relevância da discussão sobre a arquitetura palafítica em parâmetros internacionais, seja para evidenciar a ligação com o passado, o vernáculo e cultural, ou por estar inserida também situações assentamentos precários.

Ainda no segundo capítulo são abordados três casos de ocupações palafíticas brasileiras. Inicialmente o contexto histórico de ocupação do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, apresenta a comunidade da Baixada do Sapateiro, a qual é ocupada em suas primeiras décadas por palafitas, porém, hoje já estão praticamente extintas no bairro. Outro caso abordado é das palafitas do rio Anil, no Maranhão, onde ocupações palafíticas resistem até hoje, mas estão sob ameaça de erradicação devido a intenção das políticas públicas no local. E por último, neste capítulo, faz-se menção ao caso das palafitas de Macapá, trazendo como estudo caso a ressaca Chico Dias, atualmente a mais ocupada e extensa territorialmente da cidade.

O Capítulo 3 – Dinâmicas de urbanização em Santana – apresenta como discussão o contexto histórico de formação da cidade de Santana, desde a sua fundação até os dias atuais, com foco nas transformações que a cidade sofreu devido as políticas de povoamento dos antigos Territórios Federais. É reconstituída a evolução urbana da cidade, e por seguinte a orla fluvial de Santana é protagonista da discussão. Neste mesmo capítulo são apresentados os parâmetros legais que envolvem o Plano Diretor Participativo de Santana, e as especificidades para a Zona de Interesse Portuário 1 (ZIP1), onde a Vila Elesbão está inserida (Figura 01).

O Capítulo 4 resgata as origens ribeirinhas que influenciaram na presença de construções palafíticas na Vila Elesbão, além de discutir as razões das condições de pobreza e vulnerabilidade expostas que afetam a qualidade de vida da comunidade. São mencionados estudos a favor da valorização das heranças construtivas: a carpintaria naval e as palafitas. Sobre estes dois elementos, é evidenciado como o modo vida na vila, ainda hoje, está relacionado a estas construções.

A pesquisa de campo realizada coletou dados quantitativos e qualitativos a partir da aplicação de entrevistas feitas por estudantes e voluntários da comunidade

com os moradores. Neste mesmo capítulo são exibidos os dados estatísticos com complemento visual, elencados sob diversas categorias, dentre elas: percepção sobre a paisagem urbana, tempo de moradia, a faixa de renda das famílias, organização comunitária e atividades relacionadas à produção de alimentos.

No penúltimo e quinto capítulo – Projeto e Proposta de Desenvolvimento Local – é apresentada o Complexo Turístico Ribeirinho como projeto de suporte as atividades da AMOBEL, revalorização da cultura local e adequação das estruturas locais de uso público. Este capítulo traz também projetos singulares e correlacionados ao partido arquitetônico explorado, denominados como influências projetuais. Por seguinte a proposta de desenvolvimento utiliza como base o turismo comunitário diante da viabilidade socioeconômica da comunidade.

O desfecho do trabalho (Capítulo 6 Considerações Finais) é executado por meio de considerações analíticas a respeito dos resultados da pesquisa de campo e comentários sobre as possibilidades de benfeitorias através do projeto e da proposta de desenvolvimento local, e comentários sobre as perspectivas diante das atuais obras na Vila Elesbão.

Figura 01: Localização da Vila Elesbão, Santana, AP.



Fonte: SALGADO, V., SILVA, V., YOSHIDA, S., 2018. Base cartográfica: Google Earth, 2018

1.1 Metodologia de investigação

Este estudo concentra sua reflexão sobre importantes discussões que consideram o modo de vida, a experiência e herança histórica deste tipo de habitação popular na Amazônia, a palafita, o principal modo de ocupação na Vila Elesbão. Assim, realiza-se uma análise científica que aborda brevemente a formação da cidade de Santana e o interesse portuário como estratégia econômica, intensificando a discussão a respeito dos conflitos entre a ocupação humana e empreendimentos privados às margens do rio Amazonas. Apresenta-se uma análise qualitativa do legado cultural da Vila Elesbão, assim como quantitativa acerca das demandas por equipamentos e infraestruturas para comunidade.

A principal pergunta elaborada para monografia, diante dos âmbitos de análise urbana, cultural e socioespacial, expõe a seguinte problemática: **A arquitetura palafítica presente na Vila Elesbão representa um legado histórico-cultural e uma técnica adequada ao modo de vida local?**

A Vila Elesbão enquanto cenário de palafitas da Amazônia, não obtém arbitrariamente de seus moradores o valor histórico e cultural que representa. Existem origens e transformações espaciais que justifiquem seu importante valor como registro do início de ocupações populares no município de Santana (AP). E atrelado as estas questões, a técnica construtiva sob as águas, utilizando materiais locais, é compatível ao modo de vida local.

O objetivo principal da investigação é **elaborar um projeto e uma proposta de desenvolvimento local para Vila Elesbão**, prezando pelo teor científico e coerente a realidade local para o conteúdo do trabalho. Neste sentido, o contexto deste objetivo está delimitado perante o escopo de atividades técnicas de atribuição do arquiteto e urbanista. Os objetivos específicos envolvem as seguintes condutas:

- Estudar a origem da ocupação da Vila Elesbão e suas raízes culturais que justifiquem sua forma de ocupação e expressão cultural – as palafitas.
- Analisar os impactos sociais e ambientais do assentamento humano às margens do rio Amazonas, na zona portuária de Santana.

- Analisar as condições de habitabilidade da Vila Elesbão, com ênfase nas características específicas da região Amazônica.
- Elaborar o estudo de viabilidade técnica que preveja as possibilidades de uso e sirva de avaliação preliminar para projetos e propostas exequíveis.
- Elaborar o projeto arquitetônico denominado Estação Chão d'Água e a proposta de desenvolvimento local baseada em turismo comunitário.

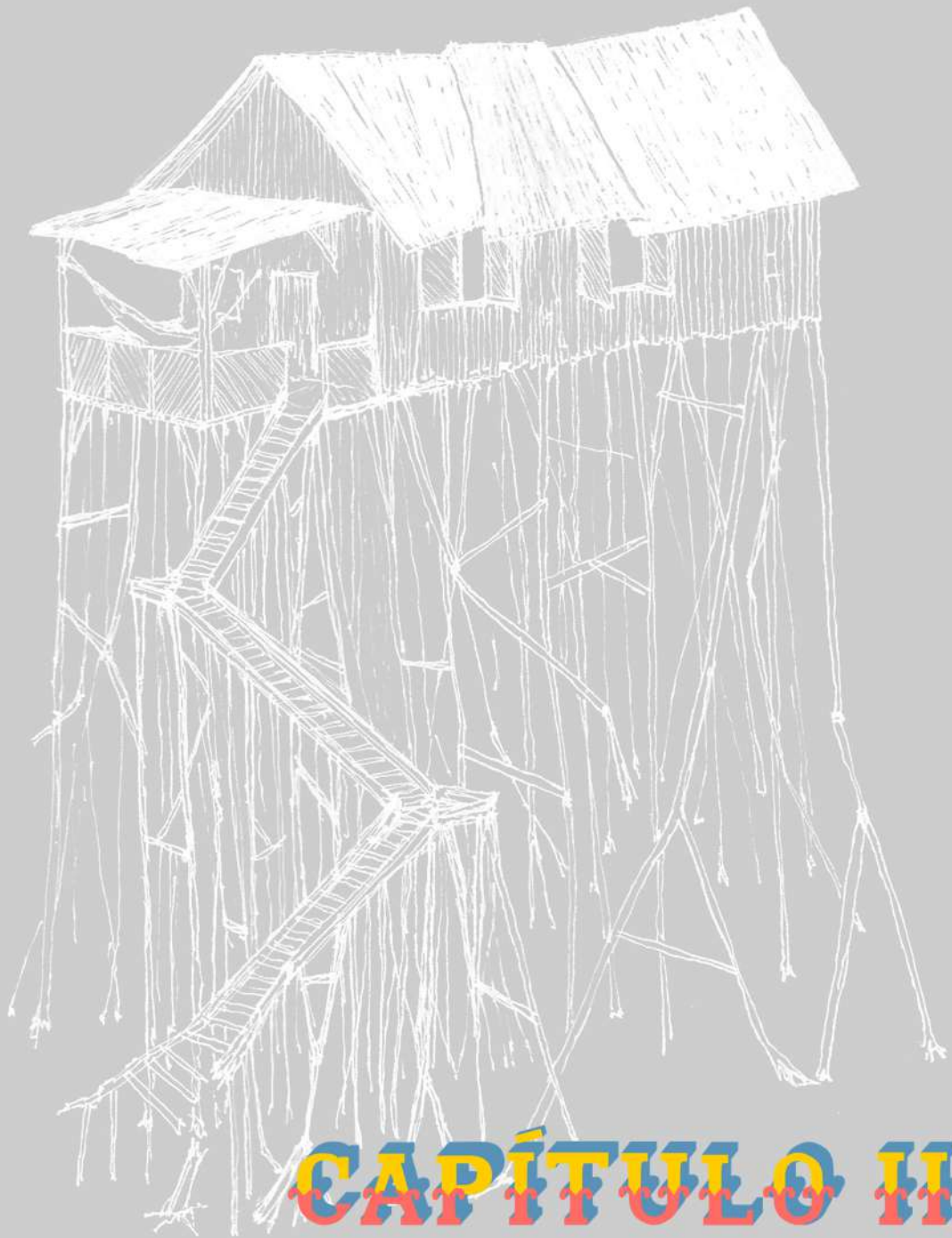
As técnicas de investigação empregadas para alcançar as análises pretendidas, exigem a coleta de dados quantitativos e qualitativos de diversas fontes de origem da informação, podendo ser de natureza estatística ou cartográficas, além de aplicação de formulários em entrevistas na Vila Elesbão. Quanto aos dados quantitativos, as fontes e bases consultadas:

- a) Dados estatísticos. Utilização de diversas fontes oficiais institucionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Associação de Moradores do Bairro Elesbão (AMOBEL). Estes três contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa.
- b) Dados cartográficos. As consultas de cartografias oficiais foram obtidas a partir do Plano Diretor Participativo de Santana (PDPS) e outras fontes do Governo Estadual.
- c) Formulário. Aplicou-se um total de 52 formulários na área da Vila Elesbão. Este total é resultado do trabalho executado em equipe junto as atividades exercidas no Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Um semestre de trabalho e vivência com a comunidade para obter informações sobre a infraestrutura, situação social e das habitações, assim como das condições ambientais e hábitos alimentares. Mais detalhes da técnica utilizada são apresentados no item 4.4 deste trabalho.

As análises qualitativas necessitam de outras fontes de informações e métodos de coleta. A consulta de acervos bibliográficos como teses, artigos e publicações a respeito da reflexão central mencionada anteriormente, assim como para a historicidade da comunidade da Vila Elesbão. Utilizou-se recursos de:

- a) Análise bibliográfica. Baseia-se na consulta de livros, artigos, teses, periódicos, e demais publicações que sirvam de referência para os estudos e argumentos que consolidem o objetivo principal.
- b) Entrevista por pautas: A entrevista foi conduzida pelo pesquisador explorando assuntos relacionados ao histórico da AMOBEL, estrutura atual da sede, desejos e gostos de teor projetual e a respeito dos costumes alimentares da comunidade. O Sr. Raimundo Moraes (Presidente da AMOBEL) disponibilizou tempo e atenção para a coleta de dados, o processo ocorreu de forma espontânea e objetiva. A técnica utilizou a gravação de voz e por seguinte todo o material foi transcrito (disponível em Apêndice B).
- c) Registro fotográfico. Efetuou-se levantamentos fotográficos a fim de registrar o cotidiano local e identificar algumas demandas da população de habitantes, a partir de observação simples.
- d) Registro audiovisual. A elaboração de um filme com habitantes da comunidade, uma tarefa executada pelo Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade na Vila Elesbão, que não teve como finalidade capturar dados qualitativos para este trabalho em especial. As entrevistas foram registradas em vídeo e resultaram um acervo audiovisual e servem de mostra do modo de vida local. Este recurso está disponível para acesso público e o link de acesso pode ser encontrado em Anexo C.

Com base nos objetivos desta pesquisa pode-se classificar a investigação deste trabalho como exploratória, visto que envolve levantamento bibliográfico, entrevistas, e análise de exemplos “que estimulem a compreensão” (GIL, A., 1999, p. 41). Contudo, a Monografia exige apenas um trabalho sistemático e completo sobre um assunto, usualmente pormenorizado no tratamento, mas não extenso em alcance (LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 266). Portanto a expansão da tradicional forma de apresentação monográfica científica é apresentada aqui como um método de avaliação que inclui um capítulo referente a proposta projetual e demais estratégias.



CAPÍTULO II

2 ENTRE AS ÁGUAS E O MEIO URBANO: PALAFITAS

Este capítulo apresenta os conteúdos de base para discussão teórica estruturado em duas etapas temáticas, as quais definem um panorama de algumas das questões urbanas vinculadas às palafitas com foco no modo de habitar, seja em território rural ou urbano, abordando aspectos globais de ocupações palafíticas em abrangência internacional e nacional.

A abordagem das temáticas pertinentes à construção palafítica é baseada em pesquisas a respeito da formação, desenvolvimento e perspectivas para a Amazônia em variadas áreas do conhecimento além da arquitetura e urbanismo, como planejamento urbano e regional, geografia e alguns conceitos da antropologia. Pretende-se contribuir para pesquisa na área e assim traçar novas percepções sobre a definição de cultura das palafitas.

2.1 O contexto internacional de ocupações palafíticas

Pode-se dizer que construir sobre as águas foi uma ideia revolucionária. Estes tipos de construções encontradas em diferentes zonas geográficas, da Áustria à Escócia, do Chile até a Indonésia, tratam-se de edificações datadas de mais de 5000 anos (BAHAMÓN, A. & ÁLVAREZ, A., 2009, p. 17) e que confirmam evidências históricas de ocupações humanas às margens de corpos d'água.

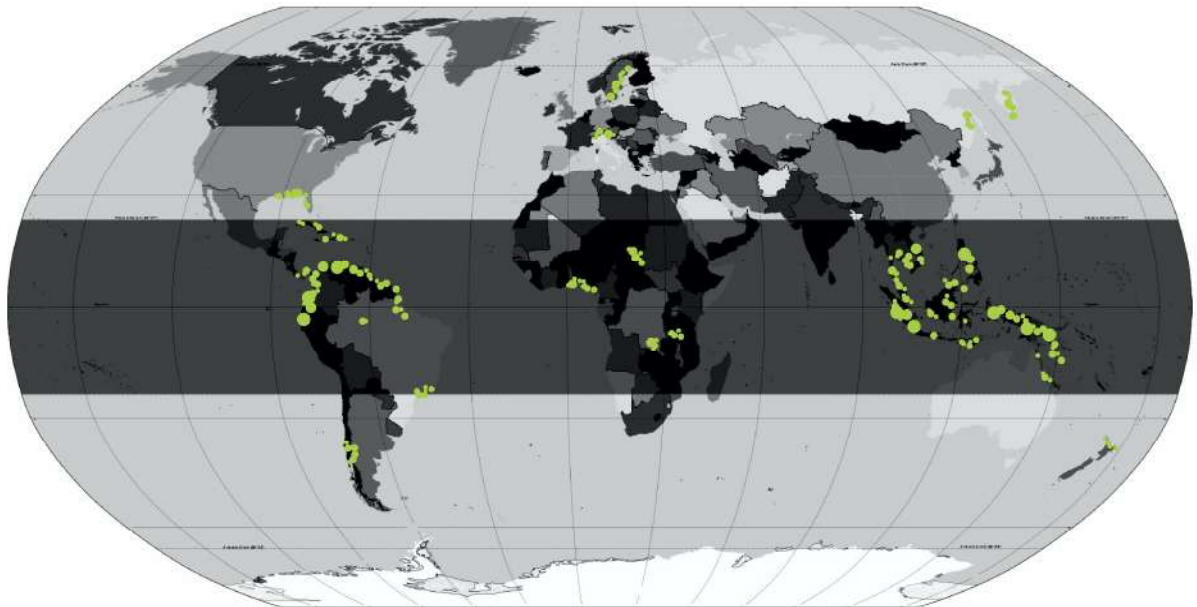
A arquitetura vernácula conhecida como *Palafita*, denomina edificações suspensas sobre pilotis de madeira acima das águas ou terrenos passíveis de períodos de alagado e exercem extrema relação com o clima e modo de vida do local onde é possível encontrá-las. Apesar de antiga, esta arquitetura não se tornou obsoleta, com o avanço de complexidades e o desenvolvimento dos assentamentos, construir sobre as águas continua sendo uma necessidade na realidade contemporânea.

Adaptadas às condições de calor e umidade, as palafitas na atualidade existem também em diversos países do planeta (Figura 02). Construídas desde locais como pequenas aldeias situadas nas orlas do mar Caribenho até em cidades modernas no Pacífico asiático (BAHAMÓN, A. & ÁLVAREZ, A, 2009, p. 19), as

palafitas manifestam além de uma relação com as tradições do passado: podem fazer perceber como as condições culturais, econômicas e sociais de comunidades estão estruturadas perante o contexto da cidade.

Não é casualidade encontrarmos soluções semelhantes nas mais diferentes latitudes onde existem as características acima, adaptando-se às características morfológicas do terreno natural e ventos, sempre utilizando materiais locais da área, oferecendo todos os tipos de organizações urbanas dispersas, concentrada, isolado, linear, em pendente, unindo as passarelas, plataformas ou acessando diretamente do solo no caso de módulos isolados; combinando uma ou mais soluções que são determinadas pelo caráter único do local em que se encontram e que dão particularidade a este tipo de habitação vernácula (traduzido de VILLOTA, M., 2014, p. 25).

Figura 02: Assentamentos palafíticos no mundo (faixa intertropical em destaque).



Fonte: SALGADO, V., 2018. Base de dados: VILLOTA, M., 2014.

É relevante trazer à discussão a realidade de diversos países de incidência das construções palafíticas, em especial as que utilizam madeira como principal material aplicado. Tal abordagem permitirá constatar a diversidade de tipologias, versatilidade dos materiais empregados e as possibilidades de adaptação pautadas na expressividade e identidade cultural de cada região. Este estudo aborda casos da Europa, Ásia, África e América do Sul.

Há mais de 150 anos as palafitas são pautas de pesquisas na Europa (Figura 03). O Historiador Ferdinand Keller identificou pilotis ou estacas de madeiras fossilizados no fundo do Lago Zurique em Meilen, Suíça, como restos de aldeias pré históricas. Esta descoberta originou um enorme debate a respeito de formas de

assentamentos sobre as águas, o que mais tarde, em meados do século XX, a partir de análises científicas, foi possível identificar aproximadamente o seu período histórico: entre o final da Idade da Pedra e a Era do Bronze (5000-800 a.c.), segundo SUTER, P. J. e SCHLICHOTHERLE, H (2009, p. 10-12).

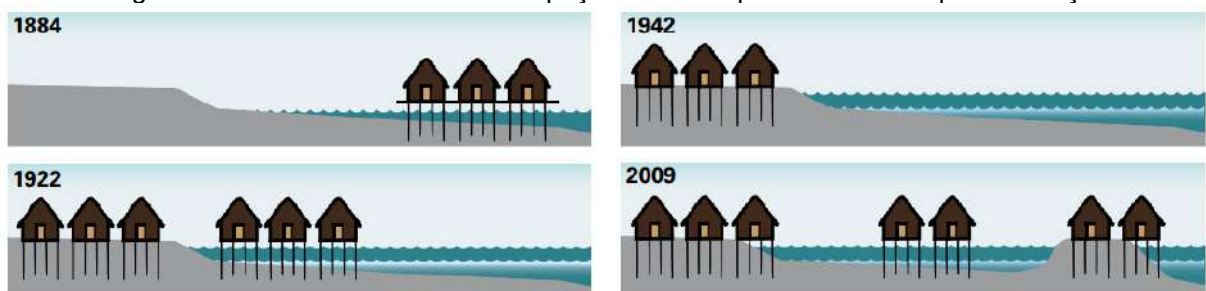
Figura 03: Descoberta, estudo e valorização das vilas palafíticas nos Alpes da Suíça.



Legenda: Aldeias pré-históricas na Europa (A); local de pesquisas e escavações de fósseis de pilotis em 1919 (B); sítio arqueológico de pilotis aberto ao público (C). Fonte: SUTER, P. J. e SCHLICHOTHERLE, H. 2009.

As questões levantadas após tais descobertas enriqueceram por demasiado a história da cultura europeia na região dos Alpes. Várias interpretações ao longo dos anos de pesquisas esclareceram possíveis formas de ocupação (Figura 04) utilizando a técnica de palafitas, e permitiram recriar os cenários onde as primeiras comunidades agrícolas da Europa se estabeleceram (SUTER, P. J. e SCHLICHOTHERLE, H., 2009, p. 13). Os resgates de técnicas construtivas vernáculas remetem ao desenvolvimento de construções apropriadas às condições ambientais específicas do lugar e base econômica da população. As casas levantadas sobre as águas aproveitam a circulação do ar, protegem seus habitantes dos animais selvagens e mosquitos e resolvem as mudanças de nível causadas pelas inundações (BAHAMÓN, A., & ÁLVAREZ, A., 2009, p. 18).

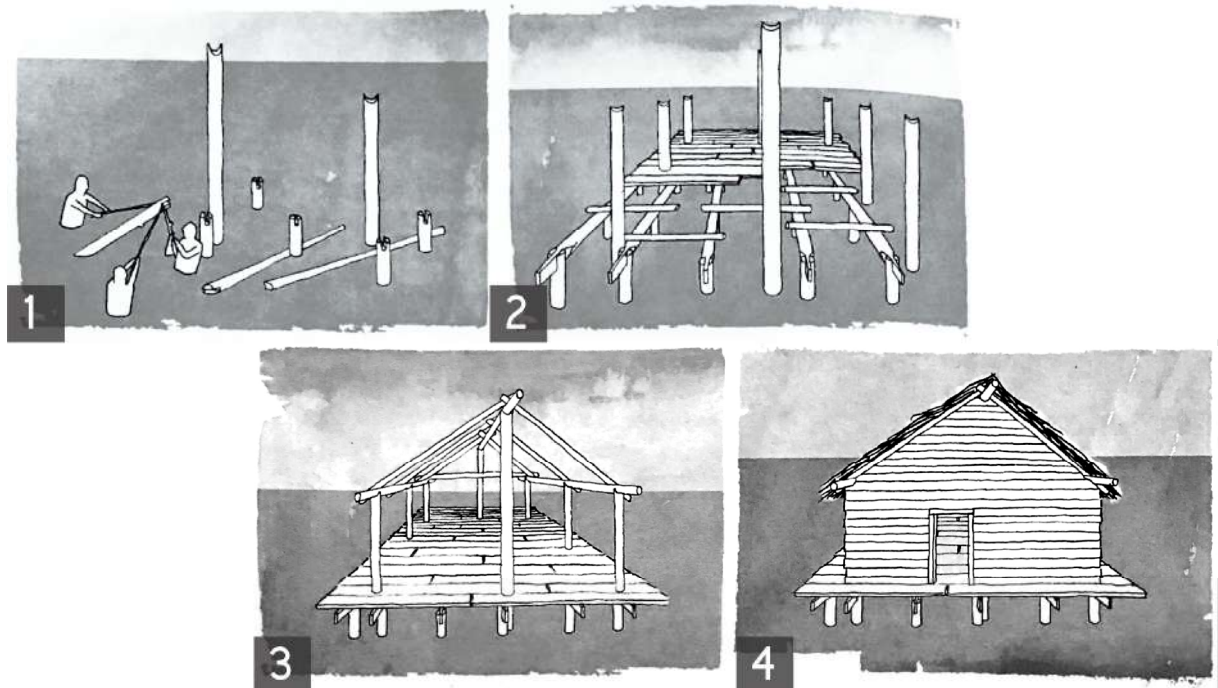
Figura 04: Formas e modelos de ocupação das vilas palafíticas nos Alpes da Suíça.



Fonte: SUTER, P. J. e SCHLICHOTHERLE, H. 2009.

Ainda que as palafitas ao redor do mundo tenham sido construídas sob a influência de variadas raízes culturais, as construções correspondem a um entorno específico, o alagado ou sob risco de inundações esporádicas. Bahamón e Álvarez (2009) recriam as etapas construtivas das palafitas (Figura 05) em *Palafito de arquitetura vernácula a contemporânea*, afirmando que as mesmas técnicas construtivas seguem desde o período pré-histórico, mas com alguns elementos melhorados e que geralmente, os conjuntos urbanos exigiam uma vida compartilhada em comunidade.

Figura 05: Passo a passo da construção da palafita.



Fonte: BAHAMÓN, A. & ÁLVAREZ, A. 2009.

Na Ásia, diante do vasto horizonte oceânico do Pacífico, as comunidades da tribo Batak (Indonésia) constroem tradicionalmente duas tipologias de palafitas desde o séc. XV, as grandes casas familiares chamadas *Bolon*, e os celeiros os quais denominam *Sopo* (Figura 6). YUSRAN & SURYASARI (2016, p. 187) descrevem que estes povos da Indonésia simbolizam a sua vida pela ornamentação e pela decoração, bem como a sua implementação na casa como um todo. Os pesquisadores citados enfatizam a busca por uma reflexão a respeito da conexão invisível entre o discurso arquitetônico e os aspectos do modo de vida revelados através das palafitas.

Estas construções palafíticas, as Batak de Simalungun, próximas à Península Malay, são carregadas com valor filosófico, e a ornamentação decorativa na casa tem a vantagem de combinar elementos humanos, da natureza e elementos geométricos (YUSRAN, Y. & SURYASARI, N., 2016, p. 187). As vigas estruturais repousam sobre pedestais de pedra elevando a edificação do nível do solo, as paredes da casa são ligeiramente anguladas e têm aberturas, o telhado tem inclinação íngreme com a forma do escudo no lado inferior, enquanto o lado superior com um declive em forma de sela e incline para baixo, revestidos com palha de palmeiras.

Figura 06: Edificações palafíticas da tribo Batak Simalungun, Indonésia.



Legenda: Casa Bolon (A); Povoado Batak (B). Fonte: NISA, P.; KUSUMA, B., 2018.

No continente africano, um exemplo relevante de palafita é encontrado no povoado Ganvie da República de Benin, considerada a “Viena Africana”, em que os habitantes, da etnia Tofino, ocupam a orla do Lago Nokoué, onde constroem as palafitas em bambu sob um terreno permanentemente alagado, utilizando longos pilotis de madeira cravados no fundo do lago (Figura 07). Historicamente, este povoado surgiu da concentração de pessoas fugitivas do processo de escravização durante a época colonial, pois entre as águas era possível se proteger das capturas e caçadas dos portugueses (GONZALÉZ, M. et. al., 2015, p. 31).

As coberturas das habitações são de palha ou chapas metálicas e as aberturas raramente recebem vedação (GONZALÉZ, M. et. al., 2015, p. 32) devido à visível condição de precariedade e pobreza. Atualmente, estima-se uma população de 30.000 habitantes, originada no séc. XVII. A estrutura do povoado conta com escola, hospital, lojas e até mesmo um hotel, todos em estrutura de palafita.

Figura 07: Povoado Ganvie sob o Lago Nokoué, Benin.



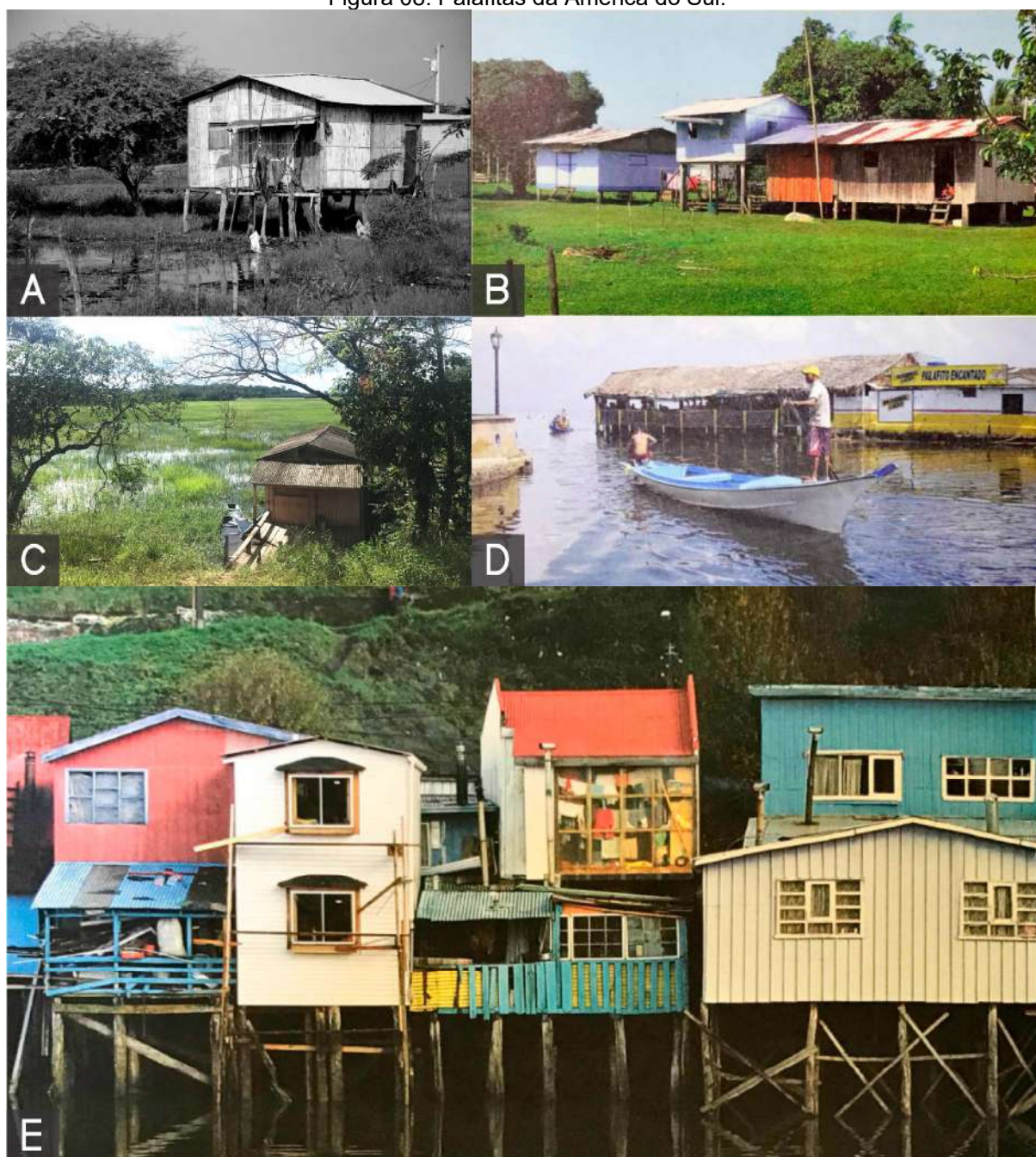
Légendas: (A) Vista aérea da região ocupada do Lago Nokoué; (B) Crianças em barcos transportando mantimentos. Fontes: TILBORG, H. 2014; JARVIS, S. 2018.

A fonte de renda e via de traslado é o Lago Nokoué. Apesar da tranquilidade das águas, a circulação de embarcações a remo é constante, pescadores e crianças lançam suas redes na água em busca de qualquer peixe, explorando a notória escassez de recursos. As mulheres são designadas, dentro da divisão do trabalho, à venda dos pescados nos portos e mercados. Apesar dos quase 300 anos de ocupação, recentemente as Agências das Nações Unidas dedicaram esforços ao desenvolvimento desta parte da África. Até 2020 o programa *Revealing Benin* irá reabilitar as condições ambientais do lago, construir mais habitações palafíticas, assim com um novo hotel, visando a promoção turística da localidade.

O Equador, Colômbia e Brasil são países latino americanos onde a realidade das palafitas é encontrada em território urbano e rural de formas diferentes (Figura 08). Antes de partir para o contato com a construção palafítica na Amazônia, é conveniente mencionar outras formas e modos de vida vinculados a esta arquitetura em regiões próximas. Assim como no Brasil, as palafitas no centro e sul da América têm vínculos genuínos com as culturas indígenas, o que justifica sua harmoniosa relação com natureza onde está inserida. Sendo assim, podemos chamar de cultura vernácula palafítica, segundo María Villota (2014):

Aquela que propõe soluções de sustentabilidade e eficiência energética, baseadas em parâmetros de conforto próprios obtidos através de uma memória coletiva, geralmente de transmissão oral, e através de um processo de experimentação e adaptação de técnicas construtivas estrangeiras e próprias, manejando o meio ambiente de água/terra a suas necessidades, atingindo uma simbiose entre construtor e entorno (VILLOTA, 2014, p. 25).

Figura 08: Palafitas da América do Sul.



Legenda: (A) Equador; (B) Colômbia; (C) Brasil; (D) Venezuela; (E) Chile. Fontes: VILLOTA, M., (2014); BAHAMÓN, A., & ÁLVAREZ, A., (2009); SALGADO, V., (2017).

A Província de Manabí, no litoral oceânico do Equador, é local de vários estudos a respeito de palafitas vernáculas. A região banhada pelo oceano pacífico possui áreas costeiras ocupadas por habitações vernáculas do tipo palafita, o que se deve principalmente à autoconstrução, em que o habitante modifica a residência a partir de suas necessidades específicas, conforme vão surgindo (VILLOTA, M., 2014, p. 94). Neste tipo de construção destaca-se o uso da técnica de taipa (pau a pique)

para as paredes sobre o assoalho de madeira erguido sobre pilotis de madeira. A utilização deste tipo de estrutura é decorrente do custo-benefício, uma vez que os materiais são nativos e de fácil extração na região.

Todo o conhecimento empregado na construção das palafitas de Manabí é passado de geração em geração como uma forma de viver, tradição e legado. Há registros da ocupação do litoral equatoriano desde o século XVI, com a chegada dos colonizadores espanhóis, que na época já constituíam um quantitativo de 600 construções (VILLOTA, M., 2014, p. 90). As recentes investigações arqueológicas constataram, nestas habitações rurais a possibilidade de reconstituir formas de viver dos povos indígenas e assim valorizar as antigas culturas do país declarando-as como patrimônio nacional.

Segundo VILLOTA, M. (2014, p. 95), ao longo do litoral equatoriano as palafitas vernáculas apresentam características comuns, seja no uso de materiais, técnicas construtivas ou configuração de fachadas. Um fato particular sobre as aberturas das habitações, nota-se quando Villota (2014) descreve que “as aberturas permanentes estão localizadas com direção visual ao ambiente que lhes permite observar e controlar seus bens”, ou seja, há relação entre público e privado, mesmo que seja em território rural, no caso desta comunidade.

Hoje, as características construtivas das antigas habitações rurais se assemelham ao que se pode encontrar nos assentamentos populares do litoral equatoriano. Esta solução arquitetônica permanece utilizada, visto que permite viver em condições favoráveis a temperatura, umidade, ventos, localização e as inundações de períodos de inverno chuvoso. Os espaços do interior das construções distribuem-se equivalentemente às antigas tipologias, porém ao exterior foram adicionados espaços de transição entre público, semipúblico e privado (VILLOTA, M., 2014, p. 100). A Figura 09 permite visualizar um pouco a realidade de assentamentos do litoral equatoriano, além de observar equivalências ou similaridades com as habitações palafíticas da Amazônia brasileira em diversos aspectos.

Figura 09: Assentamento palafítico em Manabí, Equador.



Legenda: Assentamento Popular (A); Interior das habitações em assentamento populares (B). Fonte: JAVÉ, F., 2011, apud VILLOTA, M., 2014.

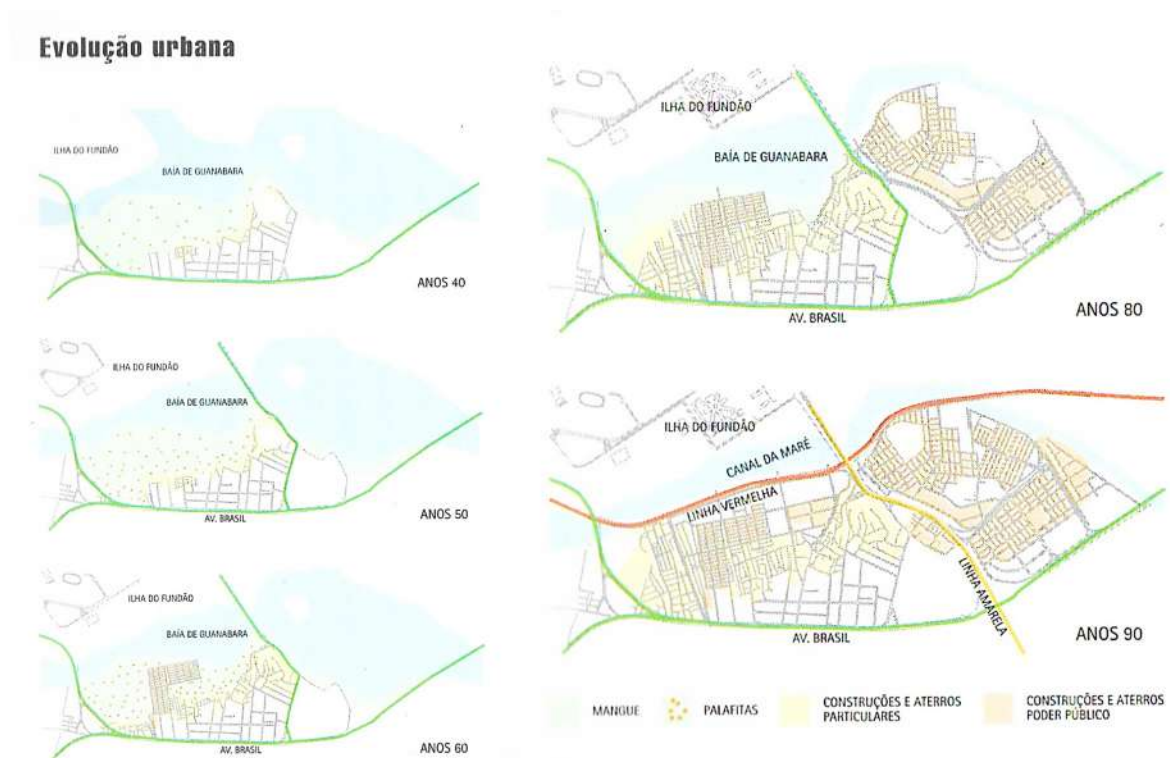
A investigação de construções palafíticas em diversas localidades do planeta revelam perspectivas de aproximação entre o homem e a natureza, relativa às formas de ocupação do espaço e território de diferentes culturas, principalmente em detrimento das desconformidades entre as águas e as cidades. É viável incluir as palafitas dentro das tendências e conflitos na busca de conciliação entre desenvolvimento urbanístico e degradação ambiental. Contudo, as dificuldades do habitar vencidas no passado podem auxiliar a compatibilizar as formas de planejamento de áreas próximas a corpos d'água sem prejudicar comunidades socialmente vulneráveis.

2.2 Palafitas no Brasil

Além da ocorrência em localidades rurais, o contexto urbano das palafitas no Brasil se intensifica no período pós-guerra do século XX, correspondente à decadência da agricultura e de forte industrialização, em grande parte no centro-sul do país. Intensos fluxos migratórios em direção às cidades, principalmente para as capitais, proliferaram e expandiram assentamentos populares, ou favelas, devido à crise na habitação durante a década de 1940 (VARELLA, D., BERTAZZO, I., & JACQUES, P., 2002, p. 20). Antes de mencionar as circunstâncias das palafitas em Macapá, na região Amazônia, perante o recorte histórico citado e a incidência desta técnica construtiva na cidade, é válido citar casos de ocupações populares no Brasil, onde a palafita foi ou ainda é alvo de projetos de erradicação.

Particular ao caso da cidade do Rio de Janeiro (RJ), segundo JACQUES, P. et. al., (2002, p. 21), a necessidade de morar perto do local de trabalho incitou a população migrante a instalar-se nos terrenos não ocupados que escaparam da especulação imobiliária pela dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de construção: morros, mangues, terrenos inundáveis etc. Atualmente denominado como complexo de favelas da Maré, várias comunidades iniciaram a ocupação da região originalmente pantanosa através de palafitas construídas com sobras de materiais precários (Figura 10), suprimindo a necessidade de abrigos em tempos difíceis.

Figura 10: Evolução do complexo da Maré 1940-1990, Rio de Janeiro.



Fonte: VARELLA, D., BERTAZZO, I., & JACQUES, P. 2002

As transformações e inúmeras reconstruções da comunidade, que corajosamente habitava sobre as águas na zona norte do Rio, sofreu um processo de evolução urbana que eliminou a ocupação por palafitas nas favelas de lá. A evolução urbana da região, reconstituída por JACQUES et. al. (2002, p. 22) mostra como os avanços contra as águas por inúmeros aterramentos consolidou a forma tradicional de construir, em terra firme, substituindo a imagem de palafitas que sustentavam os barracos em cima do mangue, presente hoje apenas na memória de cariocas

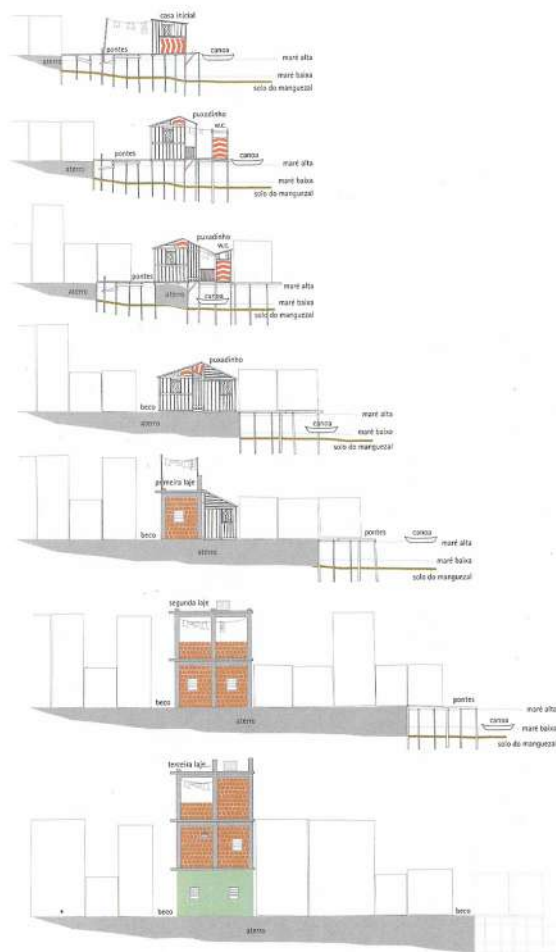
remanescentes daquela fase do complexo. Sobre as palafitas do complexo da Maré em um passado próximo, Paola Jacques (2002) declara:

Essa maneira de construir era o oposto da construção tradicional em terra firme. O terreno ali era determinado pelas palafitas, estacas verticais, fincadas na lama, e era a partir dessa base que se construía uma base horizontal, também em tábuas de madeira, para se erguer a habitação (JACQUES, P. et. al., 2002, p. 21).

As comunidades que formam o complexo têm características e processos espaciais bem distintos, que vão do mais planejado ao mais espontâneo. A comunidade Parque Maré, segundo Jacques et. al. (2002, p. 35), inicialmente foi ocupada como continuidade da Baixada do Sapateiro, que por características tem semelhanças formais, como a irregularidade das ruas e becos decorrente das antigas pontes que ligavam os barracos sobre palafitas (Figura 11).

Figura 11: Evolução arquitetônica do Parque Maré, Rio de Janeiro.

Evolução arquitetônica



Fonte: VARELLA, D., BERTAZZO, I., & JACQUES, P. 2002.

A ocupação inicial do Parque Maré data de 1950, porém, apenas uma década mais tarde, após o Projeto Rio¹, houve de fato a consolidação da comunidade. O advento do projeto removeu as palafitas ocasionando um decréscimo populacional e drástica mudança na forma de habitar. Com o avançar dos aterros e o fim do projeto, a comunidade já estava fixada definitivamente na década de 1990. Hoje é uma das comunidades mais marcadas pela violência, devido à proximidade com a atual “área de fronteira” entre duas facções rivais que controlam o tráfico de drogas no complexo (JACQUES et. al., 2002, p. 36).

Afastando-se da região sudeste do Brasil, no Maranhão, um caso análogo ao que ocorreu no Rio de Janeiro também serve de exemplo dentro das estratégias de planejamento urbano que excluem a presença de palafitas do território. À margem esquerda do rio Anil está em curso um programa de urbanização o qual estipula a total erradicação das palafitas naquela região de São Luís denominada “Maré”, como os próprios moradores bem definem, segundo SILVA & KAPP (2016, p. 1109).

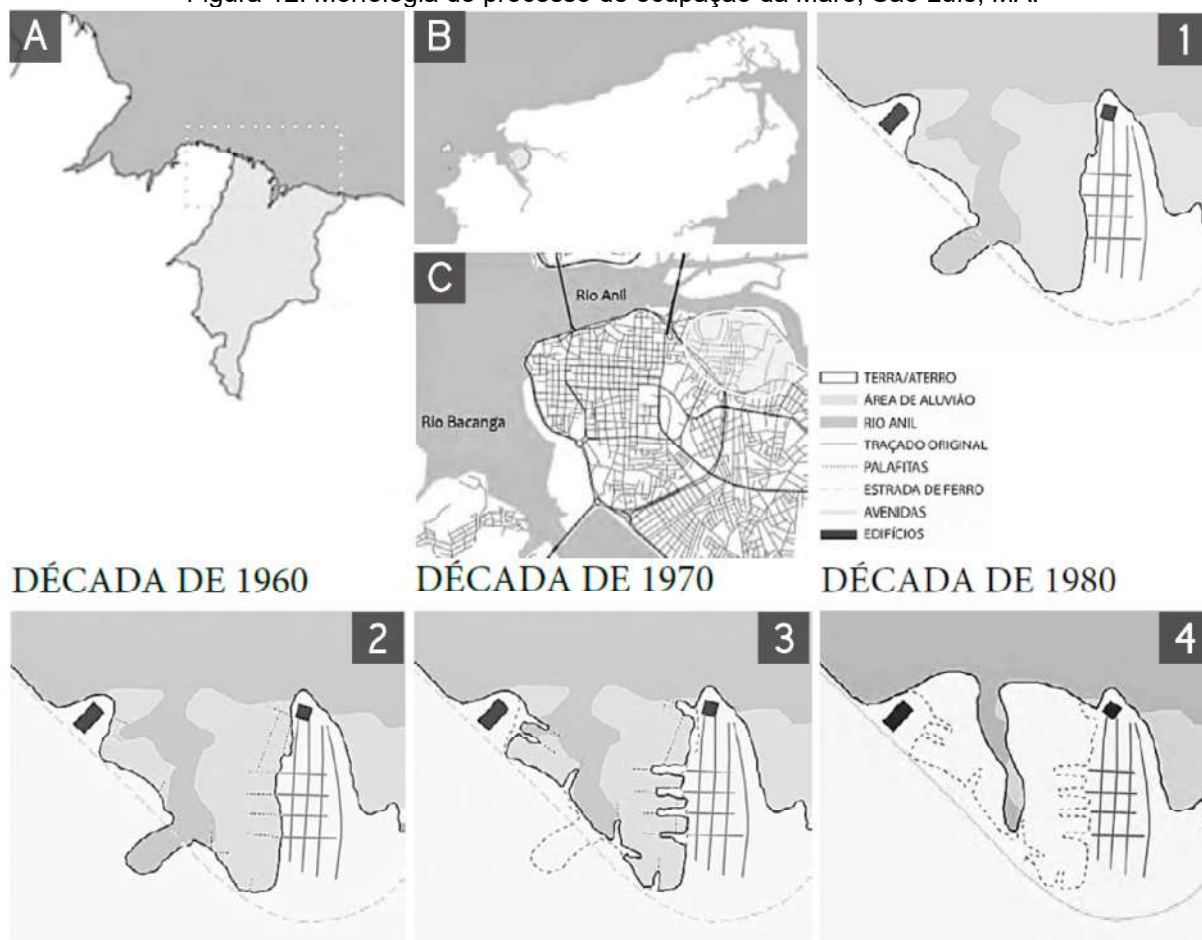
Esta área entre a terra firme e o mangue está ocupada desde a década de 1950 em decorrência das mesmas causas citadas no caso anterior, da *outra Maré*, o êxodo rural. Os migrantes que chegaram à São Luís neste período encontraram no mangue um lugar para se instalar fora dos olhos e dos interesses das instituições econômicas e políticas dominantes (SILVA & KAPP, 2016, p. 1111).

A ideia de transformação do vernáculo em informal nasceu da conquista de terras com total ausência de apoio externo e contraposição a obras do poder público. Aproveitando cada pedaço do território e dos materiais disponíveis, ergueram-se no mangue as primeiras estruturas da comunidade Maré (Figura 12). A morfologia do processo de ocupação espontâneo do mangue começou de acordo com Silva & Kapp (2016):

1 Na década de 1970 o Ministério do Interior, através do Ministro Andreazza, anunciava o PROMORAR, demonstrando que o governo federal também estava preocupado e atento ao problema habitacional. O PROMORAR (Programa de Erradicação de Favelas), aprovado pelo Presidente da República em 28.06. 79, visava a solucionar o problema das habitações sub-humanas, as favelas e as palafitas, urbanizando-as quando possível, e erradicando-as, quando for "caso perdido", foram palavras textuais do Ministro, ao anunciar o projeto. O projeto se iniciou pela região da Maré, no Rio de Janeiro, estendendo-se posteriormente a outras capitais. Ficou conhecido como o Projeto Rio e teve amplíssima divulgação na imprensa e outras capitais (VALLA, V., 1985, p. 287).

Segundo contaram vários moradores, os aterros começavam linearmente pelas vias de madeira e logo se expandiam para a frente das casas, que assim podiam ganhar uma fachada de alvenaria, mas permaneciam com os fundos sobre estacas e abertos para a água, o que permitia o acesso direto dos barcos de pesca e o escoamento dos esgotos (SILVA & KAPP, 2016, p. 1113).

Figura 12: Morfologia do processo de ocupação da Maré, São Luís, MA.



Legenda: (A) Maranhão no Brasil; (B) Sítio de fundação da cidade de São Luís; (C) Centro histórico e localização da favela; (1) Região do mangue sem palafitas em 1955; (2) Franjas de palafitas começam a avançar para o interior do mangue, no seguimento das ruas existentes; (3) Começam os aterros lineares feitos pelos moradores. Prosseguem as palafitas; (4) Grande aterro por dragagem feito no âmbito de um programa de urbanização não concluído. Fonte: SILVA, J., & KAPP, S., 2016.

O PAC² do Rio Anil deu início às obras em 2008 (Figura 13) a fim de atender cerca de 13 mil famílias, das quais aproximadamente 3 mil habitavam em palafitas sobre as águas, pretendendo a erradicação desta cultura construtiva, isto é, os

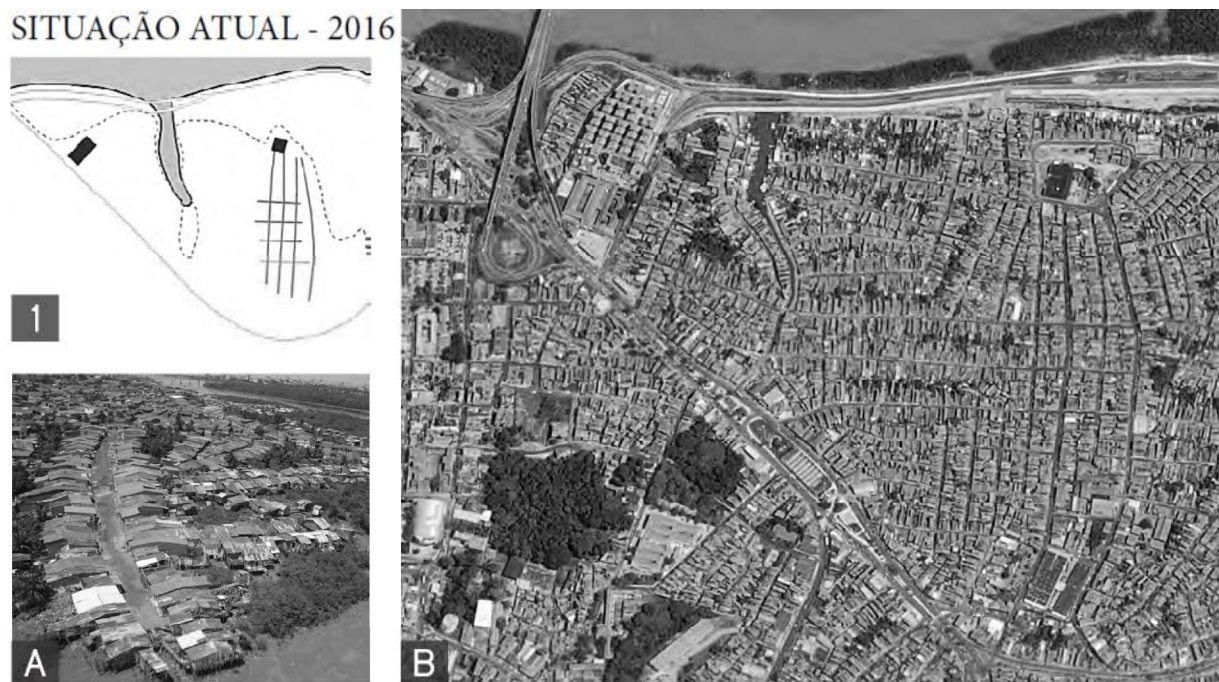
2 PAC é o acrónimo para Programa de Aceleração do Crescimento, um empreendimento desenvolvimentista do Governo Federal Brasileiro, ancorado em diversas obras de infraestrutura, incluindo a "urbanização de assentamentos precários". O PAC do Rio Anil resultou de uma parceria entre o Ministério das Cidades e o Governo Estadual do Maranhão e foi assinado com "cláusulas suspensivas" devido à falta de elementos do projeto (SILVA, J., KAPP, S., 2016, p. 1111).

moradores foram transferidos para novos apartamentos-padrão sem qualquer elo com o ambiente construído pelos próprios.

A dimensão afetiva na arquitetura pressupõe, de acordo com RAPOPORT (1978, apud PERDIGÃO, A., 2012, p. 04), a defesa da riqueza perceptiva implícita no valor social do projeto que é ignorada por projetistas frios e calculistas, como as trocas implícitas ligadas à origem cultural e qualidade ambiental. Na Maré, ali nas margens do rio Anil, e em tantas outras comunidades no Brasil, não houve estudos aprofundados sobre os modos de vida da população local relata Silva & Kapp (2016):

[...] a orientação a priori era para a erradicação das palafitas. Hoje, o PAC do Rio Anil está em fase de conclusão. Foram entregues 832 apartamentos-padrão em prédios de quatro andares e dezesseis unidades, distribuídos em três conjuntos. Concluíram-se, ainda, cerca de 4000 das 6000 “melhorias habitacionais”, outra das metas do programa, que consistia em intervenções pontuais nas moradias precárias consideradas “consolidadas”, porque estabelecidas em terra firme (SILVA & KAPP, 2016, p. 1111).

Figura 13: Morfologia da ocupação da Maré, São Luís, MA.



Legenda: (1) Ampliação do aterro e construção de avenida marginal ao rio (PAC Rio Anil). Algumas palafitas permanecem, bordejando o canal, agora mais estreito e curto; (A) Diferentes fases da construção” de uma rua: ponte de madeira, aterro e asfalto (2008); (B) Imagem de satélite, 2016 (Google Earth). Fonte: SILVA, J., & KAPP, S., 2016.

A pesquisa de Silva & Kapp (2016) sobre as palafitas do rio Anil, procurou sintetizar características recorrentes e correlatas sobre as palafitas de lá (Figura 14), afinal as construções não seguiram uma técnica única e homogênea. Segundo relatos

dos moradores, palafitas de 18m² (3m x 6m) cada, se faz em cerca de duas semanas, consome aproximadamente 150 estacas e 20kg de pregos de todo tamanho e o piso ou assoalho de uma nova palafita costumava seguir a altura da ponte que lhe dava acesso, subindo um pouco (SILVA & KAPP, 2016, p. 1116).

Figura 14: Palafitas da Maré, São Luís, MA.



Fonte: SILVA, J., & KAPP, S., 2016.

Na mesma pesquisa, procurou-se estabelecer relação entre a construção de palafitas e a construção naval na região, uma vez que existem pescadores que são moradores, todavia, eles negam a proximidade entre os dois ofícios, visto que os barcos são construídos no seco e depois vão à água. Já as palafitas são construídas na água e lá permanecem. Além deste fato, as palafitas do rio Anil possuem organização espacial em sua arquitetura similar à de outras palafitas no Brasil, como o jirau – poucos compartimentos internos e a estreita distância entre as habitações.

Por via de regra, pode-se dizer, infelizmente, que as palafitas em ambos os casos sofreram um processo de substituição na paisagem das cidades do Rio de Janeiro e São Luís, e apesar de ainda existirem em outros *locus*, as ações diretas do Estado interferem na possibilidade de utilização desta técnica como forma de ocupação legítima. Tanto JACQUES et. al. (2002) quanto SILVA & KAPP (2016) argumentam a favor da valorização da cultura própria na favela, nestes casos, de palafitas.

Acreditamos que há outros caminhos possíveis para os programas governamentais e, ao contrário de bloquear os modos de vida instituídos, e limitar oportunidades - como aconteceu com a construção da avenida marginal que obstruiu a conexão com o rio, - devem procurar-se soluções que aumentem as possibilidades dos habitantes (SILVA & KAPP, 2016, p. 1120).

Ainda que exista a tentativa de transformação destas áreas em bairros, continuaremos a considerar essas áreas como favelas, não em sentido pejorativo, mas, ao contrário, para caracterizar sua cultura própria, principalmente construtiva e espacial [...]. Portanto, essa cultura e estética da favela, essa outra forma de construir e habitar, têm reflexos ou influências de todos os aspectos da vida cotidiana de seus moradores (JACQUES et. al., 2002, p. 29).

Na região Amazônica, as cidades estabelecem forma-conteúdos estreitamente relacionados com rio, por ser o principal compósito das paisagens e/ou dinâmicas presentes na urbe. Apesar das questões ambientais (perda de biodiversidade, mudanças climáticas, escassez de água, entre outros) sobrepõem por diversas vezes as pautas direcionadas ao que há de urbano na Amazônia, é relevante reiterar sobre as cidades, segundo Trindade Júnior (2008), que:

“[...] bem como em suas localizações, às margens dos rios, muitos elementos foram herdados dos períodos de conquistas e defesa do território amazônico, o que nos leva a examinar o papel desempenhado pela forma urbana e pelo conteúdo dessas cidades no passado com vistas a compreendê-la notadamente no que diz respeito às suas inserções no atual contexto da região amazônica” (TRINDADE JÚNIOR & TAVARES, 2008, p. 32).

Ao norte da Amazônia, em Macapá (AP), a investigação de moradias palafíticas urbanas, bem como no Rio de Janeiro e São Luís, envolve conflitos entre o homem e a cidade em várias dimensões, dentre elas o ambiental e o urbano, pois ao que tudo indica, em terrenos inundáveis foi possível estabelecer-se mesmo diante de questões sociais como a pobreza e exclusão. As áreas úmidas, denominadas Ressacas³, são a principal alternativa para os migrantes que não conseguem se firmar em propriedades formais.

As ocupações em áreas de ressaca começaram por volta da década de 1950 e sem restrições, pouco depois da fundação do Território Federal do Amapá (1944-1988) sob influência dos mesmos processos históricos que afetavam o Brasil citados nos casos anteriores (Figura 15). A partir da segunda metade da década de 1980, houve intensificação das ocupações, fazendo com que as mudanças nas estruturas das áreas úmidas acontecessem a um ritmo cada vez mais rápido (CARVALHO, B., 2015, p. 100).

3 Constituem sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligadas a um curso principal d'água, influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo vegetação herbácea (Takiyama et. al., 2012, p. 12).

Figura 15: Ocupações palafíticas em Macapá, AP.



Legenda: Mapa de localização das áreas de úmidas ocupadas por assentamentos irregulares em Macapá. Fonte: SALGADO, V. & CARVALHO, B., 2017.

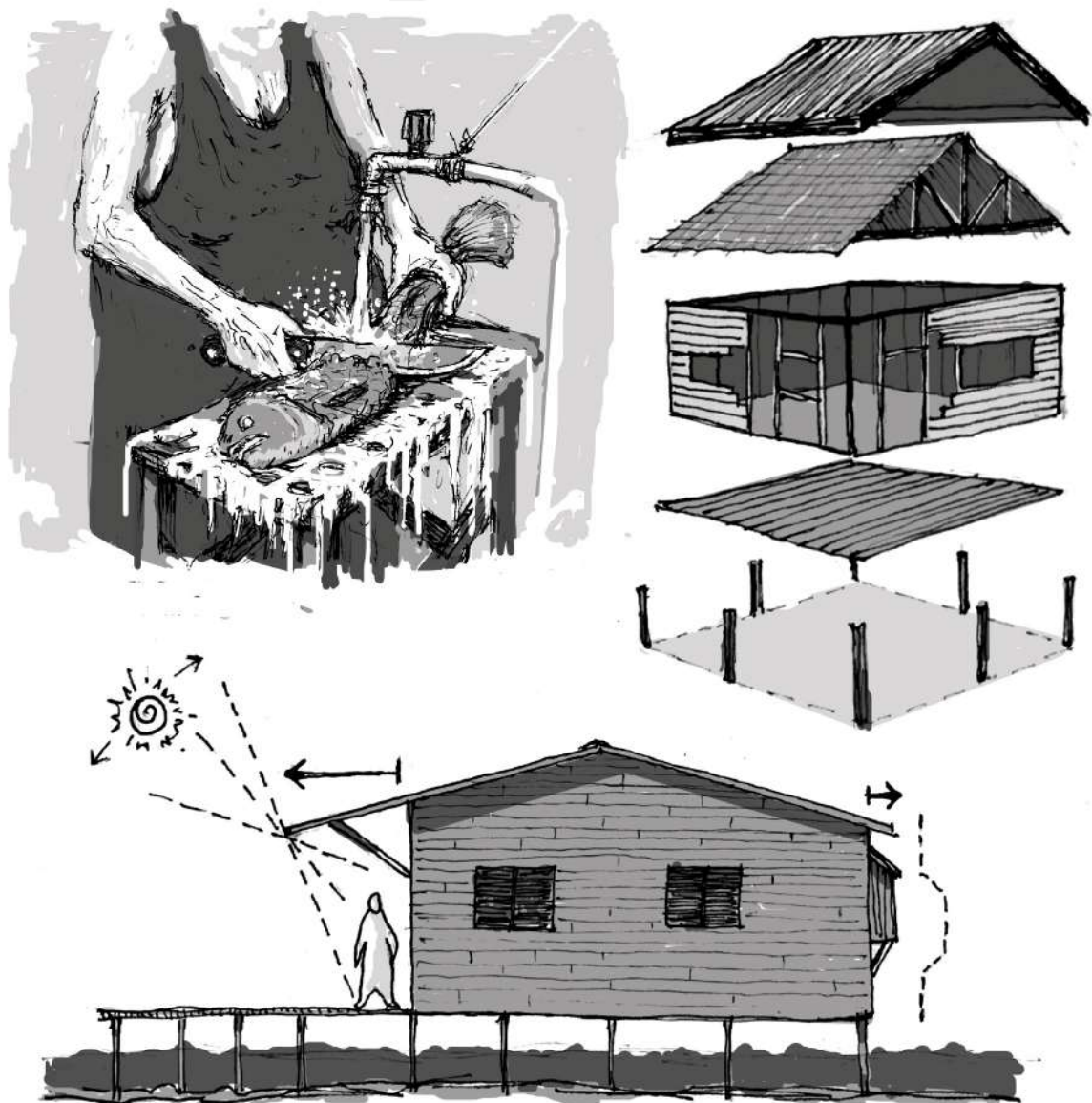
Hoje cerca de 398,204 habitantes residem na capital (IBGE, 2010) em condições adversas, dos quais 63,771 residem em áreas precárias caracterizadas pela fonte de dados como aglomerados subnormais⁴. SALGADO & CARVALHO (2017, p. 84) alegam que este termo, “subnormais”, inferioriza a capacidade de constituição de lares por populações fragilizadas e desfavorecidas em favelas. São sempre espaços que foram em parte ou totalmente conquistados e construídos pelos próprios moradores, segundo uma lógica participativa e singular, contrária ao que ocorre na cidade formal (JACQUES et. al. 2002, p. 28).

A ocupação em áreas de ressaca, no âmbito arquitetônico, implica em evidenciar os fatores ambientais como parâmetros para a escolha da forma de habitar; respeitar o volume e ciclos das águas em diferentes períodos do ano e assim regular a altura da construção sobre a água: perceber a orientação dos ventos e incidência solar para aplicar os maiores beirais garantindo sombra às varandas; e utilizando a madeira como principal elemento estrutural e de vedação devido à viabilidade econômica das famílias, a herança cultural e característica do componente em termos de conforto ambiental (SALGADO & CARVALHO, 2017, p. 86).

4 Aglomerados subnormais: O conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: - irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou - carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública). IBGE; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Aglomerados Subnormais Informações Territoriais. Censo 2010 – Informações Territoriais. Brasília, 2010.

Considerando a pesquisa de Bianca de Carvalho (2015), na ressaca Chico Dias sendo a comunidade que mais apresenta casos de construções palafíticas, considerando as outras três comunidades analisadas pela pesquisadora, os resultados relacionados às condições e características das habitações (Figura 16) mostraram um programa básico de compartimentos que as compõem: dormitório, sala de jantar, cozinha, espaços multiuso como varandas e jirau, e devido às condições sanitárias insuficientes, muitas famílias (13.5%) nem sequer têm banheiro em suas residências (CARVALHO, 2015, p. 194).

Figura 16: Características recorrentes das palafitas em Macapá, AP.



Legenda: O desmembramento dos elementos construtivos de palafitas em Macapá; o uso do jirau para preparação dos alimentos; a morfologia habitação em interação com o ambiente local, a protuberância na parte posterior é o jirau em vista externa. Fonte: SALGADO, V. & CARVALHO, B., 2017.

Além disso, a percepção das condições das habitações em Chico Dias pode ser associada com as manutenções feitas nelas, sua localização e a disposição das habitações (CARVALHO, 2015, p. 197). Quase que em sua totalidade a população (67.1%) considera a condição aparente de sua habitação boa, assim como também demonstra satisfação com o grau de qualidade dos materiais utilizados na construção (Figura 17), segundo CARVALHO (2015, p. 198). Este dado permitiu a interpretação do sentimento de pertencimento, o orgulho da força e capacidade de ter construído um lar que satisfaz a consciência dos moradores, os quais preencheram esse espaço com sua rotina, cultura e afeto, um símbolo comum de liberdade, que permanece aberto; sugere futuro e convida à ação (TUAN, 1983).

Figura 17: Regime de construção de palafitas em Macapá, AP.



Legenda: Simulação do fenômeno de autoconstrução em áreas de ressaca em Macapá por mutirão de moradores. Fonte: SALGADO, V. & CARVALHO, B., 2017.

Outro aspecto importante é a demanda por autoconstrução⁵ e autoprodução⁶ de moradias, uma força de trabalho excluída do mercado habitacional legal. Cerca de 46.6% da população de Chico Dias decidiu construir a moradia por regime de autoconstrução e outros 36.2% utilizou a autoprodução. Com fator de coabitação⁷ presente nesta situação, a densidade das populações em situação de miséria aumenta, o que corresponde à taxa do déficit habitacional para essas áreas (Figura 18). O produto deste fenômeno é o alto nível de informalidade e crescimento demográfico que exclui e fixa este habitante urbano nas áreas úmidas de Macapá (CARVALHO, 2015, p. 70).

Figura 18: Fragilidades da transição entre áreas secas e áreas úmidas, Macapá, AP.



Fonte: SALGADO, V. & CARVALHO, B., 2017.

5 Construção de unidades habitacionais de baixo custo por seus próprios moradores sem contratação de mão-de-obra especializada.

6 Construção de unidades habitacionais de baixo custo com mão-de-obra contratada.

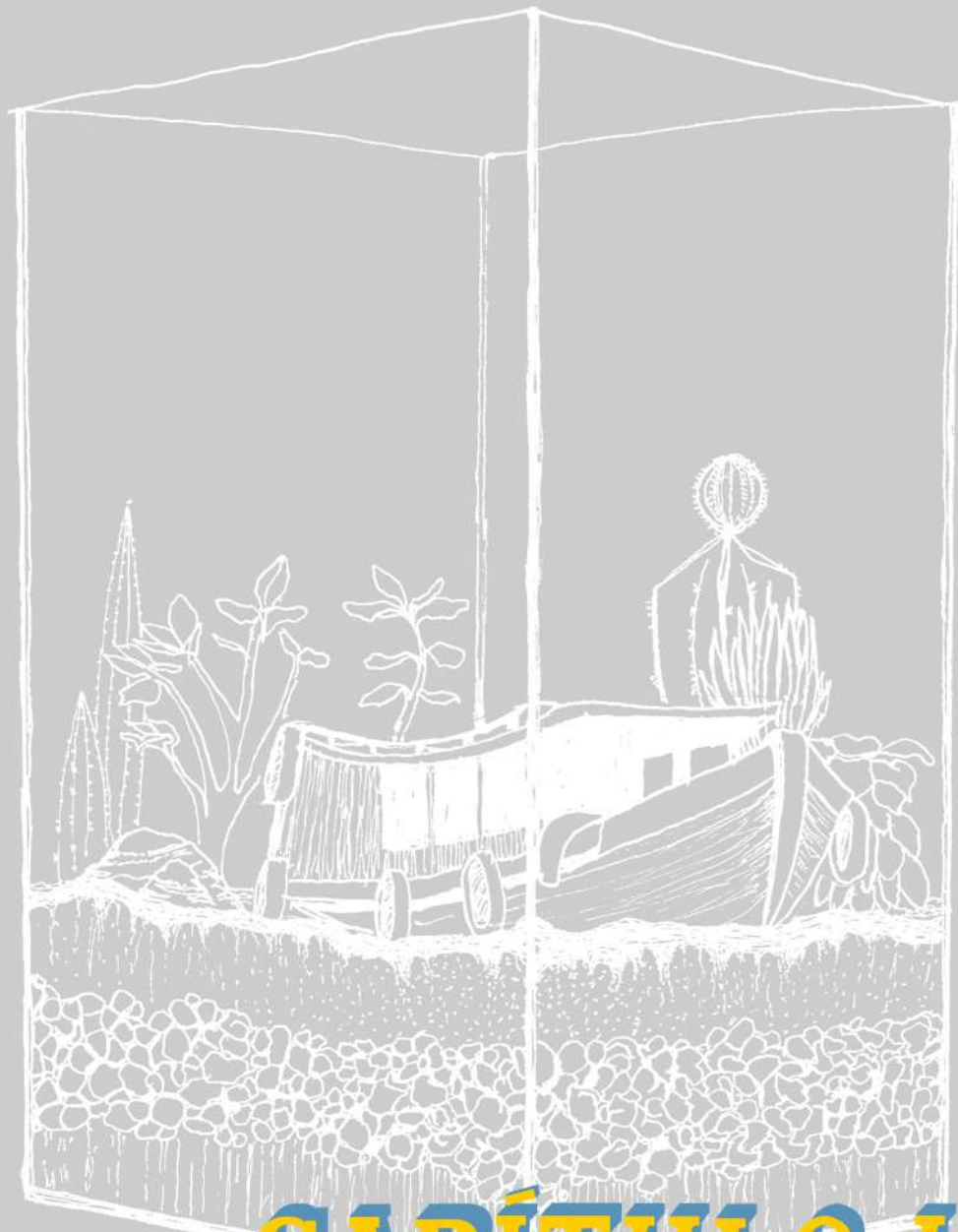
7 A coabitação familiar acontece quando vários familiares ocupam a mesma habitação, incluindo a coexistência de outros núcleos familiares em uma mesma residência, por parentes ou inquilinos (CARVALHO, B., 2015, p. 26)

Seja em Macapá, São Luís ou Rio de Janeiro, a construção de moradias populares denotou peculiaridades devido à possibilidade de tornar influente a palafita, em sua materialidade e símbolo, como alternativa viável ao ambiente em que está inserida e solução de baixo custo. Porém, a rejeição desta construção vernácula por parte do Estado, inibe a oportunidade de criar com a natureza e viver com a natureza.

Apesar dos conflitos que perpetuam a segregação espacial e o estereótipo de irregularidade, as realidades do complexo Maré, das palafitas do rio Anil e na ressaca Chico Dias exigem valorização da memória, vida e diversidade encontrados ali.

No Equador, em Manabí, como visto anteriormente neste capítulo, há legislação nacional que protege e conserva as palafitas vernáculas como patrimônio cultural, incluindo-as em roteiros turísticos e práticas de educação ambiental. Bem como os pioneiros dos Alpes, na Suíça, encontraram há quase um século as primeiras evidências arqueológicas de palafitas no lago Zurique, e desde aquela época não perderam a chance de recriar com orgulho o que poderia ser de enorme relevância para o legado das sociedades europeias de hoje.

Posto neste capítulo a relevância que as construções palafíticas têm adquirido em diferentes culturas, ambientes e instituições, é possível extrair inúmeras reflexões a respeito dos casos de preservação ou erradicação, contudo, estas repostas servem de rumos diante das complexidades encontradas na Vila Elesbão.



CAPÍTULO III

3 DINÂMICAS DA URBANIZAÇÃO EM SANTANA

Localizado à margem esquerda do rio Amazonas, o município de Santana (Figura 19) foi desmembrado do município de Macapá em 1987, porém, o agrupamento populacional inicial da região começou na Ilha de Santana por volta de 1753. Os primeiros habitantes eram portugueses, mestiços vindos do Pará e índios nativos (IBGE, 2017).

Figura 19: Localização da cidade de Santana, no Amapá.



Fonte: SALGADO, V. 2018. Base cartográfica: IBGE.

O município de Santana, situado a sudeste do Estado do Amapá, ocupa uma área de 1.578km² e está subdividido em seis distritos: Ilha de Santana, Piaçacá, Pirativa, Igarapé do Lago e Anauerapucu (áreas rurais) e a sede Santana (área urbana). A cidade de Santana está organizada em 14 bairros distintamente zoneados, segundo VIANA (2016, p. 21). O acesso a outros municípios pode ser feito por rodovias (Rodovia JK e Rodovia Duca Serra), ferrovia e vias fluviais, predicado desta cidade que se destaca por sua importante orla fluvial e portuária na foz do Rio Amazonas.

O contexto migratório da região foi impulsionado devido ao histórico de fundação político-administrativo dos antigos territórios federais da era Vargas, sendo efetivamente criado em 1943 o Território Federal do Amapá. O progresso do

município, que na época era distrito de Macapá, ganhou ascendente projeção com a instalação de projetos para extração de manganês (1956) em Serra no Navio, uma vez que a empresa responsável, ICOMI S/A. – Indústria de Comércio e Minério –, criou o Porto de Santana. Apesar desta construção ter significado uma enorme interface de conexão com as dinâmicas comerciais globais, de acordo com Viana (2016):

[...] a dinâmica portuária que impulsionou a formação socioespacial de Santana com a instalação do porto da Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) (1954-1956), iniciou sob a lógica de produção no mundo globalizado, a qual em nenhum sentido primou por uma boa integração porto-cidade. Ao contrário, a região portuária de Santana, que tem hoje como expoente o Porto Organizado da Companhia Docas de Santana (CDSA), nasce alheia aos interesses endógenos e ao desenvolvimento local, vindo a atender principalmente aos interesses de países centrais, ratificando a posição periférica ocupada pelo Brasil na divisão internacional do trabalho (MONIÉ; VIDAL, 2006, apud VIANA, 2016, p. 27).

A priori, durante as primeiras décadas de instalação da indústria, a cidade prosperou. Contudo, os problemas urbanos, devido à escassez de políticas públicas habitacionais, e a crescente população de migrantes estabeleceram áreas ocupadas em regime de informalidade, como a Baixada do Ambrósio e o próprio Elesbão. Com relação à evolução urbana de Santana a malha iniciou suas primeiras expansões em sentido norte (contrário ao rio Amazonas) e a leste sentido à cidade de Macapá (Rodovia JK).

O desenvolvimento do núcleo inicial de Santana partiu da área de instalação da infraestrutura portuária da ICOMI, fundada em 1956. Aos poucos, com o decorrer dos anos, o processo de ocupação urbana acelerou, devido ao contexto de fluxo migratório por busca de empregos na região (SANTIAGO, 2017, p. 36). Na década de 1950, a Vila Amazonas, é criada aos moldes de *company towns*, mesmo que construída apenas para alguns funcionários de outros estados, induziu o crescimento da cidade em sentido leste. Nesta mesma década ocorrem as ocupações iniciais da Vila Elesbão (às margens do igarapé) e Vila Papelão, limítrofe às instalações portuárias (TAKAMATSU, 2015, p. 48; VIANA, 2016, p. 109).

A partir de 1960 surgem novos bairros, segundo SANTIAGO (2017, p. 37), novos arredores surgem, e essa fase fica marcada pela consolidação desordenada desses novos bairros: a área comercial, que anteriormente era chamada de Vila Toca, a Vila Maia, atualmente bairro central, Vila Kutaca, hoje conhecida como Novo

Horizonte. Entre 1970 e 1980, quando Santana torna-se oficialmente distrito de Macapá, a cidade já apresentava mais de 2000 lotes, sendo o bairro Paraíso mais populoso (SANTIAGO, 2017, p. 38).

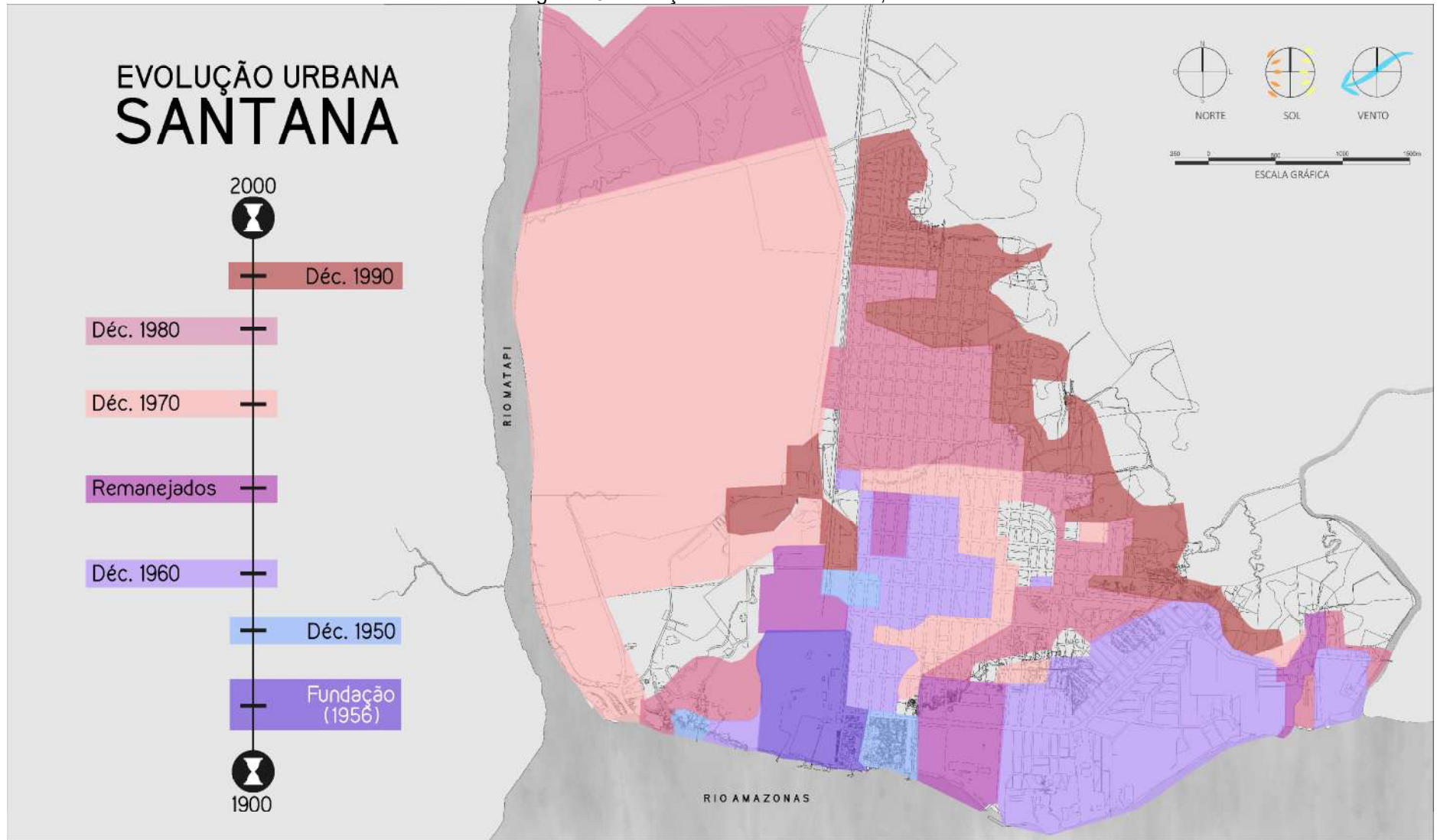
Devido à criação da ALCMS – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – na década de 1990, Santana, já município, é cenário de crescentes fluxos migratórios de populações em busca de oportunidades de trabalho. Neste sentido, percebe-se a ocupação das regiões periféricas do perímetro urbano da cidade, principalmente em sentido nordeste, coincidente as áreas de ressaca. Em 1996, o município já contava com 69.501 habitantes (IBGE, 1996).

Atualmente a cidade de Santana está sob as diretrizes do Plano Diretor Participativo desde 2006, e apesar de não haver atualização desde então, o Plano Plurianual de 2014/2017 apresenta-se sobre o princípio da participação popular e a registra na elaboração de suas propostas por meio de reuniões realizadas na zona rural e urbana (VIANA, 2016, p. 136).

Recentemente, a Lei Complementar nº 007/2016 estabeleceu a Reforma Administrativa do Município de Santana. Dentre as implicações no âmbito das estratégias urbanísticas, os assuntos ligados à execução e planejamento da política urbana ficam as responsabilidades sobre a Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos (SEMOP), e propõem-se um departamento específico para o planejamento e desenvolvimento; a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUH) e a Secretaria Especial de Desenvolvimento e Infraestrutura – SEDIN, segundo VIANA (2016, p. 139). Contudo, estas são as secretarias com competências afins à política urbana, o que faz supor a inclusão de diretrizes para a gestão da “Área Portuária”, ou seja, das infraestruturas urbanas públicas (VIANA, 2016, p. 140).

Neste sentido vale ressaltar que apesar de recente, a cidade de Santana (Figura 20), comparada a Macapá, apresenta perspectivas da gestão pública em suas práticas e diretrizes, que devem incluir o desenvolvimento social tanto quanto prevê as ações de desenvolvimento industrial da orla de Santana e demais regiões periféricas.

Figura 20: Evolução urbana de Santana, AP.

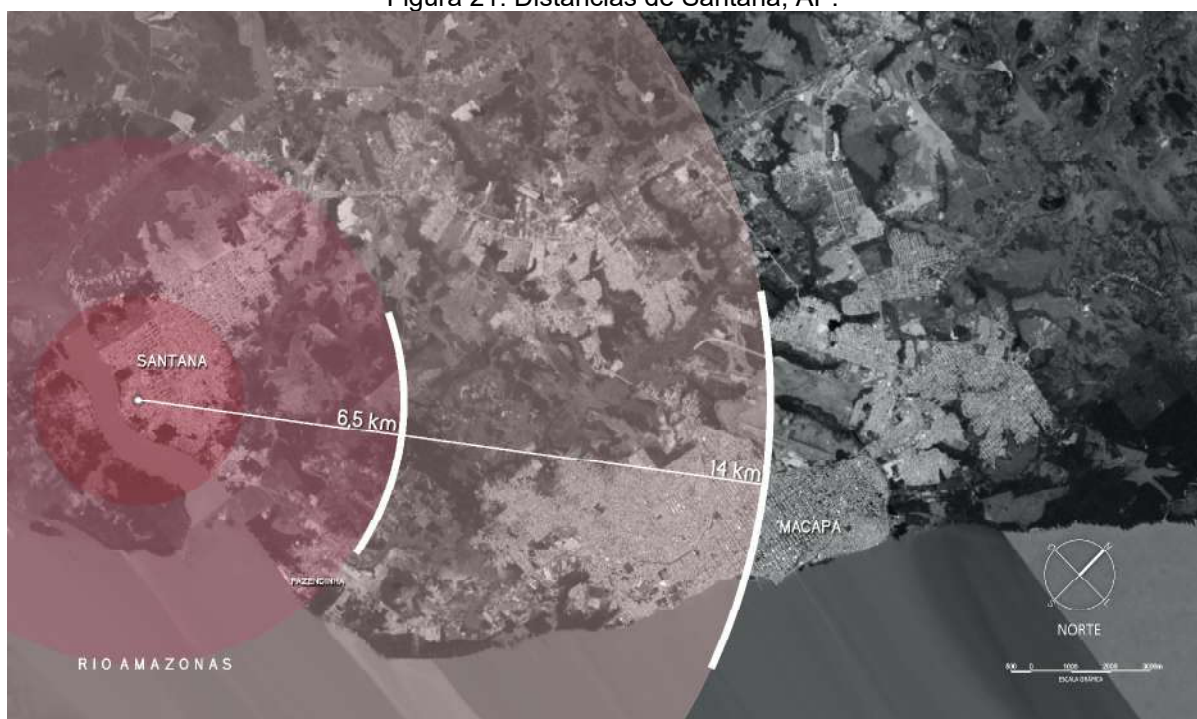


Fonte: SALGADO, V. 2018. Base cartográfica: PDPS (2006) e SANTIAGO (2017).

3.1 Localização e contextualização da área de estudo

A cidade de Santana, segunda mais populosa do Estado do Amapá, está distante da capital cerca de 14 km e aproximadamente 6,5 km do distrito de Fazendinha (Figura 21). A área de estudo está situada no perímetro urbano da cidade, à beira-rio. Esta área foi escolhida em função dos potenciais que apresenta diante da cultura local em território urbano, além de outros fatores que serão abordados à diante.

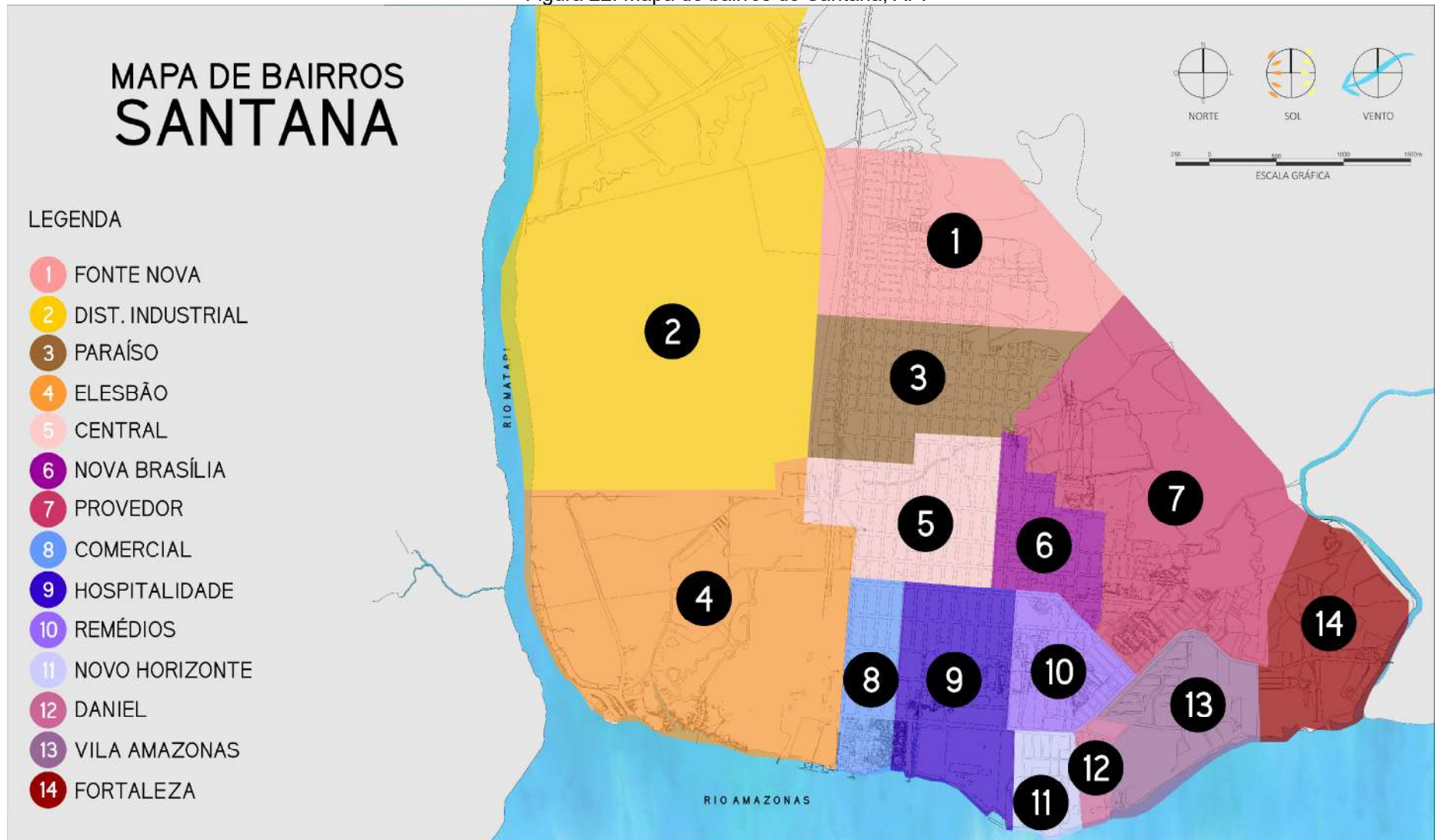
Figura 21: Distâncias de Santana, AP.



Fonte: SALGADO, V., 2018. Base cartográfica: Google Earth (2017).

A localização específica da área de estudo situa-se na Zona Sul (costeira). Santana possui divisão política estruturada em 14 bairros que formam o sítio urbano declarado no PDPS (2006), sendo eles: Fonte Nova, Distrito Industrial, Paraíso, Elesbão, Central, Nova Brasília, Provedor, Comercial, Hospitalidade, Remédios, Novo Horizonte, Daniel, Vila Amazonas e Fortaleza. O bairro Elesbão (Figura 22) retornou à condição oficial de bairro a partir de 2006 devido à Lei Complementar nº 02 do PDPS (Capítulo II, Art. 38) e faz divisa com outros três bairros.

Figura 22: Mapa de bairros de Santana, AP.



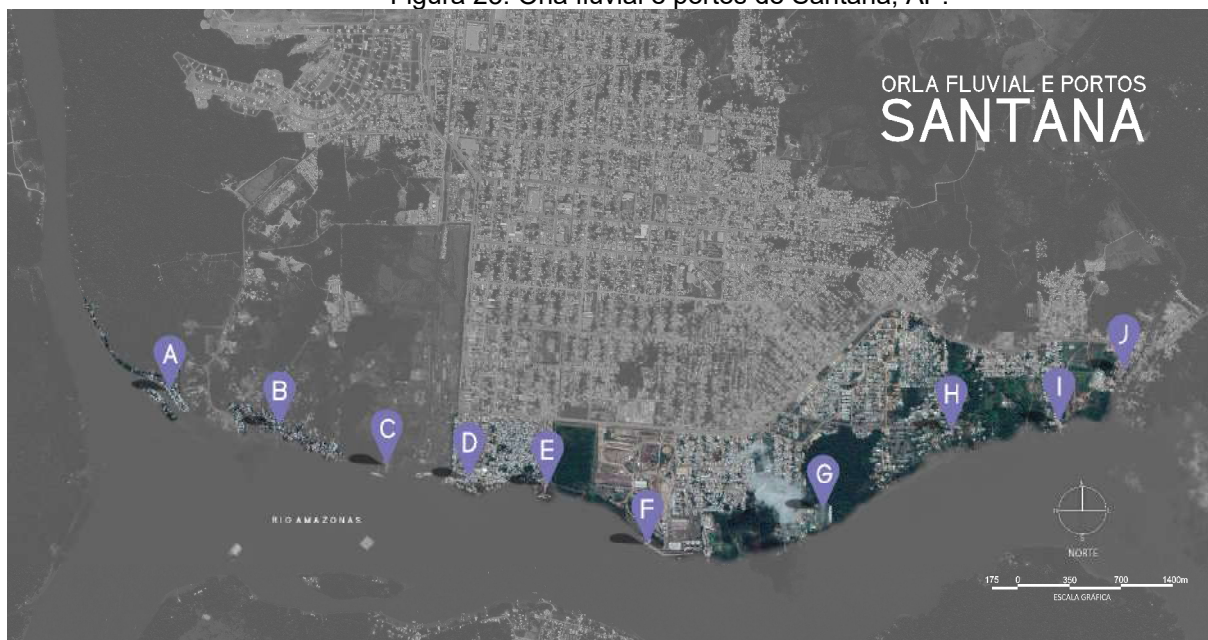
Fonte: SALGADO, V., 2018. Base cartográfica: PDPS (2006) e SANTIAGO (2017).

A orla urbana (Figura 23) do Município tem como atividade principal a portuária, que tem sido um fator decisivo no processo de adensamento urbano, segundo o PGIOMS – Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima de Santana – Projeto Orla⁸ (2002):

O que chama mais na orla de Santana é o seu aspecto multifuncional, que se reflete na variedade de usos e funções. Essa diversidade pode ser observada no desenho urbano, onde se ressalta claramente o contraste das variadas formas de ocupação da orla e a malha urbana regular do restante da cidade (SANTANA e IBAM, 2002, p.12).

O processo de ocupação da orla do Município de Santana, ocorreu e ainda ocorre sem um planejamento adequado e tem gerado graves problemas sociais e grande impacto no meio ambiente, destacando-se: Ocupação urbana desordenada; Disposição inadequada de resíduos sólidos (matadouro); Desmatamento das margens do canal; Carência de infraestrutura básica (água, esgoto e saneamento); Aterramento de área da várzea (SANTANA e IBAM, 2002, p.13).

Figura 23: Orla fluvial e portos de Santana, AP.



Legenda: (A) Comunidade Ribeirinha Delta do Matapi; (B) Comunidade Ribeirinha Vila Elesbão; (C) Porto da Petrobrás e Porto da Zanin; (D) Porto do Grego; (E) Porto da Souzamar/Silmar; (F) Porto da CDSA; (G) Estádio de Futebol Augusto Antunes; (H) Vila Amazonas – Staff; (I) Porto de Passageiros/Carga; (J) Atracadouros Igarapé da Fortaleza. Base de dados: VIANA (2016). Base cartográfica: Google Earth (2017). Elaboração: SALGADO, V., 2018.

8 O Plano de Intervenção na orla fluvial do município de Santana, no Estado do Amapá, propõe uma estratégia para a descentralização de políticas públicas e tem como objetivo definir linhas de ação para o ordenamento de uso e ocupação do espaço, valorizando e fortalecendo a identidade cultural local e as atividades econômicas compatíveis com a preservação dos atributos naturais locais (SANTANA e IBAM, 2002, p. 4).

Ainda sobre as ocupações que ocorreram na orla de Santana, VIANA (2016, p. 143) ressalta que os aspectos da dinâmica social e cultural, observados nas orlas da Fortaleza, da Vila Amazonas e do Elesbão, principalmente no que concerne aos usos para fins residenciais, seja numa relação com o rio como referencial simbólico, seja este significando um valioso elemento paisagístico no mercado imobiliário, ou em consequência da ocupação espontânea nesse espaço.

O fator de destaque é a configuração informal pela qual se dão as ações da sociedade sobre a estrutura espacial existente, ou seja, a informalidade que significa a “cidade ilegal” produzida a partir do processo de exclusão que marca o ambiente urbano (MARICATO, 2003, apud VIANA, 2016, p. 143).

Neste sentido, os espaços da orla fluvial de Santana, às margens do Amazonas, prescrevem um contexto de conflitos presentes em muitas cidades brasileiras. Neste caso, as favelas dali, seja Baixada do Ambrósio, Vila Elesbão ou Delta do Matapi, indicam além de uma tentativa de sobrevivência às consequências da segregação espacial, pois ali estão palafitas que traduzem muitos de nossos costumes e tradições ribeirinhos, apesar da estética precária.

De acordo com o Plano Orla (SANTANA e IBAM, 2002, p. 14), a orla de Santana, por razões peculiares em função das atividades presentes, foi dividida em três unidades paisagem (subdivida em 16 trechos). Sendo assim, as unidades da paisagem são descritas:

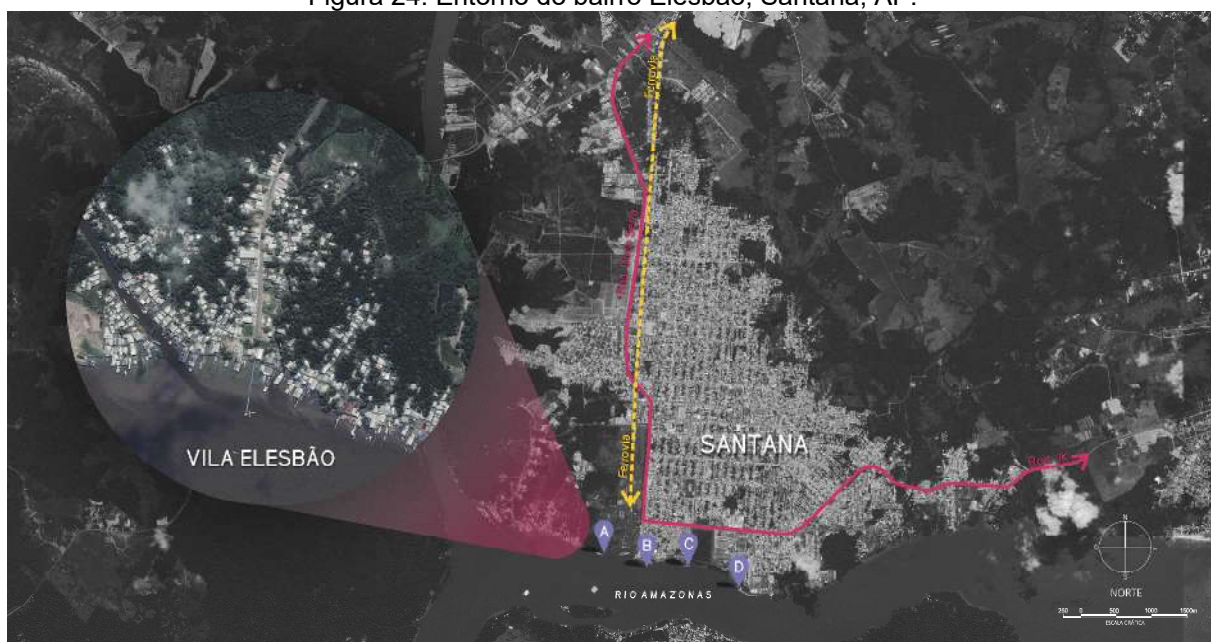
- Unidade de Paisagem 1: Compreende todo o Canal de Santana, onde é destacada a atividade Portuária;
- A Unidade de Paisagem 2: Compreende o Rio Matapi, onde destaca-se a presença da Zona Industrial de Santana;
- A Unidade de Paisagem 3: Compreende a face externa da Ilha de Santana.

Por mais que o Plano Orla tenha objetivos valiosos para região e planejado ações com bases participativas junto às comunidades, suas contribuições foram engavetadas e o plano foi finalizado em TCE – Tomada de Contas Especial (VIANA, 2016, p. 184), e novamente o desenvolvimento local foi bloqueado pela gestão pública ineficaz. Seja este projeto ou anteriores na orla fluvial de Santana, apenas deixaram como herança estruturas que hoje encontram-se sucateadas ou que nem existem

mais, não oferecendo quaisquer benefícios à população, ao contrário, serviram para incrementar a desordem e obstrução dos espaços da urbe (VIANA, 2016, p. 185).

A localização da Vila Elesbão é privilegiada, obtém-se acesso partir de três modais de transporte urbano na cidade de Santana (Figura 24), por viário terrestre (rodovias), fluvial (rio Amazonas e afluentes) e ferroviário (não inclui transporte de passageiros), além da proximidade com outros portos de passageiros ou industriais relevantes na região.

Figura 24: Entorno do bairro Elesbão, Santana, AP.



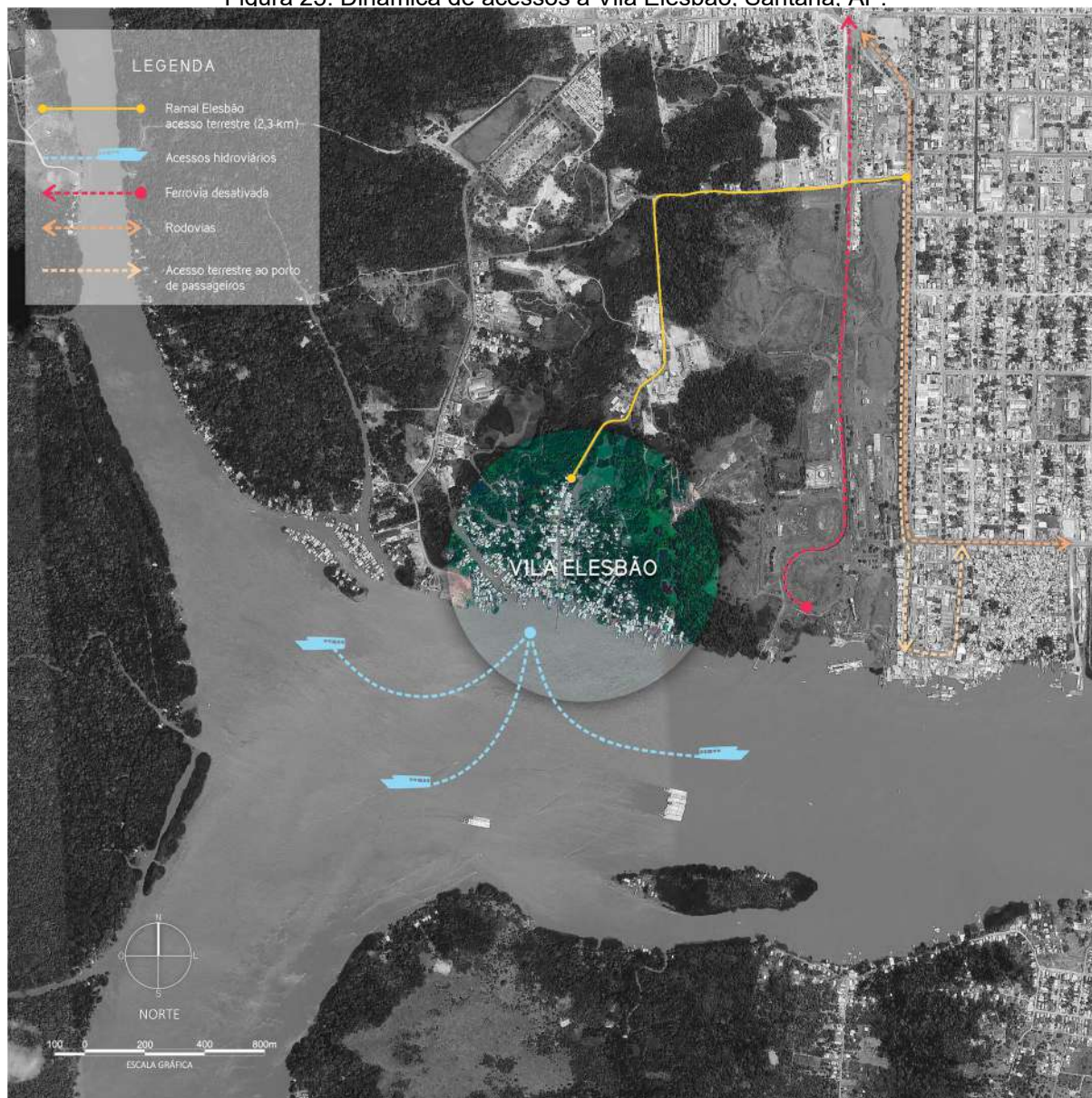
Legenda: (A) Porto da Zanin; (B) Porto do Grego; (C) Souzamar/Silmar; (D) Porto da CDSA. Base cartográfica: Google Earth (2017). Fonte: SALGADO, V., 2018.

As possibilidades de acesso da Vila Elesbão (Figura 25) permitem conexões além das fronteiras estaduais. O contexto migratório que fundou várias ocupações na área da orla de Santana foi propiciado, logisticamente, por conta da localização próxima ao estuário da foz do rio Amazonas, já que muitos chegavam através de transporte por embarcações de passageiros, comuns à realidade amazônica.

O ramal de acesso direto à Vila Elesbão é conectado a uma das principais vias da cidade, a Avenida Santana, de fluxo intenso e constante, é a via arterial e rota das principais linhas de transporte público e espaço público de atividades de lazer e desporto, além de oferecer serviços variados. O percurso até a vila é de

aproximadamente 02,30 km e a via privilegia o transporte por automóveis e motocicletas, apesar da predominância de ciclistas no bairro.

Figura 25: Dinâmica de acessos a Vila Elesbão, Santana, AP.



Fonte: SALGADO, V., 2018. Base cartográfica: Google Earth (2017).

A área delimitada para o estudo compreende basicamente toda a beira-rio palafítica e a área edificada às margens do Ramal de acesso (Figura 26). A área foi estipulada em 247.976,43 m² e o perímetro de abrangência foi definido através de consulta aos moradores, que identificaram as fronteiras do local que denominam como “Vila Elesbão”, visto que o bairro, de acordo com a divisão política da legislação, inclui uma área maior, e sendo assim, outras comunidades ribeirinhas como o Delta do Matapi estão inclusas no mesmo bairro Elesbão.

Figura 26: Área de estudo, Vila Elesbão, Santana, AP.



Fonte: SALGADO, V., 2018. Base cartográfica: Google Earth (2017).

Sobretudo, o que se pode chamar de beira-rio da Vila Elesbão (Figura 27) é a principal microrregião de interesse para pesquisa e intervenção arquitetônica-urbanística. É neste ponto de transição entre o rio e a cidade que ocorre “o que é ribeirinho”, paisagem de embarcações, palafitas, açazais, píeres e estaleiros, em território urbano.

Figura 27: Orla habitada, Vila Elesbão, Santana, AP.



Fonte: SALGADO, V., 2018.

3.1.1 Legislação pertinente à área de estudo

A Prefeitura Municipal de Santana instituiu em 2006 o Plano Diretor Participativo de Santana, de acordo com o artigo 182 da Constituição Federal, do Capítulo III da Lei Federal 10.257, o Estatuto da Cidade⁹. Uma das diretrizes mais importantes é o Macrozoneamento, que fixa as regras fundamentais de ordenamento do território, tendo como referência as características do ambiente natural e construído, capaz de promover o concreto desenvolvimento socioeconômico, aproveitando as potencialidades geográficas da região (SANTANA e IBAM, 2006, p. 20).

A área de estudo pertence à porção urbana do território do município e está regida pelo Macrozoneamento Urbano, que é subdividido em dez zonas distintas. Portanto, o zoneamento urbano pertinente à área corresponde à região portuária, isto é, a Zona de Interesse Portuário 1 (ZIP 1). Segundo o Art. 41, são objetivos do zoneamento urbano:

I - ordenar o adensamento construtivo e populacional;

II - evitar a saturação do sistema viário;

III - permitir o adensamento populacional onde este ainda for possível, como forma de aproveitar a infra-estrutura disponível;

IV - ampliar a disponibilidade de equipamentos públicos, os espaços verdes e de lazer;

V - estruturar a cidade para o desempenho de suas funções vocacionais de entreposto comercial e de principal distrito industrial do Estado;

VI - planejamento da área portuária, com a elaboração de um plano que permita a instalação de um complexo portuário capaz de atender as futuras necessidades de importação e exportação do Estado, de forma articulada e principalmente ordenar a abertura da cidade para o Rio Amazonas;

9 O Estatuto da Cidade ao regulamentar as exigências constitucionais reúne normas relativas a ação do poder público na regulamentação do uso da propriedade urbana em prol do interesse público, da segurança e do bem estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Além disso, fixa importantes princípios básicos que irão nortear estas ações (OLIVEIRA, I., et. al., 2001, p. 07).

As diretrizes gerais estabelecidas no Estatuto da Cidade buscam orientar a ação de todos os agentes responsáveis pelo desenvolvimento na esfera local. Indica que as cidades devem ser tratadas como um todo, rompendo a visão parcelar e setorial do planejamento urbano até agora praticado. Além disso, evidencia que o planejamento deve ser entendido como processo construído a partir da participação permanente dos diferentes grupos sociais para sustentar e se adequar às demandas locais e às ações públicas correspondentes (OLIVEIRA, I., et. al., 2001, p. 14).

VII - articular junto a Governo do Estado ações que possam reestruturar o Distrito Industrial e redefinir o uso a que se propõem, por haver usos distintos do que rege a sua criação;

VIII - estimular a função social da propriedade para atender em especial as populações carentes (SANTANA e IBAM, 2006, p. 22-23).

Particular à ZIP-1, o PDPS caracteriza na seção VII do mesmo artigo o uso destinado às atividades portuárias e correlatas, localizando-se às margens das hidrovias do município. Os objetivos desta zona correspondem a:

I - ampliar, ordenar e potencializar as atividades portuárias, comerciais e de serviços;

II - propiciar a redução de usos inadequados à área;

III - permitir o monitoramento e o controle ambiental.

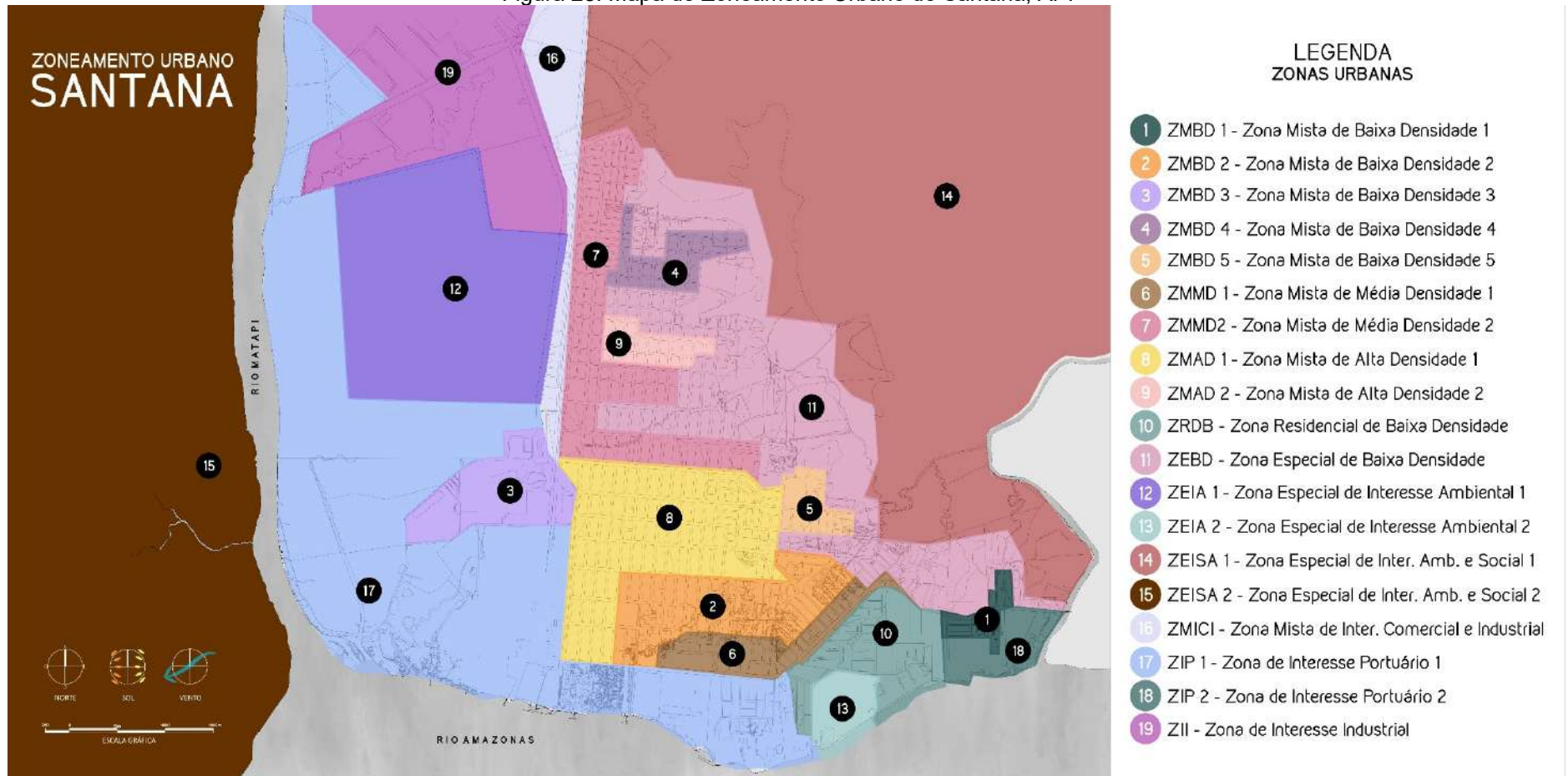
IV - otimizar a integração regional e internacional;

V – promover o desenvolvimento econômico, social, ambiental e urbano (SANTANA e IBAM, 2006, p. 25-26).

De acordo com VIANA (2016, p. 135), destes, é possibilitada a interpretação de que são os incômodos às vivências locais que irão determinar o uso e atividades, o que permite afirmar que se de fato forem considerados os fatores de formação socioespacial na Orla Central, aquela zona portuária deve adequar quaisquer intervenções urbanísticas às peculiaridades que dinamizam o local.

A ZIP-1 é limítrofe às zonas urbanas (Figura 28): Zonas de Interesse Industrial (ZII), Zona Especial de Interesse Ambiental 1 (ZEIA-1), Zona Mista de Interesse Industrial e Comercial (ZMICI), Zona Mista de Baixa Densidade 3 (ZMBD-3), Zona Mista de Alta Densidade 1 (ZMAD-1), Zona Mista de Baixa Densidade 2 (ZMBD-2), Zona Residencial de Baixa Densidade (ZRBD) e Zona Especial de Interesse Ambiental 2 (ZEIA-2). A mesma zona cobre aproximadamente 08,62 km da orla fluvial de Santana e é a segunda maior subdivisão do Macrozoneamento Urbano de Santana, estando apenas depois da Zona Especial de Interesse Social e Ambiental 1 (ZEISA-1).

Figura 28: Mapa de Zoneamento Urbano de Santana, AP.



Fonte: SALGADO, V., 2018. Base cartográfica: PDPS (2006).

O PDPS estabelece os padrões de incomodidades admissíveis, ou seja, estipula, a partir de níveis de incomodidade, os limites de poluição sonora, poluição atmosférica, poluição hídrica, geração de resíduos sólidos e vibrações. A ZIP-1 apresenta as seguintes diretrizes (Quadro 01):

Quadro 01: Padrões de incomodidades admissíveis em Santana, AP.

Fatores de Incomodidades Níveis de Incomodidade	Localização	Poluição Sonora	Poluição Atmosférica	Poluição Hídrica	Geração de Resíduos Sólidos	Vibração
Incômoda II	Vias Metropolitanas Vias Arteriais Vias Coletoras Secundárias ZIP-1; ZIP-2; ZII; ZMCI	diurna 60 db noturna 55 db	Emissão de substâncias odoríferas na atmosfera	Obedecer legislação vigente	Classes II e III (Resolução CONAMA 3 08/02)	Resolve dentro do lote (NBR 10.273/ABNT)
			Obedecer legislação vigente			

Fonte de dados: PDPS (2006). Elaboração: SALGADO, V., 2018.

As definições e parâmetros urbanísticos na ZIP-1 para o uso e ocupação do solo em Santana estão presentes no Quadro 02:

Quadro 02: Parâmetros urbanísticos para a ocupação do solo na macrozona urbana de Santana, AP.

Zona	Usos (1)		Coeficiente de Aproveitamento			Taxa De Ocupação Máxima	Taxa de Permeabilidade
			Mínimo	Básico	Máximo		
ZIP-1 ZIP-2	Residencial	Unifamiliar	-	1,50	-	70%	15%
		Multifamiliar	-	2	2,5	(2)	15%
	Não-residencial		-	1,50	3	75 %	20%

Notas:

1 – É obrigatório recuo de frente de 3m.

2 – Utilizar o Quadro 3 (Índices, recuos e demais restrições para o uso residencial multifamiliar na macrozona urbana).

Fonte de dados: PDPS (2006). Elaboração: SALGADO, V., 2018.

Em complemento às informações descritas no quadro anterior, é apresentado o Quadro de Índices, recuos e demais restrições para o uso residencial multifamiliar na macrozona urbana de Santana, de acordo com o PDPS (Quadro 03).

Quadro 03: Quadro de Índices, recuos e demais restrições para o uso residencial multifamiliar na macrozona urbana de Santana, AP.

Coeficiente de Aproveitamento	Índice de Ocupação Máxima (%)	Frente Mínima do Terreno (m)	Recuos Mínimos obrigatórios (m)			
			Frente	Fundos	Laterais	Total Laterais
2,0	60	10	5	3	1,5	3
2,5	60	10	5	3	1,5	3
3,0	50	15	5	3	2	4
3,5	50	15	5	3	2	4
4,0	50	20	5	3	2	4
4,5	50	25	5	3	2,5	5
5,0	50	25	5	3	2,5	5
5,5	50	30	6	4	3	6
6,0	50	30	6	4	3	6

Fonte de dados: PDPS (2006). Elaboração: SALGADO, V., 2018.

A segunda unidade administrativa mais populosa do Amapá permanece sendo Santana. O estímulo a ocupação do município foi historicamente induzido pela indústria da mineração e forte apelo ao uso da orla portuária para diversos fins, que na prática, em termos urbanísticos, apenas criou um imenso abismo social na constância de conflitos presentes naquela borda do rio Amazonas.

No mais, são estas as informações correspondentes à legislação pertinente à área de estudo: a Vila Elesbão. Todas estas diretrizes, parâmetros e normas são por via de regra as condicionantes de algumas justificativas do projeto arquitetônico proposto em capítulo posterior. Além disto, existem reflexões a respeito da possibilidade de atualização da legislação vigente, visto que há limitadas considerações a respeito de Planos Setoriais Municipais, como um Plano de Habitação que considere em áreas portuárias como zonas de interesse social perante a localização de assentamentos populares na orla e incentivo a economias locais diante plataformas participativas.



CAPÍTULO IV

4 VILA ELESBÃO

Na Amazônia as espacialidades urbanas, especialmente das cidades localizadas às margens dos rios, foram impostas, o que não significa reconhecer, de um lado, que estas formas não são homogêneas; de outro, que guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência (OLIVEIRA, J., 2006, p.28).

4.1 Historicidade

É contado pelos moradores mais antigos que o primeiro habitante da comunidade tinha o sobrenome Elesbão, e dele o igarapé herdou o nome de origem. Esta história é contada há mais de 60 anos, estimando o tempo de ocupação da vila (Figura 29), resguardando a memória ribeirinha que faz desta comunidade relevante à cultura e expressão da típica paisagem às margens de rios na Amazônia (AMOBEL, 2016, p.06).

Figura 29: Varal de roupas em habitação no Elesbão, Santana, AP.



Legenda: O que as cores do Elesbão revelam? Foto: SALGADO, V., 2017.

4.1.1 Egresso e consolidação

Segundo o IPHAN (2011, p. 12), entre o fim da década de 1940 e início da década de 1950 as primeiras famílias chegaram atraídas pelas propostas de povoamento e integração nacional dos antigos Territórios Federais, como foi o caso do Amapá (1943-1988). Naquele momento despontava um dos períodos de maior fluxo migratório da região de Macapá e Santana. O ideário de modernização priorizou a instalação de industriais capazes de desenvolver o local, e através da concessão para exploração do minério de manganês foi possível propiciar crescimento populacional. Mesmo que a indústria construísse moradias apenas para seus operários, ali ao lado da estrutura portuária e estrada de ferro consolidava-se a Vila Elesbão como uma comunidade às margens do rio Amazonas que não estava a parte do desenvolvimento econômico e industrial da época (IPHAN, 2011, p 05).

Sobre a origem da população que fundou a Vila Elesbão, pode-se dizer, de acordo com Takamatsu (2014), que os procedentes são de maioria das Ilhas do Estado do Pará, majoritariamente do Afuá, uma cidade reconhecida por sua predominância de construções palafíticas e carpintaria naval. A formação da vila situava-se em uma posição geograficamente privilegiada. As primeiras ocupações ocorreram a oeste, às margens do igarapé Elesbão, que parcelaram o solo para uso próprio, em especial para uso agroextrativista: extração de argila para produtos cerâmicos (TAKAMATSU, 2014, p. 46). Segundo a AMOBEL (2016, p. 05-06), a princípio parecia apenas mais uma invasão de terra por pequenas famílias orientadas de várias localidades que procuravam um local, onde pudessem construir seus casebres, sem meras proporções.

Posteriormente, as dinâmicas de ocupação de expandiram em direção leste e à margem oposta do igarapé (AMOBEL, 2016, p. 06; TAKAMATSU, 2014, p. 45). A ocorrência de construções palafíticas em madeira, autoconstruídas, delineava uma nova silhueta para aquela orla de Santana, as passarelas suspensas por pilotis interligavam as habitações a terra firme e levavam aos pequenos portos: atracadouros e píeres que alcançam as embarcações (Figura 30). Afinal na Amazônia, ali onde estavam os portos, em que tudo é transitório, onde se chega e se vai, está o

entendimento da cidade ribeirinha, pois era ali o intermédio entre o rio, a floresta e a cidade (OLIVEIRA, 2006, p. 27)

Figura 30: Paisagem urbana na Vila Elesbão, Santana, AP.



Legenda: (A) Espaços de circulação; (B) habitação palafítica com píer; (C) pescador jogando a malha. Imagens da Vila Elesbão. Fotos: SALGADO, V. 2017.

A atividade de pesca é um seguimento que constitui a identidade sociocultural da Amazônia. Esta atividade manifestou-se como uma forma de trabalho e subsistência na formação da Vila Elesbão, tendo em vista ser o rio a única forma de acesso para se chegar as demais comunidades e cidades (TAKAMATSU, 2014, p. 46), nesta fase a construção naval desenvolvida na vila, atendia as necessidades da população e servia os portos de exportação de minérios. A lei da oferta e da procura inspirou os seus habitantes a se interessarem e se especializarem neste conhecimento (IPHAN, 2011, p. 05). Assim, este conhecimento ou saber tradicional passou a ser transmitido para as gerações seguintes, de acordo com Takamatsu (2014):

[...] a atividade e suas embarcações passaram a ser conhecidas e procuradas pelos moradores das demais comunidades ribeirinhas, tanto no interior do Amapá que cresceram ao longo do rio Matapi como Cinco Chagas, Mazagão, etc. e ainda por moradores das ilhas do Marajó (TAKAMATSU, 2014, p. 46).

Complementando com Viana (2016, p. 32), mesmo estando inserida no recorte urbano da cidade, a população local mantém fortes traços da vida ribeirinha. Essas comunidades são detentoras de amplo saber sobre o ambiente amazônico e suas diversas formas de uso e manejo. Assim, compreende-se que as comunidades ribeirinhas se apropriam dos recursos florestais, baseado na reciprocidade com a natureza (LIRA et. al., 2015, p. 73)

É mencionado pela AMOBEL (2016, p. 06) que a vila viveu seu apogeu, em termos de desenvolvimento socioeconômico, entre as décadas de 1970 e 1980. A

partir da década de 1980 o Complexo Portuário de Santana inaugurou suas primeiras estruturas de suporte a atividade de mineração que acontecia no interior do estado. A criação do Estado do Amapá junto a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o município de Santana e conseqüentemente reconfigurou o território, permitindo a formalização dos limites do bairro Elesbão. Quatro anos mais tarde, em 1992 (Figura 31) a inauguração da Área de Livre Comercio de Macapá e Santana potencializou o contexto migratório de transferências de populações em busca de oportunidades, a fins de superar a fase de declínio da exploração de manganês.

Figura 31: Orla fluvial e portuária na dec. de 1990 em Santana, AP.



Legenda: (A) Orla fluvial e portos; (B) Porto de Santana - CDSA; (C) Vista aérea de Santana. Fonte: SUFRAMA & PRISMATIC, 1997.

Um dos instrumentos da política urbana de interesse da pesquisa é o Plano Diretor Participativo de Santana (Lei Complementar nº002), que cumpriu as exigências do Estatuto da Cidade (2002) como ferramenta de cooperação de gestores e comunidades, determinando o Zoneamento do perímetro urbano da cidade, do qual a Zona de Interesse Portuário 1 (ZIP-1) é onde está inserido o bairro Elesbão. Esta zona é caracterizada por uso e ocupação destinados às atividades portuárias e correlatas, e não prevê em seus objetivos qualquer interesse de atender as necessidades de habitação ou desenvolvimento humano. Existem parâmetros urbanísticos para ocupação do solo na macrozona urbana que incluem a ZIP em usos residencial unifamiliar e multifamiliar, porém não são reconhecidos possíveis áreas de interesse social ou áreas de proteção ambiental dentro do bairro Elesbão.

Recentemente a Vila Elesbão formou a Associação de Moradores do Bairro Elesbão (AMOBEL) em função do desenvolvimento de atividades de mobilização e intervenção coletiva para resolver problemas comuns aos habitantes. Esta iniciativa liderada atualmente por Raimundo de Moraes Santos, procura oportunidades que revertam as vulnerabilidades e violência urbana com ajuda das autoridades de segurança pública do município de Santana, e o resgate dos jovens do bairro, incentivando o ingresso na educação de ensino superior ou mesmo nos ofícios da carpintaria naval.

A coexistência da relação homem-natureza pode gerar contradições, principalmente quando se trata de territórios urbanos. Onde é possível encontrar o rural e urbano interagindo constitui-se uma comunidade peculiar?

4.2 Cultura ribeirinha

Assim como em áreas de várzea, onde está Vila Elesbão, há ocupações em áreas úmidas de Macapá e Santana, onde também são encontradas palafitas e outros elementos da cultura ribeirinha amazônica. Nestes locais o sentido de pertencimento é fruto do esforço de cada família ao estabelecer-se onde o poder público não ofereceu condições favoráveis, característico da urbanização informal. Carvalho (2015) afirma:

Esta situación de informalidad se refleja en los humedales de Macapá, donde los caboclos propagaron las técnicas de construcción en humedales, pero ahora se utilizan algunos materiales procesados como techos de fibrocemento. Además, los elementos culturales por sí solos no son responsables de la formación del entorno construido, pero los materiales utilizados y la forma en que se edifican dejan mucho que enseñar a los arquitectos y planificadores¹⁰ (CARVALHO, 2015, p. 122).

Nestes locais é evidente que a situação de pobreza urbana representa a privação de mínimos direitos essenciais das populações, como o direito de propriedade, permanecendo estigmatizados, discriminados e ignorados pelo poder público (CARVALHO, 2015, p. 122). Em áreas úmidas as comunidades estabelecem um modo de vida urbano, que expressa graus de consolidação que afetaram o meio ambiente a ponto de ser quase improvável recuperar seus aspectos naturais originais, consequência do processo de aterramento das áreas passíveis de alagamento. Oposta a esta situação, a ocupação popular identificada como Vila Elesbão, pode significar uma oportunidade de reconhecer que é possível viver em contato direto com a natureza mesmo na cidade.

Neste sentido, apesar de urbana, a Vila Elesbão ainda pratica atividades e costumes comuns a realidades de comunidades rurais na Amazônia. O estudo de Morán (1990) evidencia que o caboclo pode ser o ribeirinho, o coletor de seringa ou de castanha, horticultor, canoeiro e pescador, normalmente subsistindo de várias ou algumas dessas atividades, isto é, uma população tradicional que herdou os saberes das populações indígenas que habitam a região, desde momentos que antecedem ao processo de colonização. A influência de outros povos, principalmente a portuguesa, fez surgir a cultura dos caboclos (MORÁN, 1990). Assim, em comunidades tradicionais, segundo Lira et. al. (2015):

[...] Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas. O ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d'água, a cobra-grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem (CRUZ, 1994, apud LIRA et. al., 2015, p. 73).

10 Essa situação de informalidade é refletida nos pântanos de Macapá, onde os caboclos propagaram técnicas de construção em zonas úmidas, mas agora são utilizados alguns materiais processados, como telhados de fibrocemento. Além disso, os elementos culturais por si só não são responsáveis pela formação do ambiente construído, mas os materiais utilizados e a maneira como são construídos acrescenta muito o que pode ser ensinado aos arquitetos e planejadores (CARVALHO, 2015, p. 122).

Contudo, vale ressaltar que nesta pesquisa permitiu-se malear conceitos cabíveis a novas possibilidades de interpretação dos fenômenos identificados na Vila Elesbão (Figura 32). Pois a realidade a qual esta comunidade está inserida na Amazônia precisa ser reconhecida como legado genuíno das tradições ribeirinhas. Expõe-se a necessidade de continuidade de estudos e novos trabalhos que possam contribuir para valorização deste lugar de imensurável riqueza, bem como de incontáveis demandas. É preciso avaliar se o devido desenvolvimento para região amazônica é na verdade uma conciliação com o passado.

Figura 32: Orla fluvial da Vila Elesbão. Santana. AP.



Legenda: Pôr-do-sol às margens do rio Amazonas, na Vila Elesbão. É a hora de decidir qual cenário ideal para as cidades ribeirinhas do Amapá. Foto: SALGADO, V., 2017.

4.3 Heranças construtivas

A Vila Elesbão apresenta duas expressivas heranças construtivas em sua paisagem: as palafitas e embarcações feitas em madeira. A relação entre as duas é amarrada por laços históricos de formação da vila, contudo, além do significado que estes dois expoentes têm para os moradores, é necessário fazer salvas ao potencial destes elementos para o desenvolvimento da vila.

4.3.1 Carpintaria naval

A região amazônica é historicamente percorrida através de vias fluviais, desde suas primeiras missões de catequização, ou mesmo antes quando apenas indígenas ocupavam o território, embarcações em madeira eram o meio mais eficiente para atender às demandas daquelas populações ribeirinhas. De acordo com IPHAN (2011):

A região, antes da chegada dos portugueses, era habitada por diversas etnias indígenas que dominaram a técnica de transformar troncos em canoas – Ubás e Igaritês, para deslocamento, guerra e acesso à vasta diversidade de recursos naturais disponíveis, principalmente a coleta de frutos, ervas, caça e pesca que garantiam a subsistência de sua tribo (IPHAN, 2011, p. 30).

A miscigenação cultural trouxe inovação técnica no tratamento da madeira e na transformação das embarcações de tronco único em barcos de tábuas. Com o passar do tempo e a geração de demanda as embarcações amazônicas adquiriram várias formas, com características próprias de desenho, peso, capacidade, comprimento, materiais, decorrente da mistura de técnicas europeias e indígenas (IPHAN, 2011, p. 31). A atividade de construção naval continua até hoje, barcos e ribeirinhos percorrendo o rio Amazonas de ponta a ponta, só na Vila Elesbão são 59 embarcações, entre catraios e cascos de rabetas (AMOBEL, 2016, p. 09).

Segundo Takamatsu (2014) e IPHAN (2011), como mencionado anteriormente neste capítulo, no início (1940-1950), a Vila Elesbão dispunha da primeira oficina de carpintaria da região, erguida por Mestre Antônio da Silva, Seu Noronha e Mestre Isaías, mas quem produziu os primeiros catraios – pequenas embarcações motorizadas – foi Seu Felipe¹¹. Estes precursores da atividade na

¹¹ Informações obtidas a partir da entrevista realizada com Zenir Brandão, antiga moradora da Vila Elesbão, para o Relatório do Projeto Sociocultural e Paisagístico Relativo ao Inventário e Cadastro de

localidade vieram das ilhas do Pará, e com eles, desembarcaram as técnicas e cultura das construções artesanais (IPHAN, 2011, p. 33).

Atualmente, as atividades de carpintaria naval são exercidas por carpinteiros autônomos e por estaleiros formais e informais. Em todos os casos, os estaleiros (Figura 33) contratam os carpinteiros e demais especialistas para trabalharem em uma determinada etapa da confecção dos barcos, em regime de empreitada.

De acordo com informações de carpinteiros locais, a maioria dos proprietários de estaleiros não detém o conhecimento da confecção das embarcações. Possui galpão, como local de trabalho, ferramentas e pequeno capital de giro para produção de unidades (IPHAN, 2011, p. 33).

Figura 33: Instalações da carpintaria naval na Vila Elesbão, Santana, AP.



Legenda: (A) estaleiro e barco em construção; (B) estaleiro de construção naval; (C) embarcações sendo produzidas na Vila Elesbão. Fotos: SALGADO, V. 2017.

Em 2009, o IPHAN desempenhou uma pesquisa no bairro Elesbão (IPHAN, 2011, p. 14) que elencou alguns aspectos socioeconômicos da carpintaria naval, onde este estudo atingiu 90% do total de 29 carpinteiros navais atuantes na localidade. A origem dos 26 entrevistados confirmou as evidências dos relatos, cerca de 65% é das ilhas do Pará, sendo de Breves (30%) o principal quantitativo (IPHAN, 2011 p. 20).

O legado da tradição de aprendizagem do ofício foi reconhecido nesta pesquisa por 24% dos entrevistados afirmarem que dentro família (pais, tios, irmão e primos) o ofício de carpintaria naval é transmitido como trabalho, outros 20% disseram que aprenderam sozinhos e os demais 20% aprenderam com outros carpinteiros navais (IPHAN, 2011, p. 21). Além deste relevante dado, felizmente pode-se obter informações a respeito do repasse de conhecimento, ou seja, a pesquisa do IPHAN

Edificações e Oficinas de Carpintaria Naval no Bairro Elesbão no Município De Santana Estado do Amapá – 2009 (IPHAN, 2011, p. 33).

revelou que 65% dos trabalhadores dos estaleiros repassam seu conhecimento, apesar de 96% ainda não possuírem vínculo empregatício e 48% nem sequer terem concluído o ensino fundamental (IPHAN, 2011, p. 21-23).

Ainda que, no período atual, o declínio das atividades de carpintaria naval ocorram em função do desinteresse dos jovens ou pelo contexto socioeconômico da população, os dezesseis estaleiros encontrados nesta comunidade ribeirinha (Figura 34), além de preservarem a técnica da palafita, são o ofício e fonte de renda de muitas famílias e são componentes da paisagem urbana peculiar do bairro e consolidaram as embarcações em madeira como forma predominante de transporte fluvial entre Santana e os arquipélagos vizinhos.

Figura 34: Localização dos Estaleiros na Vila Elesbão, Santana, AP.



Base de dados cadastrais: IPHAN, 2011. Base cartográfica: SEINF (GEA), 2016. Elaboração: SALGADO, V., 2018.

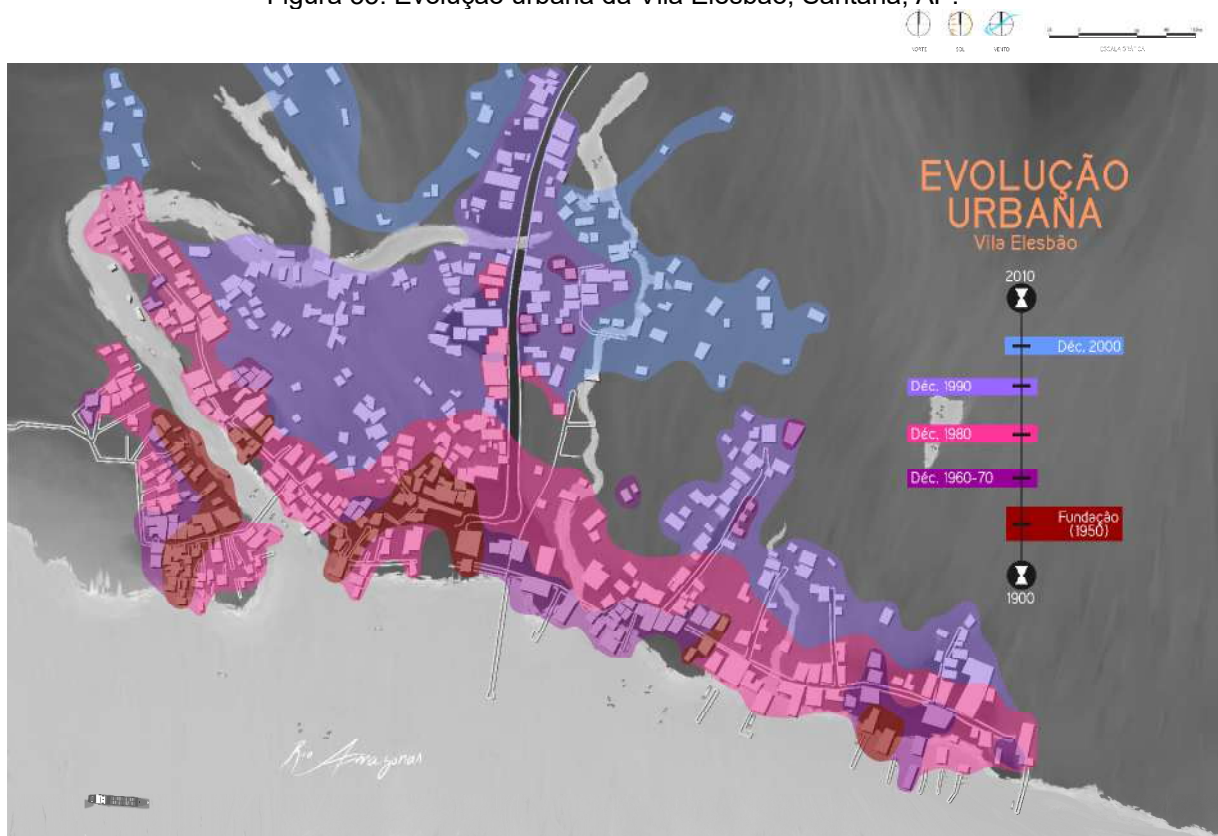
4.3.2 Habitar sobre pilotis

A palafita é modo de ocupação inicial encontrado na Vila Elesbão desde o surgimento das primeiras habitações, mais de sessenta anos atrás. Diferente do contexto urbano que encontramos nas palafitas de Macapá, por exemplo, a estética

de algumas habitações da vila é mais ornada e retocada, mesmo que também seja possível perceber muitas construções precárias no bairro.

Embora a Vila Elesbão seja considerada um aglomerado subnormal, segundo IBGE (2010), longe desta definição, existem conceitos mais competentes para a paisagem urbana e ribeirinha presente na localidade. Os fatores de surgimento e consolidação, comentados anteriormente, indicaram dois vetores de expansão da vila (Figura 35), a própria beira-rio do Amazonas (sentido leste e oeste) e o Ramal da Olaria (sentido norte). O que conduziu esta configuração espacial, ao que tudo indica, foi o domínio de técnicas palafíticas, que permite a ocupação de áreas alagáveis e o acesso terrestre aos equipamentos urbanos presentes em outras regiões de Santana.

Figura 35: Evolução urbana da Vila Elesbão, Santana, AP.



Legenda: Projeções de expansões urbanas no processo de consolidação. Base de dados cadastrais: TAKAMATSU, 2014. Base cartográfica: SEINF (GEA), 2016. Elaboração: SALGADO, V., 2018.

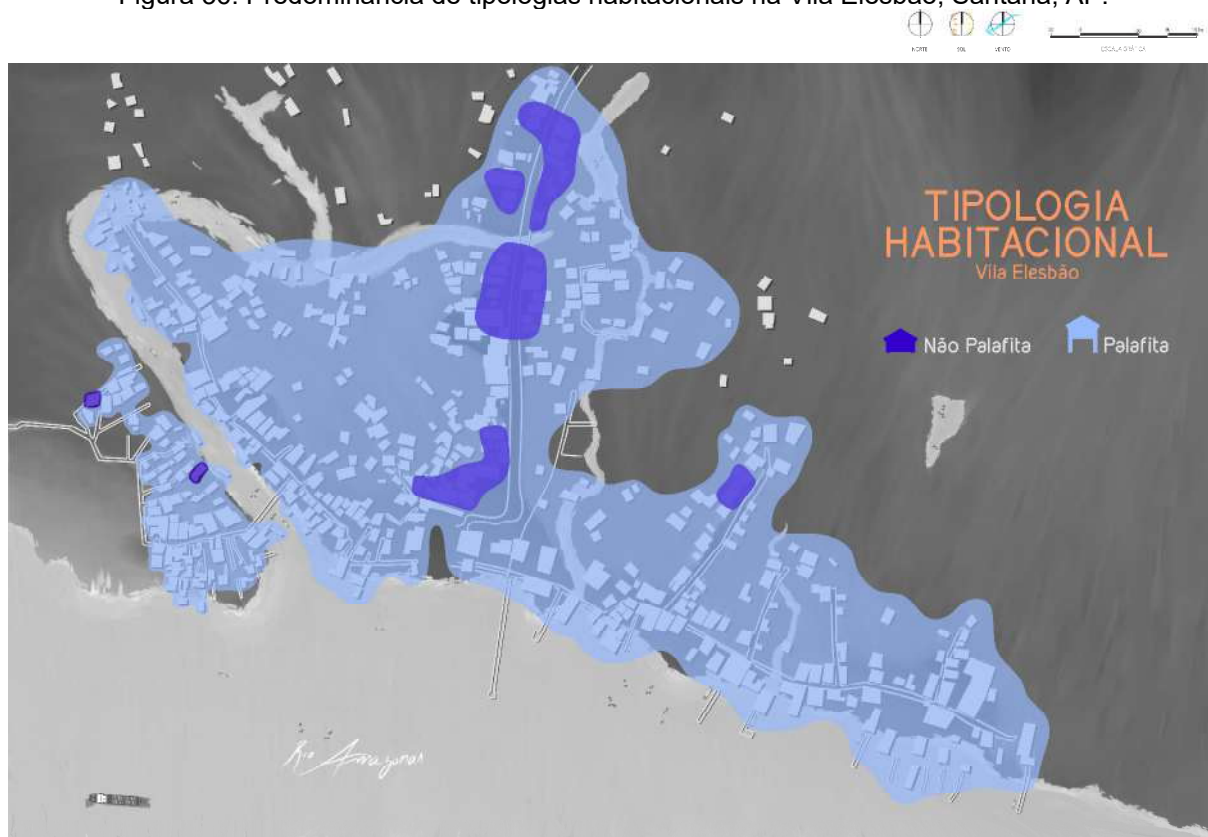
Takamatsu (2014), em sua pesquisa, afirma que o tempo informado das edificações, as quais teve acesso, reconstituiu uma variável que presta informações a análise da evolução urbana:

[...] demonstrando que núcleos mais antigos estão localizados a Oeste. Além disso, as edificações mais recentes concentram-se principalmente no ramal de acesso por via térrea, localizado ao centro do mapa em direção a Norte, que hoje se encontra asfaltado e que liga a Vila à cidade de Santana. Por possuir menor ligação com o rio, o ramal sofre menor influência das marés, quando comparado às demais regiões (TAKAMATSU, 2014, p. 56).

Na mesma pesquisa de Takamatsu (2014), a autora elaborou o levantamento da ocorrência de palafitas como método construtivo, sendo assim, pode-se apresentar as regiões de predominância das palafitas (Figura 36), assim como dos elementos edilícios que não sejam palafitas. Segundo a pesquisadora:

As edificações com ausência de palafitas estavam localizadas, em geral, dentro da área de acesso de via terrestre e concentradas no núcleo central da Vila, ambiente no qual construções estão menos sujeitas ao efeito das águas. Este elemento, ainda que respeitando os casos anômalos, diferencia o conjunto e dá a ele sua nota característica mais notável: a leveza e a transparência na paisagem (TAKAMATSU, 2014, p. 72).

Figura 36: Predominância de tipologias habitacionais na Vila Elesbão, Santana, AP.

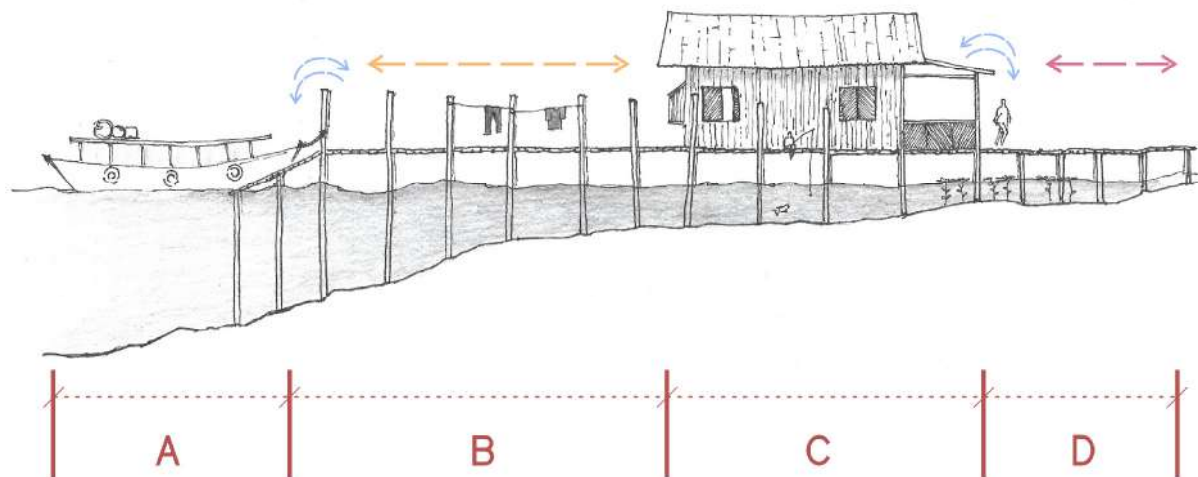


Base de dados cadastrais: TAKAMATSU, 2014. Base cartográfica: SEINF (GEA), 2016. Elaboração: SALGADO, V., 2018.

Em conciliação com os levantamentos de Takamatsu (2014), a pesquisa de campo executada para este trabalho obteve percepções semelhantes da paisagem urbana da vila e principalmente das habitações localizadas às margens do rio

Amazonas. Estas têm em comum como uma dependência ou anexo, o píer para atracar ou ancorar embarcações. Além do píer como estrutura de acesso e circulação, as embarcações maiores, e seus compartimentos internos, estabelecem relação de pertencimento com os moradores, tanto quanto os demais ambientes da habitação propriamente dita. A Figura 37 ilustra a dinâmica.

Figura 37: Dinâmica de interação entre embarcações e habitações na Vila Elesbão, Santana, AP.



Legenda: (A) Embarcação familiar de uso **particular**; (B) Píer de circulação **privada** aos moradores da residência; (C) Habitação popular palafítica; (D) Passarela de circulação **pública**. Elaboração: SALGADO, V., 2018.

Essa dinâmica pode não ser exclusiva à vila, porém, a ocorrência em assentamentos populares urbanos demonstra quanto o padrão de urbanização das cidades do Amapá tende a descaracterizar a paisagem ribeirinha, a favor de políticas públicas alheias às peculiaridades do habitar palafítico.

Relembrando o caso das palafitas do rio Anil (SILVA & KAPP, 2016), no Maranhão, há divisão entre a construção de palafitas e a carpintaria naval, um fato contrário ao ocorrido na Vila Elesbão. É possível observar na arquitetura local, elementos como o guarda-corpo das varandas ou alpendres, que apresentam referências aos ofícios de carpintaria (Figura 38), além de alguns dos carpinteiros entrevistados confirmarem autoconstruírem suas habitações a partir dos conhecimentos da carpintaria naval para executar as obras, seja escolhendo a madeira adequada ou aplicando técnicas de construção.

Figura 38: Detalhes de habitações palafíticas na Vila Elesbão, Santana, AP.



Legenda: (A) detalhes de guarda-corpo em madeira, com geometria elaborada em ripas; (B) detalhes de guarda-corpo em madeira, de geometria simétrica. Fotos: SALGADO, V. 2017.

No presente, segundo o Sr. Moraes (Presidente da AMOBEL), estima-se a população da vila em 1500 pessoas. A comunidade garante que *não há mais espaço*, portanto, exerce autogestão relativa ao controle da construção de novas edificações ou casos de demolição devido abandono (Figura 39).

Figura 39: Edificações na Vila Elesbão, Santana, AP



Legenda: (A) habitação em estado de abandono, detalhes de deterioração; (B) obras de edificação palafítica, detalhes em fundação de pilotis em madeira. Fotos: SALGADO, V. 2017.

4.4 Execução da pesquisa

Esta parte do capítulo apresenta a execução da pesquisa quantitativa e qualitativa realizada no *Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade* durante o período de outubro, novembro e dezembro de 2017 até janeiro de 2018 na Vila Elesbão. A organização da pesquisa produziu instrumentos e selecionou técnicas a fim de efetuar a coleta de dados, elaboração dos dados, análise e interpretação dos dados e a representação dos dados, que posteriormente receberam reflexões para explicitar os resultados, considerados relevantes.

A coleta de dados utilizou o procedimento de entrevista com aplicação da *Enquete sobre uso e satisfação em espaços públicos e hábitos de vida relacionados a alimentação no Elesbão – Santana* (Anexo A). As 52 questões elaboradas estavam categorizadas em: perfil dos residentes, tempo de ocupação do morador, características físicas e usos da habitação, características das vias públicas,

características físicas e usos do terreno da habitação, usos dos espaços públicos e suas relações sociais e de lazer, e hábitos de vida relacionados à alimentação.

De acordo com o censo elaborado pela AMOBEL (2016, p. 09), existem 483 residências em todo o bairro, e em função do caráter científico da pesquisa a meta planejada para a investigação era atingir 10% deste quantitativo em enquetes aplicadas. A visita de campo ocorreu em 30 de outubro de 2017 no período vespertino, iniciando às 14:00 horas e concluída às 17:00. A aplicação das entrevistas foi realizada por 26 estudantes de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP participantes do projeto, junto ao Presidente da associação de moradores e jovens moradores do bairro, sendo 15 voluntários. A equipe total somava 47 integrantes, entre estudantes, moradores, a professora orientadora e um funcionário do Ministério Público Estadual. A equipe foi dividida em 6 grupos de exploração, estrategicamente diferenciados por cores com a finalidade de aplicar 52 enquetes (Figura 40).

Figura 40: Áreas exploratórias da área de estudo no Elesbão, Santana, AP.



Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Elaboração: SALGADO, V., 2017.

Uma das dificuldades na aplicação de entrevistas em ocupações populares acontece por atividades desse tipo requererem grande capacidade de organização e

negociação com os moradores, contudo a comunidade em questão estava preparada para atender aos pesquisadores, o que foi um ponto chave para o êxito da coleta de dados. Pois apesar deste fato as dificuldades de acesso em trechos com pontes de madeira instáveis ou deterioradas poderiam dificultar os trabalhos das equipes (Figura 41). Após a coleta de dados, foi realizada a elaboração dos dados e classificação sistemática sob procedimentos estatísticos adequados.

Figura 41: Equipe de pesquisadores da investigação.



Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. 2017.

A seguir os resultados estatísticos são apresentados através de infográficos¹² que ilustram e dinamizam a leitura dos dados coletados na pesquisa de campo, inseridos em quadros junto a fotografias da localidade e trechos visitados nas pesquisas. Os demais gráficos estatísticos referentes à pesquisa de campo podem ser consultados em Apêndice A.

4.4.1 Resultados da pesquisa

Através de infográficos são apresentadas questões referentes as condições de habitabilidade e características da população (Quadros 04, 05, 10), que serviram para delinear o perfil dos residentes na vila. Apresenta-se nesta seção, as

¹² Adjetivo relativo a infografia. In-fo-gra-fi-a *sf* 1. Combinação de elementos visuais (desenhos, fotografias, gráficos, etc) para apresentação de dados e informações. *cf* Infografia (Dicionário Balsa de Língua Portuguesa, 2008, p. 601).

características da habitação (Quadros 06, 07, 08 e 10), além dos indicadores mencionados, são abordados neste tópico, resultados a respeito da percepção da paisagem urbana (Quadro 09), qualidade dos serviços públicos (Quadro 09), mobilidade e acessibilidade (Quadros 05 e 10), participação e organização da comunidade (Quadro 11).

O interesse de estudo por hábitos alimentares (Quadros 12 e 13) surgiu a partir do contato com o Dr. Fábio Parasecoli¹³ e seus estudos a respeito da relação entre os hábitos alimentares cotidianos, multimídias e políticas públicas. Pois há muitas reflexões a respeito dos conflitos e conciliações provocados ao longo do tempo em grupos sociais por conta da produção de alimentos dentro do sistema econômico vigente. Agregar à pesquisa estes conceitos exigiu a inclusão de variáveis relativas aos alimentos consumidos diariamente, sua origem, por produção ou compra, quais as atividades relacionadas a produção de alimentos existentes, quantos comercializam alimentos e se é desejável organizar a comunidade para produzirem alimentos para todos.

Contudo, mesmo que os dados estatísticos sejam de indubitável relevância, a experiência de pesquisa de campo (Figura 43) em um lugar de paisagem exuberante e precioso habitat dentro do ambiente urbano tornaram-se os principais incentivos à busca por resultados melhores condições de vida aos habitantes da Vila Elesbão.

Figura 42: Equipe de pesquisadores na área de estudo.



Legenda: (A) Entrevista com carpinteiro naval; (B) Entrevista com dona de casa; (C) Experiência de circulação nos píeres residenciais. Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. 2017. Fotos: SALGADO, V., 2017.

13 Professor Associado e Coordenador de Estudos Alimentares na The New School for Public Engagement. Seu trabalho explora as interseções entre comida, mídia e política. Ele estudou as culturas do leste asiático e ciência política em Roma, Nápoles e Pequim, e recebeu seu doutorado em ciências agrícolas em Hohenheim, na Alemanha (Graduate Institute Design, Ethnography and Social Thought – The New School, 2018).

Quadro 04 – Famílias por habitação e incentivos para viver na área.



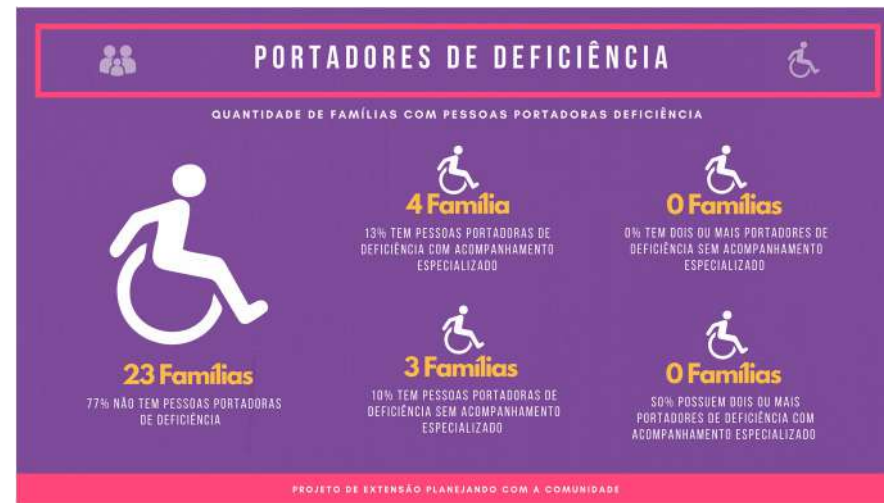
Os dados sobre essa pergunta revelaram a existência de casos de coabitação. Cerca de 6% das famílias entrevistadas compartilham o espaço da residência com mais duas famílias, geralmente são filhos que casam e formam suas próprias famílias dentro do ambiente familiar de seus pais. Na maioria dos casos (76%) as residências são ocupadas por apenas uma família e em seguida o caso de coabitação de duas famílias por habitação (18%). Mesmo para os casos com apenas uma família por habitação, as famílias geralmente tendem a ocupar terrenos limpeiros ou vizinhos, um dos outros.

Considerando os moradores que migraram para a Vila Elesbão, este dado revelou os incentivos para migração a localidade. A maioria dos entrevistados (48%) afirmou que a presença de familiares como principal incentivo, ou seja, a possibilidade de ser acolhido ou hospedado em condições de baixo custo é um fato relevante a realidade socioeconômica da população. Em seguida a oferta de emprego (23%), um dado compatível com os levantamentos teóricos referente ao histórico de ocupação da vila, e com 19%, a possibilidade de acesso a educação pressupõe a baixa qualidade ou inexistência de serviços públicos educacionais nas regiões ribeirinhas de origem do entrevistado. O percentual não se aplica (10%), serve aos entrevistados que vivem na Vila Elesbão desde o nascimento.



Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Elaboração de infográficos: SALGADO, V., SILVA, V. 2018. Foto: SALGADO, V., 2017.

Quadro 05 – Faixa de renda por família, portadores de deficiência e meio de transporte utilizados.



Este dado viabilizou a compreensão da distribuição de renda naquela região. Foi estabelecido a estimativa a partir da quantidade de salários mínimos que cada família obtém mensalmente. A maioria, 13 famílias (37%) obtém apenas um salário mínimo mensal, sendo que 5 famílias (14%) obtém menos de um salário mínimo mensal. Consecutivamente, 7 famílias (20%) obtém mais de um salário, 3 famílias (9%) obtém mais de dois salários, 1 família (3%) obtém mais de três salários, 1 família (3%) obtém mais de quatro salários e 5 famílias (14%) decidiram não declarar a renda. A renda familiar estimada neste dado não soma aos proventos de programas de assistência socioeconômica, como o Bolsa Família¹⁴.

Este dado mostrou que 23 famílias (77%) não têm pessoas portadoras de deficiência em casa. Apesar de 7 famílias ter pessoas com deficiência em casa, porém, apenas 4 famílias (13%) viabilizam o acompanhamento especializado. Estas pessoas necessitam de suporte para mobilidade, logo, a qualidade dos espaços de circulação precisam atender a demanda, embora as passarelas nem se quer apresentem guarda-corpo. A dificuldade de acesso ao acompanhamento especializado é reflexo de dificuldade e precariedade do transporte público de traslado até o serviço de saúde mais próximo.

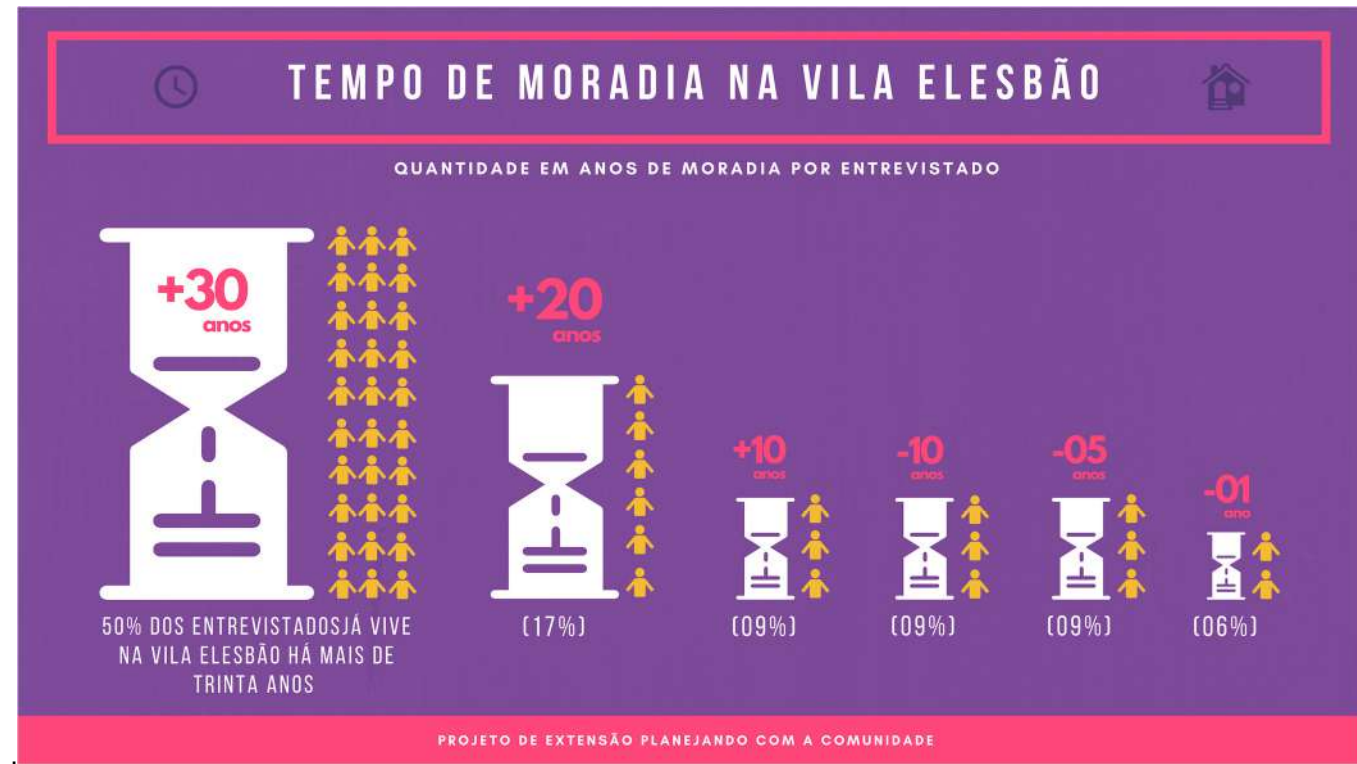
Este comparativo mostrou a forma de transporte predominantemente utilizada. A maioria das famílias (34%) utiliza a bicicleta como principal meio de transporte, apesar de não haver ciclovias seja dentro do bairro ou em seu ramal de acesso. Em seguida as motocicletas com 22% de utilização, e devido a expressiva relevância da carpintaria naval na vila, 15% das famílias utiliza embarcações para navegação entre as orlas do município de Santana e outros também. Os carros apresentaram 17% de utilização, os ônibus coletivos com 11%, devido a dificuldade de acesso que é externa ao bairro, e 1% declarou utilizar outro meio de transporte. Neste sentido, é evidente a preferência por autonomia de transporte, em seus diversos modais, inclusive o fluvial. A utilização de transporte público terrestre é escassa, o que pode sugerir a possibilidade oferta de transporte público fluvial entre a orla da Vila Elesbão com outros pontos da orla fluvial de Santana e os portos.



Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Elaboração de infográficos: SALGADO, V., SILVA, V. 2018. Fotos: SALGADO, V. 2017.

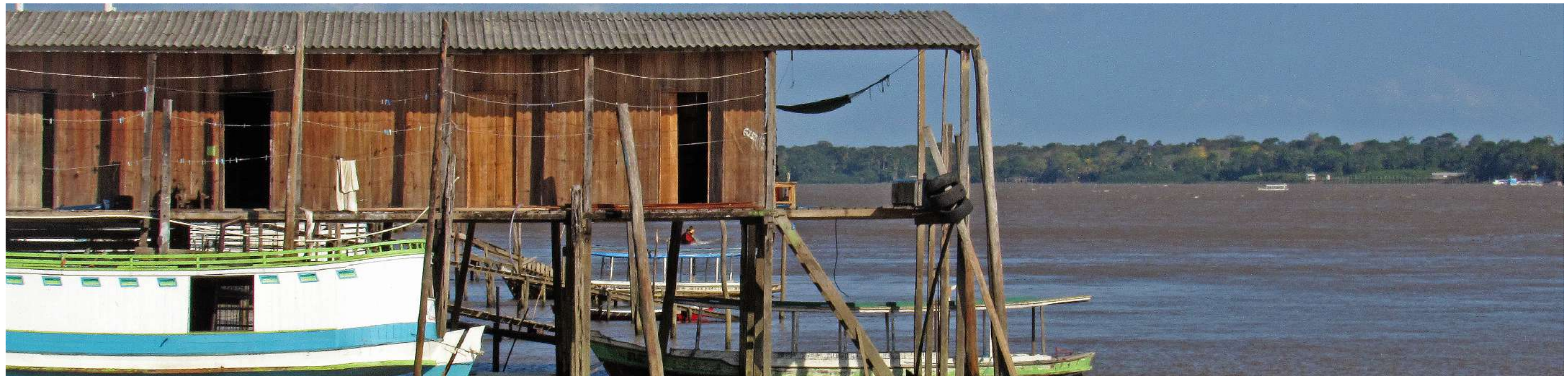
14 O programa atende a cerca de 13,8 milhões de famílias em todo o país, um quarto da população brasileira. Contando com um sólido instrumento de identificação socioeconômica, o Cadastro Único, e com um conjunto variado de benefícios, o Bolsa Família atua no alívio das necessidades materiais imediatas, transferindo renda de acordo com as diferentes características de cada família (CAMPELLO & NERI, 2014, p. 09).

Quadro 06 – Tempo de moradia na Vila Elesbão e o tipo de terreno onde a casa se localiza.



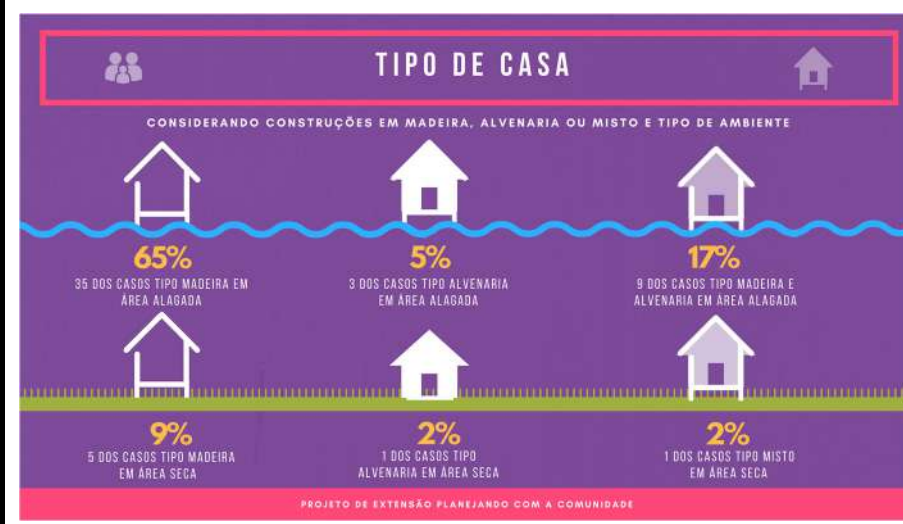
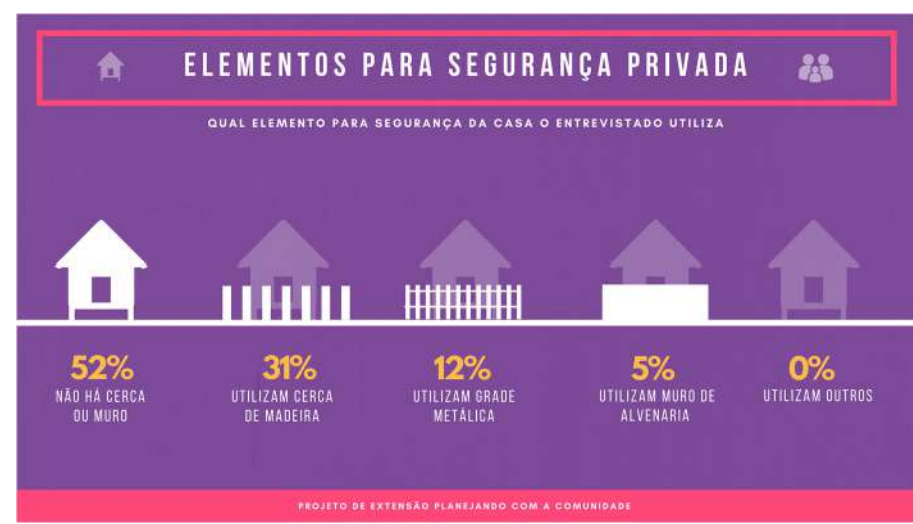
É comprovado que aquela região da orla fluvial de Santana é habitada há mais de 30 anos (50%), e a maioria da população entrevistada corresponde a esse contingente. Em seguida mais de 20 anos (17%), mais de 10 anos (9%), menos de 10 anos (9%), menos de 05 anos (9%) e menos de 01 anos (6%). Percebe-se o declínio de perspectivas de expansão da comunidade demograficamente, devido a fatores como a autogestão comunitária não permitir mais novas construções na Vila Elesbão. O contexto histórico de criação do Distrito Industrial (1980), compatível ao maior índice de tempo na vila. Nesta época Santana ainda pertencia ao município de Macapá, e configurava um cenário de desenvolvimento econômico do antigo Território Federal do Amapá (VIANA, 2016, p. 64).

O tipo de terreno mais ocupado na vila é o alagado com ponte (79%), predominantemente por palafitas de madeira na região de beira-rio. Os terrenos aterrados representam 11%, geralmente localizados na via de acesso terrestre principal, o Ramal da Olaria, em seguida outros tipos de terreno (8%) e por último os terrenos alagados sem ponte (2%). Estes dados são compatíveis com a predominância de tipologias habitacionais, apresentado anteriormente, onde é evidenciado a ocupação por palafitas em madeira sobre o alagado no território da vila. Por outro lado, esta forma de ocupação não recebe infraestrutura hidrossanitária adequada, o que ocasionada severos problemas de saúde pública na localidade, além de outras problemáticas relativas a acessibilidade, distribuição de energia elétrica etc.



Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Elaboração de infográficos: SALGADO, V., SILVA, V. 2018. Foto: SALGADO, V., 2017.

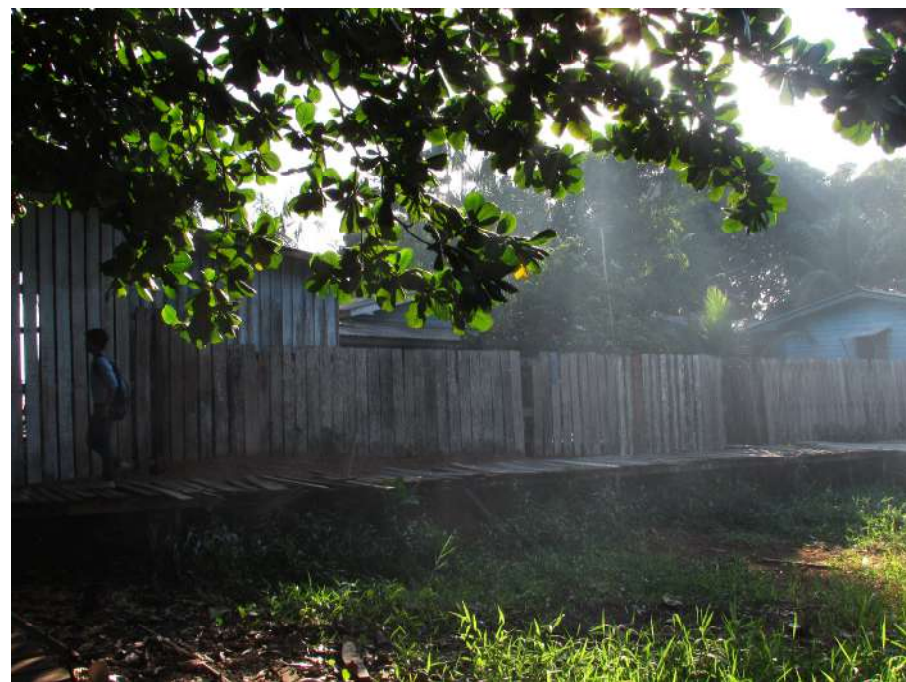
Quadro 07 – Elementos para segurança privada, tipos de casas e o estado de construção da casa.



Os elementos para segurança privada são relativos a proteção dos bens e patrimônio particular dos entrevistados. Visto no dado anterior que a maioria da comunidade ocupa áreas alagadas, é difícil prover algum tipo de proteção física no terreno, portanto 52% dos entrevistados não possuem cercas ou muros. Por conseguinte, cerca de madeira são utilizadas em 31% dos casos, como foi possível ver anteriormente neste capítulo, e cercas metálicas em 12%. A minoria optou em construir muros de alvenaria, nestes casos é exclusivo a áreas secas.

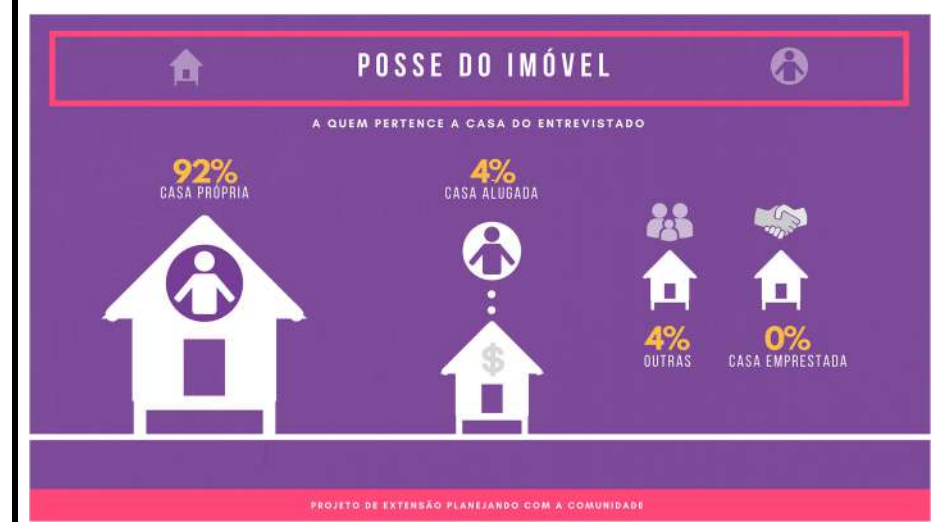
Considerando construções em madeira ou alvenaria ou de caráter misto e o tipo de ambiente onde a habitação está inserida, este dado revelou as condições do habitat de permanência das famílias. Predominantemente a paisagem é composta por casa construídas em madeira e em área alagada, 65% dos casos (35 famílias). Continuando em áreas alagadas, 5% (3 casos) construíram em alvenaria e 17% escolheu mesclar os materiais (9 casos). Em áreas secas 9% (5 casos) construiu apenas em madeira, 2% (1 caso) escolheu construir em alvenaria somente e 2% (1 caso) usou construção mista.

Este dado qualitativo constitui uma das reflexões centrais da pesquisa. O estado de construção da casa expõe a sensação de satisfação com própria conquista de posse da habitação, que exige esforço e dedicação. Além da estatística, os relatos durante as entrevistas são carregados de orgulho pela vitória do desafio, visto que os habitantes por maioria estão na faixa de renda de um salário mínimo. Pertinente à estatística, 62% dos entrevistados afirma que o estado de construção é bom, e, portanto, a habitação recebe manutenções sempre que possível. Em 35% dos casos, o estado de conservação foi apontado como regular, e por minoridade, ruim foi considerado em 3% dos casos.



Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Elaboração de infográficos: SALGADO, V., SILVA, V. 2018. Fotos: SALGADO, V. 2017.

Quadro 08 – Finalidade do imóvel, regime de construção da casa e posse do imóvel.



A finalidade do imóvel diz respeito principalmente ao uso que o caracteriza. Por maioria, e era de se esperar, em 77% dos casos o uso residencial é encontrado, a menor parte (2%) inclui o uso exclusivamente comercial e mais o quantitativo que optou por não responder à questão. Surpreendentemente o uso misto entre residencial e comercial, surge em quantitativo considerável (19%). Boa parte destes casos é na realidade de pontos de bateadeiras de açaí, que segundo o Censo da AMOBEL (2016), são 12 pontos de bateadeiras de açaí no bairro Elesbão. O extrativismo de açaí é uma das principais atividades da economia local.

As formas como as casas foram construídas na Vila Elesbão, é correlato aos fenômenos de autoconstrução, autoprodução ou em regime de mutirão encontrados em outros assentamentos urbanos encontrados em Santana ou Macapá. Aproximadamente metade (50%) dos entrevistados contratou mão-de-obra para construção das habitações, seja de construtores locais ou de imediações ao bairro. Por pouco menos, cerca de 44% dos casos os proprietários foram os encarregados de construir sua habitação, o que inclui os trabalhadores do ofício de carpintaria naval visto que os mesmos têm vínculo com técnicas de construção em madeira. Em 4% dos casos houve ocorrência de mutirão para construção da habitação, foi relatado nas entrevistas que os mutirões ocorreram entre familiares e amigos próximos.

Posto que às famílias predominantemente autoconstruíram ou autoproduziram as habitações, a posse dos imóveis consequentemente é de domínio próprio (92%), as outras variáveis desta questão apresentaram baixa expressividade. A ocorrência de casa alugadas é de 4%, e o mesmo índice serve a outros casos de posse incomuns considerados pelos entrevistados. Em um dos casos a moradora afirmou a posse da habitação, contudo, o terreno onde estava locada era de domínio da sogra, ou seja, há um significado característico para ocupação, abrindo oportunidades para novas reflexões a respeito do termo no cotidiano de assentamentos populares.



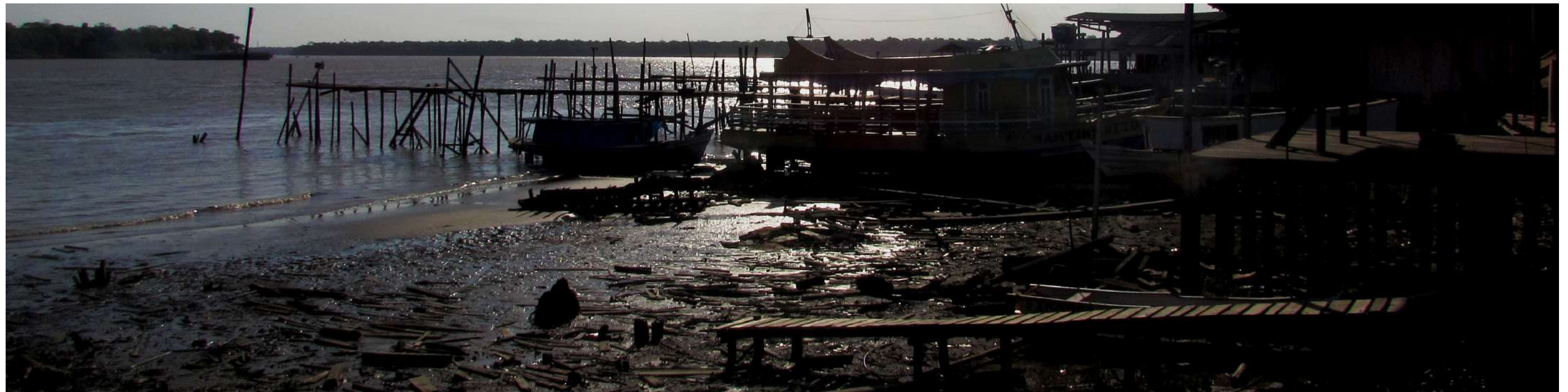
Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Elaboração de infográficos: SALGADO, V., SILVA, V. 2018. Fotos: SALGADO, V. 2017.

Quadro 09 – Percepção sobre a paisagem urbana e o transporte público local.



De acordo com os conceitos de Gordon Cullen (1990, p. 15) paisagem urbana é onde o homem estar colocado no ambiente urbano, isto é, na cidade. Relativo aos contrastes sociais encontrados na Vila Elesbão, este termo não era familiar a qualquer entrevistado, o que exigiu didática dos pesquisadores. Decorrente da interpretação e percepção de cada morador obteve-se 80% de agrado com a paisagem urbana do bairro. Este dado qualitativo reafirma a preferência dos moradores em permanecer na vila, uma vez que apesar das dificuldades de acesso a equipamentos urbanos, existe pertencimento. Cerca de 16% dos entrevistados analisou a paisagem como ruim, por razões de infraestrutura e coleta de lixo, os outros 4% não souberam responder.

Pertinente a qualidade do serviço público de transporte terrestre local não há ou não existe este serviço dentro da comunidade, o acesso é possível fora do bairro, ou seja, é necessário percorrer mais de dois quilômetros até o centro de Santana para utilizar o transporte público que sirva de transferência até outros bairros da cidade ou intermunicipal. A população entrevistada, afirmou em 68% das entrevistas que não existe transporte público local. Aos que fazem o esforço buscar o serviço, afirmam que é ruim (16%), e os outros 10% classificam como bom, e a minoria (6%) declarou como regular. Este dado qualitativo diagnosticou o serviço público de transporte terrestre por ônibus, pois no bairro há serviço de ônibus de uso exclusivamente escolar.

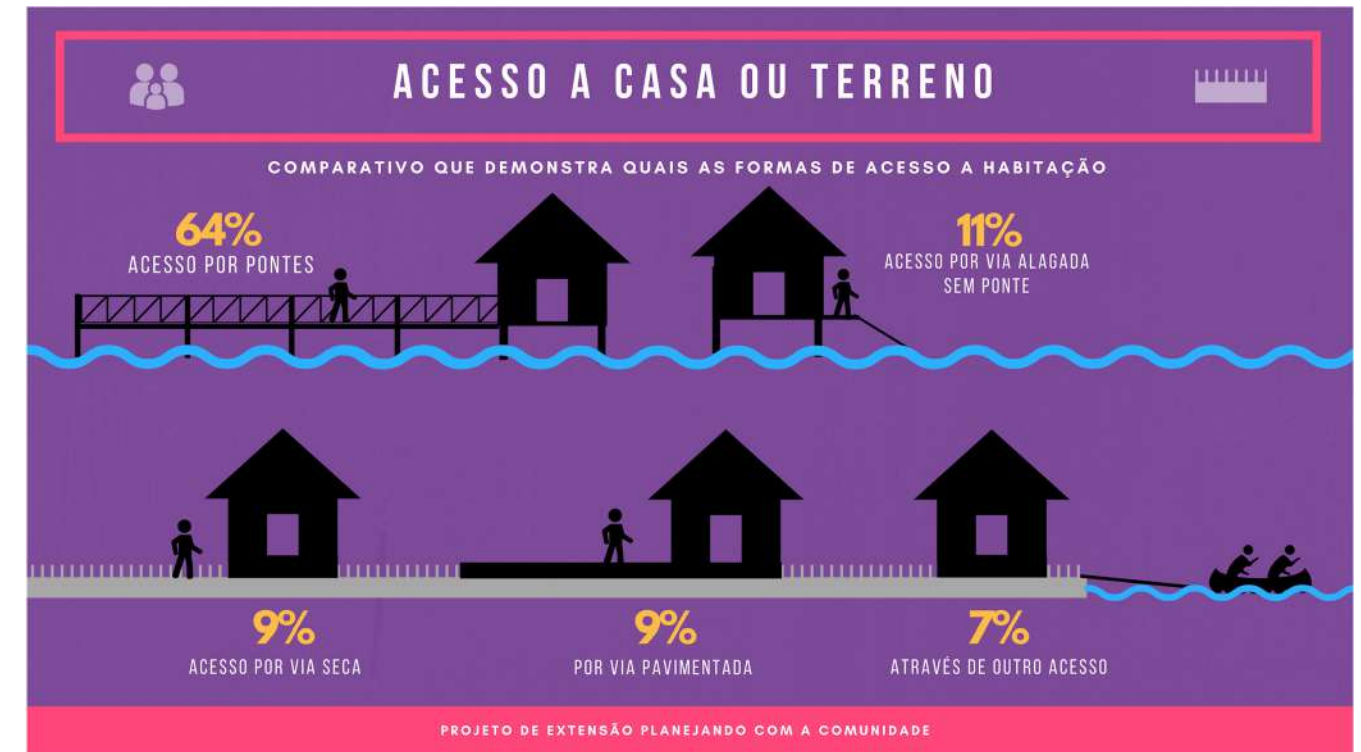


Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Elaboração de infográficos: SALGADO, V., SILVA, V. 2018. Foto: SALGADO, V., 2017.

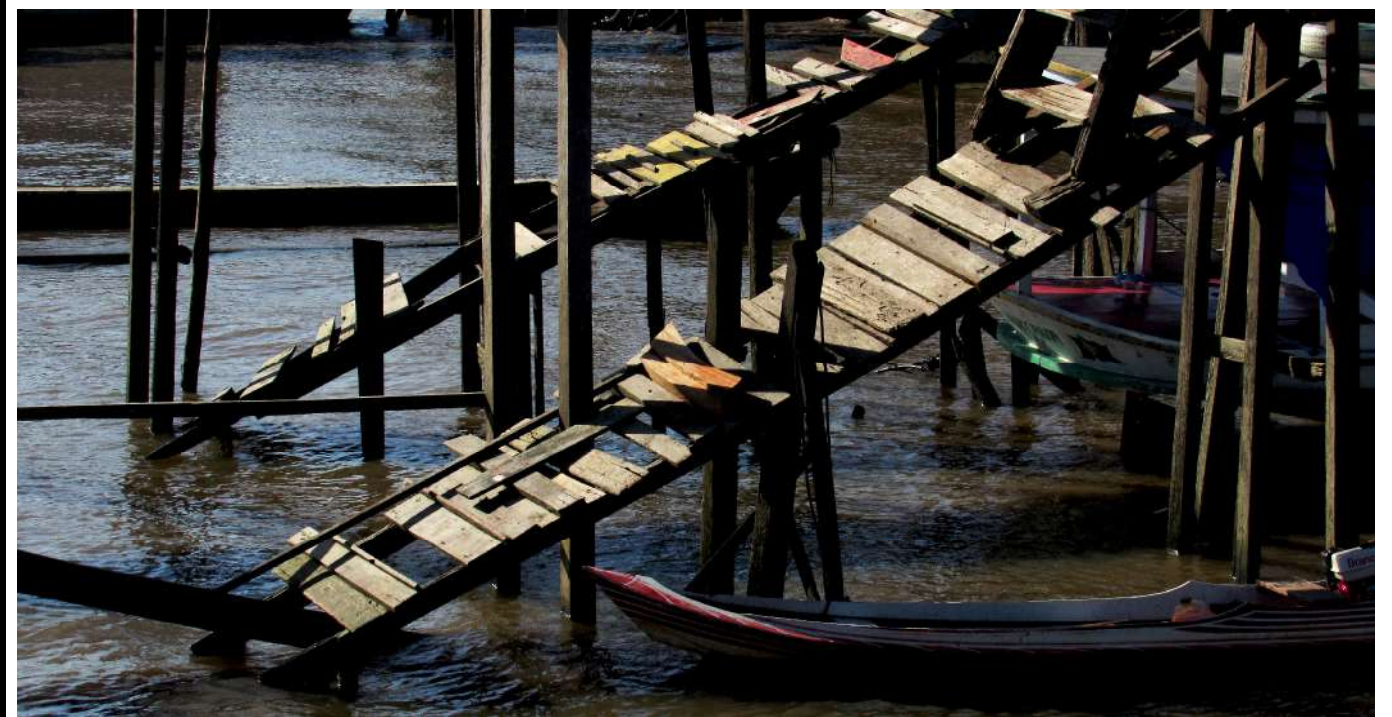
Quadro 10 – Satisfação com o bairro e acesso a casa ou terreno.



Este levantamento qualitativo revelou surpreendentemente alto índice (66%) de satisfação com o bairro, que pode ser considerado junto ao índice muito satisfeitos (3%). A interpretação e relatos dos moradores descreve a relação com a natureza e realidade pacata da vila como os principais fatores de escolha desta variável. Os outros 29% declararam insatisfação com o bairro, de modo geral compatível as mesmas razões pertinentes a paisagem urbana do bairro, e os demais 2% são indiferentes.



Este comparativo demonstra as formas de acesso a habitação ou terreno. Em 65% dos casos o acesso é por pontes palafíticas em madeira, um dado que tem relação direta com a quantidade pessoas portadoras de deficiência, sendo assim, é necessário prestar acessibilidade a essas estruturas e a circulação de bicicletas como meio de transporte também precisa receber mais segurança. Em seguida 11% dos casos tem acesso por via alagada sem pontes, 9% dos casos por via seca, outros 9% por via pavimentada e 7% declarou outro acesso, que se aplica a Vila Elesbão interpretando o acesso a residências através de píeres ou atracadouros.



Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Elaboração de infográficos: SALGADO, V., SILVA, V. 2018. Fotos: SALGADO, V., 2017.

Quadro 11 – Associação/organização na comunidade e atuação da associação/organização na comunidade.



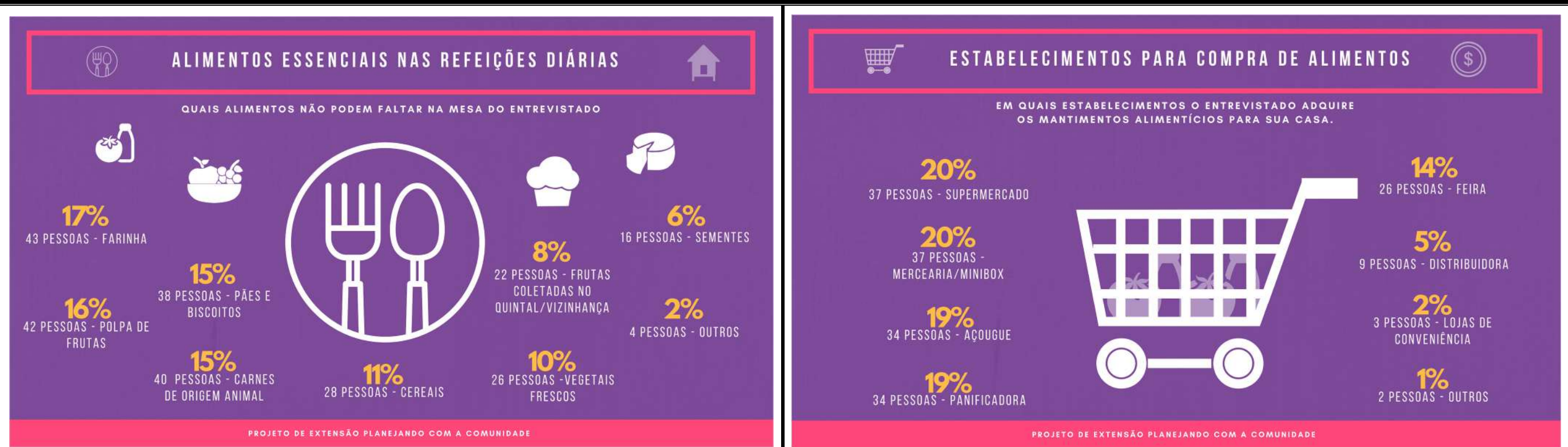
A recente Associação de Moradores do Bairro Elesbão (AMOBEL), é a organização comunitária competente pela busca de soluções para os problemas do bairro, trabalhando em conjunto com os gestores municipais. Sobre a participação dos entrevistados na associação, aproximadamente 78% não fazem parte, e os outros 22% participam das atividades. Proporcional a quantidade de participantes, a busca pela associação por parte dos moradores é baixa, 83% dos entrevistados não procuram a associação e apenas 17% buscam a associação.

Estes dados quantitativos são relativos a avaliação das atividades da associação de moradores. Das cinco variáveis, houve proporcionalidade, com mais avaliações positivas. Consideraram a atuação boa em 23% dos casos, em mesma quantidade a avaliação regular (23%), e em seguida, 22% decidiram não opinar (não se aplica). Há igualdade de preferência entre excelente e ruim, quantificando 16%, para cada qualidade.



Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Elaboração de infográficos: SALGADO, V., SILVA, V. 2018. Foto: SALGADO, V., 2017.

Quadro 12 – Alimentos essenciais nas refeições diárias e estabelecimentos para compra de alimentos.



Foram elencadas nove variáveis de ocorrência simultânea, para quantificar quais os alimentos que não podem faltar durante as refeições diárias. Em primeiro lugar está a farinha de mandioca (17%), depois as polpas de frutas, incluindo o açaí, com 16%, seguido de pães e biscoitos, e carnes de origem animal, ambos com 15%, depois vem os cereais (arroz, trigo etc) com 11%. A pesquisa incluiu vegetais frescos comprados, doados ou produzidos pelo entrevistado, sendo assim 10%, ou seja, 22 pessoas incluem esses alimentos diariamente. Outro dado interessante é o quantitativo de entrevistados que consome diariamente frutas coletadas no quintal/vizinhança (8%), além do quantitativo a respeito de sementes (6%) e outros (2%).

Seguindo mesmo padrão de variáveis, conhecer os estabelecimentos para compra de alimentos, mensura de certa forma, a qualidade da comida ingerida e se o entrevistado procura consumir mais produtos dentro bairro ou se precisa utilizar transporte para ter acesso a certos alimentos essenciais. Há preferência em igualdade tanto por supermercados quanto por mercearias/minibox do bairro (20%), açougues e panificadoras do bairro têm percentual de incidência próximo dos anteriores (19%). Surpreendentemente as feiras são um local consideravelmente frequentado, em 14% dos casos (26 pessoas), ou seja, mais da metade dos entrevistados. Distribuidoras e lojas de conveniência são os menos utilizados, com 5% e 2% respectivamente, e ainda há outros com 1% de utilização.



Quadro 13 – Atividades relacionadas a produção de alimentos, comercialização de alimentos e produção de alimentos pela comunidade.



Nestes dados, os entrevistados a priori afirmavam ou negavam a realização de atividades relacionadas a produção de alimentos. A maioria (63%) realiza esse tipo de atividade, e os 37% restante não realiza. O segundo passo era escolher, dentre oito variáveis as atividades. A atividade mais realizada é a pesca (36%), devido o contexto ambiental e histórico que a justifica, e a agricultura familiar (cultivo de hortaliças) está presente em 16% dos casos. Em 17 entrevistas, os participantes declararam não realizarem qualquer atividade relacionada a produção de alimentos. A criação aves e suínos para corte representa igualmente 6% das respostas, e a criação aves para coleta de ovos, criação de peixes e outros representam igualmente 3%.

A comercialização de alimentos por famílias é comum aos que fazem disso a principal renda familiar, abrindo estabelecimentos comerciais para isto, ou seja, há venda de outros tipos de produtos além dos alimentos. Todavia, a maior parte dos entrevistados (67%) declarou não comercializar alimentos, ou exclusivamente alimentos, apenas 33%, 17 famílias, comercializam alimentos, considerando as bateadeiras de açaí, pescadores, pontos comerciais e outros. Este dado é relevante pois a rotina de alimentação de famílias que comercializam alimentos, orgânicos ou industrializados, é diferente. A quantidade de alimentos e a qualidade deles interfere na saúde do morador, e por seguinte as implicações podem trazer benefícios ou malefícios, fazendo este mais resistente a contração de doenças ou não, e assim necessitando usar mais serviços públicos de saúde.

Neste dado a comunidade pôde abrir chances de perspectivas para implantação de projetos que viabilizassem a produção de alimentos pela comunidade. Cerca de 96%, ou seja, 48 entrevistados têm interesse nesse tipo de atividade em prol do benefício da comunidade e apenas 4% não deseja esse tipo de atividade. Conciliando as atividades de autogestão já realizadas pela AMOBEL e este interesse de produção em comum, pode-se considerar este viés uma potencialidade viável, visto que há uma quantidade razoável de construtores e agro produtores na vila. Os benefícios envolvidos são muitos, o que faz deste um fator consistente para inclusão desse tipo de estrutura no projeto a ser proposto no próximo capítulo.



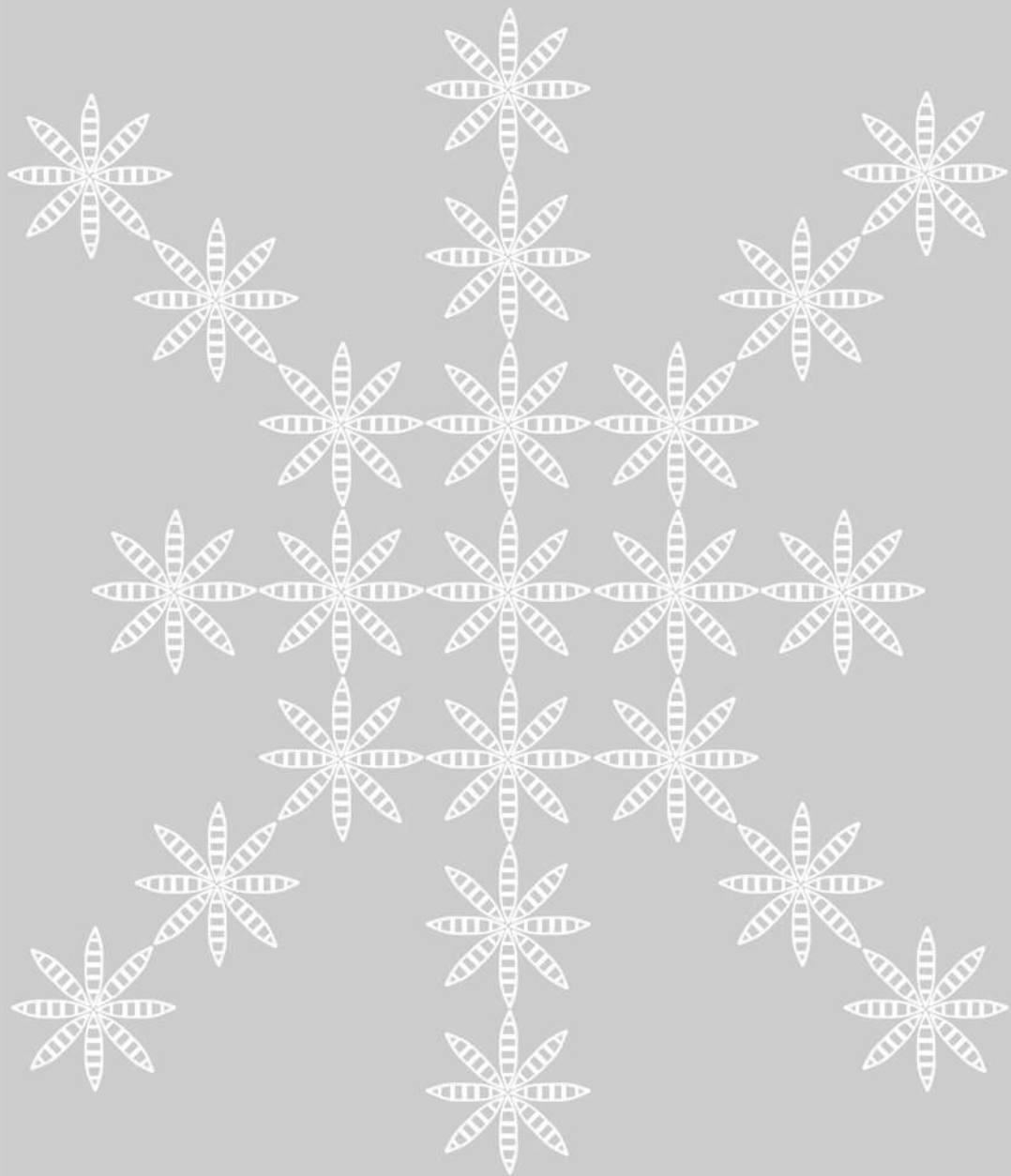
Fonte: Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade. Elaboração de infográficos: SALGADO, V., SILVA, V. 2018. Fotos: SALGADO, V. 2017/2018.

São mais de seis décadas de ocupação. Em retrospectiva é possível observar que o processo de consolidação do território da vila foi guiado por eventos migratórios esporádicos paralelos aos investimentos de exploração do minério e criação da ALCMS no Amapá. A origem cultural de muitas famílias migrantes influenciou no principal tipo de ocupação edilícia presente, a palafita, uma vez confirmado que eram das ilhas próximas. Não se pode ignorar o fator socioeconômico, afinal foi necessário mão-de-obra barata para erguer o polo industrial portuária santanense.

A palafita ainda é a principal técnica construtiva desempenhada pela comunidade. São predominantemente erguidas pela autoconstrução, com fortes traços das palafitas vernáculas, contudo já subsidiadas com materiais e equipamentos contemporâneos, ou seja, são encontradas estéticas híbridas, em adaptação, diante das possibilidades econômicas das famílias. A vista da janela ou da varanda contempla a imensidão de água doce, vegetação exuberante de ilhas próximas e embarcações de grande porte, sem falar das embarcações tradicionalmente produzidas pelos carpinteiros navais locais.

Apesar das imagens de assentamentos populares discutidos em sala de aula persuadirem o imaginário a apenas criar/simular texturas e sombras hostis sobre essas áreas da cidade, a experiência vivida a partir do contato com a Vila Elesbão foi sem dúvida encantadora. A extensão universitária, neste sentido, possibilitou presenciar algo raro na região amazônica amapaense, e principalmente na área de ciências sociais aplicadas, o encontro entre os saberes práticos e científicos como estímulo à transformação.

Os dados aqui apresentados e os demais em anexo, são parâmetros para estabelecer estratégias e conceber ideias na possibilidade de intervenções na vila. Sem dúvida as constatações, descobertas e dúvidas concentradas neste capítulo são de grande valia para o processo de adoção do partido e concepção da proposta de desenvolvimento local, pois são fruto do intenso envolvimento entre os pesquisadores e a comunidade.



CAPÍTULO V

5. PROJETO E PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Chegar até aqui, no quinto capítulo, a priori requereu o levantamento teórico da discussão internacional e nacional a respeito das palafitas como um elemento arquitetônico existente desde o passado até o presente, como habitação popular em assentamentos humanos. Após a breve abordagem do contexto das dinâmicas urbanas de Santana e da legislação pertinente, surgiu o quarto momento do trabalho sobre a historicidade da Vila Elesbão e os resultados da pesquisa de campo.

Desde a premissa inicial até este ponto, os estudos e análises desenvolvidas foram essenciais para dar corpo as decisões mais viáveis à realidade da localidade em questão, sendo assim a proposta que se realiza nesta quinta etapa é o projeto arquitetônico denominado *Estação Chão d'Água*. Além de projetar para a comunidade, é apresentado o Turismo de Base Comunitária, como alternativa de economia colaborativa que utiliza os recursos disponíveis sustentavelmente.

Antes de qualquer ideia esboçada como prelúdio de um projeto arquitetônico, ou nem sequer um tema delineado, a vivência e paisagem local da Vila propiciaram a principal inquietação: como valorizar as palafitas do Elesbão? Em sua primeira etapa de qualificação, este trabalho apresentou a possibilidade de criar o que seria um “memorial da cultura ribeirinha”, contudo, novas análises e discussões sobre a temática aperfeiçoaram as decisões iniciais e ideias dominantes.

O conjunto de razões que contemplam o planejamento arquitetônico deste projeto e proposta de desenvolvimento local reúne dez termos que fundamentam a temática principal, afim de constituir um caminho para metodologia de adoção do partido, ainda que distante ainda de uma forma ou elemento construtivo esclarecido, em suma, é inspirada nos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹⁵ (ONU).

15 A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. O plano indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a -pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro (UN, 2014).

- Cultura local (I): Pensar em soluções próprias à cultura local – amazônica – é uma forma de cuidado e respeito as raízes históricas de fundação da Vila Elesbão, qualquer medida distante deste critério invalida todas as discussões anteriores neste trabalho. O modo de vida local como uma preocupação constante em todo o processo projetual e para a proposta de gestão turística.
- Meio ambiente (II): Promover o uso sustentável de nossos recursos naturais, priorizando a conciliação entre o meio ambiente e o que há de urbano. A Amazônia como *locus* da comunidade, inspira por mais decisões projetuais coerentes as condicionantes climáticas, topográficas e em especial hidrográficas da região, uma vez que a orla é o espaço de interesse ao projeto.
- Justiça social (III): Neste momento surge o termo interdisciplinar aos conceitos comuns empregados à projetos de arquitetura, que além de significar cidadania e garantia de direitos, assume o fator “autonomia”. A justiça social como forma da liberdade a diferentes formas de convicções perante o viver no espaço público. Passar por esse conceito no desenvolver das ideias delibera motivação por mais espaços de genuína representatividade, que no caso pode ser a do caboclo ou ribeirinho, livres de qualquer forma de segregação.
- Coletividade (IV): Um território socialmente construído para o bem comum e a partir de decisões coletivas têm se tornado a cada dia uma pauta mais relevante em academias de arquitetura e urbanismo. Uma das formas de intervenção do espaço designando estes conceitos é através da extensão universitária, o que corresponde a experiência dos autores deste trabalho. Da teoria à prática, da ação a reflexão, a coletividade é um princípio solene para a tomada de decisões das estratégias.
- Uso público (V): O direito de ir e vir é mais que uma transitoriedade. O que é permitido ser *público* como privilégio e o *privado* como constatação da hierarquia social pertinente ao nosso século, a busca por mais locais de acesso livre, para estar, modificar e pertencer. Seja em dimensão individual ou coletiva as propostas devem assumir compromisso com o caráter público da intervenção e fluidez existente na Vila Elesbão.
- Materiais regionais (VI): A madeira como protagonista entre os materiais utilizados seja para construção de edificações, pontes ou embarcações em

todos os cantos da comunidade, evidencia a inerente preferência pelo material regional, o que solicita diretamente ao projeto arquitetônico uma dose de perspicácia em considerá-la. Entre os exemplos de outros materiais regionais desejados para utilização está a cerâmica, tramas de fibras naturais, tecidos de algodão banhado em látex, dentre outros.

- Inovação (VII): A criatividade como alavanca de soluções. Viabilizar uma arquitetura integrada ao ambiente palafítico, esteticamente familiar aos olhos nativos da comunidade, capaz de atender as principais demandas coletadas, dentre outros fatores extraídos das necessidades dos moradores. Não se trata da busca de um objeto original por si, mas por uma estrutura originada de um processo que incluiu a abordagem participativa.
- Acessibilidade (VIII): Estruturas projetadas em consonância com a NBR 9060, perante o propósito de inclusão, uma vez que além da pesquisa ter constatado pessoas com deficiência na Vila Elesbão é preciso considerar que os possíveis visitantes ou turistas também devam usufruir de todos espaços do projeto, livres de obstáculos, com segurança e sinalização.
- Autogestão comunitária (IX): Refere-se a vida econômica e social em comunidade. Na busca de uma visão mais esperançosa sobre as fatalidades consequentes da pobreza urbana, fazer dos recursos disponíveis e serviços oferecidos na Vila Elesbão se tornem produtos de consumo em pequena escala e, portanto, uma forma alternativa complemento da renda e apoio solidário. O Turismo Comunitário apresentado neste capítulo é oferecido como ferramenta de organização social e comunitária na tomada de suas próprias decisões para resolver suas necessidades.
- Apropriação (X): A essência modesta e acolhedora da Vila Elesbão é admirável. Diferente de uma área residencial de classe média, a comunidade em questão utiliza os espaços públicos palafíticos assim como efetua a manutenção e o modifica por de intervenções diretas. As áreas públicas designadas no projeto devem proporcionar a passível e direta autonomia já existente. Neste sentido, fica esclarecido que não se trata de um projeto privado em função da AMOBEL, reitera-se a condição coletiva de domínio daquilo que é denominado Estação Chão d'Água.

5.1 Estação Chão d'Água

O tema escolhido para o projeto arquitetônico não compreende apenas a uma finalidade, e se distribui em diversas funções coerentes aos termos abordados anteriormente, o que denota complexidade e atribuiu grandes dificuldades ao processo de concepção. Existem duas finalidades indispensáveis ao projeto da estação: ser suficiente às atividades da AMOBEL e valorizar a cultura local. Isto é, atender as necessidades administrativas da associação e também oferecer espaços de apoio àquilo que se produz na Vila Elesbão.

A denominação “chão d’água” é a direta conexão com o contexto hídrico da região amazônica e ao modo de vida local, uma alegoria linguística de referência a presença dos rios como via de circulação principal, tal qual o “chão seco” ou “chão de terra” em locais com modos outros. Por definição, “estação”, enquanto elemento edilício, corresponde a função de embarque e desembarque de passageiros, que pode variar em escalas e tipos de modais de transporte, inclusive o fluvial. A intenção do projeto é também atender a demandas específicas para embarcações de pequeno porte, verificou-se que neste tipo de território esta forma de deslocamento é comum. Então faz-se necessário utilizar este conceito de arquitetura, tanto quanto ampliá-lo.

Ampliar, para comportar diversas funções e ambientes flexíveis as transformações esporádicas que a comunidade perpassa, ou seja, mesmo que em hipótese um espaço seja destinado ao uso para apresentações/assembleias nada deve proibir a comunidade de transformar seu uso para uma pequena feira de venda de artesanatos locais temporariamente, e desde que esteja dimensionado para tal. É uma interpretação arquitetônica para as sequências de mudanças em assentamentos populares, pois precisam ser versáteis, já que sua permanência ali é indevidamente rotulada como improvisação ou inacabada.

Inverso ao olhar de quem considera o improvisado algo negativo, os fundadores da AMOBEL mergulharam no objetivo de atender a necessidade de organização da comunidade e improvisaram um espaço para chamar de Sede da associação. Neste sentido o projeto contempla a consolidação desta visão coletiva despojado de espaços concebidos para dar continuidade as ações comunitárias e atividades administrativas.

Antes de prosseguir para caracterização do grupo de usuários envolvidos estritamente com a AMOBEL e da estrutura física existente, é válido fazer ressalva a respeito da caracterização do grande grupo de usuários da comunidade ou clientela do projeto *Estação Chão d'Água*. Acredita-se que foi realizada por meio dos resultados da investigação executada no âmbito do PEPCAC. Os dados pertinentes as atividades e funções coletivas sucederão, neste capítulo aplicados em desenhos, estratégias e relações entre os elementos arquitetônicos previstos para o edifício.

5.1.1 Sede Provisória AMOBEL

A Associação de Moradores do Bairro Elesbão é uma formação/organização não governamental originada em agosto de 2015 a fim de proporcionar melhorias para as condições de vida no bairro. Desde o primeiro biênio de atuação a AMOBEL realiza ações importantes para o desenvolvimento local da população. Anteriormente citado, o Censo 2016, é um dos feitos relevantes que mais contribuíram para a pesquisa, tanto quanto a documentação da história e memória do território em questão.

Prestes a acumular cinco anos de atividades, a sede provisória da AMOBEL permanece dentro da residência do Presidente Raimundo Moraes, na Passarela Raimundo Ferreira de Lima nº25 (Figura 44). As reuniões e armazenamentos dos materiais são realizados ali. Também na sede provisória é feito o tratamento de água com aditivo de sulfato fornecido pela CAESA, ocorre que mais de 200 famílias não tem acesso de água tratada que é coletada pela adutora do bairro. Portanto a AMOBEL atua como facilitadora, destinando as famílias água tratada em camburões transportáveis. Existe a necessidade de criação de um espaço próprio a esta atividade e assim proceder com mais eficiência.

Figura 43: Sede provisória da AMOBEL – Exterior.



Legenda: (A) Passarela de acesso a sede provisória; (B) Fachada com placa indicadora da AMOBEL; (C) Fachada principal da sede provisória. Fotos: SALGADO, V. 2018.

A residência possui aproximadamente 78m², incluindo o pavimento superior, e apesar do Sr. Moraes ser o único morador fixo, cerca de 50% do interior da habitação serve de espaço/uso da AMOBEL. São cinco ambientes distribuídos em três setores, é possível visualizar no Layout (Figura 45) a configuração espacial em plano horizontal, em que o uso “administrativo” é localizado na área social/sala de estar, e na cozinha são encontrados os equipamentos e camburões para tratamento de água. No pavimento superior fica o “depósito” da AMOBEL, além da suíte e varanda.

Figura 44: Lavout sede provisória AMOBEL - Interior.



Legenda: (1) Sala/Administrativo/Reuniões; (2) Cozinha/Serviço; (3) Banheiro; (4) Sala/Depósito; (5) Dormitório; (6) Sanitário; (7) Varanda. Foto [E]: GATINHO JUNIOR; Demais Fotos: SALGADO, V. 2019.

Apesar do centro comunitário existente possuir espaços prontos para uso da AMOBEL, a diretoria não reivindica posse, respeita a preferência por uso coletivo do espaço, seja para atividades organizadas pela associação ou eventos organizados pelas famílias do bairro. A equipe eleita conta com cinco cargos: Presidência, Vice-presidência, Secretaria, Tesouraria e Diretoria de Assuntos para Mulheres. Há o desejo de criar mais cargos, contudo além do curto orçamento, o espaço para trabalho não tem capacidade suficiente.

Portanto, proporcionar espaço físico adequado tanto em dimensão quanto acessibilidade é primordial para o avanço da AMOBEL. Favorecer o desempenho da associação oferecendo espaço de trabalho para uso compartilhado confortável, estimulante, e visível, isto é, tendo contato com o mundo exterior, além de agregar componentes secundários e de apoio, como sala de reuniões, copa, sanitários e área de serviço.

5.1.2 Estudo técnico preliminar ao projeto

A avaliação preliminar para elaboração do projeto parte do princípio da viabilidade técnica, relativa à exequibilidade da obra e das condicionantes ambientais e morfológicas locais para implantação do projeto, em sua função e forma devidamente adequados ao modo de vida local. A possibilidade de utilização ou ampliação da Sede Provisória AMOBEL foi invalidada, uma vez que a estrutura é compartilhada como habitação do Presidente da Associação, portanto fez-se necessário a escolha de uma nova área.

Perante os dados qualitativos coletados na entrevista com o Presidente da AMOBEL Raimundo Moraes, é esclarecido o desejo por implantação do projeto na orla da Vila Elesbão, privilegiando a presença do rio Amazonas diante o uso da técnica palafítica. Portanto, após buscas e comparativos *in loco* foi definida a poligonal do lote compreendido na várzea de curso d'água, fracionada em duas porções devido a travessia existente, a Passarela Manoel Cesário (Figura 46). O fragmento sul é limítrofe ao trapiche público (base adutora de água bruta) e a escola municipal de ensino infantil, e o fragmento norte é margeado por habitações e faz acesso por meio da fachada norte ao Ramal da Olaria, via principal de tráfego terrestre.

Figura 45: Poligonal de implantação do projeto.

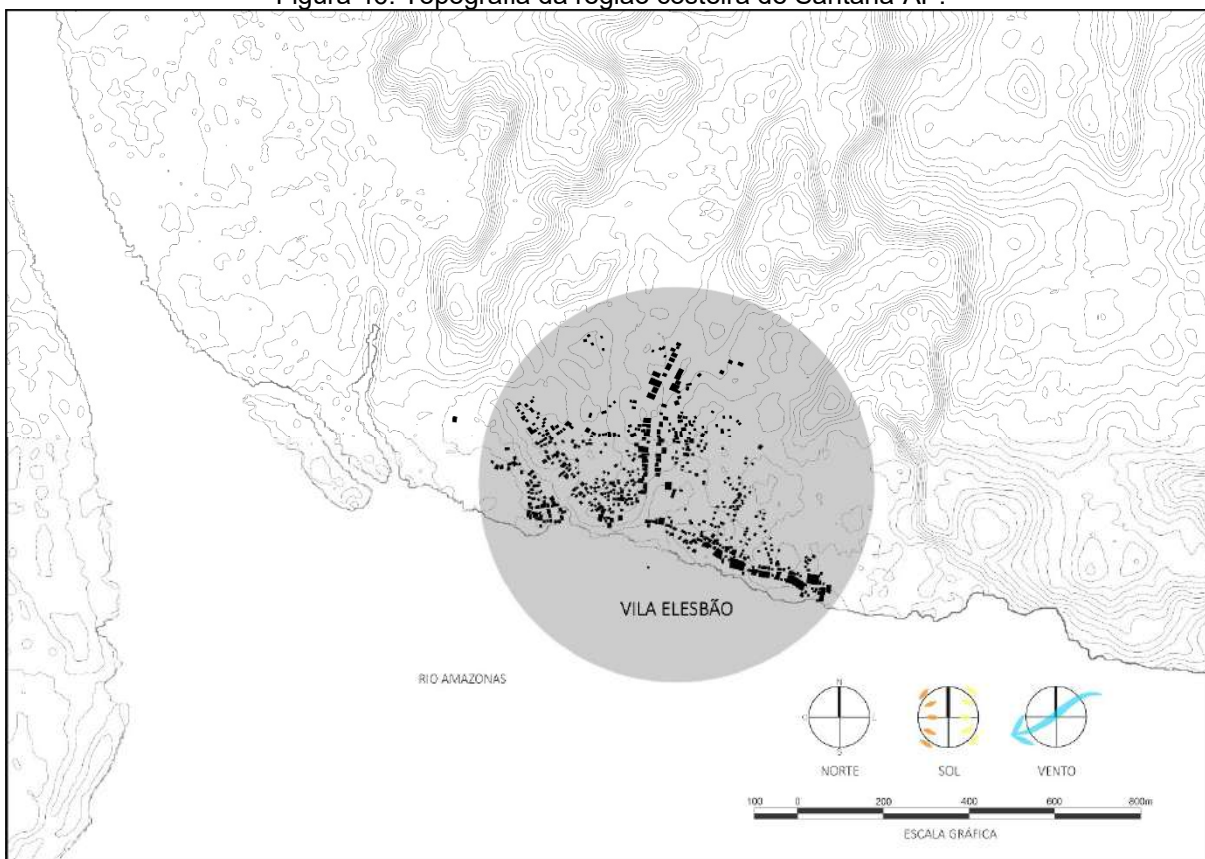


Fonte: SALGADO, V. 2019.

Devido ao potencial de uso de zonas costeiras, é comum em diversas regiões do Amapá encontrar populações ocupando áreas passíveis de inundação diante um processo natural ao contexto hídrico amazônico¹⁶. O local definido pela poligonal de implantação do projeto é definido por estas características. A partir dos estudos costeiros do estado foi possível compreender a geomorfologia (Figura 47) e fenômenos associados as Planícies e Terraços Fluvioestuarinos Inundados pelas Marés (Apfet), onde o solo é constituído por sedimentos argilosos e síltico-argilosos com sedimentos arenosos, característico às florestas de várzea (SANTOS, 2016), e corresponde a orla da Vila Elesbão.

¹⁶ As planícies de inundação são os assoalhos dos vales construídos por rios ativos, periodicamente recobertas por águas de inundação, durante os períodos de fluxos das cheias dos rios e que ultrapassam os diques marginais. [...] Ao fenômeno de aumento do nível das águas dos rios sem ultrapassar os diques marginais, dá-se o nome de enchente. [...] Assim a inundação é um fenômeno natural associado as dinâmicas de cheias dos sistemas fluviais quando precipitação é intensa e a quantidade de água que chega é superior à sua capacidade de drenagem, inundando as áreas adjacentes às margens do canal (SANTOS, p. 125, 2016).

Figura 46: Topografia da região costeira de Santana-AP.



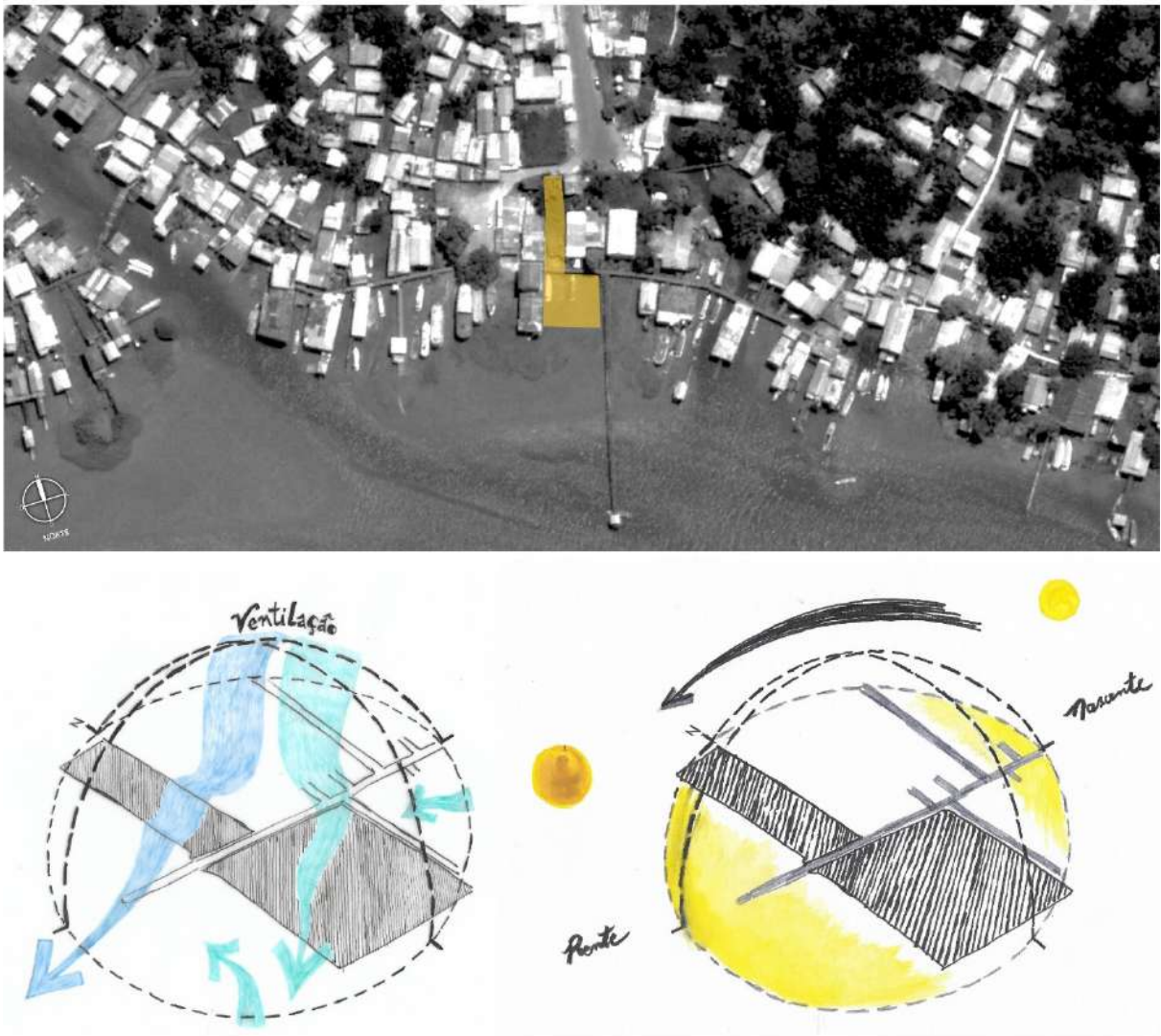
Fonte de dados: SEMA (GEA) e SEINF (GEA). Elaboração: CHUMA, V. & SALGADO, V. 2019.

As curvas de nível, de acordo com a topografia da região costeira de Santana, demonstram a planície costeira uma vez que as linhas estão ajustadas para rastrear desníveis a cada 0,5m, com baixa variação de altitude e larga distância horizontal, configurando declividade abaixo de 1%. Sendo assim, um sítio com dificuldades de drenagem onde mantem-se o alagado por muitos meses do ano, em estação de chuvas intensas, comuns ao clima equatorial.

Alinhado com os aspectos topográficos, as características climatológicas são de grande influência para o habitat humano. Na costa sul do Amapá o clima é bastante sazonal, com grandes volumes de chuvas no primeiro semestre do ano, que diminui no decorrer dos meses até se aproximar de uma curta estação seca, com baixos níveis de umidade e temperatura próxima aos 35°C (TAVARES, 2014). Neste ponto é coerente perceber o quanto a condição palafítica de grande parte das edificações na Vila Elesbão são fundamentais para superar condicionantes ambientais adversas e assim permanecerem no território.

A ventilação do tipo brisa presente na orla do bairro age como uma fonte de umidade para atmosfera, auxiliando no resfriamento do conjunto edificado e provendo amenidades na estação mais quente, além da influência dos ventos predominantes oriundos do sentido nordeste-sudoeste (Figura 48). O microclima local é duplamente influenciado pelos astros, o Sol e a Lua. O calor e a luz intensos provenientes do Sol, aquecem e iluminam os dias percorrendo uma trajetória perpendicular as maiores faces da poligonal de implantação. A Lua e suas fases sobem e descem as marés, grandes alagamentos são comuns em períodos de lua cheia e lua nova durante a estação chuvosa.

Figura 47: Ventos e trajetória solar na poligonal.



Fonte: SALGADO, V. Sem Escala. 2019.

A cobertura vegetal e arborização presentes (Figura 49) dentro da área definida para implantação do projeto é mais intensa e exuberante no fragmento norte, de característica mais próximo de solo seco. A pesquisa não realizou investigação profícua a respeito das espécies nativas ou das cultivadas, contudo, os protagonistas da paisagem são os açazais (*Euterpe oleracea*) e água-pés (*Eichhornia crassipes*). No fragmento sul, alagado, surgem espécies aquáticas como as aningas (*Montrichardia linifera*) e revelam potencial de uso, apesar dos contrastes entre vegetação e lixo doméstico.

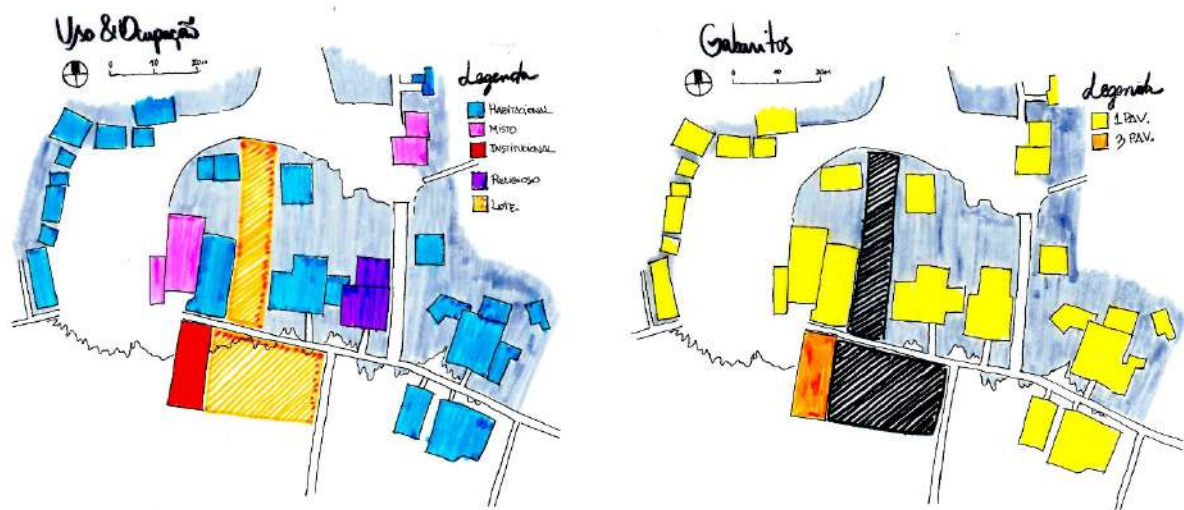
Figura 48: Cobertura vegetal e arborização.



Legenda: (A): Aningas-açu recobrendo habitação; (B) Açazais e ipês em plano de fundo; (C) Vegetação e lixo doméstico. Fotos: SALGADO, V. 2018.

Os aspectos morfológicos e funcionais, além dos climáticos e naturais, são relevantes as análises sujeitas a poligonal de implantação e seu entorno imediato. O uso habitacional prevalece entre as categorias encontradas (Figura 50), em solo ou sobre as águas, todas partilham da característica palafítica.

Figura 49: Mapeamentos de uso, ocupação e gabaritos.



Legenda: (Esquerda): Mapeamento de usos e ocupações; (Direita) Mapeamento de gabaritos/verticalidade. Fonte: SALGADO, V. 2019.

Parcelamento de solo urbano é uma abordagem inacessível em áreas de assentamentos populares como a Vila Elesbão. Não é possível afirmar que está instalado em solo urbano aqueles que se quer estão em contato com a terra. Portanto os usuais termos *terreno* ou *lote* foram substituídos por *poligonal*, afinal trata-se de uma forma geométrica traçada sobre a água para medir a área de implantação. A configuração de aglomeração das edificações não obedece a conceitos urbanísticos racionalistas, apresenta-se como um conjunto edificado espontaneamente, onde a passarela pôde chegar, mais um lar foi levantado.

A poligonal é vizinha a uma das poucas edificações com mais de dois pavimentos dentro do bairro e serve de uso institucional à população pois é a sede da escola municipal de ensino infantil do bairro, um improviso ofertado pela prefeitura. As demais edificações identificadas no entorno imediato são de pavimento térreo apenas. O conjunto edificado quando posto em contraste com a arborização (Figura 51) do entorno reafirma a presença da floresta dentro do bairro, e que deve ser preservada.

Figura 50: Cortes da poligonal de implantação.



Legenda: Fração em destaque na elevação significa a ocupação da poligonal no espaço definido para implantação do projeto. Fonte: SALGADO, V. 2019.

Somando-se as análises pertinentes a poligonal e a pesquisa executada pelo PEPCAC, é formado o arcabouço de informações e argumentos de base para tomada de decisões no processo de adoção do partido arquitetônico elaborado para o projeto.

5.1.3 Influências projetuais

Esclarecido que o projeto não se trata de uma temática única, ao contrário, é solicitado versatilidade e fusão de temáticas que contemple finalidades e diversas funções pertinentes a clientela. Fato que dificultou a busca por influências projetuais de arquiteturas integralmente compatíveis a proposta deste trabalho, contudo, após incessantes pesquisas e sem objetivos alcançados, a nova estratégia de análise partiu de princípios mais simples. São apresentados nesta seção, resumidamente, o escopo de alguns projetos de Zanine Caldas e do escritório Órtuzar Gebauer Arquitectos, com de similaridades entre si e com a própria arquitetura encontrada na Vila Elesbão, resultado de forte atenção aos elementos culturais locais.

- Arquiteturas do artesanato – Zanine Caldas, Brasil

Nascido em 1919 no litoral sul da Bahia, Zanine Caldas, desde cedo gostava de observar a floresta e de apreciar o trabalho dos construtores de sua cidade e dos canoieiros que esculpiam as madeiras flutuantes para navegar do mar ao rio. Ainda jovem viajou pelo Brasil em expedições pelo interior para estudar a arquitetura colonial e pelas florestas do Norte e Nordeste brasileiro em busca de novas madeiras que pudesse empregar em suas obras (CHAIM, 2017).

A relevância da madeira em projetos de Zanine é inquestionável. Utilizou do material em inúmeras obras, fossem de origem do extrativismo ou de sobras de outras construções que encontrava nas cidades em que trabalhou. Antes de se tornar arquiteto *honoris causa*, sua carreira profissional iniciou aos 18 anos, no Rio de Janeiro, onde abriu o ateliê de modelos “Maquete Studio”. Nesse período esteve próximo dos grandes arquitetos modernistas brasileiros da época como Oscar Niemeyer, Oswaldo Bratke e Lúcio Costa.

Como maquetista, e exímio observador, Zanine aprendeu a desenvolver projetos de arquitetura fazendo os desenhos saírem das pranchetas para serem estudados a três dimensões. Acreditava que a maquete era o principal elemento para entendimento do projeto arquitetônico, já que, muito mais que o desenho, garantia o melhor entendimento das proporções (CHAIM, 2017). Este exercício faz parte do

processo de adoção do partido arquitetônico no projeto Estação Chão D'água, inspirado pelos resultados que os saberes práticos de Zanine proveram.

Figura 51: Produção de maquete de estudo.



Legenda: (A) Montagem bloco A; (B) Bloco B “Convés” em montagem; (C) Close de simulação varanda suspensa. Fotos: SILVA, V. 2019.

“Sentir e fazer”. Das maquetes ao artesanato, para o mobiliário e enfim edificações. O número preciso de projetos de autoria de Zanine Caldas é incerto, as residências que criou e executou ficam, geralmente, em localidades onde viveu, encontradas na Bahia, em São Paulo, no Rio de Janeiro e Brasília. Mesmo sendo contemporâneo ao período de consagração do concreto como sistema construtivo no Brasil (Modernismo), fez da madeira uma de suas assinaturas.

Como arquiteto, tinha grande preocupação com a modulação. Isso porque, em geral, era o próprio Zanine quem fazia o cálculo estrutural e dimensionamento das peças necessárias para a montagem das residências em madeira, a não ser em casos de construções com sistemas construtivos mistos (CHAIM, 2017). Em meados dos anos 1970 quando ainda pouco se falava de “uso sustentável”, já demonstrava preocupação ambiental e reaproveitamento de materiais na área da construção civil, preferia utilizar técnicas tradicionais/populares e fazer da autoconstrução seu laboratório, uma vez que o próprio já foi discriminado por construir sem a “licença” profissional.

Dois projetos de Zanine são inspirações para este trabalho a respeito do uso da madeira em projetos de arquitetura. Ambas em Brasília-DF, são residências projetadas e construídas pelo próprio: Residência Bettiol (1974) e Residência Laurence (1984) (Figura 53). A escolha dos projetos é baseada nas técnicas e materiais utilizados em elementos da construção, não é prioridade do trabalho fazer análise dos usos e contexto histórico da edificação.

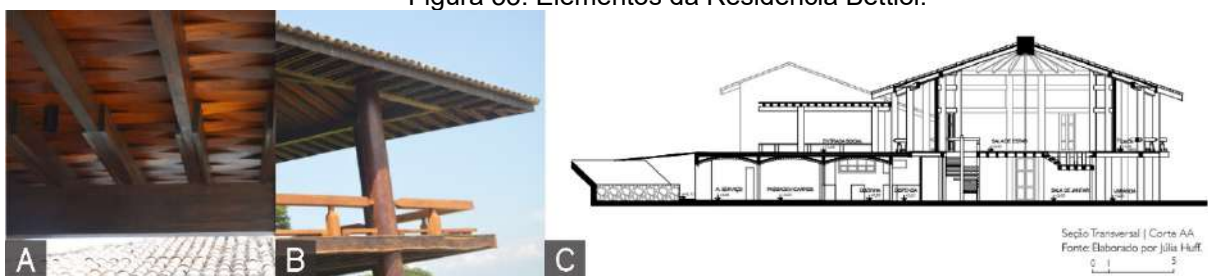
Figura 52: Dois projetos de Zanine.



Legenda: (A) Residência Bettiol e planta de situação; (B) Residência Laurence e planta de situação; Zanine Caldas ao centro. Fotos: CHAIM, G. e GHENO, G. Fonte: CHAIM, G. 2017.

Ambas habitações possuem elementos mistos de vedação, madeira e alvenaria, com esquadrias em madeira e cobertura em telhas de barro. O projeto Bettiol possui claros traços modulares, com ritmo e alinhamento, as varadas são generosas e são guiadas pelas extremidades pontiagudas da cobertura, de complexa e monumental forma estrelada, que cobre o salão principal e eleva o centro da edificação (Figura 54). O forro acompanhando as águas de caimento ampliam o interior dos ambientes e até mesmo o forro das áreas externas são delineados para fazer a união de detalhes em uma obra de “artesanato”.

Figura 53: Elementos da Residência Bettiol.

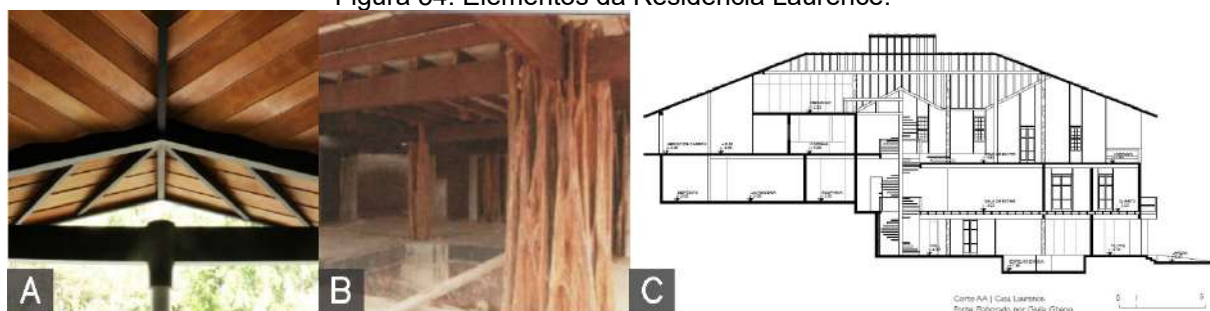


Legenda: (A) Forro área Externa; (B) Varanda da ponta; (C) Seção Transversal da residência. Fotos: CHAIM, G. Fonte: CHAIM, G. 2017.

Forma, proporção e volume. A composição arquitetônica da Residência Laurence (Figura 55) evidencia a ousadia e dinâmica alcançada por Zanine em

projetos com madeira, a escolha por aproveitamento da inclinação topográfica através de pavimentos intermediários e escadaria central atravessando todos os pavimentos verticalmente diminui o impacto da construção por aterramentos. O projeto utiliza pilares maciços de Carapanaúba (*Aspidosperma nitidum*), em estado natural de nervuras, as grandes varandas diminuem a materialidade das fachadas assim como a cobertura assimétrica.

Figura 54: Elementos da Residência Laurence.



Legenda: (A) Forro área externa; (B) Pilar maciço de madeira com nervuras; (C) Seção Transversal da residência. Fotos: GHENO, G. Fonte: CHAIM, G. 2017.

As construções elaboradas com genialidade e destreza por Zanine Caldas culminam em resultados artísticos, em que a técnica tradicional é elevada à sofisticação orgânica e acolhedora. As casas de Brasília apresentadas são exemplos de projetos que serviram de inspiração para o projeto Estação Chão d'Água, o qual exige a mesma visão sensorial e artesanal da obra.

- Arquiteturas palafíticas – Ortúzar Gebauer Arquitectos, Chile

O duo chileno Ortúzar + Gebauer, Eugenio e Tânia respectivamente, é natural da grande ilha de Chiloé e iniciou seus primeiros projetos como oficina e ateliê em 2009, com objetivo de buscar novas experiências e respostas para o habitar humano e como a obra se relaciona diretamente com seu entorno cultural e geográfico de forma sustentável (ORTUZARGEBAUER ARQUITECTOS, 2018). Acreditam que cada obra se vincula com um território, cultura, clima e sua gente, e através das pessoas é possível alcançar o sucesso do projeto.

A descoberta deste escritório foi importante, ver projetos de arquitetura palafítica (Figura 55), na América Latina, com implantação cautelosa e estética integrada ao entorno. Os feitos do duo revelaram possibilidades alcançáveis que pareciam apenas hipóteses ou parte do *brainstorm* de ideias.

Figura 55: Dois projetos de Ortúzar + Gebauer.



Legenda: (A) Hotel Palafito Del Mar e planta de situação; (B) Hotel e Cafeteria Patio Palafito e croqui; Duo Ortúzar e Gebauer ao centro. Fotos: CASALS-AGUIRRE, P. (2015) e ÓRTUZAR, E. (2013) Fonte: ARCHDAILY. 2015.

Os projetos abordados aqui, entre os mais de trinta realizados pelo escritório, são empreendimentos de caráter turístico. O Hotel Palafito Del Mar (Figura 57), entregue em 2013, fica em Quellón (Castro, Chile), um dos bairros mais antigos e marcados pela arquitetura palafítica. O projeto está encrustado nas rochas da costa marítima onde não há legislação específica para ocupação sobre as águas, apenas códigos internos de implantação elaborados pela própria comunidade, um exemplo de autogestão e emancipação.

Figura 56: Elementos do Hotel Palafito Del Mar.



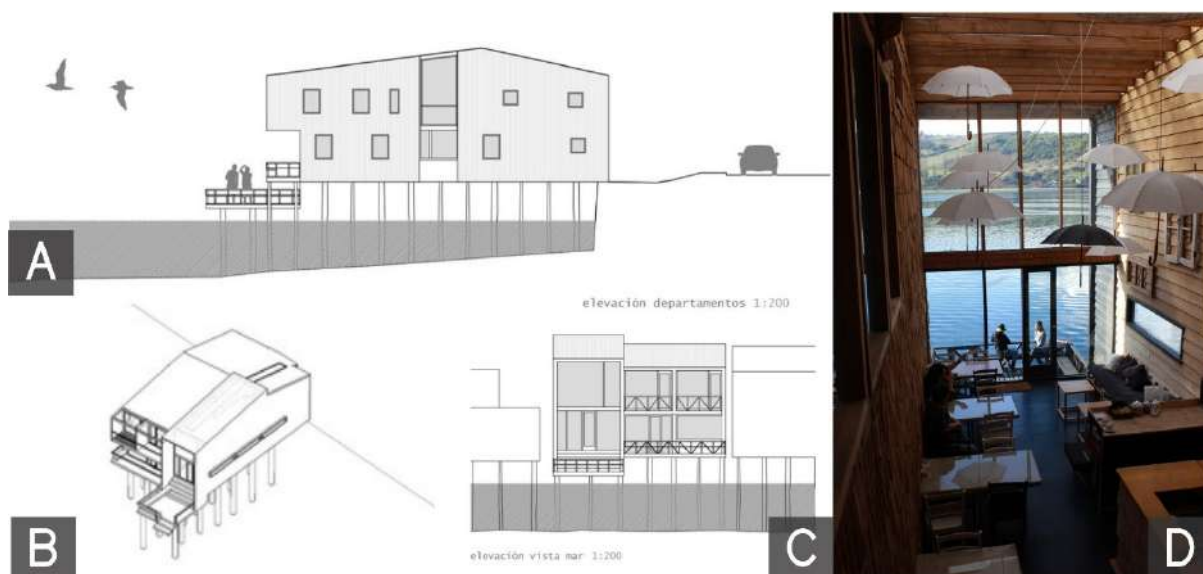
Legenda: (A) Layout pav. térreo; (B) Perspectiva do projeto. Fonte: ARCHDAILY. 2013.

A pedido do proprietário o projeto deveria objetivar fazer uma experiência de vida cotidiana na localidade, com todos os dormitórios tendo vista para o estuário de

Castro. A técnica palafítica era um pré-requisito, pois as marés sobem e baixam drasticamente em períodos alternados no ano. O “corpo” desconstruído constitui linearidade e frequência em um jogo de volumes e aberturas que subdividem o projeto. Em sua totalidade o Hotel Palafito Del Mar compõe com naturalidade a estética local em suas cores, texturas e limites. No interior da edificação predomina o uso de madeira, luz natural e generosas vistas à paisagem de um bairro que sempre foi visto como marginal e pobre.

O Hotel e Cafeteria Patio Palafito (Figura 58) é uma obra de mesmo ano do projeto anteriormente citado, faz parte da vizinhança Pedro Montt, também na cidade de Castro (Chile). A proposta idealizada pelo duo pretendia fazer dentro do empreendimento um “espaço público”, onde fosse possível circular sem restrições e aberto ao pensamento do “lugar”. O que resultou na criação de decks livres e uma espécie de galeria entre os vãos de pé-direito triplo, que permite ocorrer exposições com a temática palafitas e cultura de Chiloé.

Figura 57: Elementos do Hotel e Cafeteria Patio Palafito.



Legenda: (A) Elevação de fachada dos dormitórios; (B) Perspectiva do projeto; (C) Fachada de decks e varandas com vistas ao estuário de Castro; (D) Área pública interna da edificação. Foto: CASALS-AGUIRRE, P. Fonte: ARCHDAILY. 2015.

Os pilotis onde o projeto está fixado são resquícios de uma antiga construção locada no mesmo espaço, o que o caracteriza como projeto de revitalização, uma vez que algumas paredes também foram mantidas. Portanto, a palafita para Órtuzar e Gebauer não é finita, tão pouco ultrapassada. É reinvenção com simplicidade.

5.1.4 Projeto arquitetônico

Nesta etapa a proposta de intervenção arquitetônica na orla da Vila Elesbão é realizada, a partir de todas as demandas, análises e argumentos já expostos. O propósito do projeto é fazer um espaço versátil e diverso, instrumento de uso dos moradores do bairro e dos trabalhadores locais envolvidos com a AMOBEL que valorize a técnica palafítica e a estrutura de organização comunitária local.

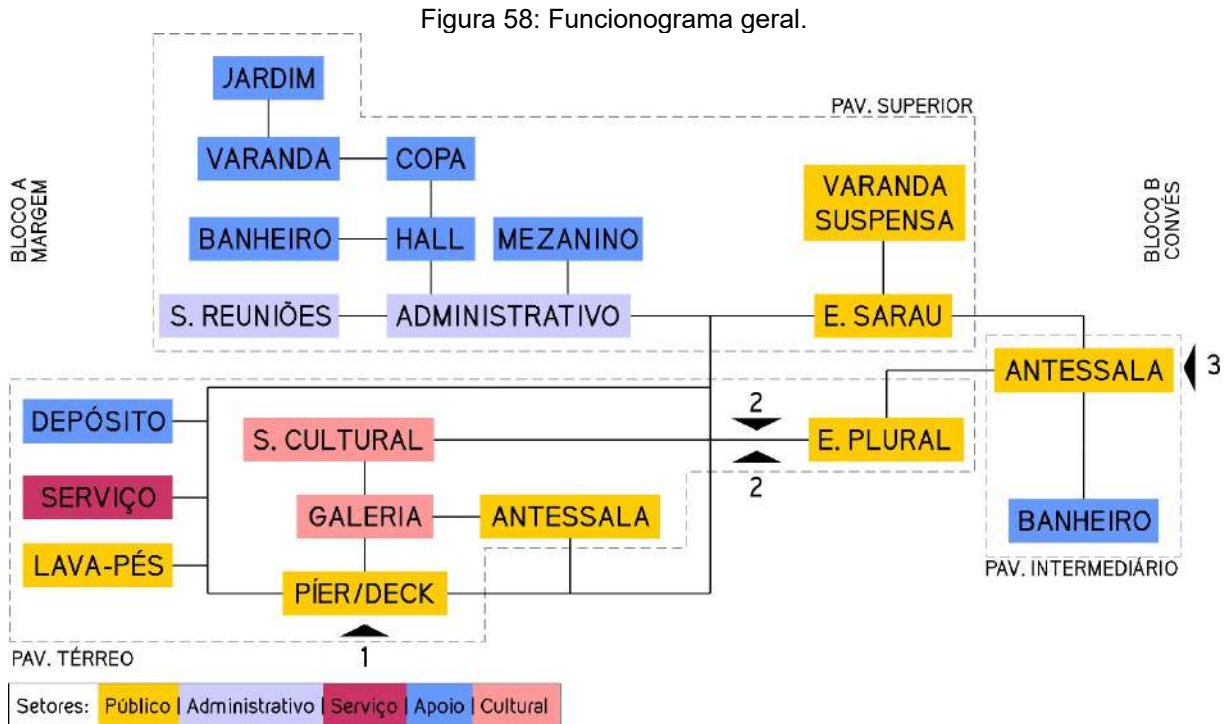
O projeto se baseia no uso misto e alguns espaços providos como “públicos”, livre de barreiras físicas e sociais, de ideias dentro lugar, e do lugar dentro das ideias. Consiste na implantação da Estação Chão d’Água o seguinte programa arquitetônico (Quadro 14) compartilhado em dois blocos:

Quadro 14: Programa arquitetônico.

Programa Arquitetônico Estação Chão d’Água			
BLOCO A “MARGEM”		BLOCO B “CONVÉS”	
Item	Ambiente/Espaço	item	Ambiente/Espaço
1	Administrativo	16	Espaço Plural
2	Sala de Reuniões	17	Espaço Sarau
3	Salão Cultural	18	Varanda Suspensa
4	Galeria	19	Banheiro
5	Antessala	20	Antessala
6	Pier/Deck	Obs.: 1. Apesar da divisão em blocos sugerir separação de elementos, estes não são anexos entre si, são parte de um mesmo corpo edificado unido por uma passarela. 2. As circulações são detalhadas no quadro de dimensões e funções.	
7	Hall		
8	Mezanino		
9	Banheiro		
10	Depósito		
11	Copa		
12	Varanda		
13	Jardim		
14	Lava-pés		
15	Serviço		

Fonte: SALGADO, V., 2019.

A setorização dos ambientes/espços se distribui em cinco categorias distintas que concentram funções, fluxos e usuários diferentes, os quais podem exigir maior grau de intimidade ou são livres. O funcionograma (Figura 59) do projeto segue o mesmo raciocínio de divisão em dois blocos, contudo o diagrama evidencia a conexão física provida.



Legenda: (1) Acesso fluvial; (2) Acesso palafítico; (3) Acesso terrestre. Fonte: SALGADO, V., 2019.

A organização dos ambientes pressupõe a criação de espaços de circulação diversos, em tipologia e verticalidade. A ideia de utilizar um pavimento intermediário é base para implantação das rampas, garantindo fluxo entre os pavimentos e acessibilidade dos espaços. As três formas acesso a Estação Chão d’Água são escolhas em função da cultura local de transporte fluvial e, utilizando a passarela palafítica, valoriza-se esta forma de “chegar”.

Os elementos do programa seguem um arranjo a proporcionar menor dependência entre os espaços, exceto dos que são de apoio ao setor administrativo. Portanto, o Bloco A “Margem” demonstra maior estabilidade de tipos de usuários e restrição moderada de acesso. A intenção de proporcionar alguns espaços únicos aos trabalhadores da AMOBEL é de afastar a rotina corporativa, repetitiva e entre paredes cegas. O setor público é transversal ao diagrama, idealizado para potencializar os usos através das diversidades encontradas na Vila Elesbão.

O dimensionamento dos ambientes/espços, por um tempo, foi uma constante de alteraço no projeto devido incessantes ajustes em funço da utilizaço de rampas e aproveitamento de áreas. A versatilidade de ambientes é uma opço oferecida às áreas do Bloco B “Convés”, por sua vez o Bloco A “Margem” apresenta-se compacto e assimétrico. As medidas e funções (Quadro 15) estabelecidas para o projeto admitem funções programadas ou espontâneas as necessidades locais.

Quadro 15: Funções e medidas.

Funções e Medidas				
Item	Ambiente/Espaço	Descrição	Mobiliário	Área (m ²)
1	Administrativo	Espaço laboral de atividades de leitura, concentraço, produço de documentaçoes e operacionalidades	Mesas, Cadeiras, Armários, Poltronas e Gaveteiros	33,62m ²
2	Sala de Reuniões	Espaço de conversaço, concentraço e pequenas apresentaçoes	Grande mesa, poltronas e gaveteiro.	17,80m ²
3	Salão Cultural	Ambiente versátil, prático para pequenas apresentaçoes musicais, teatrais e audiovisuais	(Pode variar decorrente do tipo de atividade programada)	33,48m ²
4	Galeria	Espaço para exposiçoes	Expositores e poltrona	17,89m ²
5	Antessala (Bloco A)	Espaço de circulaço, transiço e espera	Cadeiras	08,93m ²
6	Pier/Deck	Espaço de interaçõ com a paisagem, contemplaço e ponto de parada de embarcaçoes pequenas	Postes de Iluminaço	42,71m ²
7	Hall	Ambiente de circulaço e passagem	-	03,10m ²
8	Mezanino	Espaço mais alto da edificaço com vista privilegiada para dentro do bairro	Cadeira	04,13m ²
9	Banheiro (Bloco A)	Ambiente de higienizaço e necessidades fisiológicas	Louças sanitárias, chuveiro, bancada e pias	08,50m ²

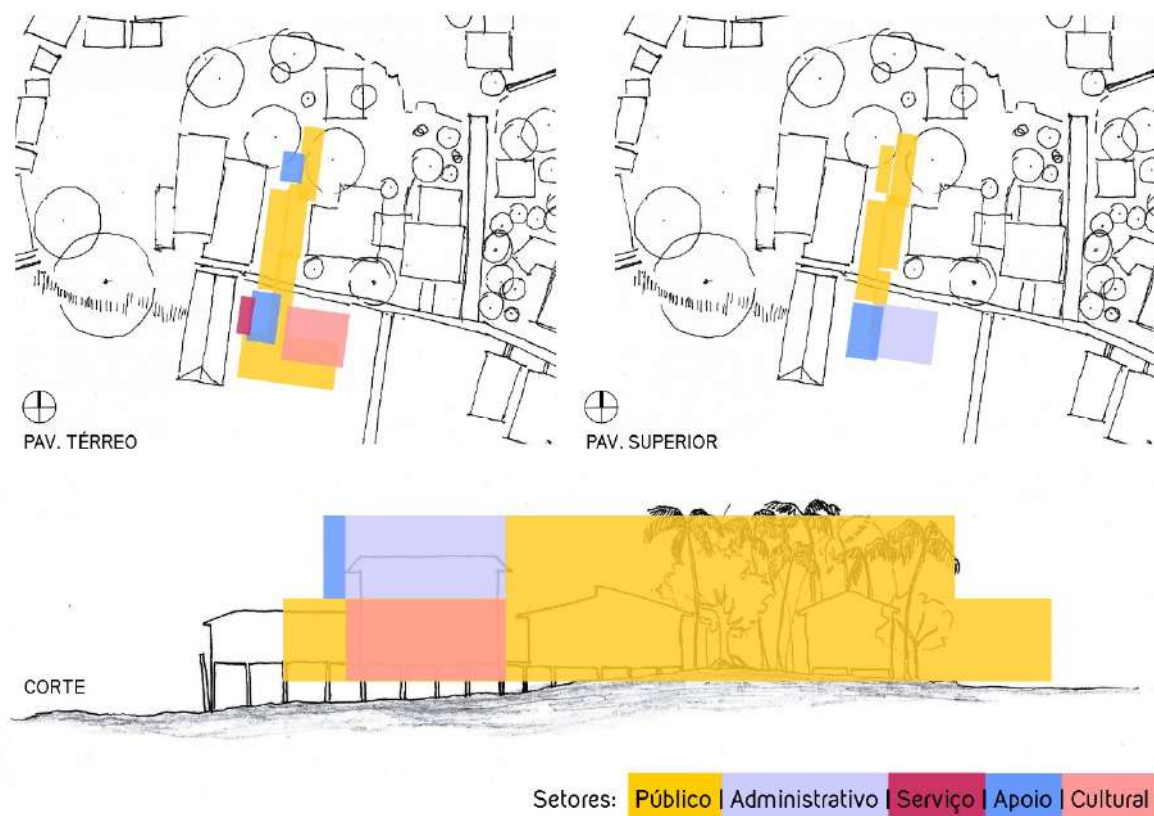
10	Depósito	Local de armazenamento de equipamentos diversos da AMOBEL e tratamento de água para distribuição	Pia, bancada, armários e estantes	13,98m ²
11	Copa	Local de refeições, preparação de alimentos sem o uso de gás de cozinha, higienização de utensílios e armazenamento de alimentos	Pia, bancada, cadeiras, mesa e armários	10,70m ²
12	Varanda	Espaço livre de contemplação	Cadeira	03,85m ²
13	Jardim	Espaço de cultivo de plantas pequenas	-	09,90m ²
14	Lava-pés	Local de contato sensorial com a água e vegetação aquática	-	10,02m ²
15	Serviço	Espaço de higienização, limpeza de utensílios, objetos, lavar e secar têxteis	Pias, bancada e armários	09,90m ²
16	Espaço Plural	Local versátil, e serve para múltiplas atividades. Pode atender a reuniões, leituras curtas, oficinas de artesanato e pequenos eventos	Mesas, cadeiras, poltronas, mesas de centro e luminárias	82,07m ²
17	Espaço Sarau	Local para pequena concentração de pessoas para apresentações, assembleias e rodas de conversa	Cadeiras e poltronas	56,88m ²
18	Varanda Suspensa	Espaço de contemplação e relaxamento, leituras curtas e encontros	Poltronas e redário	34,02m ²
19	Banheiros [02] (Bloco B)	Ambiente de higienização e necessidades fisiológicas	Louça sanitária, bancada e pia	04,27m ²
20	Antessala (Bloco B)	Espaço de circulação, transição e espera	-	07,55m ²
21	Circulações (Total)	Espaços de tráfego e transição	-	99,77m ²
22	Área Total			513,07m ²

Obs.: A soma das áreas não inclui as paredes.

Fonte: SALGADO, V., 2019.

Continuando o raciocínio de adoção do partido, as ideias de disposição dos setores (Figura 60) resultaram em combinações de favorecimento do fluxo por travessia longitudinal da edificação, para aplicar uma estratégia que impedisse a concepção de um “corpo fechado”. A distribuição vertical é simplificada e admite maiores fachadas em sentido leste e oeste.

Figura 59: Disposição dos setores.



Fonte: SALGADO, V., 2019.

Encontrar a forma foi uma tarefa exaustiva e gratificante. A decisão formal preteriu de conceitos mais vinculados às funções e variáveis físicas onde a poligonal foi traçada. A intenção da forma deveria expressar criatividade, autonomia e conciliação com a paisagem. A forma final não foi extraída do traço puro, limpo e flutuante no imaginário do projetista, nasceu e evoluiu inspirada na irregularidade, imprevisto e racionalidade presentes nos contornos e linhas manuais executados pelos próprios moradores da vila.

As aplicações das ideias foram representadas no caderno (Figura 61), a priori, e diante idas e vindas entre o material gráfico físico e digital, debruçando sobre as dimensões e proporções os incessantes ajustes revelaram a composição final.

Figura 60: Caderno de ideias.



Fonte: SALGADO, V. 2019.

Caderno
de
Ideias
Estação Chão d'Água

A forma final da edificação apresenta implantação (Figura 61) com especificidades para cada bloco. Seguindo o traçado alongado do fraguimento norte da poligonal, o Bloco B “Convés”, e comprimindo-se a sul, o Bloco A “Margem. As denominações *Margem* é inspirada na fronteira água-terra e *Convés* na forma interior de embarcações grandes. As características bidimensionais do plano horizontal da implantação não rompem com a morfologia espacial presente na vila, uma vez que a edificação foi concebida de acordo com os eixos e limites da vizinhança. Os três acessos planejados foram realizados em planta, garantindo a fluidez e beneficiando o fluxo de usuários no projeto.

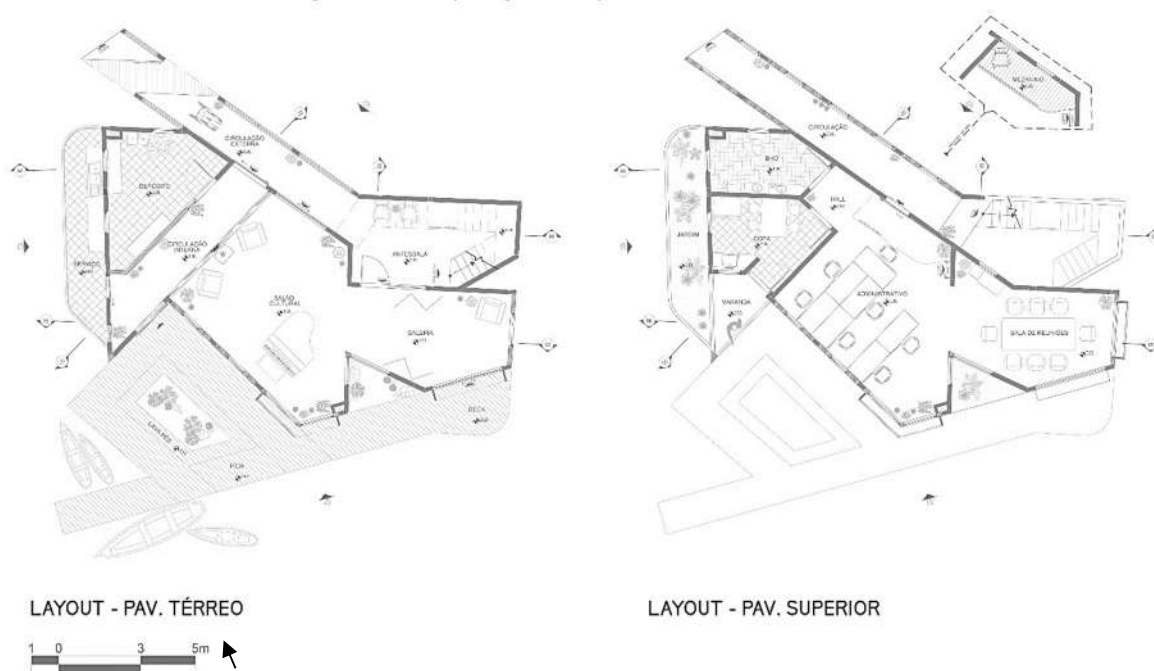
Figura 61: Implantação geral Estação Chão d’Água.



Fonte: SALGADO, V., 2019.

Das disposições gerais do plano horizontal concebidas para o Bloco A “Margem” (Figura 62), apresenta-se a forma agrupada, de linhas retas e cruzamentos diversos, inspirada nos sentidos oblíquos que as passarelas e aglomeração de assentamentos populares geralmente adquirem. Aberturas e sobreposições de paredes aproveitam o sentido dos ventos e proporcionam sombras em grandes aberturas no período vespertino. A circulação coberta que faz conexão com o Bloco B proporciona travessia protegida e provoca o efeito visual de envolvimento e amplidão no sentido de quem circula na Passarela Manoel Cesário.

Figura 62: Disposição em plano horizontal Bloco A.



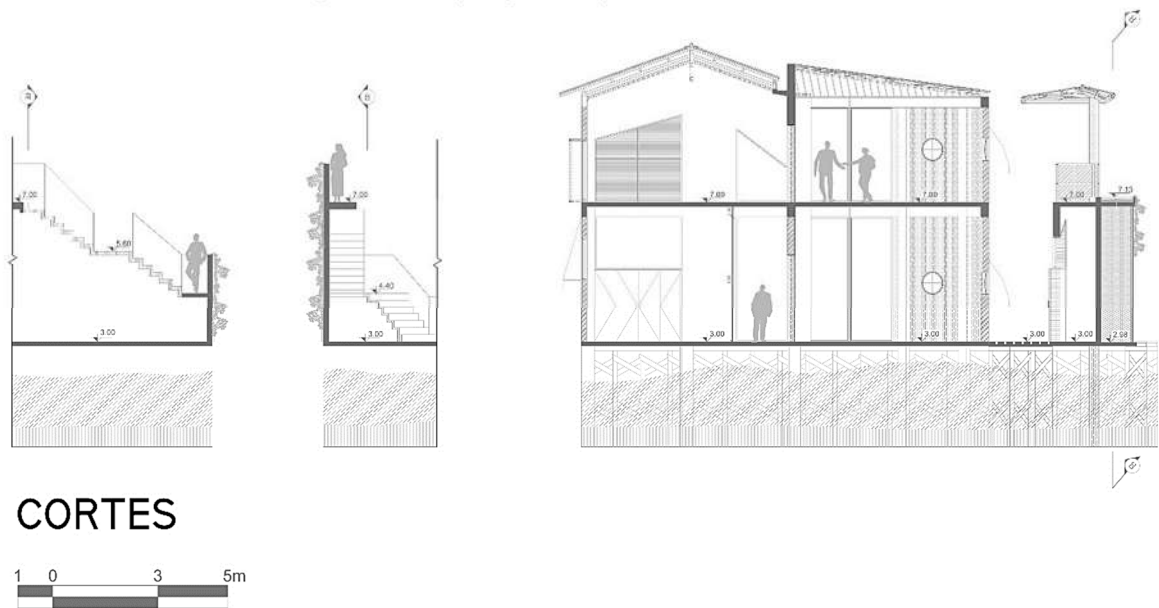
Fonte: SALGADO, V., 2019.

O píer público é o espaço que mais se aproxima do uso de uma estação tradicional. Neste projeto é significativa um ponto, de parada ou espera, que se conecta com rede de pequenos portos, píeres e atracadouros próximos, das ilhas e daqueles que usufruem do rio Amazonas como via de transporte. Conjugado ao píer há o lava-pés, local pensado para as sensações, contato e repouso.

O generoso espaço servido como depósito pode armazenar além dos galões de água tratada e objetos da AMOBEL, guardar equipamentos de navegação para uso comunitário por exemplo. Para alcançar o pavimento superior dentro do bloco a escada autoportante direciona o percurso a subida com vista a quem circula na passarela pública, momento de contato visual e percepção do entorno.

A estrutura de suporte a escada é sugerida como jardim vertical (Figura 63) de plantas trepadeiras sujeitas a sol pleno. Em plano vertical, a diversidade de momentos ocasionados pelas direções variadas dos caimentos das coberturas remete a morfologia de empilhamento/agrupamento de edificações comum a paisagem de assentamentos populares, assim como a variedade de formas desenhadas para as esquadrias é inspirada em cascos, escotilhas e outros elementos do ofício naval local.

Figura 63: Disposição em plano vertical Bloco A.



CORTES

1 0 3 5m

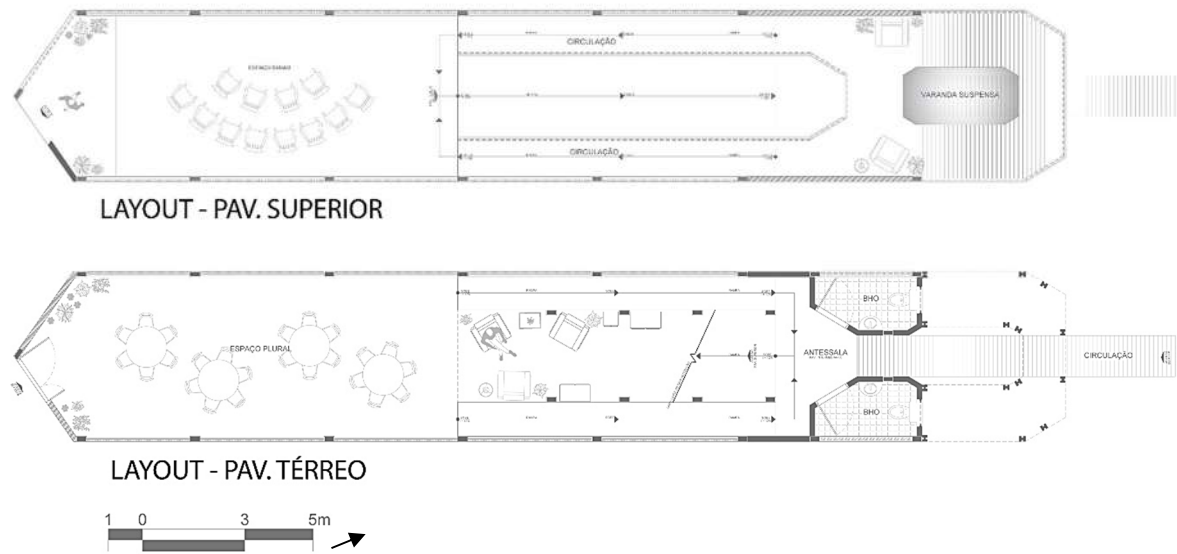
Fonte: SALGADO, V., 2019.

A arquitetura do Bloco A “Margem” é envolvida por vedações de dois materiais predominantemente: a madeira com tratamento termoacústico e alvenaria com tratamento térmico com gesso. O revestimento é de concreto pigmentado, a paleta de cores sugerida para as fachadas está no Memorial Descritivo – Apêndice D. A vegetação pode ser cultivada também no pavimento superior nas lajes ajardinadas.

A disposição horizontal do Bloco B (Figura 64) – Convés – tem formato longitudinal alongado, com proa, varanda e quintal. Este bloco é destinado aos usos mais versáteis e livres, com espaços concebidos para atender as transformações e improvisos pertinentes ao modo de vida de populações socialmente mais frágeis. A presença de vizinhança habitacional solicitou cuidado com as vedações e esquadrias no que diz respeito da privacidade visual dos usuários.

Varanda suspensa é o nome da área que permite ver a Vila e a perspectiva do Ramal da Olaria, sendo parcialmente coberta, e sua região central possui piso de vidro transitável para conectar visualmente quem chega e sai daqueles que continuam dentro da edificação. O piso antiderrapante emborrachado foi destinado as rampas internas integralmente em função da aderência necessária de tração para cadeirantes e demais usuários com dificuldades de locomoção. Os banheiros instalados no pavimento intermediário não possuem identificação de gênero, orientado para uso sem discriminação sexual e liberdade dos usuários e visitantes.

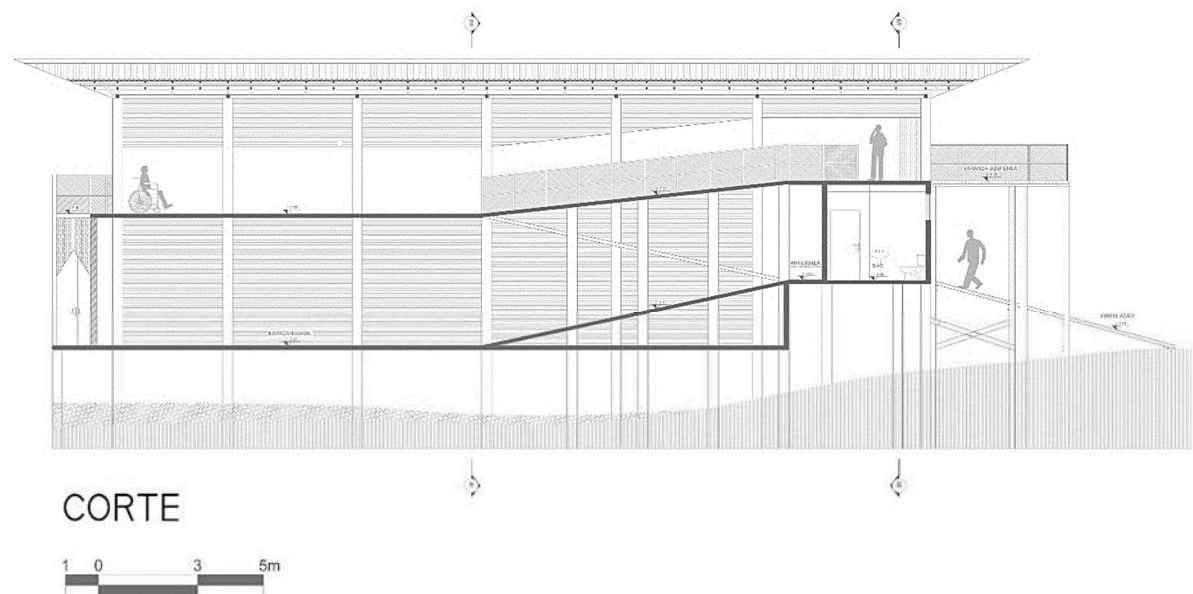
Figura 64: Disposição em plano horizontal Bloco B.



Fonte: SALGADO, V., 2019.

O perfil do Convés (Figura 65) descreve a lógica de circulação estruturada por lances de rampas, onde o pavimento intermediário faz a conciliação entre os andares. A vista ao rio é privilégio do espaço sarau, aberto a diálogos e pequenas apresentações/assembleias. O uso extensivo de brises para permitir ventilação e proteção de raios solares intensos é uma estratégia conceitual, e merece orientação para cuidados com relação ao intenso volume de chuvas em clima equatorial.

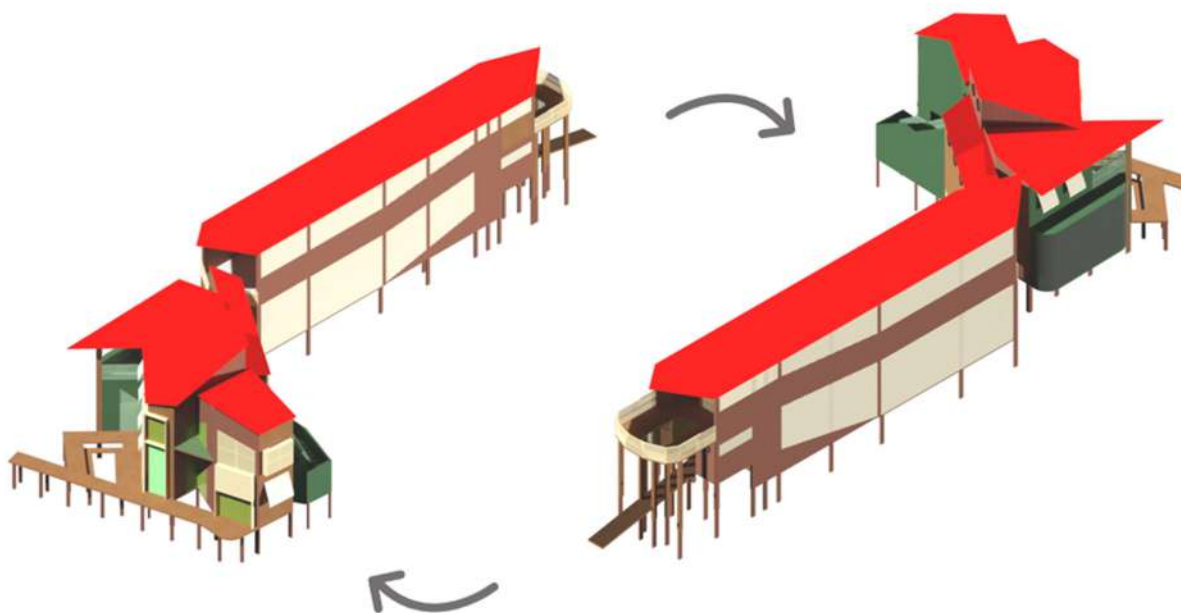
Figura 65: Disposição em plano vertical Bloco B.



Fonte: SALGADO, V., 2019.

A composição volumétrica do projeto Estação Chão d'Água (Figuras 66) não foi concebida em função de formas e estéticas que buscassem destaque diante a paisagem atual da orla local. Sempre foi fundamento das escolhas e decisões fazer a edificação compartilhar da bela vista e sensação acolhedora do ambiente urbano da Vila Elesbão.

Figura 66: Composição volumétrica Estação Chão d'Água.



Fonte: SALGADO, V. & MACHADO, D. 2019.

A síntese tridimensional do edifício é de forte influência da arquitetura local e das obras de Zanine e Ortúzar + Gebauer analisadas anteriormente. O processo de idealização das fachadas (Figura 67 e 68) esteve atrelado a disposição do caimento das coberturas, e apesar dos beirais serem curtos, as esquadrias são protegidas por abas e brises, ainda que a escolha de aplicação destes dispositivos tenha sido orientada pela altura dos vãos.

Ao Píer + Deck não foram aplicados guarda-corpo ou proteções laterais, e mesmo que não siga os padrões da norma, esta escolha faz parte da preferência por adaptação a cultura e infraestruturas locais. Todas as demais passarelas e píeres presentes na comunidade não recebem guarda-corpo e, portanto, os cuidados e orientações adquiridos pelos habitantes já são parte da vivência sobre às águas.

Figura 67: Composição volumétrica Bloco A.



Fonte: SALGADO, V., MACHADO, D. e CORDEIRO, K. 2019.

Figura 68: Composição volumétrica a Leste.



Fonte: SALGADO, V., MACHADO, D. e CORDEIRO, K. 2019.

Projetar em arquitetura é um ato criativo, o que exige admitir falhas. Este projeto não se identifica como hipótese perfeita, afinal desde o início buscou-se a realidade para se afastar de utopias e romances. Ainda que sejam necessárias revisões técnicas, os conceitos foram transcritos na forma arquitetônica final. As últimas imagens (Figura 69 e 70) refletem com precisão o objetivo estético para o projeto, solicitar olhar cerrado e atenção para perceber que houve intervenção, observar a integração entre a proposta e o contexto.

Figura 69: Composição volumétrica a Sul.



Fonte: SALGADO, V., MACHADO, D. e CORDEIRO, K. 2019.

Figura 70: Intervenção e integração.



Fonte: SALGADO, V., MACHADO, D. e CORDEIRO, K. 2019.

5.2 Turismo Comunitário

Em conjunto com o projeto arquitetônico apresentado anteriormente, surge aqui a proposta de desenvolvimento local para Vila Elesbão. O *Turismo Comunitário* ou *Turismo de Base Comunitária* (TBC) é um modelo de gestão do turismo local de visitação protagonizado pela comunidade. Um conceito recente, fruto da ampliação de discussões sobre ecoturismo, que expressa dinamismo em seus arranjos institucionais e seguimentos de turismo que pode atender.

O TBC objetiva a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e cultura das comunidades gestoras, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos dos recursos presentes na localidade (ICMBIO, 2017). Diante das experiências que a Vila Elesbão contém, mesmo considerando suas complexidades, é desejável ver ações desta natureza de negócio servir como atividade econômica complementar, pois entre os princípios estabelecidos são exigidos: equidade social, transparência, conservação da biodiversidade, educação, partilha cultural e outros.

Na Amazônia brasileira esta proposta cresceu significativamente nos últimos anos, com predominante ocorrência em Unidades de Conservação (UC), uma vez que desde 2011 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) busca trabalhar com este modelo, como forma alternativa de renda para as comunidades tradicionais residentes ou do entorno imediato de UC. Apesar do instituto interagir como facilitador e construtor agregado do planejamento coletivo, a manifestação de interesse das comunidades é o primeiro fator precedente para o estabelecimento de um projeto de TBC.

Diferente dos casos das UC, a gestão da cidade de Santana não desempenha forte apelo turístico ou busca esse tipo de investimento como prioridade, visto que as atividades em portos industriais prevalecem desde a década de 1940. Em contrapartida, no distrito Ilha de Santana informalmente são encontrados serviços turísticos como fonte de renda para proprietários de pequenas embarcações, os quais oferecem passeios fluviais e até trilhas na mata com destino a praias. O acesso a tais serviços é feito diretamente nos portos públicos de Santana, não há intermediários

como agências de viagens ou operadoras de turismo atreladas formalmente à atividade, o que não garante distribuição justa de renda e divisão social do trabalho.

Apesar do TBC corresponder a um negócio (que executa transações comerciais), o “empreendedor”, ou empreendedores, são todos os integrantes da organização social da comunidade, representados como associação ou cooperativa. Neste sentido, a presença da AMOBEL fortalece a possibilidade de adoção do TBC como alternativa para o desenvolvimento local da Vila Elesbão.

Nessa perspectiva, para a implantação de projetos de TBC há metodologias para cada etapa do processo de consolidação do empreendimento, desde as oficinas iniciais de sensibilização da comunidade até oferta do modelo de gestão, os quais esclarecem as diferenças entre ações de hospitalidade do comunitário e serviços prestados que adquirem valores monetários. Em síntese, após consultas, levantamentos, roteirização, criação da programação e finalmente o orçamento, é possível iniciar a prática e comercialização das atividades e demais recursos turísticos da comunidade.

Portanto, todo o percurso de adesão ao modelo de gestão do TBC em uma comunidade exige preparação, planejamento, monitoramento, aperfeiçoamento e continuidade. É fundamental o estabelecimento de parcerias entre a organização social comunitária e instituições públicas ou privadas da sociedade civil, e também com instituições de ensino e pesquisa, a fim de potencializar a experiência. Já existem projetos desta natureza instalados em comunidades da Amazônia, alguns casos são apresentados a seguir em complemento a proposta.

5.2.1 Projetos de TBC na Amazônia

Nas Ilhas do Marajó, maior arquipélago fluviomarinho do mundo, o Projeto VEM – Viagem Encontrando o Marajó – oferece serviços de TBC na Vila do Pesqueiro a 8 Km da cidade de Soure (PA). As praias fluviais possuem areia branca, cobertas em algumas partes por coqueiros. A água varia entre salgada e doce, o resultado dessa dinâmica é uma abundante e diversa vida aquática, com diferentes tipos de peixes e crustáceos (ROBERTO, B., et. al., 2010).

A Vila do Pesqueiro não possui hotéis. Por meio da Associação das Mulheres do Pesqueiro, o Projeto VEM oferece acomodação em casas de famílias locais que recebem no máximo 10 pessoas por grupo. O programa de turismo do projeto inclui um pouco do dia-dia dos moradores (Figura 71), além de dispor de refeições aos hóspedes com alimentos típicos da região, como tapioca fresca com requeijão de leite de búfala. Os visitantes também podem acompanhar a pesca artesanal de andiroba e caranguejo, e o extrativismo de coco e turu.

Figura 71: Passeios e Atividades do Projeto VEM.



Legenda: (A) Habitação palafíticas da localidade; (B) Visita aos mangues; (C) Apresentação de danças tradicionais da cultura marajoara. Fonte: Projeto Turismo Consciente. 2015.

A maior partes dos espaços de vivência na comunidade são aos arredores ou em contato direto com o ambiente aquático, típico do ribeirão. Por isso, aos que decidem visitar do Projeto VEM, são disponibilizados passeios nos manguezais, banhos nos igarapés, caminhadas noturnas, passeios montados em búfalos, observação da fauna (em especial o voo dos guarás), passeio em rabetas e ainda há ocasiões de passeios em charretes. As praias são os espaços mais estruturados para visitação, com barracas que servem bebidas geladas, boa comida e banheiros.

Das tradições e rica cultura marajoara de origem indígena, são preparadas atrações e apresentações que retratam um pouco das danças carimbó e lundu, e mostra o artesanato cerâmico típico. O empreendimento recebe apoio institucional do Projeto Turismo Consciente e SEBRAE, e tem como importantes objetivos elevar a qualidade de vida e gerar renda para seus associados. Um projeto coerente aos recursos naturais e humanos da Amazônia, referência bem-sucedida de TBC.

Em terras amapaenses, cerca de 150 Km de distância da capital, atualmente está em elaboração, o projeto de TBC para os moradores do Alto da Bacia do Araguari, uma parceria entre ICMBio e Associação dos Agroextrativistas Ribeirinhos

do Rio Araguari – Associação Bom Sucesso. A localização da comunidade compreende a área da Floresta Nacional do Amapá (FLONA), uma UC criada em 1989, que têm seu Plano de Manejo o cadastro de seis famílias no interior da unidade e 19 famílias no entorno imediato (ICMBIO, 2018).

A gestão da FLONA vem incentivando a atividade turística na região desde 2009, vinculada diretamente com atividades de pesquisa acadêmica na UC. Apenas em 2011 foram propostos roteiros turísticos baseados em TBC, uma vez que a associação já comercializava biocosméticos a partir de produtos não madeireiros da floresta, artesanatos e cadeias produtivas como o açaí. Nos últimos anos a visitação na FLONA aumentou, demandando iniciativas de famílias para receber os turistas em suas casas, provendo serviços de pilotagem, alimentação, hospedagem, trilhas e condução ambiental (ICMBIO, 2018).

No final de 2018, o ICMBio propôs oficinas e reuniões à comunidade para apresentar e discutir o TBC na FLONA. A primeira oficina reuniu 21 participantes (Figura 72) entre comunitários, guia de turismo, guarda parques e interessados no assunto, além dos organizadores. Neste primeiro contato, além do seminário de apresentação do modelo de gestão, foram exibidos filmes que contam sobre outras experiências de TBC. No segundo momento da oficina foi executada uma dinâmica em dois grupos para cumprir metodologia de construção do projeto.

Figura 72: Participantes da I Reunião sobre TBC na FLONA.

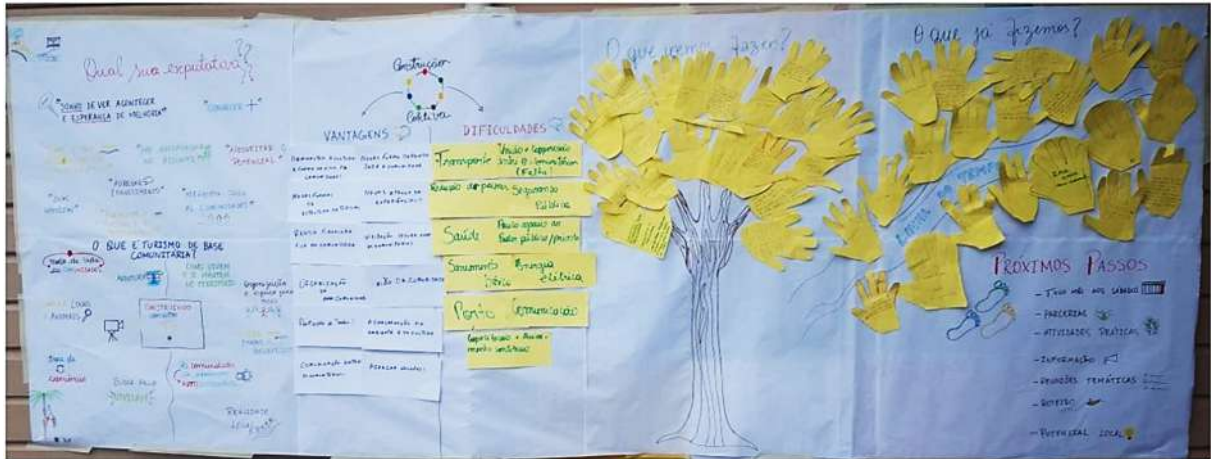


Fonte: ICMBio. 2018. Foto: SANTOS, S., 2018.

O ICMBio (2018) relata que os resultados da oficina foram positivos (Figura 73). A partir da metodologia coletiva os participantes puderam criar um cenário de desejos e expectativas com base nas experiências com os visitantes, e elencaram os

possíveis serviços e outras atividades que têm vontade de oferecer. A reunião foi finalizada com o acordo de continuidade do processo, sob a cautela de regularidade mensal, no mesmo formato metodológico.

Figura 73: Produto da metodologia coletiva do TBC.

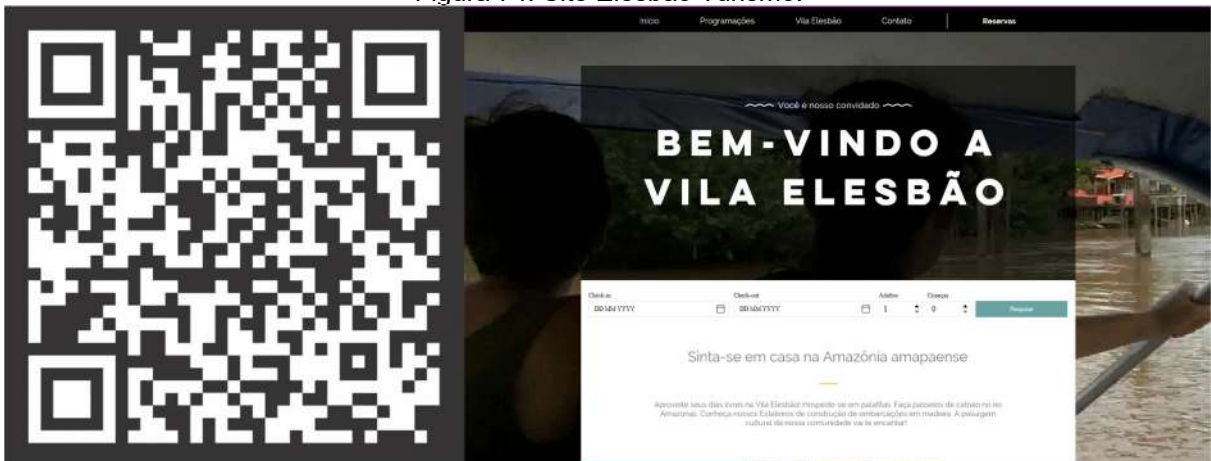


Legenda: A metodologia de construção coletiva do TBC inclui desenhos, colagens e diagramas para incentivar os participantes de maneira dinâmica. Fonte: ICMBio. 2018. Foto: SANCHES, C., 2018.

5.2.3 Simulação experimental da proposta

É inquestionável o alcance da internet como veículo de informação na atualidade. Por conta deste fator os autores deste trabalho decidiram criar, através da plataforma Wix®, um site de simulação experimental do TBC na Vila Elesbão (Figura 74). Trata-se de uma contribuição social à comunidade, em prol de mais iniciativas voluntárias para valorização da cultura local, e gratificação a todos que puderam contribuir com o projeto de extensão. A página online contém apenas material audiovisual e fotográfico, de origem autoral, e encerra o conteúdo deste capítulo.

Figura 74: Site Elesbão Turismo.



Legenda: QR Code de acesso a página e captura de tela. Fonte: SALGADO, V., 2019.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia brasileira é região apresentam-se cada vez mais recorrente os assentamentos populares urbanos. Ocupações vezes repletas de degradação ambiental e pobreza urbana, vezes cenário de cultura e resistência. Ocorre que as palafitas podem ser encontradas em tais territórios ambientalmente mais frágeis onde geralmente são gerados danos ao meio ambiente do mesmo modo que ocorrem riscos às comunidades que nelas habitam.

Divergente de outras ocupações palafíticas em áreas úmidas de Macapá ou Santana, a comunidade que habita a Vila Elesbão expressa pertencimento e não pretende abandonar seu território. O complexo contemporâneo vivido sobre as águas em nossas cidades implica na reflexão: Qual arquitetura e políticas públicas precisamos adotar? Ambos fatores são comumente construídos a partir de métodos, técnicas e perspectivas exteriores a do morador, sem consulta, conciliação ou qualquer valorização do saber popular.

O espaço construído pelos moradores, sem apoio da gestão pública, transformou as dificuldades em conquistas. Apesar da pesquisa evidenciar o modo de vida na Vila Elesbão como satisfatório, os problemas e demandas não podem ser dissolvidos, devem ocorrer mais intervenções, preferencialmente sendo de caráter participativo. Embora a intenção seja fazer deste estudo, projeto e proposta servirem de ferramentas aos moradores, para alcançarem os direitos dispostos nos instrumentos urbanísticos é necessário mais assistência/assessoria para enfrentar burocracias.

O projeto e proposta de desenvolvimento local são fruto do intenso envolvimento entre os pesquisadores e a comunidade. Em contrapartida, a generosa recepção e assistência prestada durante toda a experiência do projeto de extensão e concepção deste trabalho. A diversidade de dados coletados é rica e merece atenção de diferentes áreas da ciência e tecnologia, a fim de proporcionar oportunidades de parcerias justas e colaborativas.

A idealização do projeto Estação Chão d'Água exigiu aprimoramento acadêmico e amadurecimento profissional. Da gênese ao produto final, as questões e

soluções do edifício não estavam amarradas apenas a fatores estéticos ou formalistas, as características culturais e sociais se fizeram dominantes no percurso de adoção do partido. A forma obtida carrega traços das influências projetuais sem perder a identidade local, não obstrui a fluidez e dinâmicas cotidianas, eleva a qualidade do espaço laboral da AMOBEL, permite autonomia a comunidade gestora e valoriza a arquitetura palafítica.

A criação do site destinado a proposta de TBC foi uma aventura. A busca de conhecimentos da área de gestão turística abriu horizontes a novas maneiras de economia colaborativa e contato com profissionais atuantes no Amapá. E o caso de TBC na FLONA é uma proposta democrática e participativa acessível a comunidade da Vila Elesbão, pois a facilitação e oferta do modelo de gestão é gratuita.

Desde a primeira visita a Vila Elesbão até o dia de conclusão deste trabalho, anos de interação e estudo se passaram, a comunidade recebeu novas estruturas como a substituição de algumas passarelas de madeira por pontes de concreto, e recentemente, o centro comunitário recebeu reparos para ser utilizado como sede provisória da escola municipal de ensino infantil no bairro. As mudanças foram motivadas e até certo ponto houve participação da associação, no mais este território permanece singular e estigmatizado.

Não era plano este trabalho ser extenso, porém diante todas informações levantadas, conhecimentos ampliados e desafios superados, a opção mais clara era potencializar todas as possibilidades de ferramentas para a comunidade. Portanto, é necessário continuar a caminhar rumo à compatibilização e integração de rios e cidades, em especial na Amazônia, e neste sentido criar alternativas de aproximação entre os saberes científicos e os saberes tradicionais em prol soluções próprias à cultura ribeirinha.

REFERÊNCIAS

1. ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6.023: Informação e Documentação – Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.
2. ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6.024: Informação e Documentação – Numeração Progressiva das Seções de um Documento**. Rio de Janeiro, 2012.
3. ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 6.027: Informação e Documentação – Sumário – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2013.
4. ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9.050: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.
5. ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14.724: Informação e Documentação – Trabalhos Acadêmicos – Apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.
6. AMOBEL, Associação de Moradores do Bairro Elesbão. **História e Memória da Formação do Bairro do Elesbão em Santana-AP**. Santana, AP. 2016.
7. ARAUJO, Renata. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto, 1998.
8. BAHAMÓN, Alejandro & ÁLVAREZ, Ana María. **Palafito: de arquitectura vernácula a contemporânea**. Parramón, 2009.
9. CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Ipea. Brasília, 2014.
10. CARVALHO, Bianca Moro de. **Vivienda popular en el Amazonas brasileño. El caso de las rressacas en la ciudad de Macapá**. Teses para optar em el grado de Doctora em Urbanismo. Universidade Nacional Autónoma de México (UNAM). México D.F., 2015.
11. CHAIM, Giselle Marie Cormier. **O mestre, a madeira e a habitação: residências de Zanine Caldas em Brasília 1963-1985**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2017.
12. CULLEN, Gordon; DE MACEDO, Carlos Lemonde; CORREIA, Isabel. **Paisagem urbana**. Edição 70. Lisboa, 1990 (Original publicado em 1983).

13. GIL, Antônio Carlos. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. v. 4, Editora Atlas SA, 1999.
14. GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
15. GOMES, Lilian Cristina Bernardo. **A questão da justiça social**. Sapere Aude, v. 7, n. 13, p. 515-530, 2016.
16. GONZÁLEZ, Maryland Morant; DAGER, Maria Daniela Villota; BLASCO, Maria José Viñals. **Análisis y evaluación de los palafitos como oportunidad para la creación de un producto turístico cultural. El caso de estudio de la provincia de Manabí (Ecuador)**. In: Revista de análisis turístico. Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo, 2015. p. 29-38.
17. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Município de Santana – AP: Histórico**. Acessado em 18 de junho de 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/santana/historico> >.
18. ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais**. Princípios e Diretrizes. Coord.: Thiago Souza et. al. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. 2017.
19. ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Relatório I Reunião Sobre TBC Na Floresta Nacional do Amapá**. Coord.: Ivan Vasconcelos. Ministério do Meio Ambiente. Macapá. 2018.
20. ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Relatório II Reunião Sobre TBC Na Floresta Nacional do Amapá**. Coord.: Ivan Vasconcelos. Ministério do Meio Ambiente. Macapá, 2019.
21. IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrução técnica com vistas à chancela da Paisagem Cultural da Vila do Elesbão/Carpintaria Naval**. Macapá, 2011.
22. LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Edição, Editora Atlas. São Paulo, 2003.
23. LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política**. Campo Grande, MS. 2015.

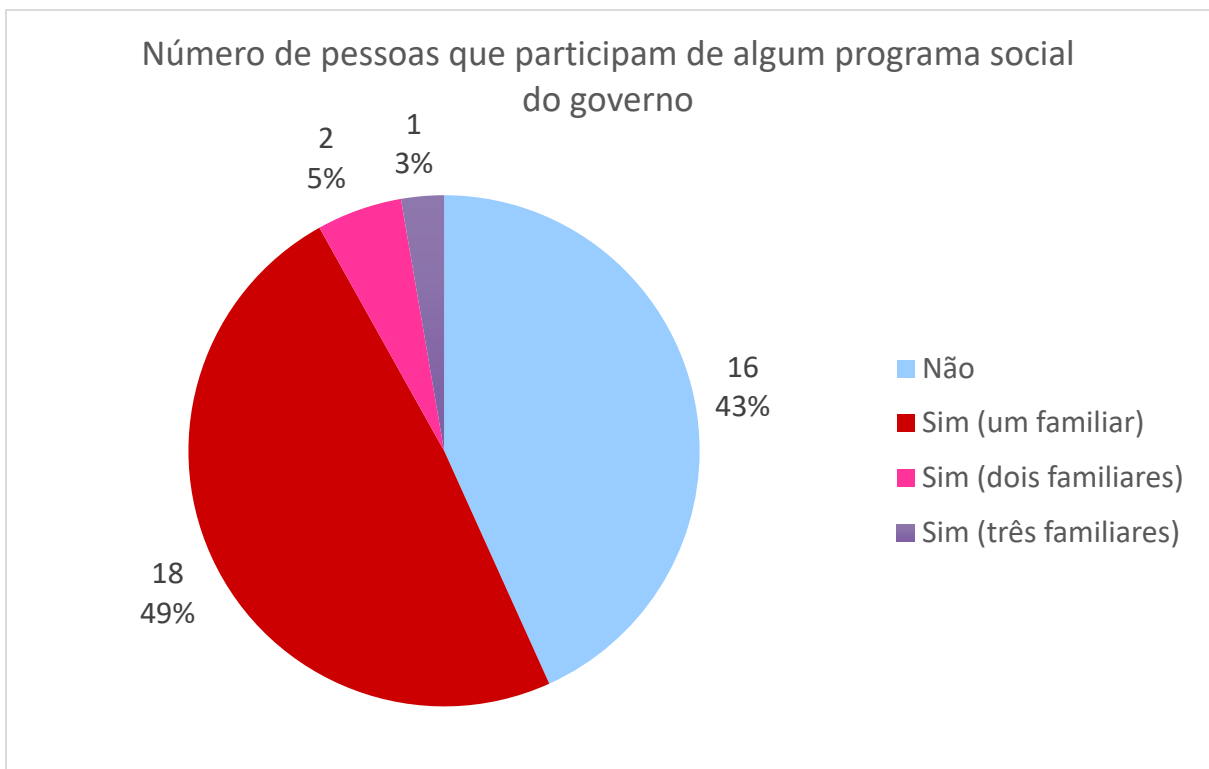
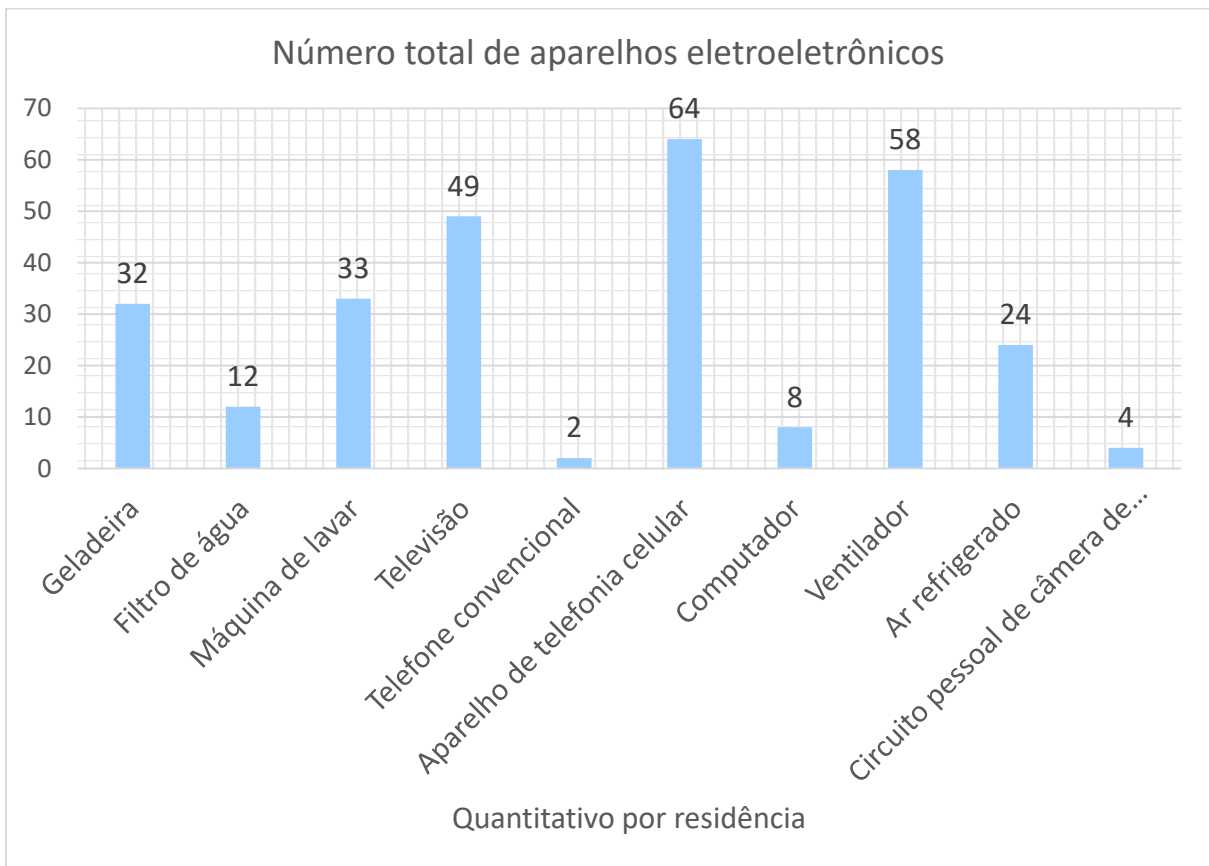
24. MOIMAZ, Mirela Ramos; VESTENA, Carla Luciane Blum. **Fenomenologia e percepção ambiental como objeto de construção à Educação Ambiental**. Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA), v. 12, n. 2, p. 67-78, 2017.
25. SANTIAGO, Gabriela Nery. **Reestruturação urbana da orla fluvial de Santana – AP: uma proposta urbanística e arquitetônica para o Porto do Grego**. Orientador: Elizeu Côrrea dos Santos. – Macapá, 2017. 95 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Coordenação do curso de Arquitetura e Urbanismo
26. OLIVEIRA, I. et al. **Estatuto da Cidade: para compreender**. IBAM/Duma. Rio de Janeiro, RJ. 2001.
27. OLIVEIRA, J. A. D. **A cultura, as cidades e os rios na Amazônia**. Ciência e Cultura, 58(3), 27-29. 2006.
28. ORTUZARGEBAUER ARQUITECTOS. **About Us**. ortuzargebauer.com. 2018. Disponível em: <<https://www.ortuzargebauer.com/about>>. Acesso em: 10/11/2019.
29. PENNAFORT, Hélio. **Estórias do Amapá**. Macapá: Imprensa Oficial, 1984.
30. PERDIGÃO, Ana Klaudia de A. V. **Investigações sobre a interação entre o ser humano e o ambiente construído pelo projeto de arquitetura**. II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ), Teorias e práticas na Arquitetura e na Cidade Contemporâneas Complexidade, Mobilidade, Memória e Sustentabilidade. Rio Grande do Norte, Natal. 2012.
31. PORTILHO, Ivone dos Santos. **Áreas de ressaca e dinâmica urbana em Macapá/AP**. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, 2010.
32. PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Os territórios federais e a sua evolução no Brasil**. Revista Presença, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2000.
33. REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
34. ROBERTO, Bartholo; SANSOLO, Davis Gruber; IVAN, Bursztyn. **Turismo de Base Comunitária, diversidades de olhares e experiências brasileiras**. Editora Letra e Imagem. Rio de Janeiro. 2010.

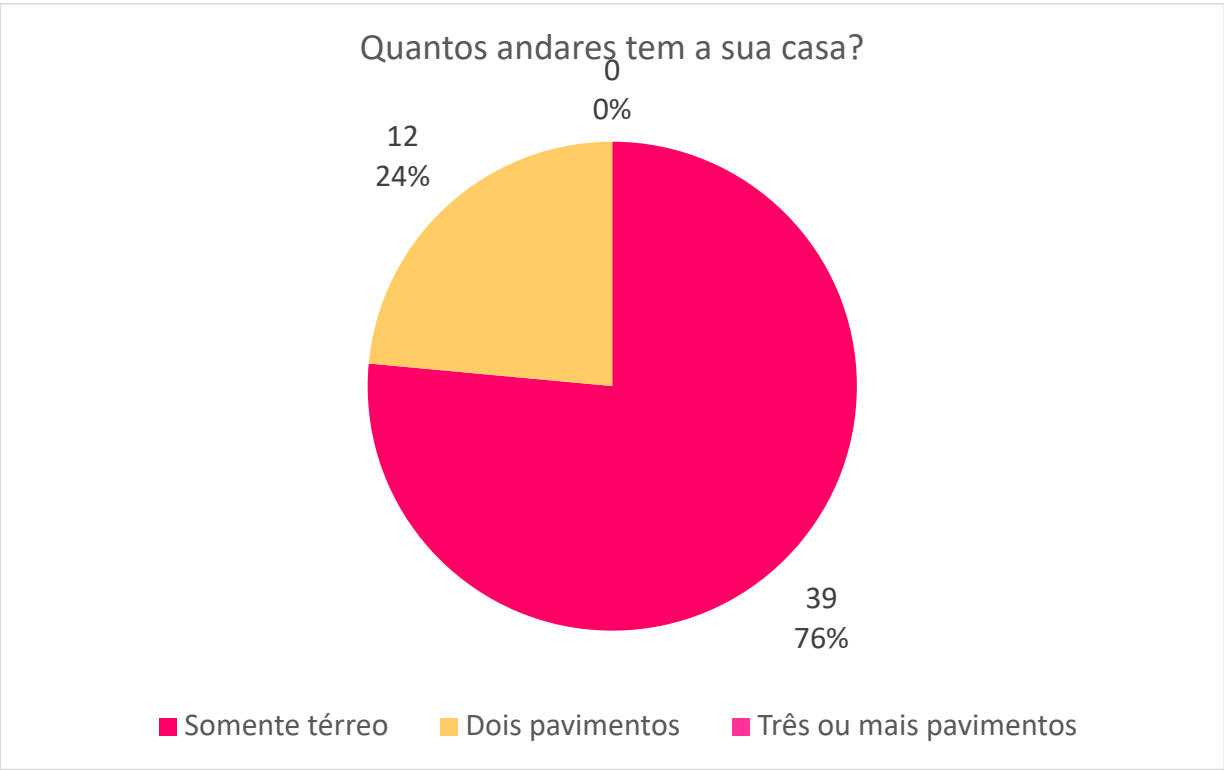
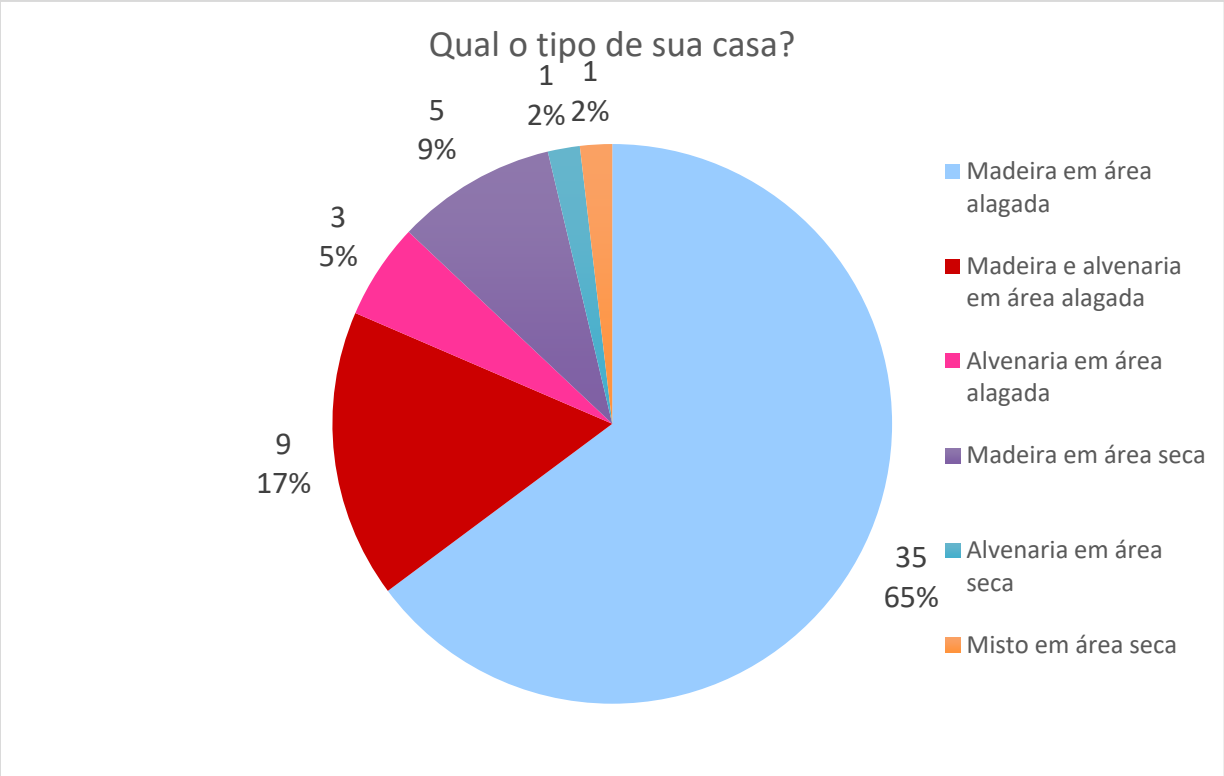
35. SALGADO, Victor; CARVALHO, Bianca Moro. **Habitar Sobre Pilotis: A Moradia Vernácula Ribeirinha No Contexto Urbano Da Amazônia.** In: Criar com a Natureza, Viver com a Natureza - Turismo: Impactos nos Territórios e Paisagens - Tecnologias de Ontem e de Hoje: As Vertentes da Sustentabilidade: Volume 4 (A Língua que Habitamos).1 ed. Lisboa: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017, v.4, p. 80-93.
36. SANTANA, Prefeitura Municipal de. **Lei complementar nº002 – Plano Diretor Participativo de Santana.** Santana, AP. 2006.
37. SANTANA, Prefeitura Municipal de; IBAM, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Plano de Gestão Integrada da Orla Marítima de Santana – Projeto Orla.** 2002. Santana, Amapá.
38. SANTOS, Valdenira Ferreira. **Dinâmica de inundação em áreas úmidas costeiras: zona urbana de Macapá e Santana, costa amazônica, Amapá.** PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 9, n. 3, p. 121-144, 2016.
39. SILVA, Joana; KAPP, Silke. **As palafitas do Rio Anil: memória de uma cultura construtiva em vias de erradicação.** Grupo MOM-Morar de Outras Maneiras. Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
40. SUTER, P. J.; SCHLICHOTHERLE, H. **UNESCO World Heritage candidature. Prehistoric pile dwellings around the Alps.** Biel/Bienne, 2009.
41. TAKAMATSU, Patrícia. **Arquitetura vernacular: estudo de caso Vila do Elesbão-Santana-AP: análise do habitar vernacular no ambiente construído e sua preservação.** Dissertação de Mestrado. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. 2014.
42. TAVARES, João Paulo Nardin. **Características da climatologia de Macapá-AP.** Caminhos de Geografia, v. 15, n. 50, 2014.
43. TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008.
44. TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** tradução de Livia Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

45. UN, United Nations. **The road to dignity by 2030: ending poverty, transforming all lives and protecting the planet.** Synthesis report of the Secretary-General on the post-2015 sustainable development agenda, New York, 2014.
46. VALLA, Victor Vincent. **Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980.** Cadernos de Saúde Pública, v. 1, n. 3, p. 282-296, 1985.
47. VARELLA, Dráuzio, BERTAZZO, Ivaldo, JACQUES, Paola Berenstein. **Maré, vida na favela.** Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2002.
48. VIANA, T. M. S. **Planejamento e Gestão Urbanos na Orla Fluvial de Santana: Aportes para o desenvolvimento local.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá. Macapá, AP. 2016.
49. VILLAÇA, Flávio. **Metodologia de Pesquisa.** Texto escrito especialmente para o Mestrado em Urbanismo na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo, agosto de 1997.
50. VILLOTA DÁGER, María Daniela. **Análisis y evaluación para la puesta en valor turística de los palafitos, vivienda vernácula en la provincia de Manabí, Ecuador.** 2014. Dissertação de Mestrado. Valencia/Universidad Politécnica de Valencia/2014.
51. YUSRAN, Yusfan Adeputera; SURYASARI, Noviani. **Bolon and Lobo: Revealing The Stack Construction on Batak Simalungun and Kulawi Traditional House.** International Journal of Engineering and Technology, v. 8, n. 3, p. 187, 2016.

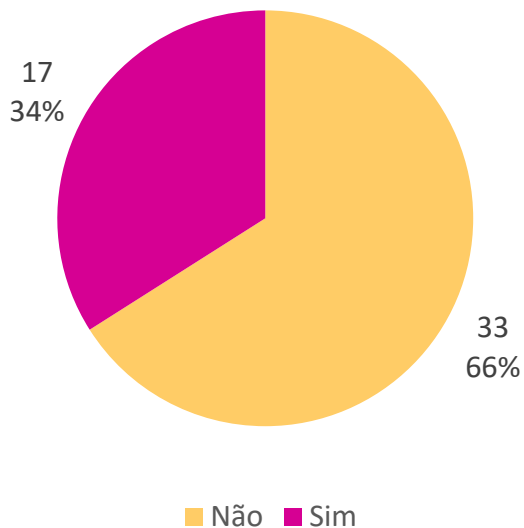
APÊNDICE A

APÊNDICE A – OUTROS GRÁFICOS DA PESQUISA

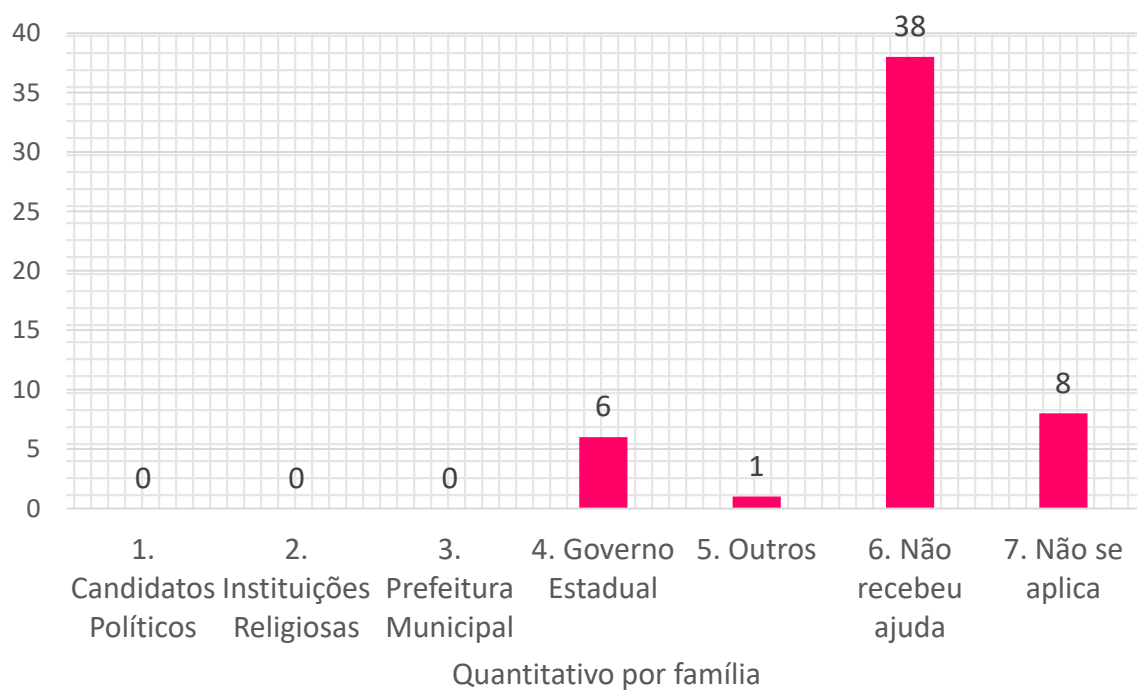




Foram realizadas benfeitorias em sua casa nos últimos cinco anos?



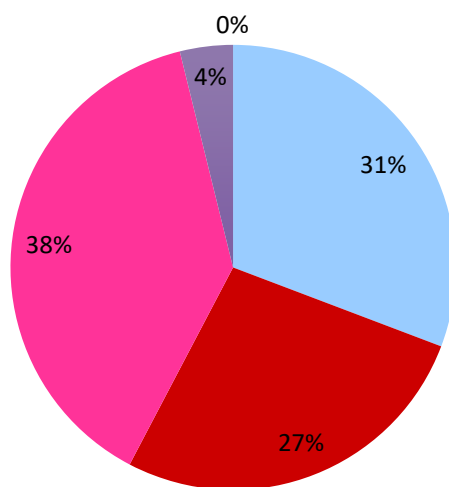
Você recebeu ajuda de alguma dessas instituições para construção de sua casa?



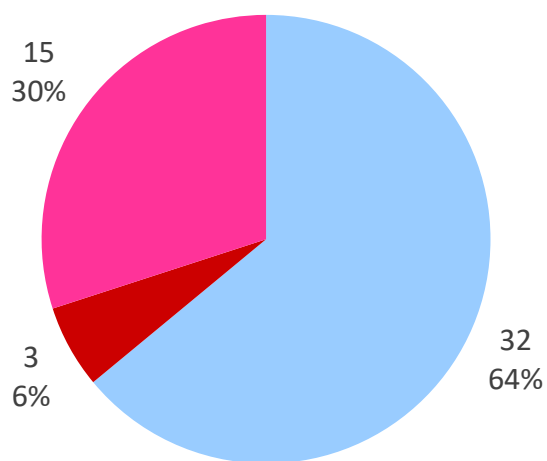
■ Você recebeu ajuda de alguma dessas instituições para construção de sua casa?

Onde essas benfeitorias foram realizadas nos últimos cinco anos?

- Na aparência externa da casa
- Na aparência interna
- Ampliações
- Derrubou a antiga casa e construiu uma toda nova
- Outros

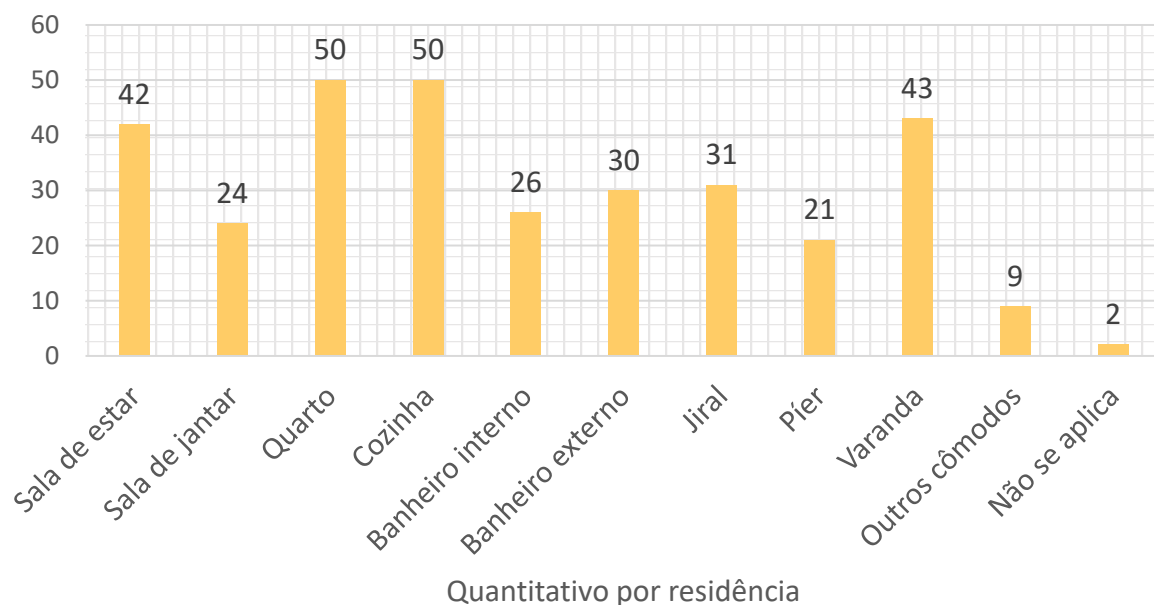


Como você considera a qualidade da rua/ponte em que mora?

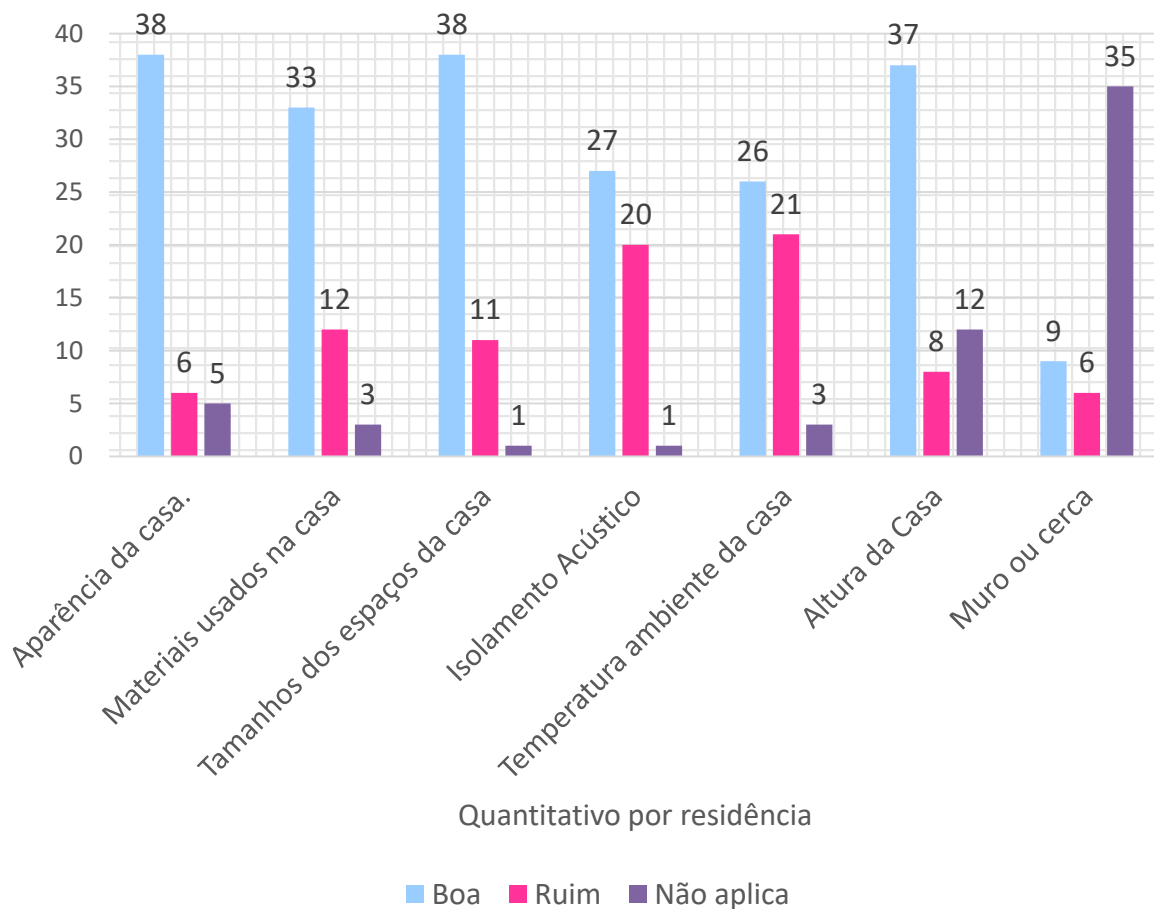


- Mal conservada
- Regular
- Boa

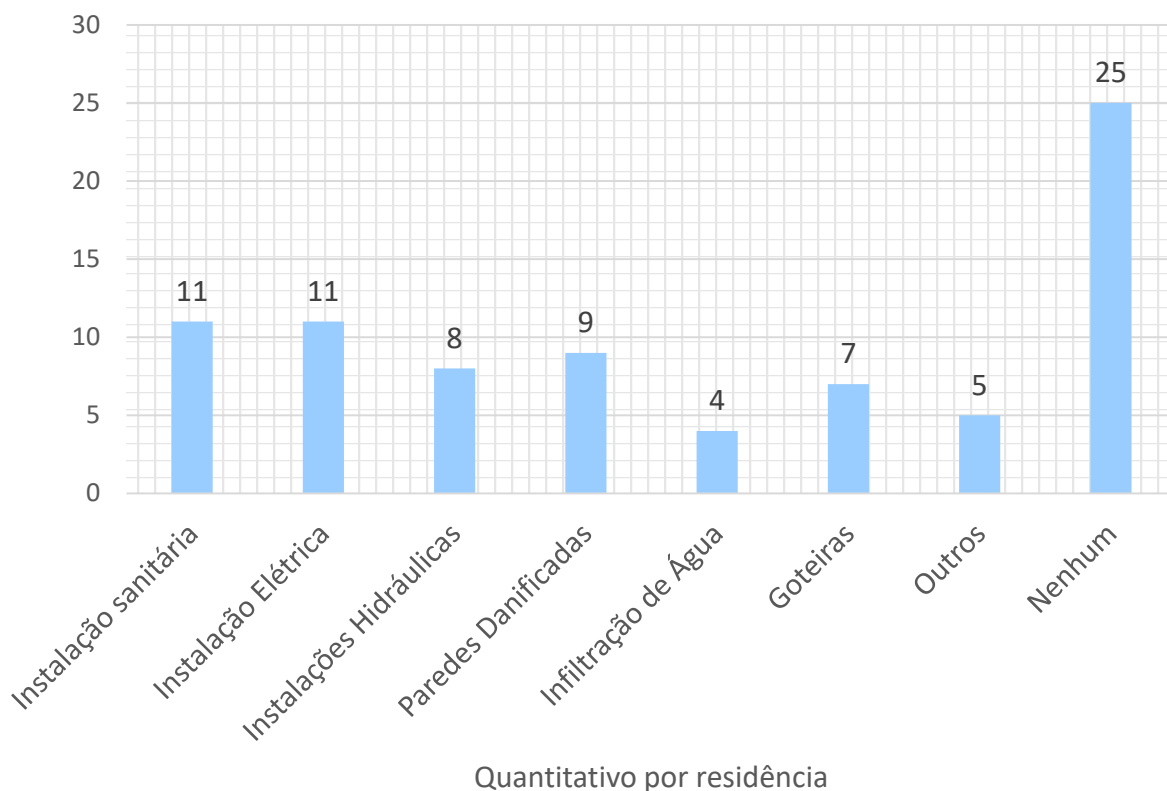
Quais desses ambientes têm na sua casa?



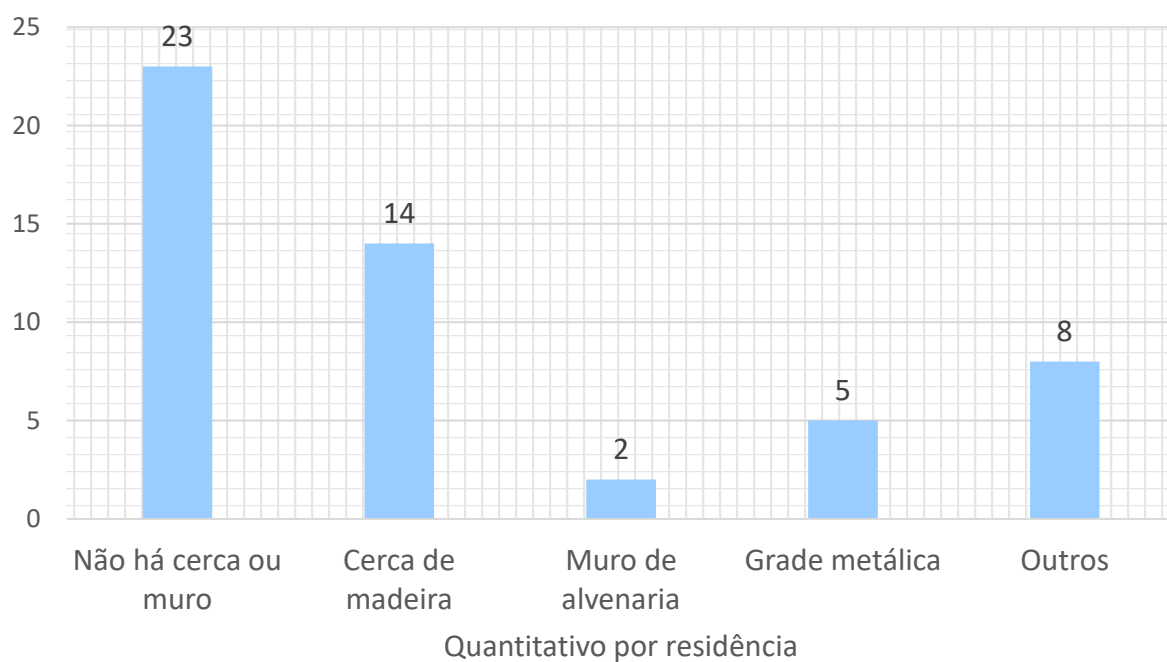
Como considera as condições da residência



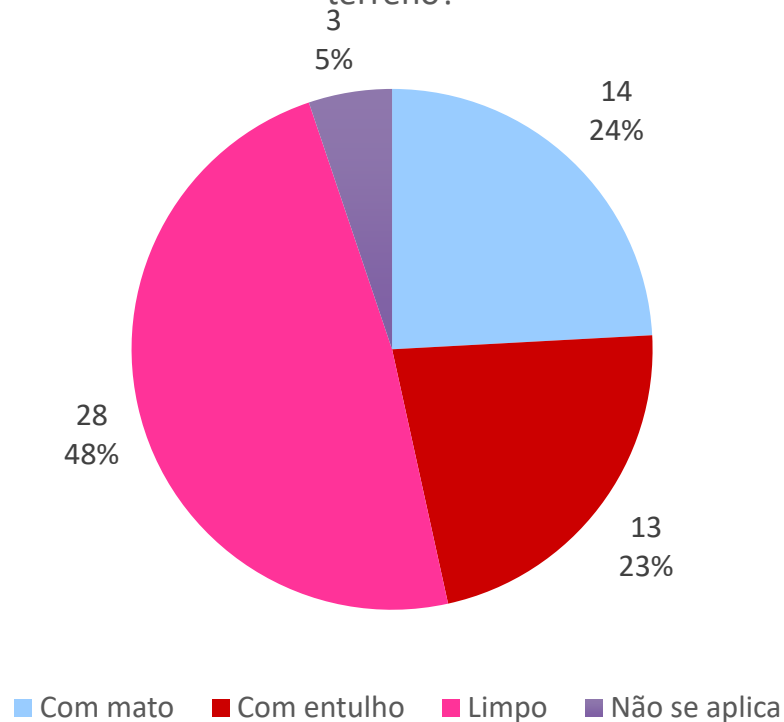
Quais os problemas de construção que a casa apresenta?



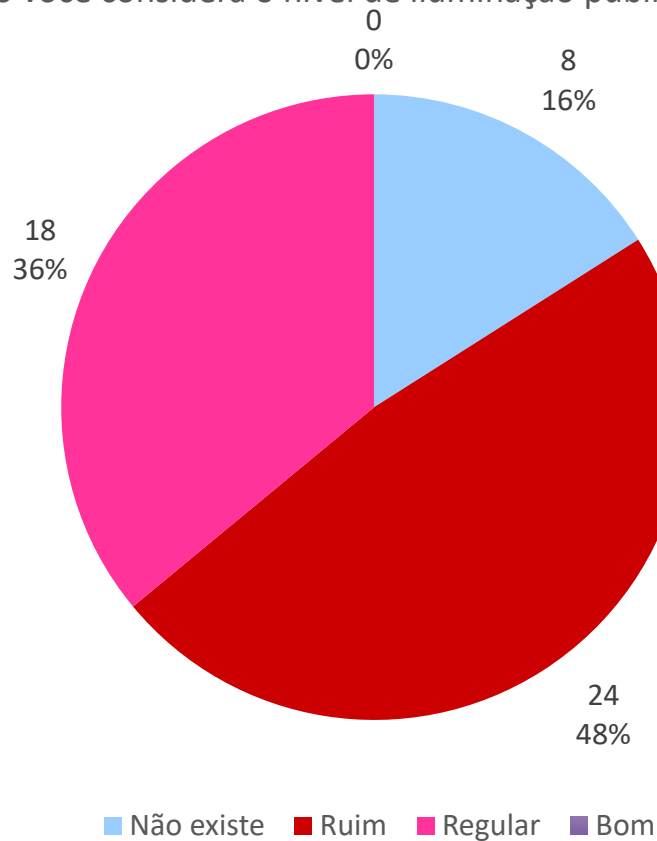
Qual desses elementos você utiliza para segurança de sua casa?



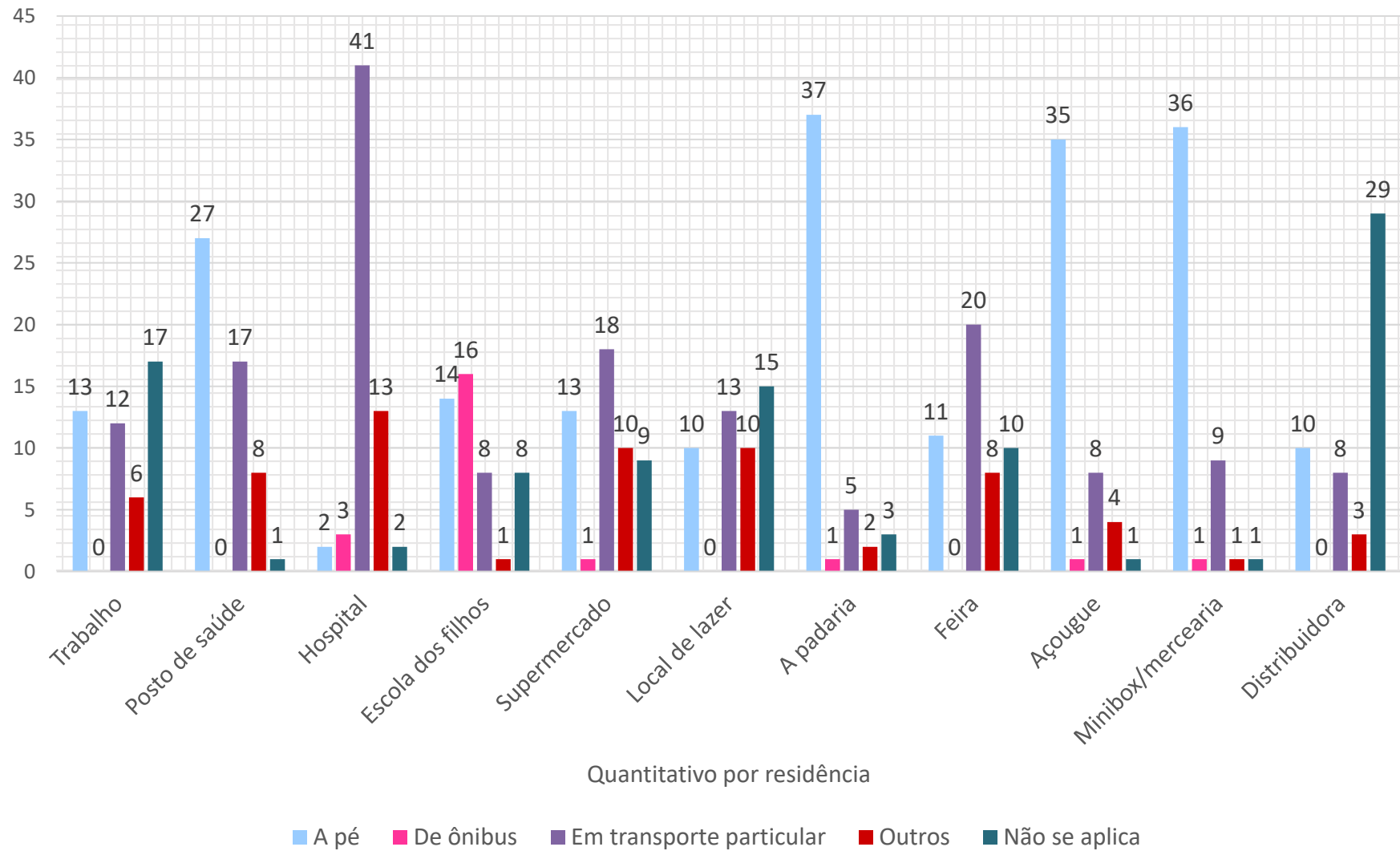
Como você considera a manutenção e a conservação do seu terreno?



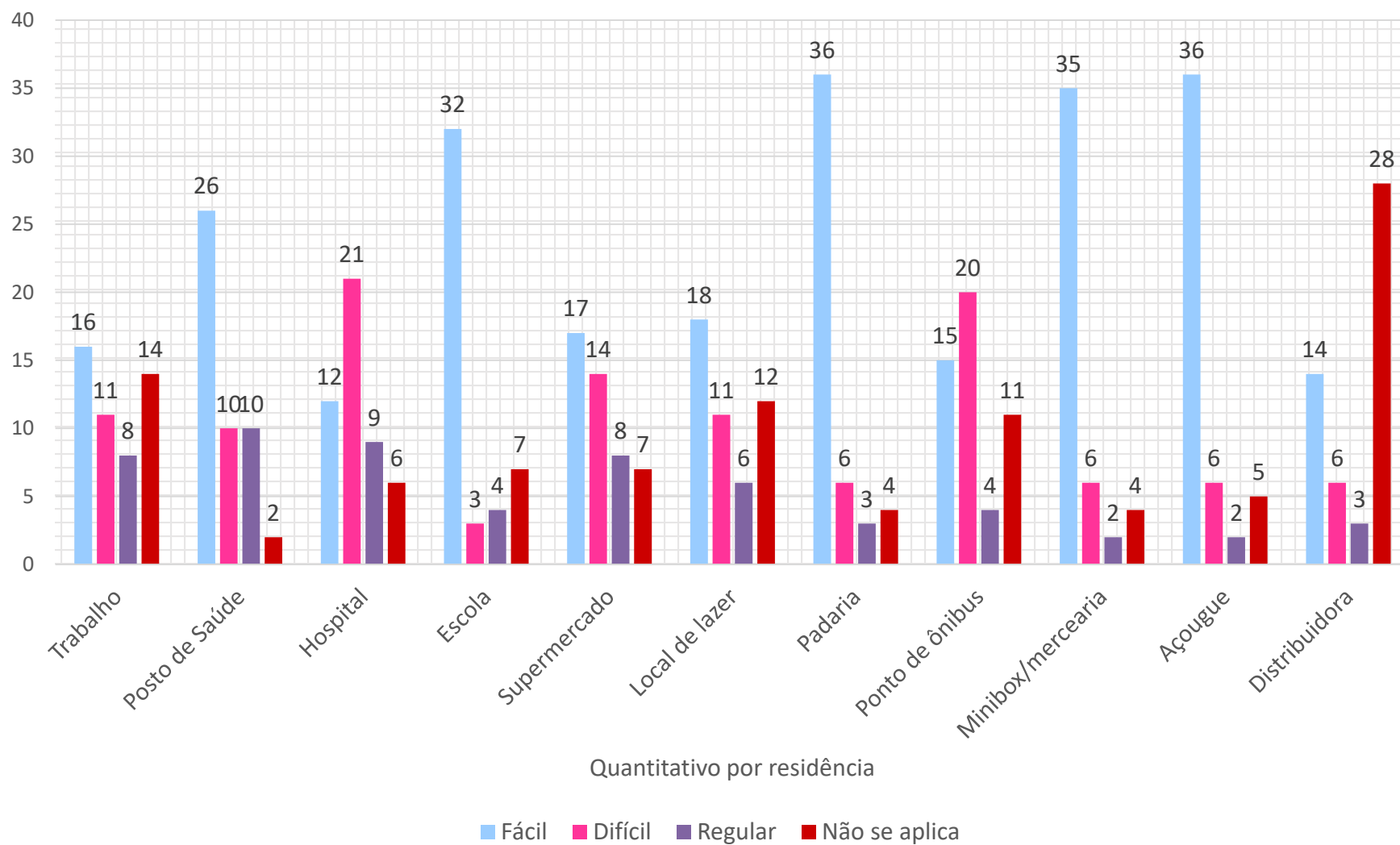
Como você considera o nível de iluminação pública à noite?



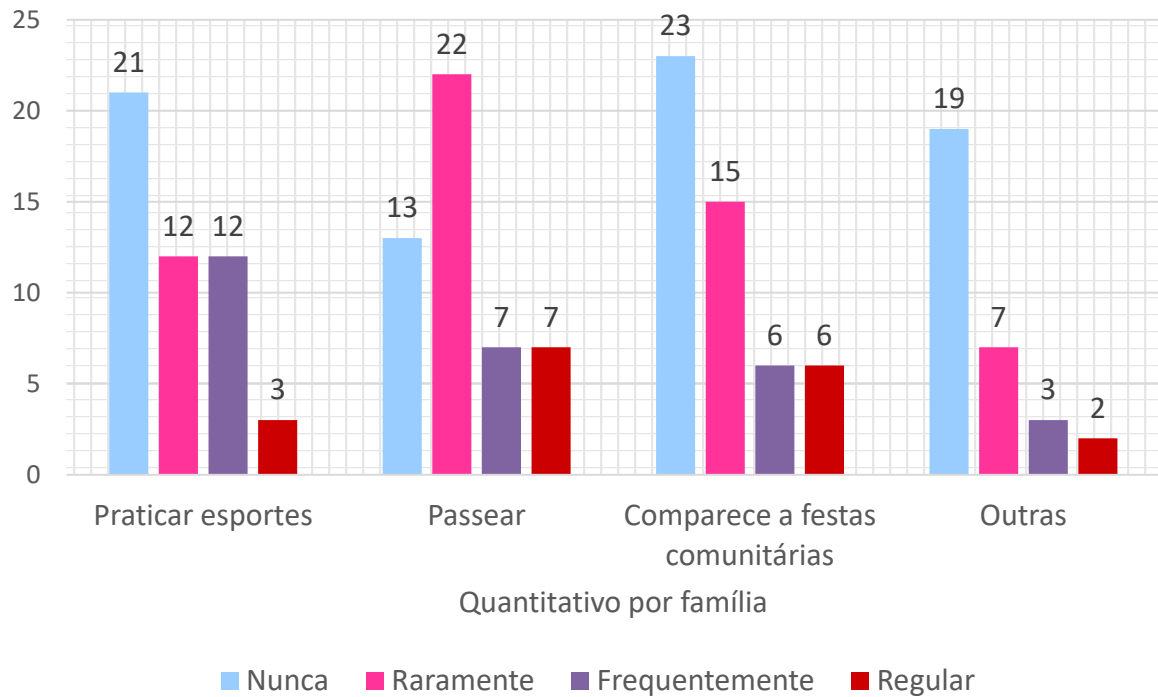
Como se desloca de sua residência até...



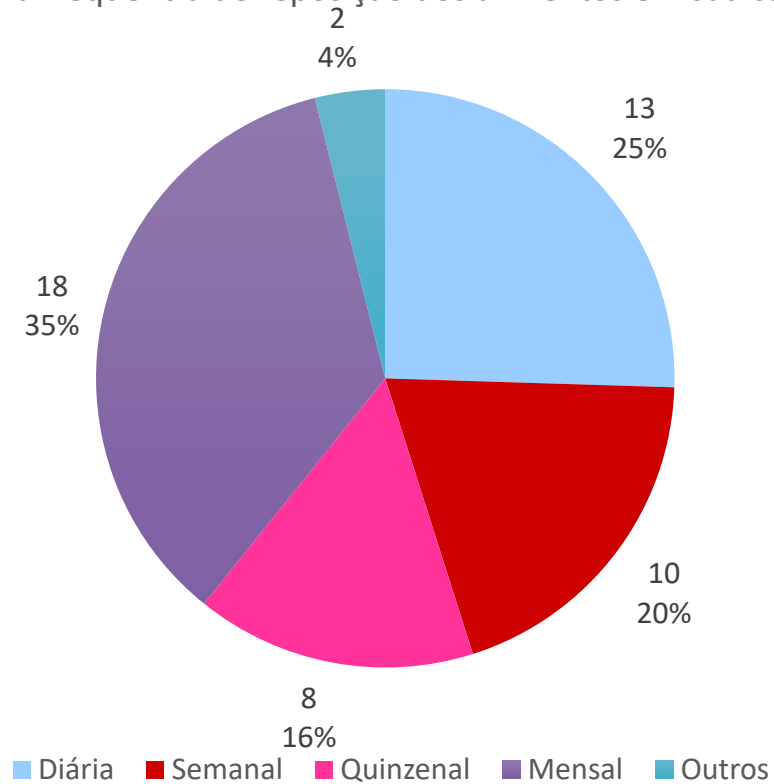
Qual o grau de dificuldade o seu deslocamento de sua residência para...



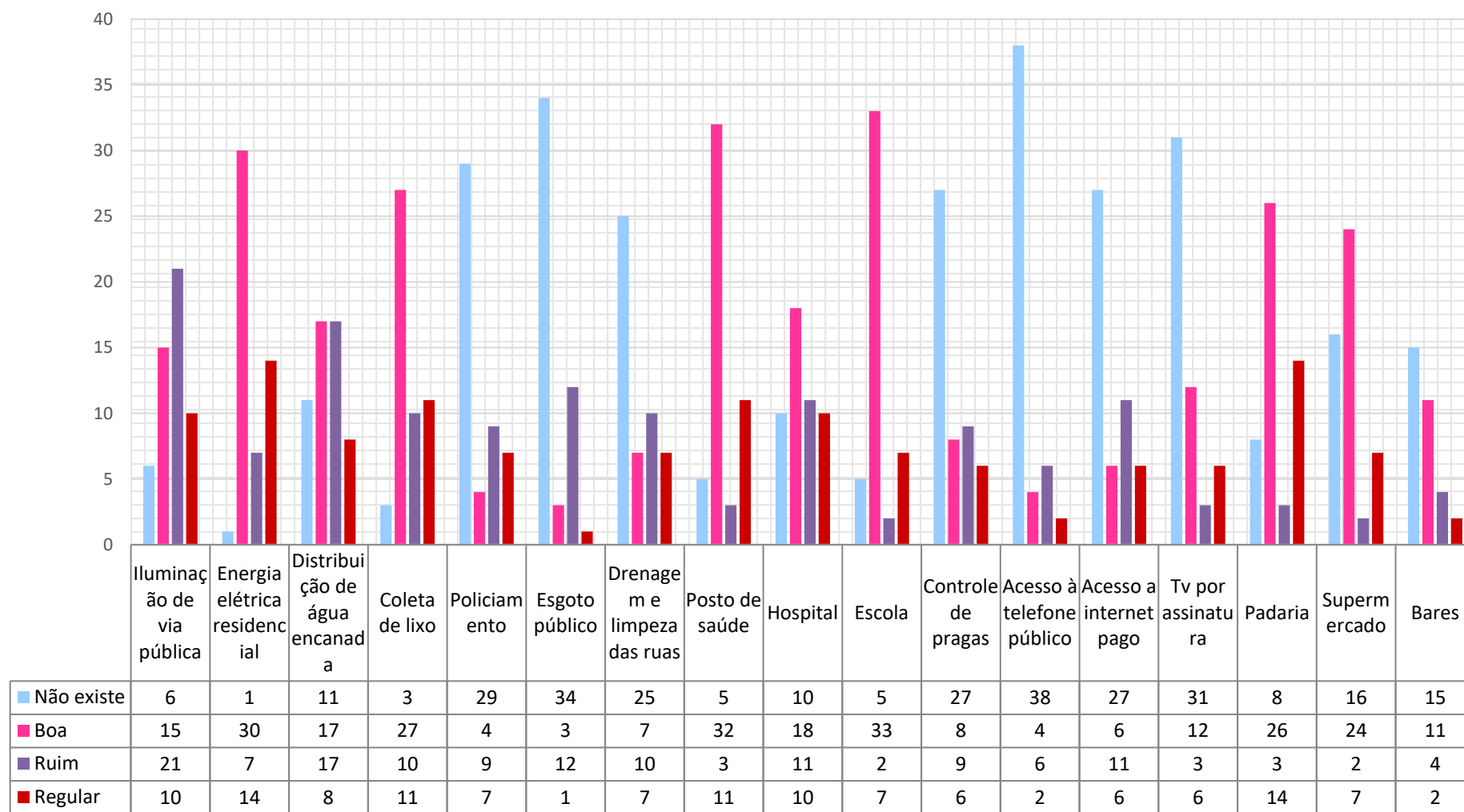
Quais atividades de lazer costuma realizar com sua família perto de sua casa?



Qual a frequência de reposição dos alimentos em sua casa?

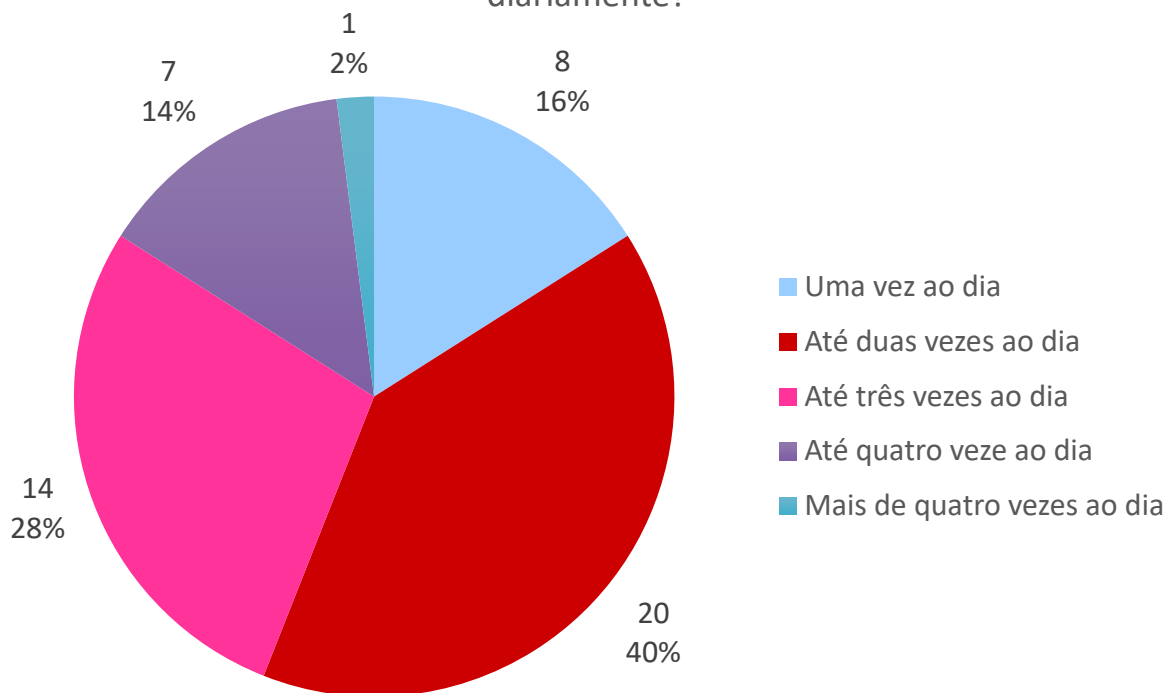


Qual é a qualidade dos seguintes serviços às proximidades de sua casa?

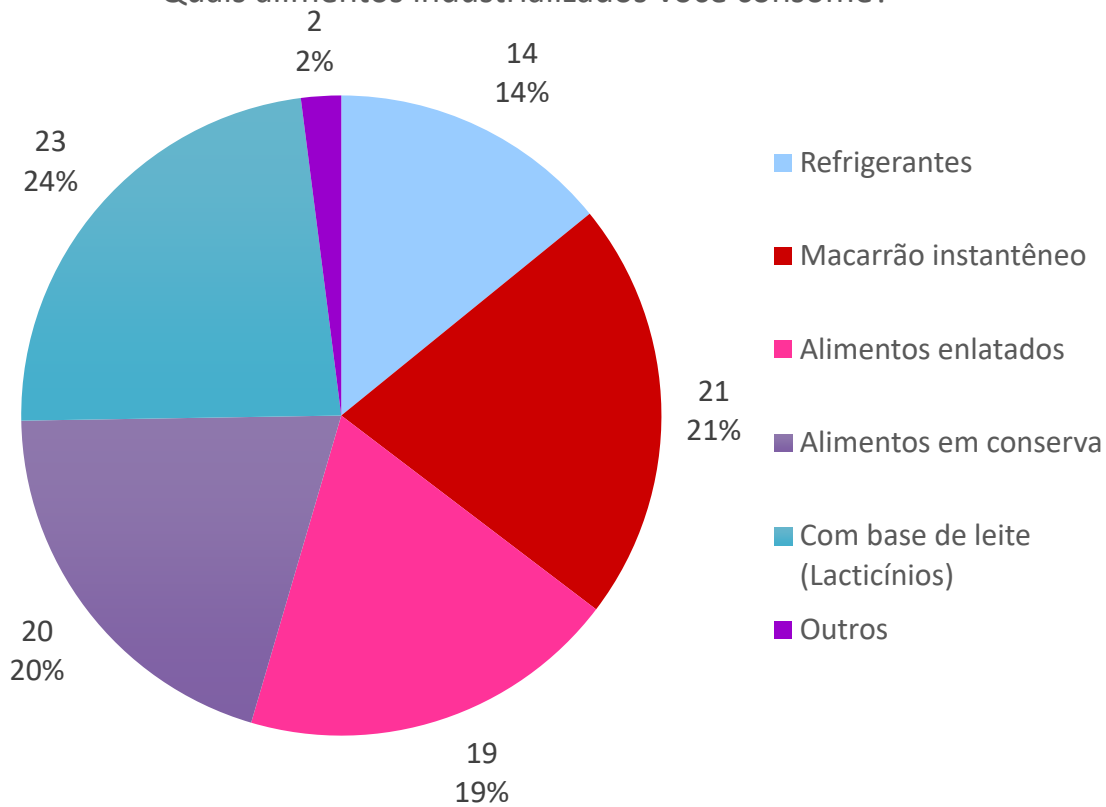


Quantitativo por família

Qual a frequência de preparação dos alimentos em sua casa diariamente?

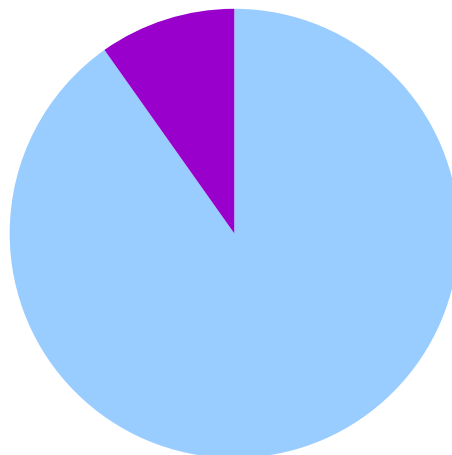


Quais alimentos industrializados você consome?



Você recebe doação de alimentos de alguma instituição, organização não governamental, familiares ou amigos?

5
10%

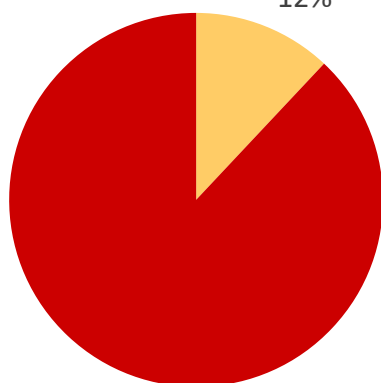


46
90%

■ Não ■ Sim

Você consome alimentos industrializados?

6
12%

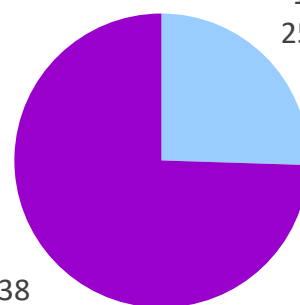


44
88%

■ Não ■ Sim

Em sua família é comum receber familiares e amigos para refeições coletivas?

13
25%



38
75%

■ Não ■ Sim

APÊNDICE B



TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Data: 16/03/2019
Horário de início: 14:10
Horário de término: 14:34
Duração: 0:24:50
Total de páginas: 5

Entrevistador: Victor Guilherme Cordeiro Salgado – Discente UNIFAP

Entrevistado: Raimundo Moraes dos Santos – Presidente da AMOBEL

Boa tarde Sr. Moraes, por gentileza, poderia ceder uma breve apresentação?

{0:00:42 0:01:50}

Sou Raimundo Moraes Santos, tenho 65 anos e moro aqui no Elesbão há 10 anos, por eu ser empenhado nesse lado do serviço social resolveram me fazer Presidente desse bairro. Cumpri o primeiro mandato e fui reeleito e a partir daí desde que eu me tornei presidente que a gente buscando solução para os problemas do Elesbão. O Elesbão não é diferente dos outros bairros mas tem um pouquinho a mais porque é um bairro portuário, é um bairro em que é complicado porque chega muitas coisas pelo rio, é um pouco diferente dos outros bairros lá do centro mas a gente vai realmente tentando buscar solução para os problemas, nós temos um grande trabalho feito junto com o comando da polícia militar em que é muito sigiloso mas que tá dando, tá surtindo efeito.

Como está organizada a AMOBEL? Quem são os colaboradores? Qual o histórico?

{0:02:10 0:11:52}

A Associação do Elesbão, eu estou imbuído nela desde 2015 porque houve uma eleição aqui no Elesbão e uma moça ganhou eleição, só que talvez ela não tivesse habilidade suficiente para desenvolver o trabalho a família dela orientou que passassem para mim que tinha ficado em segundo lugar, então com seis meses eu assumo a associação, como eu tinha uma equipe montada, é, para se trabalhar a gente começou a desenvolver os trabalhos do Elesbão, primeiro fizemos o censo, onde nós descobrimos a quantidade de pessoas, de residências, de carro, de moto, de rabetá, que você vê ali no rio, de barcos. Enfim, toda a estrutura que tem aqui, Escola Estadual, Escola Municipal, igrejas, e enfim, tudo que tinha no Elesbão a gente, é, colocou no censo que nós fizemos. A partir daí nós começamos a desenvolver um trabalho voltado para comunidade, primeiro nós trouxemos para cá o Sebrae para ministrar cursos e foi onde agente detectou algumas pessoas com habilidade, com aptidão, para desenvolver um trabalho para eles né e eu sempre mostrando a eles, olha aqui tem espaço para Lan House, aqui tem espaço, para uma farmácia, que tem espaço para um açougue, aqui tem espaço para uma lanchonete, e fui numerando para eles e passando para aquelas pessoas que tinha essa aptidão, tem gente que dados momentos quer fazer um curso só para receber aquele certificadozinho, que eu não sei mas deve servir de mostruário para família, para ele, mas não se dedicam a um trabalho pelo qual foi feito né o curso e a partir daí a gente começou a desenvolver um trabalho com o meu tem todo um conhecimento por quê, eu já fui, já ocupei vários cargos públicos, como de assessor do prefeito

e coordenador de relações comunitárias secretário, de promoção social, é que eu tenho todo o conhecimento para desenvolver um trabalho e foi o que aconteceu aqui no Elesbão, então gradativamente a gente vai colocando as nossas práticas e o nosso conhecimento em prática aqui no Elesbão, e isso vem dando certo a prova é que aí está uma grande obra hoje que foi solicitação da gente lá em 2015, através do deputado Marcos Reateni, e nós nem pedimos para ele, que a diretora de assuntos para as mulheres, foi ela que deu documento para ele mas nós solicitamos para ele a compra de um aparelho de ultrassonografia para o nosso posto de saúde, só que ele disse, o assessor disse para ela nós vamos trazer uma emenda de ponte de concreto, ela disse não tem nenhum problema você tá vendo aqui a beleza que está né, e uma outra situação foi uma conversa e um ofício também que eu levei para o deputado Gilmar Corrêa e deputado Cabuçu, foi que ele trouxe uma outra emenda que vai ser construída as pontes de concreto lá na frente aonde nós já andamos, então Elesbão e está caminhando nesse patamar né, é lento por que tudo começou em 2015 e mais a gente vê que as coisas vai tomando o corpo, vai acontecendo em todos os momentos, e dados momentos as pessoas que já perderam a esperança diz assim: isso é mentira, isso é papo furado, e depois ver que é real, e a gente vai tocando né devagar hoje nós estamos vendo a realidade mas tem muita coisa para ser feita a escola do município que eu tive uma conversa com o governador, segundo ele vai construir e vai doar para prefeitura, essa semana que vem eu vou ter uma conversa com ele e a gente espera que o Elesbão melhore, melhore para comunidade, melhore pra essa sociedade que elas não dão valor para nada, que perderam todas as esperanças deles, mas eu digo a eles não perco a esperança de vocês, esperança para que vocês consigam a ter fé, vamos trabalhar gente vamos desenvolver Elesbão, e ta dessa maneira né, agora precisamos, nós tínhamos, nós temos aqui um prédio construído pelo IPHAN que é uma verdadeira beleza que seria pra está desenvolvendo nosso trabalho mas eu não sei por qual motivo o Superintendente do IPHAN doou para Prefeitura, então nós perdemos todos os trabalhos que a gente desenvolvia lá né, estava iniciando que o meu já relatei para você tinha Zumba, tinha capoeira, tinha tênis de mesa, tinha um trabalho que era feito com a melhor idade, isso tudo aí parou e não foi tomado nenhuma atitude pela Prefeitura o que fazer de que maneira fazer então isso em dado momento deixou todo mundo entristecido. É um prédio que está preparado para ser ministrado o curso para essa comunidade precisa terminar de equipe precisamos ter um laboratório de informática, precisamos ter um laboratório para os construtores navais, temos uma sala que precisa ser equipada para se construir... o pessoal do artesanato aqui tem um potencial muito grande é riquíssimo de pessoas que tem esse lado e de trabalho voltado pra eles sobre dali tirar o sustento da vida deles, mas como não está funcionando, cada um faz as suas coisinhas na sua residência e aqui as pessoas vivem muito da pesca artesanal , tiram açaí, e temos duas olarias aqui que é onde os jovens e os senhores trabalham lá são funcionários das Olarias, mas é insignificante, é preciso melhorar um pouco mais o Elesbão, é preciso alguém investir no Elesbão, alguém acreditar no Elesbão, eu acredito, eu creio que eu não sei se eu vou ver o Elesbão como eu já idealizei né, mas com certeza isso aí vai melhorar bastante para essa comunidade, eu só não gostaria que eles perdesse a esperança. mas agora eles começaram a tomar pé de que é possível as coisas acontecer aqui no Elesbão. Bom, nós temos a criatura que tá te falando que eu sou o presidente, o meu vice é o Pinheiro né, que é um Sargento né, nós temos a Dona

Patrícia, a senhora Patrícia que é a secretária e o Seu Manoel que a gente chama de seu Duca para ele que é o nosso tesoureiro né, tenho a Dona Zenir que é dos assuntos para as mulheres, e nós estamos tentando reorganizar então nesse momento nós temos essas pessoas aí porque são essas únicas que ajudam que colaboram porque nós fizemos uma diretoria com o número um número um pouco numeroso mas todo mundo cruzou os braços, só esse aí se dedicaram ao trabalho, a gente agora está reformulando e que pra que a gente realmente tenha pessoas interessadas, esses que eu acabei de mencionar estão sempre estiver interessados, a Dona Zenir então é uma senhora Talvez um pouco mais velha do que eu mas de um grande talento né que busca a situação que busca soluções pra cá.

Qual a rotina diária semanal desempenhada pelo Senhor Presidente da AMOBEL?

{0:12:19 0:15:53}

A nossa, a minha rotina é constante, eu normalmente determino as pessoas de que me procurem em certos horários que seja conveniente a eles não a mim, e normalmente eu digo a eles não venham sem fazer uma ligação para mim porque eu saio muito, eu sempre estou em algum lugar fora daqui não temos estrutura financeira para pagar alguém para atender as pessoas aqui né então às vezes eu vou lá nos bairro lá fora e aqui fica fechado né mas ele já sabe que de 8:30 até meio-dia normalmente duas vezes na semana eu vou lá fora, e os outros dias eu estou aqui a tarde e eu estou aqui e também a noite livre de 6 horas eu estou na igreja terça e sexta e sábado, então eles podem vir aqui quer que eu estou, até porque nós temos uma situação que quanto é a Caesa em que nós temos 220 casas não tem água tratada, e nós temos um convênio com a Caesa para nos doar o cloro, para que as pessoas que moram de 220 residências venham buscar para tratar sua própria água então aqui frequenta muita gente mas ele já sabe, terça-feira de 8:30 a meio-dia não estou aqui, quinta-feira também que os outros dias eu estou, então já está todo mundo consciente disso que vão me encontrar e vão levar o produto para tratar as suas águas, é um compromisso que a Caesa tem com Associação e Associação tem com a comunidade, nós temos uma série de situações aqui que a gente normalmente está sendo procurado é moradas e alguém que está passando o terreno do outro quer construir uma ponte e o outro não tá querendo aí eu chamo as pessoas, como eu tenho a planta total do Elesbão, eu mostro para eles que olha aqui nessa planta tem uma ponte que passa justamente aqui onde tu não está querendo e a gente vai resolvendo essas situações umas outras situações que surgem aqui e dentro da medida do possível a gente vai dando solução para os problemas.

Quais os eventos/atividades já foram ou ainda são organizados pela AMOBEL?

{0:16:08 0:17:05}

Enquanto nós estávamos de posse do prédio do IPHAN, nós tínhamos por exemplo Zumba, capoeira, tênis de mesa, e um trabalho voltado para melhor idade né, e todos os sábados a partir de uma hora da tarde 13 horas até as 22 horas esse prédio era ocupado com aniversário de alguma pessoa, algum jovem, alguma adolescente alguma criança, ou mesmo adulto, pra comemorar o aniversário de alguém

então esses era justamente as grandes, os grandes eventos que a gente fazia aqui, o nosso compromisso era voltado para comunidade nesse sentido.

Diante da hipótese de um projeto para uma nova sede para AMOBEL, qual o tipo de construção desejada? Em qual local aqui da Vila Elesbão?

{0:17:25 0:20:49}

Seria assim de grande valia se a gente conseguisse uma associação ali na orla né, em frente ao Rio para que realmente desce uma... algo de beleza pro Elesbão, como nós temos a Igreja Católica né ali queria ter um lado, um lado lá que poderia ser edificado a sede, realmente construída poderia ser de madeira, poderia, uma madeira e de boa qualidade seria ótimo, você sabe que uma construção de uma edificação com madeira de lei é muito bonita, muito bonita mesmo, bem trabalhada, e que nessa Associação a gente pudesse ter ambientes agradáveis né, salas para que pudesse desenvolver todo o potencial que tem aqui no Elesbão, como artesanato, artista plástico, dança, capoeira né, todas essas... um ambiente para melhor idade, onde a melhor idade pudesse se reunir e estarei passando as suas experiências para um jovem quem sabe, ou então entre eles se integrando saindo do seu, do seu... eu sempre digo que parece que as pessoas vive exilado dentro de casa sai e vai conta história conta um pouco do teu passado, revive, isso que é viver, e nós precisamos de um ambiente dessa natureza para que esse povo se essencialmente a melhor idade voltasse a se reintegrar, e as pessoas que tem aptidão que tem habilidade que tiver a oportunidade de colocar todos os seus produtos ou como monitor ensinar os jovens a desenvolver um trabalho que poderia ser dali eles conseguirem o seu recurso para o seu pão de cada dia, para quem sabe... o que com certeza seria de grande valor.

Os formulários aplicados na comunidade abordavam questões pertinentes a possibilidade de cultivo coletivo de alimentos, e as respostas foram positivas por maioria, qual sua visão sobre?

{0:21:10 0:23:04}

Se tratando de alimentação, o básico é que o povo aqui se alimenta muito da pesca direto, do Açaí, o camarão esse aí é o fundamental para eles né, a carne que nós temos um açougue aqui dentro do supermercado e agora precisa ter um apoio ou alguma coisa que incentive as pessoas a criarem os seus terrenos no lado das suas casas as hortas, hortas para ter suas hortaliças né, couve, cheiro-verde, repolho, quem sabe né e o alface, que isso tudo faz parte da vida saudável do ser humano, não é só comer peixe e camarão e açaí mas é preciso a gente ir gerir e verduras frutas as frutas que nós temos são todas essas frutas da região né, e goiaba, manga, jambre, ingá, mas é preciso apoio é preciso que primeiro que o nosso povo saia do comodismo e tenha coragem de fazer uma horta, construir uma horta no lado da sua casa, atrás, no espaço que tiver para que ele tenha sua própria verdura mas eu não sei como fazer para despertar essas pessoas, sair do comodismo precisa alguém dá o pontapé inicial precisa, precisa alguém tomar uma atitude, mostrar que olha gente é possível a gente de nossa própria verdura, mas isso aí ainda está um pouquinho longe do meu povo aqui, o meu povo tá muito mais preocupado com o peixe, o camarão, o açaí a carne, enfim essas coisas que são muito mais fácil do que plantar verdura para o seu próprio alimento.

Obrigado Senhor Moares pela Entrevista, você deseja fazer mais algum comentário?

{0:23:04 0:24:50}

Quero te agradecer, agradecer a grande amiga Bianca tem me deixou incumbido de receber você e quem ela mandar né, então eu sou muito grato a ela como é uma pessoa maravilhosa, uma pessoa, que assim de uma certa forma fez uma mudança aqui no Elesbão quando fizemos aquele trabalho aqui com vocês né, como o documentário “o Elesbão” hoje está no mundo graças a vocês especialmente, a professora Bianca, parabéns a ela, parabéns a vocês, eu quero dizer sempre a vocês que eu não meço esforços para ajudar, me coloco à disposição de vocês e quero dizer a vocês que muito obrigado e um até logo, até breve, e é só me ligar e dizer, que eu estou aqui para ajudar e dar a minha parcela de colaboração.



FIM.

APÊNDICE C

DESENHOS TÉCNICOS – PROJETO ARQUITETÔNICO
PROJETO ESTAÇÃO CHÃO D'ÁGUA

1 LISTA DE PRANCHAS DE DESENHO

REF.	CONTEÚDO	ARQUIVO/PRANCHA
SIT-POL	Planta de Situação	01/14
IMP-G	Planta de Locação; Dimensionamento da poligonal; Implantação Geral	02/14
PB-PT-A	Planta Baixa Pavimento Térreo – Bloco A	03/14
PB-PS-A	Planta Baixa Pavimento Superior – Bloco B	04/14
LA-PT-PS-A	Layout Pavimento Térreo – Bloco A; Layout Pavimento Superior – Bloco A	05/14
PB-LA-PT-B	Planta Baixa Pavimento Térreo – Bloco B; Layout Pavimento Térreo – Bloco B	06/14
PB-LA-PS-B	Planta Baixa Pavimento Superior – Bloco B; Layout Pavimento Superior – Bloco B	07/14
PC-A	Planta de Cobertura – Bloco A; Detalhes de Trama – Bloco A	08/14
PC-B	Planta de Cobertura – Bloco B; Detalhes de Trama – Bloco B	09/14
CO-DE-A	Corte CC-CC' – Bloco A; Corte AA – Bloco A; Detalhe 04 - Detalhamento de módulo construtivo em madeira para píer/deck palafítico (Bloco A); Detalhe 03 – Detalhamento de cobertura em laje invertida ajardinada com junta de dilatação (Bloco A)	10/14
CO2-DE-A	Corte BB-BB' – Bloco A; Corte DD – Bloco A; Corte EE – Bloco A; Detalhe 05 - Detalhamento de escada autoportante em concreto (Bloco A); Detalhe 03 – Detalhamento de parede em madeira com tratamento termoacústico (Projeto Total)	11/14
CO-DE-B	Corte AA-AA' – Bloco B; Corte BB-BB' – Bloco B; Corte CC-CC' – Bloco B; Detalhe 05 - Detalhamento de brises (Projeto Total);	12/14
FA-VO-A	Fachada 01 – Bloco A; Fachada 02 – Bloco A; Fachada 03 – Bloco A; Volumetria	13/14
FA-VO-B	Fachada 01 – Bloco B; Fachada 02 – Bloco B; Volumetria	14/14

APÊNDICE D

MEMORIAL DESCRITIVO – PROJETO ARQUITETÔNICO

IDENTIFICAÇÃO

Proponente: Victor Guilherme Cordeiro Salgado.

Instituição: Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Empreendimento: Projeto Estação Chão d'Água.

Endereço: Passarela Manoel Cesário, s/número, bairro Elesbão.

Cidade: Santana – AP.

2 INFRA-ESTRUTURA

FUNDAÇÃO – PROJETO TOTAL		
1	Tipo de fundação	Sapatas isoladas concreto, impermeabilizada, aplicação em área alagada, solo maleável.

3 SUPRA-ESTRUTURA

ESTRUTURA CONVENCIONAL – PROJETO TOTAL		
1	Tipo de estruturas principais e características	Estrutura em concreto armado composta de pilares, vigas e lajes.
2	Tipo de estrutura secundária e características	Estrutura em madeira para pilar único.

4 VEDAÇÕES

ALVENARIA DE VEDAÇÃO – PROJETO TOTAL		
1	Espessura mínima da parede, sem considerar o revestimento	Em bloco cerâmico e = 9,00 cm; com aplicação de revestimento gesso + concreto pigmentado e = 15 cm

ALVENARIA DE VEDAÇÃO – PROJETO TOTAL		
1	Espessura mínima da parede, sem considerar o revestimento	Em bloco cerâmico e = 9,00 cm; com aplicação de revestimento gesso + concreto pigmentado e = 15 cm

VEDAÇÃO EM MADEIRA COM TRATAMENTO ACUSTICO – PROJETO TOTAL		
1	Espessura mínima da parede	2 Tábuas e = 30mm x 100mm Compensado e = 30 mm Lã de PET e = 50 mm

5 COBERTURAS / IMPERMEABILIZAÇÕES / TRATAMENTOS

COBERTURA – PROJETO TOTAL		
1	Estrutura	Estrutura convencional de madeira composta de vigas, terças, caibros, ripas e tesouras.
2	Fixação e apoio da estrutura na edificação	A estrutura será fixada por meio de arranques metálicos chumbados nas fiadas superiores das alvenarias.
3	Tipo de telha	Telha ecológica Onduline Clássica ® 0,95 m x 2 m x 3 mm de espessura
4	Tipo de condutores	Serão utilizadas calhas e condutores metálicos, providos de grelha hemisférica e com condutores verticais aparentes.

COBERTURA EM LAJE INVERTIDA AJARDINADA COM JUNTA DE DILATAÇÃO – BLOCO A “MARGEM”		
1	Tipo de estruturas principais, camadas e características (verificar em prancha)	1 - Terra vegetal; 2- Camada drenante; 3- Isolamento térmico: Roofmate SL; 4- Camada forma / Formação de pendente; 5- Laje; 6 - Camada filtrante; 7 - Filtro geotêxtil; 8 - Reforço de impermeabilização; 9 - Sistema de impermeabilização compatível e adequado para cobertura ajardinada; 10 - Junta elástica; 11 - Revestimento.

IMPERMEABILIZAÇÃO – PROJETO TOTAL			
ITEM	LOCAL	REQUISITO MÍNIMO	COMPLEMENTO OU ALTERNATIVA COM DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA
1	Baldrame ou embasamento	Sistema rígido	-
2	Piso térreo sobre pilotis de concreto	Sistema rígido	-
3	Piso de pavimento superior (bloco b)	Sistema flexível	-
4	Laje ajardinada e calhas em alvenaria/concreto	Sistema flexível	-
5	Varandas	Área protegida do tempo: Sistema rígido, com reforço de sistema flexível nos ralos e pontos críticos.	Drenagem através de ralos
6	Área de serviço (exceto cozinha) e banheiros (exceto box)	Sistema rígido com reforço de sistema flexível nos ralos e pontos críticos	Drenagem através de ralos

TRATAMENTOS – PROJETO TOTAL			
1	Junta entre esquadrias e alvenaria / estrutura	Descrição	Aplicação de silicone de cura neutra, em todos os vãos entre as esquadrias e a alvenaria ou estrutura.

6 REVESTIMENTOS, ACABAMENTOS E PINTURA

REVESTIMENTOS, ACABAMENTOS E PINTURA (PAVIMENTO TÉRREO - BLOCO A "MARGEM")			
AMBIENTE	PISO, RODAPÉ E SOLEIRA	PAREDE	FORRO
Salão Cultural	Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado; paredes em madeira de lei, régua = 0,10 m	-
Galeria	Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado; paredes em madeira de lei, régua = 0,10 m	-
Antessala	Deck / assoalho em madeira de lei, régua = 0,10 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado	-
Depósito	Piso em cimento queimado antiader. juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado; paredes em madeira de lei, régua = 0,10 m	-
Circulação interna	Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado; paredes em madeira de lei, régua = 0,10 m	-
Serviço	Piso em cimento queimado antiader. juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. past. de vidro	-
Circulação externa	Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado; paredes em madeira de lei, régua = 0,10 m	-
Pier	Deck / assoalho em madeira de lei, régua = 0,10 m; soleira em granito polido cinza	-	-
Deck	Deck / assoalho em madeira de lei, régua = 0,10 m; soleira em granito polido cinza	-	-
Lava pés	-	-	-

REVESTIMENTOS, ACABAMENTOS E PINTURA (PAVIMENTO TÉRREO - BLOCO B "CONVÉS")			
AMBIENTE	PISO, RODAPÉ E SOLEIRA	PAREDE	FORRO
Antessala	Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado	-
Espaço plural	Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. past. de vidro	-
BHO (2)	Piso em porcelanato antiader. 0,50 m x 0,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. past. de vidro	Forro em madeira de lei, régua = 0,10 m
Circulação	Piso emborrachado antiderrapante 1,00 m (l) x 0,02 m (e)	-	-

REVESTIMENTOS, ACABAMENTOS E PINTURA (PAVIMENTO SUPERIOR – BLOCO A "MARGEM")			
AMBIENTE	PISO, RODAPÉ E SOLEIRA	PAREDE	FORRO
Administrativo	Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado; paredes em madeira de lei, régua = 0,10 m	Forro em madeira de lei, régua = 0,10 m
Sala de reuniões	Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado; paredes em madeira de lei, régua = 0,10 m	Forro em madeira de lei, régua = 0,10 m
Hall	Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado;	Forro em madeira de lei, régua = 0,10 m
BHO	Piso em porcelanato antiader. 0,50 m x 0,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. past. de vidro	Forro em madeira de lei, régua = 0,10 m
Copa	Piso em porcelanato antiader. 0,50 m x 0,50 m; soleira em granito polido cinza	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. past. de vidro	Forro em madeira de lei, régua = 0,10 m
Circulação	Piso em porcelanato antiader. 0,50 m x 0,50 m	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado; paredes em madeira de lei, régua = 0,10 m	Forro em madeira de lei, régua = 0,10 m
Mezanino	Deck / assoalho em madeira de lei, régua = 0,10 m	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado	Forro em madeira de lei, régua = 0,10 m
Jardim	Piso de compostos orgânicos para jardinagem (6 camadas)	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado	-

Varanda	Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado	-
Área verde	Deck / assoalho em madeira de lei, régua = 0,10 m	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado	-

REVESTIMENTOS, ACABAMENTOS E PINTURA (PAVIMENTO SUPERIOR – BLOCO B “CONVÉS”)

AMBIENTE	PISO, RODAPÉ E SOLEIRA	PAREDE	FORRO
Espaço sarau	Piso emborrachado antiderrapante 1,00 m (l) x 0,02 m (e)	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado	-
Circulação	Piso emborrachado antiderrapante 1,00 m (l) x 0,02 m (e); Piso em cimento queimado juntas de dilatação a cada 1,50 m; Deck / assoalho em madeira de lei, régua = 0,10 m	Paredes em alvenaria de tijolo cerâmico com revés. conc. pigmentado	-
Varanda suspensa	Piso de vidro transitável laminado temperado 4mm (e)	-	-

7 ESQUADRIAS E SEUS COMPLEMENTOS

PORTAS (PAVIMENTO TÉRREO – BLOCO A “MARGEM”)

REF	MATERIAL	TIPO E MODELO	DIMENSÃO	UNID
P1	Madeira	Basculante, 1 folha	1,00 m x 2,10 m	2
P2	Madeira	Correr, 1 folha	0,90 m x 2,10 m	1
P3	Metálica	Basculante, 1 folha	1,50 m x 2,10 m	1
P4	Madeira e vidro	Correr, 4 folhas	2,60 m x 2,10 + J17	1
P5	Madeira e vidro	Correr, 4 folhas	2,60 m x 2,50 m	1
P6	Metálica	Correr, 1 folha	1,55 m x 2,10 m	1

PORTAS (PAVIMENTO TÉRREO – BLOCO B “CONVÉS”)

REF	MATERIAL	TIPO E MODELO	DIMENSÃO	UNID
P1	Madeira	Basculante, 2 folhas	1,60m x 2,92m	1
P2	Madeira	Basculante, 1 folha	1,00m x 2,10m	2

PORTAS (PAVIMENTO SUPERIOR – BLOCO A “MARGEM”)				
REF	MATERIAL	TIPO E MODELO	DIMENSÃO	UNID
P1	Madeira	Basculante, 1 folha	1,00 m x 2,10 m	3
P2	Madeira	Correr, 1 folha	1,00 m x 2,10 m	1

JANELAS (PAVIMENTO TÉRREO - BLOCO A “MARGEM”)				
REF	MATERIAL	TIPO E MODELO	DIMENSÃO	UNID
J1	Madeira	Veneziana	1,44 m x 1,00 m	1
J2	Madeira	Veneziana	2,99 m x 1,00 m	1
J3	Madeira	Veneziana	2,36 m x 1,00 m	1
J4	Madeira	Veneziana	1,80 m x 1,00 m	1
J5	Madeira e vidro	Redonda, pivotante	0,80 m (d) x 2,60 m (p)	3
J6	Madeira e vidro	Pivotante	0,42 m x 2,10 m	1
J7	Madeira	Veneziana	0,60 m x 2,10 m	1
J8	Vidro translucido	Painel	1,62 m x 3,58 m	1
J9	Vidro translucido	Painel	1,25 m x 3,58 m	1
J10	Vidro translucido	Painel	1,02 m x 3,58 m	1
J11	Vidro translucido	Painel	1,57 m x 3,58 m	1
J12	Madeira e vidro	Redonda, pivotante	1,18 m (d) x 1,80 m (p)	1
J13	Madeira	Veneziana móvel	1,32 m x 2,10 m	1
J14	Vidro translucido	Painel	4,65 m x 0,60 m x 1,80 m	1
J15	Vidro translucido	Painel	3,05 m x 0,60 m x 1,80 m	1
J16	Madeira e vidro	Redonda, pivotante	0,80 m (d) x 1,30 m (p)	2
J17	Vidro translucido	Painel	4,50 m x 1,48 m x 2,10 m	1
J18	Madeira	Veneziana fixa	1,50 m x 1,20 m x 2,10 m	1

JANELAS (PAVIMENTO TÉRREO - BLOCO B “CONVÉS”)				
REF	MATERIAL	TIPO E MODELO	DIMENSÃO	UNID
J1	Madeira	Veneziana fixa	1,57 m x 2,00Bm	2
J2	Madeira e vidro	Redonda, pivotante	0,80 m (d) x 1,10 m (p)	2

JANELAS (PAVIMENTO SUPERIOR – BLOCO A “MARGEM”)				
REF	MATERIAL	TIPO E MODELO	DIMENSÃO	UNID
J1	Madeira e vidro	Redonda, pivotante	0,80 m (d) x 1,00 m (p)	7
J2	Madeira e vidro	Redonda, pivotante	0,80 m (d) x 1,10 m (p)	6
J3	Vidro translucido	Painel	1,62 m x 2,70 m	1
J4	Vidro translucido	Painel	1,25 m x 2,70 m	1
J5	Vidro translucido	Painel	1,02 m x 1,00 m	1
J6	Vidro translucido	Painel	1,57 m x 2,00 m	1
J7	Madeira	Veneziana fixa	2,62 m x 2,50 m	1
J8	Vidro translucido	Painel	2,00 m x 1,70 m	1
J9	Madeira	Redonda, pivotante	0,80 m (d) x 1,50 m (p)	2

FECHADURAS – PROJETO TOTAL	
ESQUADRIA	TIPO E MODELO
Portas de correr	Cromado, tipo barra, com chave interna e externa
Portas de banheiro	Cromado, tipo alavanca, com chave interna
Demais portas	Cromado, tipo alavanca, com chave interna e externa
Janelas redondas	Cromado, ferrolho chato em aço

BATENTES – PROJETO TOTAL				
TIPO DE PORTA	LARGURA EM REL A PAREDE	MATERIAL / ACABAMENTO	FIXAÇÃO	TIPO DE GUARNIÇÃO/ ACABAMENTO
Porta de correr	Envolvente	Madeira, pintura em verniz	Espuma expansiva com parafuso e bucha	Madeira, pintura em verniz
Porta de Basculante	Envolvente	Madeira, pintura em verniz	Espuma expansiva com parafuso e bucha	Madeira, pintura em verniz

VIDROS – PROJETO TOTAL	
ESQUADRIA	ESPESSURA, MODELO E ASSENTAMENTO
Interna	30 mm, liso, assentado com guarnição de borracha ou silicone.
Externa	30 mm, atérmico verde-claro, assentado com guarnição de borracha ou silicone.
Vidro Piso Transitável	40 mm, atérmico verde-claro, temperado, assentado de acordo com manual do fabricante Cebrace.

ESQUADRIAS ESPECIAIS E GUARDA-CORPO			
ITEM	MATERIAL	TIPO E MODELO	DIMENSÕES
Guarda-corpo	Madeira maciça	Ripas	Ø 3,5
Brise solei	Aço zincado com elementos de aço inoxidável	Verificar detalhamento em prancha	Verificar detalhamento em prancha

8 INSTALAÇÕES

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NÚMERO DE PONTOS (PAVIMENTO TÉRREO – BLOCO A “MARGEM”)						
AMBIENTE	LUZ TETO	ARANDELA	INTERRUPTOR	TOMADA	ANTENA	TEL.
Salão Cultural	3	-	2	4	-	-
Galeria	3	2	2	4	-	-
Antessala	1	-	1		-	-
Depósito	3	-	1	2	-	-
Circulação interna	2	-	1	1	-	-
Serviço	2	-	1	2	-	-
Circulação externa	2	-	1	-	-	-
Pier	-	10	1	-	-	-
Deck	-	2	1	-	-	-
Lava pés	-	-	-	-	-	-

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NÚMERO DE PONTOS (PAVIMENTO TÉRREO – BLOCO B “CONVÉS”)						
AMBIENTE	LUZ TETO	ARANDELA	INTERRUPTOR	TOMADA	ANTENA	TEL.
Antessala	2	-	1	1	-	-
Espaço plural	4	-	2	6	-	-
BHO (2)	1	-	1	1	-	-
Circulação	2		-	-	-	-

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NÚMERO DE PONTOS (PAVIMENTO SUPERIOR – BLOCO A “MARGEM”)						
AMBIENTE	LUZ TETO	ARANDELA	INTERRUPTOR	TOMADA	ANTENA	TEL.
Administrativo	4	-	2	8	1	2

Sala de reuniões	2	-	1	3	-	1
Hall	1	-	1		-	-
BHO	1	-	1	1	-	-
Copa	2	-	2	4	-	1
Circulação	3	-	1	-	-	-
Jardim	-	2	-	-	-	-
Varanda	1	-	1	1	-	-
Área verde	-	-	-	-	-	-

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS NÚMERO DE PONTOS (PAVIMENTO SUPERIOR – BLOCO B “MARGEM”)

AMBIENTE	LUZ TETO	ARANDELA	INTERRUPT.	TOMADA	ANTENA	TEL.
Espaço sarau	4	-	2	3	-	-
Circulação	2	-	-	-	-	-
Varanda suspensa	3	-	1	2	-	-

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS – PAVIMENTO TÉRREO – BLOCO A “MARGEM”

AMBIENTE	ÁGUA FRIA	ESGOTO
Área de serviço	2	3
Depósito	1	2

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS – PAVIMENTO TÉRREO INTERMEDIÁRIO – BLOCO B “CONVÉS”

AMBIENTE	ÁGUA FRIA	ESGOTO
BHO (2)	2	3

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS – PAVIMENTO SUPERIOR – BLOCO A “MARGEM”

AMBIENTE	ÁGUA FRIA	ESGOTO
BHO	4	3
Copa	1	1
Jardim	1	-

LOUÇAS E METAIS - PAVIMENTO TÉRREO – BLOCO A “MARGEM”			
AMBIENTE	OBJETO	MATERIAL	UNID
Área de serviço	Cuba	Aço Inox 0,35 m x 0,45 m	2
	Bancada	Granito polido 3,80 m x 0,60 m	1
	Metais	Válvula	1
		Sifão	-
	Torneira	2	
Depósito	Cuba	Alumínio 0,35 m x 0,45 m	2
	Bancada	Bancada de granito polido ,80 m x 0,50 m	1
	Metais	Válvula	1
		Sifão	-
	Torneira	2	
LOUÇAS E METAIS - PAVIMENTO TÉRREO INTERMEDIÁRIO – BLOCO B “CONVÉS”			
AMBIENTE	OBJETO	MATERIAL	UNID
BHO (2)	Cuba	Cerâmica	2
	Bancada	Granito polido	2
	Metais	Válvula	2
		Sifão	2
		Torneira	2
	Vaso sanitário	Bacia e caixa acoplada	2

LOUÇAS E METAIS - PAVIMENTO SUPERIOR – BLOCO A “MARGEM”			
AMBIENTE	OBJETO	MATERIAL	UNID
BHO	Cuba	Cerâmica	2
	Bancada	Bancada em granito polido em duas alturas (PCD)	2
	Metais	Válvula	2
		Sifão	2
		Torneira	2
		Chuveiro	1
Vaso sanitário	Bacia e caixa acoplada	1	
Copa	Cuba	Aço Inox 0,40cm x 0,50cm	1
	Bancada	Granito polido	1

	Metals	Válvula	1
		Sifão	1
		Torneira	1

9 CORES

PALETA DE CORES PRÉ-DEFINIDAS PARA FACHADAS

Referência PANTONE®



ANEXO A

3 – Outro bairro de Santana. 4 – Nasceu no Elesbão.	

10. Porque escolheu viver nesta área?	
0- Oferta de emprego 1- Possibilidade de acesso à educação 2- Já tinha familiares residindo no Elesbão 3- Não se aplica	

HABITAÇÃO: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E USOS

11. Qual o tipo de sua casa?	
0 – Madeira em área alagada. 1 – Madeira e alvenaria em área alagada. 2 – Alvenaria em área alagada.	3 - Madeira em área seca. 4 - Alvenaria em área seca. 5 - Misto em área seca.

12. Quantos andares têm a sua casa?	
1 – Somente térreo. 2 – Dois pavimentos	3 – Três ou mais pavimentos.

13. Como você considera o estado de construção de sua casa?	
0 – Boa 1 – Regular	2 – Ruim

14. Qual é a finalidade deste imóvel no qual você mora?	
1 – Uso comercial. 2 – Uso residencial.	3 – Uso comercial e residencial. 4 – Não se aplica.

15. A quem pertence a casa em que você mora?	
1 – Casa emprestada (*). 2 – Casa alugada (*).	3 – Outras. 4 – Casa própria.

16. De qual forma a casa foi construída?	
0 – Em regime de mutirão. 1 – Mão obra do proprietário.	2 – Mão de obra contratada. 3 – Não se aplica.

17. Você recebeu ajuda de alguma dessas instituições para construção de sua casa?	
1 – Candidatos políticos. 2 – Instituições religiosas. 3 – Prefeitura Municipal.	4 – Governo do Estado. 5 – Outros. 6 – Não recebeu ajuda. 7 – Não se aplica.

18. Foram realizadas benfeitorias em sua casa nos últimos cinco anos?	
0 – Não (Ir para questão 18)	1 – Sim (Responder à questões 17 e 18)

19. Onde essas benfeitorias foram realizadas nos últimos cinco anos?	Há quanto tempo?
1- Na aparência externa da casa.	

2- Na aparência interna.	
3- Ampliações em algum ambiente da casa.	
4- Derrubou a casa antiga e a reconstruiu uma toda nova.	
5- Outros.	

20. Quais desses ambientes têm na sua casa?	
20.1. Sala de estar 20.2. Sala de jantar 20.3. Quarto 20.4. Cozinha 20.5. Banheiro Interno 20.6. Banheiro Externo 20.7. Jiral 20.8. Pier 20.9. Varanda 20.10. Outros cômodos 20.11. Não se aplica.	

21. Como considera as condições da residência em relação aos seguintes itens?				
1. Aparência da casa.	2 - Boa	1 - Ruim	0 – Não se aplica	
2. Materiais usados na casa.	2 - Bom	1 - Ruim	0 – Não se aplica	
3. Tamanho dos espaços da casa.	2 - Suficiente	1 - Insuficiente	0 – Não se aplica	
4. Isolamento acústico.	2 – Sem ruído	1 – Com ruído	0 – Não se aplica	
5. Temperatura ambiente da casa.	2 - Agradável	1 - Desagradável	0 – Não se aplica	
6. Altura da casa.	2 – Adequada	1 – Inadequada	0 – Não se aplica	
7. Muro ou cerca.	2 – Adequado	1 – Inadequado	0 – Não se aplica	

22. Quais os problemas de construção que a casa apresenta?		
0 – Instalação sanitária. 1 – Instalação elétrica. 2 – Instalação hidráulica. 3 – Paredes danificadas.	4 - Infiltração de águas. 5 – Goteiras 6 – Outros. 7 – Nenhum.	

VIA PÚBLICA: CARACTERÍSTICAS

23. Como você acessa sua casa ou seu terreno?		
0 – Por pontes. 1 – Por via alagada sem ponte. 2 – Por via seca.	3 – Por via pavimentada. 4 – Através de outro acesso.	

24. Como você considera a qualidade da rua/ponte em que mora?		
0 – Malconservada 1 – Regular.	2 - Boa	

25. Em caso de emergências você recebe assistência dos serviços públicos (ambulância, bombeiros, concessionária de energia, etc.) em domicílio?		
0 – Sim 1 – Não 2 -Não se aplica		

TERRENO DA HABITAÇÃO: CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E USOS

26. Como você considera o tipo de terreno onde sua casa está localizada?	
---	--

0 – Alagado com ponte. 1 – Alagado sem ponte.	2 – Aterrado. 3 – Outros.	
--	------------------------------	--

27. Qual desses elementos você utiliza para a segurança de sua casa?		
0 – Não há cerca ou muro. 1 – Cerca de madeira.	2 – Muro de alvenaria. 3 – Grade metálica 4 – Outros	

28. Como você considera a manutenção e a conservação do seu terreno?		
0 – Com mato 1 – Com entulho 2 – Limpo 3 – Não se aplica		

USOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS – RELAÇÕES SOCIAIS E LAZER

29. Você gosta da paisagem urbana no seu bairro?		
0 – Sim 1 – Não 2 – Não sabe		

30. Você se sente satisfeito com o seu bairro?		
0 – Insatisfeito. 1 – Indiferente.	2 – Satisfeito. 3 – Muito satisfeito.	

31. Como você considera o nível de iluminação pública à noite?		
0 – Não existe. 1 – Ruim.	2 – Bom. 3 – Muito bom.	

32. Como você considera o transporte público do seu bairro para outros bairros de Santana?		
0 – Não existe. 1 – Ruim.	2 – Regular. 3 – Bom.	

33. Como se desloca de sua residência até...				
0 – A pé.	1 – De ônibus.	2 – Em transporte particular.	3 – Outros	4- não se aplica
33.1. O seu trabalho.				
33.2. O posto de saúde.				
33.3. O hospital.				
33.4. A escola dos filhos.				
33.5. O supermercado.				
33.6. O seu local de seu lazer preferido.				
33.7. A padaria.				
33.8. A feira				
33.9. O açougue				
33.10. O minibox/mercearia				
33.11. A distribuidora				

34. Qual o grau de dificuldade o seu deslocamento de sua residência para...			
1 – Fácil	2 – Díficil	3 – Regular	4 – não se aplica

34.1. O seu trabalho.	
34.2. O posto de saúde.	
34.3. O hospital.	
34.4. A escola.	
34.5. O supermercado.	
34.6. O local de seu lazer preferido.	
34.7. A padaria.	
34.8. O ponto de ônibus.	
34.9. Ao minibox/mercearia	
34.10. O açougue	
34.11. A distribuidora	

35. Quais atividades de lazer costuma realizar com sua família perto de sua casa?	Com que frequência? 0 – Nunca 1 – Raramente 2 – Frequentemente 3 – Regular
35.1. Praticar esportes.	
35.2. Passear.	
35.3. Comparece a festas comunitárias.	
35.4. Outras.	

36. Qual é a qualidade dos seguintes serviços às proximidades de sua casa?	Qualidade 0 - Não existe 1 – Boa. 2 – Ruim. 3 – Regular.
36.1 Iluminação de via pública.	
36.2 Energia elétrica residencial.	
36.3 Distribuição de água encanada.	
36.4 Coleta de lixo.	
36.5 Policiamento.	
36.6 Esgoto público.	

36.7 Drenagem e limpeza de ruas.	
36.8 Posto de saúde.	
36.9 Hospital.	
36.10 Escola.	
36.11 Controles de pragas (insetos, ratos, etc.).	
36.12 Acesso à telefone público.	
36.13 Acesso a internet pago.	
36.14 Tevê por assinatura.	

37. Como considera a incidência de delitos na área em que vive?		
0 – Alta. 1 - Média.	2 - Baixa. 3 – Não existe.	

38. Você faz parte de alguma associação/organização na comunidade? 0 – Não 1 – Sim (Citar no nome da associação/organização)	

39. Você busca ajuda nessas associações/organizações da comunidade para resolver seus problemas?	
0 – Não 1 - Sim	

40. Como você avalia a atuação da associação/organização da sua comunidade?	
0 – Excelente 1 – Boa 2 – Regular 3 - Ruim 4 – Não se aplica	

HÁBITOS DE VIDA RELACIONADOS À ALIMENTAÇÃO

41. Quais destes alimentos não podem faltar na sua mesa?	
0- Carnes de origem animal	
1- Cereais	
2- Sementes	
3- Vegetais frescos	
4- Farinhas (mandioca, gergelim, etc.)	
5- Polpa de frutas (açai, bacaba, etc.)	
6- Frutas coletadas no quintal/vizinhança	
7- Pães e biscoitos	
8- Outros	

42. Em quais estabelecimentos você adquire os mantimentos alimentícios para sua casa?	
0- Supermercado	
1- Panificadora	
2- Açougue	
3- Distribuidora	
4- Mercearia/Minibox	
5- Feira	
6- Lojas de conveniência	
7- Outros	

43. Qual a frequência de reposição dos alimentos em sua casa?	
0- Diária	
1- Semanal	
2- Quinzenal	
3- Mensal	
4- Outros	

44. Qual a frequência você prepara alimentos em casa diariamente?	
0- Uma vez ao dia	
1- Até duas vezes ao dia	
2- Até três vezes ao dia	
3- Até quatro vezes ao dia	
4- Mais de quatro vezes ao dia	

45. Você realiza alguma atividade relacionada a produção de alimentos?	
0- Sim (responder pergunta seguinte em caso de ocorrência deste item) 1- Não	

46. Quais atividades?	
0- Pesca	
1- Agricultura familiar	
3- Criação de suínos	
4- Criação de aves para corte	
5- Criação de aves para coleta de ovos	
6- Criação peixes	
7- Outros	

47. Você consome alimentos industrializados?	
0- Sim (responder pergunta seguinte em caso de ocorrência deste item) 1- Não	

48. Quais alimentos industrializados você consome?	
0- Refrigerantes	
1- Macarrão instantâneo	
3- Alimentos enlatados	
4- Alimentos em conserva	
5- Com base de leite (Laticínios)	

6- Outros	
-----------	--

49. Você comercializa alimentos?	
0- Sim 1- Não	

50. Você gostaria que houvesse a produção de alimentos pela comunidade?	
0- Sim 1- Não	

51. Você recebe doação de alimentos de alguma instituição, organização não governamental, familiares ou amigos?	
0- Sim 1- Não	

52. Em sua família é comum receber familiares e amigos para refeições coletivas?	
0- Sim 1- Não	

ANEXO B

ACESSO AO ACERVO DOCUMENTAL

Histórico de Santana: Publicações Consultadas na Biblioteca Pública Elcyr Lacerda

disponível na plataforma Google Drive ©



O acervo documental é de livre acesso através do QR Code presente neste documento. Os documentos presentes do acervo online são:

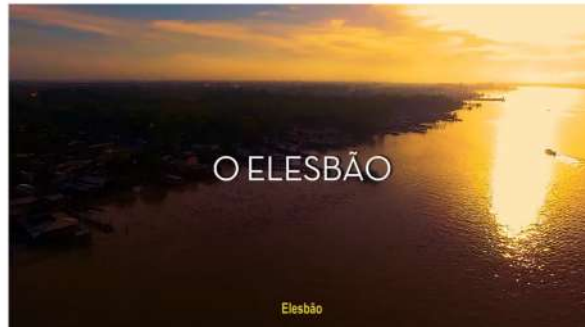
1. «A Aldeia de Santana»
2. «Sem Fronteiras Rumo ao Desenvolvimento Estadual»
3. «Histórico - Cia. das Docas»
4. «Guia Informativo ALCMS»
5. «Guia ALCMS - Suframa»
6. «Histórico do Município de Santana - Jornal»
7. «O Caso da Zona Franca - Jornal»
8. «SANTANA - Jornal»
9. «Trajetória Histórica do Município de Santana - Jornal»

Extras: Imagens da Zona Portuária em Alta Resolução

ANEXO C

ACESSO AO VIDEO DE ENTREVISTAS
Habitação Popular na Amazônia: O Elesbão

disponível na plataforma YouTube©



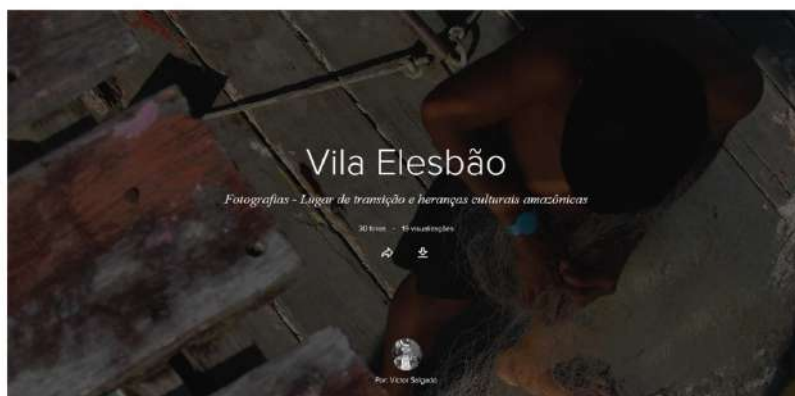
“Habitação Popular na Amazônia” é uma experiência acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Amapá, através do Projeto de Extensão “Planejando com a Comunidade”. Para este primeiro trabalho, foi selecionado o bairro do Elesbão, localizado em Santana, segundo maior município do Estado do Amapá, que se tornou, através de seu porto, o principal escoador do minério de manganês, encontrado na década de 1940, época do antigo Território Federal do Amapá. Alguns elementos da arquitetura, do modo de vida e a coexistência da relação homem-natureza o torna uma experiência peculiar: a construção das casas é realizada pela própria comunidade sem apoio do Poder Público; a importância do rio engloba desde as atividades de estaleiro até sua influência na alimentação, marcada pelo consumo do peixe e do açaí. As belezas e as dificuldades deste lugar são uma situação paradoxal, em que riqueza natural e descaso público são revelados pelos depoimentos que estão neste documentário.

ANEXO D

ACESSO AO ACERVO FOTOGRÁFICO

Vila Elesbão : Fotografias - Lugar de transição e heranças culturais amazônicas

disponível na plataforma Flickr ©



flickr

O que denomina-se como beira-rio da Vila Elesbão, foi definida como a principal microrregião de interesse para pesquisa e intervenção do Projeto de Extensão Planejando com a Comunidade na cidade de Santana (AP), coordenado pela Profa. Dra. Bianca Moro de Carvalho. É neste ponto de transição entre o rio e a cidade que ocorre "o que é ribeirinho", paisagem de embarcações, palafitas, açaiçais, pieres e estaleiros, em território urbano, onde é permitido viver sob a forte influência de muitos hábitos de comunidades rurais da Amazônia integrados ao espaço urbano, o que não significa estar imune aos aspectos sombrios da urbe do século XXI[...].

A palafita ainda é a principal técnica construtiva desempenhada pela comunidade. São predominantemente oriundas da autoconstrução, com fortes traços das palafitas vernáculas, contudo já subsidiadas com materiais e equipamentos contemporâneos, ou seja, são encontradas estéticas híbridas, em adaptação, diante das possibilidades econômicas das famílias. A vista da janela ou da varanda contempla a imensidão de água doce, vegetação exuberante de ilhas próximas e embarcações de grande porte, sem falar das embarcações tradicionalmente produzidas pelos carpinteiros navais locais.

Apesar das imagens de assentamentos precários discutidos em sala de aula persuadirem o imaginário a apenas criar/simular texturas e sombras hostis sobre essas áreas da cidade, a experiência vivida a partir do contato com a Vila Elesbão foi sem dúvida encantadora. A extensão universitária, neste sentido, possibilitou a mim presenciar algo raro na região amazônica amapaense, e principalmente na área de ciências sociais aplicadas, o encontro entre os saberes práticos e científicos como estímulo à transformação.



“Na Amazônia as espacialidades urbanas, especialmente das cidades localizadas às margens dos rios, foram impostas, o que não significa reconhecer, de um lado, que estas formas não são homogêneas; de outro, que guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência”

OLIVEIRA, J. 2006.



VILA ELESBÃO
VILA ELESBÃO